

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS**

**O ACESSO A TERRA E A VISÃO DO PÚBLICO NÃO MOBILIZADO  
EM ACAMPAMENTOS:  
O CRÉDITO FUNDIÁRIO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR (SC)**

**PAULO AFONSO AMATO CONDÉ**

**Florianópolis (SC)  
Junho 2006**

**PAULO AFONSO AMATO CONDÉ**

**O ACESSO A TERRA E A VISÃO DO PÚBLICO NÃO MOBILIZADO  
EM ACAMPAMENTOS:  
O CRÉDITO FUNDIÁRIO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR (SC)**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas, Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina.

**Orientador: Prof. Dr. Eros Marion Mussoi**

**Co-orientador: Prof. Dr. Ademir A. Cazella**

Florianópolis (SC)  
2006

Conde, Paulo Afonso Amato

O acesso à terra e a visão do público não mobilizado em acampamentos: o crédito fundiário no município de Caçador (SC) / Paulo Afonso Amato Condé. – Florianópolis, 2006. 283 f., il., tabs.

Orientador: Eros Marion Mussoi

Co-orientador: Ademir A. Cazella

Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias.

Referências bibliográficas: f. 260-271

1. Questão agrária. 2. Reforma agrária. 3. Crédito Fundiário. I. Título.

**PAULO AFONSO AMATO CONDÉ**

**O ACESSO A TERRA E A VISÃO DO PÚBLICO NÃO MOBILIZADO EM  
ACAMPAMENTOS:  
O CRÉDITO FUNDIÁRIO NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR (SC)**

Dissertação aprovada em 22 de junho de 2006, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, pela seguinte banca examinadora.

---

Prof. Dr. Eros Marion Mussoi  
Orientador

---

Prof. Dr. Ademir A. Cazella  
Co-orientador (UFSC)

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho  
Coordenador do PGA (UFSC)

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Ademir A. Cazella  
Presidente

---

Prof. Dr. Clarilton E.D. Cardoso Ribas  
Membro (UFSC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Ignez Paulilo  
Membro (UFSC)

Florianópolis (SC)

Dedico este trabalho:

À minha mulher e companheira de todas as horas, pelo seu amor, sua luta pela reforma agrária e pela paciência e tolerância durante as ausências na realização do presente trabalho.

Aos meus filhos Camila, Gabriel, Clariana, Paula e aos demais jovens que entraram para a família, Marcos, Lara, Francisco e tantos outros que, como filhos, são o maior tesouro da minha vida, frutos do amor e da esperança de uma sociedade mais justa.

À minha primeira neta Ana Maria que nasceu durante a elaboração deste trabalho, trazendo mais brilho ao meu viver e a toda nossa família.

## AGRADECIMENTOS

A realização do mestrado foi um período rico em aprendizado e também de profundas transformações na minha vida pessoal e profissional.

As pessoas com quem convivi durante esse período foram importantes para o meu aperfeiçoamento, sobretudo pela troca de idéias, apoio e incentivo, que muito me auxiliaram a concluir essa pesquisa. Por isso, a todas essas pessoas e às instituições que me acolheram, meus sinceros agradecimentos.

- A todos os entrevistados, verdadeiros sujeitos da pesquisa, pela hospitalidade, carinho e a gentileza com que fui recebido, mesmo tratando-se de um estranho.
- Aos meus pais (Sebastião e Terezinha), agricultores familiares, que me ensinaram as primeiras lições a respeito da agricultura e que, com simplicidade, me passaram bons exemplos de vida como a honra, o respeito, a fraternidade, o amor e muitos outros valores dos quais, no mundo, tantos precisam.
- Ao INCRA e a todos os trabalhadores rurais, para os quais a instituição existe, por ter proporcionado meus estudos e o aperfeiçoamento profissional, que espero retribuir de alguma forma.
- Ao Eros Mussoi, meu orientador, que soube me ensinar o rigor do texto científico e me apontou rumos sem, no entanto, reprimir minhas idéias, sem o qual não teria levado a cabo esta dissertação.
- Ao Kito, meu co-orientador pela sua compreensão, amizade e incentivo que muito me impulsionaram a realizar um trabalho sério e aprofundado.
- À Prof<sup>a</sup> Karen Karam pelas orientações, aconselhamentos e acolhimento, sempre disposta a ouvir e conversar com carinho e amizade, que me cativou e me deu mais confiança para seguir em frente.
- Aos colegas de turma pelas trocas de idéias, angústias, auxílios e horas alegres que passamos juntos.
- A todos os professores do PGA e colaboradores que souberam ensinar sem tolher a liberdade e a criatividade dos mestrandos.
- Aos técnicos da Epagri de Caçador pelas indicações dos possíveis entrevistados, fornecimento de dados e participação nas entrevistas.
- Ao STR de Caçador pelas indicações, informações, fornecimento de dados e atenção com que me receberam, abrindo as portas do Sindicato e também do acesso aos entrevistados.
- À Fetraf Sul e Fetaesc pelo apoio, entrevistas e fornecimento de dados.

- Ao amigo Sérgio Luiz Zuanazzi (UDV), pela recepção em Caçador, pelas conversas e fornecimento do mapa do município que muito facilitou as visitas aos entrevistados.
- Ao Ademar de Moraes Lima Filho (Magrão), servidor do Incra, que prontamente forneceu os dados a respeito dos assentamentos de Caçador e Calmon.
- Aos amigos Simone e Diogo pela elaboração do mapa de localização e apoio aos trabalhos de edição da dissertação.
- Aos professores Ivo Jucksh (UFV), Maria José Reis (UFSC) e Leonilde S. Medeiros (UFRRJ) que deram importantes contribuições na leitura do projeto de pesquisa.
- Ao professor Rodolfo Hoffmann pelo fornecimento de dados atualizados relativos à concentração de terras no Brasil e em Santa Catarina.
- Ao Valdemar do Cepagri de Caçador que prestou algumas informações importantes a respeito da organização da agricultura familiar em Caçador.
- À professora Sueli Aragão pelas correções e auxílio na formatação final deste trabalho.
- A todos os amigos, irmãos e parentes que me incentivaram com palavras de apoio e bons conselhos para que eu pudesse concluir o Mestrado.
- Ao Mestre Gabriel e à UDV que me proporcionaram um reencontro com os princípios cristãos e espirituais e recolocaram-me no caminho reto, permitindo que eu tornasse uma pessoa do bem.

Um dia, a vida surgiu na terra. A terra tinha com a vida um cordão umbilical. A vida e a terra. A terra era grande e a vida pequena. Inicial. A vida foi crescendo e a terra ficando menor, não pequena. Cercada, a terra virou coisa de alguém, não de todos, não comum.

Trecho da “Carta da Terra” de Betinho (Hebert de Souza)

O primeiro homem que, cercando um terreno, lembrou-se de dizer – isto me pertence – e encontrou criaturas suficientemente simples para acreditar no que dizia, foi o verdadeiro fundador da sociedade civil.

Jean-Jacques Rousseau

Nem sempre as coisas são tão simples quanto a gente gostaria que sempre fossem.

Carlos Vogt.



## RESUMO

O acesso à terra é um dos principais problemas relacionados à questão agrária no Brasil. Essa questão suscitou, ao longo da história do país, diversas reações dos segmentos oprimidos que lutaram e ainda lutam pela terra. Dessa luta emergiram os movimentos sociais de trabalhadores rurais sem terra, que adotaram os acampamentos e as ocupações de terra como principal estratégia para a realização da reforma agrária. No entanto, milhares de trabalhadores rurais preferem não aderir a essa estratégia, buscando outros meios para realizar seu sonho de terra própria. Muitos deles procuram o crédito fundiário para financiar sua propriedade em longo prazo, cujo processo se constitui a principal política pública de acesso à terra no estado de Santa Catarina. Além de conhecer esse público e entender os motivos por que não se mobilizam na luta pela terra, a presente pesquisa buscou analisar os programas de crédito fundiário implantados e em implantação no estado catarinense. Para essa tarefa adotou-se o estudo de caso no município de Caçador, utilizando os procedimentos da pesquisa qualitativa, complementados com os dados da pesquisa quantitativa. Os resultados da pesquisa demonstraram que o crédito fundiário no estado de Santa Catarina atende, preferencialmente, agricultores não-proprietários, tais como: arrendatários, parceiros e filhos de agricultores. Esse público não se dispõe à mobilização nos acampamentos e nas ocupações de terra. Constatou-se que o crédito fundiário proporciona o reordenamento fundiário e contribui para a permanência desse segmento de agricultores no campo, assim como a incorporação de áreas inexploradas ao processo produtivo do estado. Esse instrumento de acesso à terra não tem contribuído com a desconcentração fundiária, sendo implantado quase que exclusivamente de forma individualizada. No entanto, é um importante mecanismo para se evitar a concentração fundiária. O público mais descapitalizado encontra dificuldades para acessar o crédito fundiário. A contínua valorização das terras e a falta de organização e comercialização da produção constituem ameaças ao seu êxito. Desse modo, chegou-se à conclusão que não basta o acesso à terra, é necessário, além disso, o apoio à produção e à comercialização dentro de uma política mais ampla de desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, a pesquisa aponta também para um aprofundamento de estudos e debates para o aperfeiçoamento do instrumento de crédito fundiário no estado de Santa Catarina.

## ABSTRACT

One of the main problems related to land in Brazil is the access to it. Throughout the country history, this issue rose distinguished reactions from the segments that fought, and still do, for their land. The landless social movement emerged from this fight, adopting camps and land occupation as the main strategy to accomplish land reform. However, thousands of peasants choose not to follow this strategy, searching other ways to fulfill the dream of their own land. Many of them look for credit to long-term finance their property, whose process encompasses the major public policy to land access in Santa Catarina. This research attempts to analyze credit programs which have been implemented and which are ongoing in the state. Also, it acknowledges these people and realizes the reasons why they are not engaged in this fight for land. Case study was chosen to accomplish this task in the district of Caçador, using qualitative research procedures, complemented by quantitative research procedures. The outcomes showed that this credit reach favorably non-landowners, such as sharecroppers, peasant's partners and children. These people are not willing to assemble in camps and in land occupation. It was verified that agrarian credit offers a land reordering and contributes to these people staying in land, as well as to encompassing not explored lands to the productive process in the state. Nevertheless, this tool for land access has not contributed to land scattering, being implemented almost always exclusively in an individual way. The neediest public faces difficulty to have access to land credit. Continued land valuing, and lack of trade and organization are threats to its accomplishment. Thus, it was concluded that access to land is not enough. It is also necessary the support to production and trading inserted in a larger policy of sustained development. This research leads to deeper studies and discussions aiming the development of credit tools in Santa Catarina.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1: Mapa de localização do município de Caçador (SC).....</b>	<b>84</b>
<b>Figura 2: Fluxograma do Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado de Santa Catarina – 2005.....</b>	<b>197</b>

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição do público estudado por grupo de entrevistados no município de Caçador (SC), 2005.....	35
Tabela 2: Evolução do Índice de Gini para distribuição de terras no Brasil, Regiões e Santa Catarina no período de 1950 a 2001.....	55
Tabela 3: Escalas de concentração da propriedade fundiária para o índice de Gini.....	56
Tabela 4: Estrutura fundiária do Brasil, 2003.....	56
Tabela 5: Estrutura fundiária de Santa Catarina, 2003.....	58
Tabela 6: Projeções do número de demandantes por terra no Brasil, Região Sul e Santa Catarina, 2000, 2003 e 2005.....	59
Tabela 7: Demanda explícita por terra no estado de Santa Catarina e Brasil, 2002 e 2005.....	61
Tabela 8: Ações de obtenção de terras para assentamentos rurais do Incra em Santa Catarina, 2003 a 2004.....	68
Tabela 9: Total de famílias assentadas em Santa Catarina e no Brasil por meio de políticas públicas, 1983 a 2005.....	74
Tabela 10: Metas de assentamento no estado de Santa Catarina e no Brasil, 2003 a 2006.....	75
Tabela 11: Distâncias entre o município de Caçador (SC) e os principais centros urbanos catarinenses, Curitiba e Porto Alegre.....	87
Tabela 12: Número de matrículas, docentes e estabelecimentos escolares da rede pública estadual e municipal e rede privada de ensino, por nível escolar, Caçador (SC), 2004.....	88
Tabela 13: População, renda média mensal <i>per capita</i> , pessoas com renda insuficiente e pessoas pobres em Santa Catarina e Caçador, 2000.....	89
Tabela 14: Domicílios totais e com acesso à água, aos serviços de água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica e telefone no estado de Santa Catarina e município de Caçador, 2000.....	90
Tabela 15: Estrutura fundiária do município de Caçador (SC), 2004.....	92

<b>Tabela 16: Condição do produtor de acordo com o número de estabelecimentos e a área dos mesmos no município de Caçador (SC), 1996.....</b>	<b>93</b>
<b>Tabela 17: Utilização das terras rurais do município de Caçador (SC), 2004..</b>	<b>94</b>
<b>Tabela 18: Principais atividades agrícolas em Caçador (SC), 2004.....</b>	<b>95</b>
<b>Tabela 19: Principais atividades pecuárias e criação de pequenos animais em Caçador (SC), 2004.....</b>	<b>96</b>
<b>Tabela 20: Situação do público entrevistado quanto à ocupação anterior (Fundo de Terras e Banco da Terra) e ocupação atual (Crédito Fundiário e Sem Sem), no município de Caçador, 2005.....</b>	<b>101</b>
<b>Tabela 21: Composição familiar do público estudado por grupo de entrevistados e grau de parentesco, em número de pessoas no município de Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>103</b>
<b>Tabela 22: Procedência étnica dos entrevistados e respectivos cônjuges, em número de pessoas no município de Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>104</b>
<b>Tabela 23: Número de pessoas por faixa etária e composição familiar do público estudado no município de Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>105</b>
<b>Tabela 24: Escolaridade do conjunto familiar do público estudado, em número de pessoas e percentual total no município de Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>106</b>
<b>Tabela 25: Número e percentual de famílias que dispõem de aparelhos eletrodomésticos por grupo de entrevistados no município de Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>110</b>
<b>Tabela 26: Número de entrevistados com posse de veículos, máquinas, motores e demais implementos agrícolas por grupo pesquisado no município de Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>111</b>
<b>Tabela 27: Condições de moradia das famílias pesquisadas: número médio de cômodos e material de construção empregado, por grupo estudado e número de entrevistados, Caçador (SC), 2005.</b>	<b>112</b>
<b>Tabela 28: Renda média mensal agrícola e não agrícola do conjunto familiar por grupo de entrevistados, Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>114</b>
<b>Tabela 29: Principais culturas por grupo de entrevistados, total de produtores, área e produção total, Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>117</b>
<b>Tabela 30: Nível de conhecimento do público pesquisado acerca do MST, Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>127</b>

<b>Tabela 31: Opinião dos entrevistados acerca das ações do MST, Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>128</b>
<b>Tabela 32: Opinião dos entrevistados a respeito dos acampamentos e ocupações de terra, Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>134</b>
<b>Tabela 33: Opinião do público pesquisado a respeito da disposição para se mobilizar na luta pela terra, por grupo de entrevistados, Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>138</b>
<b>Tabela 34: Opinião dos entrevistados a respeito dos assentamentos do Incra, Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>141</b>
<b>Tabela 35: Situação dos contratos do Fundo de Terras no município de Caçador e em Santa Catarina, número e percentual de contratos, 2005.....</b>	<b>170</b>
<b>Tabela 36: Regime de trabalho anterior dos beneficiados do Fundo de Terras no município de Caçador e estado de Santa Catarina, número e percentual de contratos, 2005.....</b>	<b>173</b>
<b>Tabela 37: Situação anterior dos imóveis adquiridos pelo Fundo de Terras em relação a sua utilização no município de Caçador e no estado de Santa Catarina, número e percentual de contratos, 2005.....</b>	<b>174</b>
<b>Tabela 38: Motivo da venda do imóvel pelo antigo proprietário no município de Caçador e estado de Santa Catarina, número e percentual de contratos do Fundo de Terras, 2005.....</b>	<b>175</b>
<b>Tabela 39: Operações do Banco da Terra no Brasil e regiões, 2000 a 2004...</b>	<b>181</b>
<b>Tabela 40: Número de projetos do Banco da Terra, número de famílias, área e valores contratados no estado de Santa Catarina no período de 1999 a 2003.....</b>	<b>183</b>
<b>Tabela 41: Demanda do PNCF no Brasil e regiões e relação entre número de demandantes (ND) e número de contratos (NC), 2005.....</b>	<b>199</b>
<b>Tabela 42: Demanda do PNCF e relação entre número de demandantes (ND) e número de contratos (NC) e valor médio por demandante na região Sul e respectivos estados, 2005.....</b>	<b>200</b>
<b>Tabela 43: Motivos apresentados pelos beneficiários do crédito fundiário para escolherem essa modalidade de acesso à terra, Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>211</b>

<b>Tabela 44: Opinião dos beneficiários do crédito fundiário em relação à facilidade ou não de pagar o financiamento, por grupo de entrevistados, número de opiniões e percentagem total, Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>224</b>
<b>Tabela 45: Possibilidade de auxílio financeiro e poupança própria dos beneficiários do crédito fundiário, por número de opiniões e percentagem total de entrevistados, Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>224</b>
<b>Tabela 46: Acesso à assistência técnica por grupo de entrevistados, número de beneficiários atendidos e percentagem de atendimento, Caçador (SC), 2005. ....</b>	<b>229</b>
<b>Tabela 47: Acesso às linhas de crédito agrícola disponíveis por grupo de entrevistados, número de beneficiários atendidos e percentagem total de atendimento, Caçador (SC), 2005.....</b>	<b>233</b>

## LISTA DE SIGLAS

- ABRA** – Associação Brasileira de Reforma Agrária
- CAF** – Consolidação da Agricultura Familiar do Programa Nacional de Crédito Fundiário
- Cederural** – Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina
- CF/88** – Constituição Federal de 1988
- CMDRS** – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
- CNA** – Confederação Nacional de Agricultura
- CNBB** – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
- CNS** – Conselho Nacional dos Seringueiros
- Conab** – Companhia Nacional de Abastecimento
- Condraf** – Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável
- Contag** – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- CPR** – Combate à Pobreza Rural do Programa Nacional de Crédito Fundiário
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- Deser** – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais
- Epagri** – Empresa de Pesquisa e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina S.A.
- Fetraf-Sul** - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
- Fetaesc** – Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de Santa Catarina
- FHC** – Fernando Henrique Cardoso
- Geafu** – Gerência de Assuntos Fundiários da Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina
- IAT** – Índice de Aspiração por Terra
- Ibama** – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBRA** – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- Incra** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- Inda** – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
- Ipea** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MDA** – Ministério do Desenvolvimento Agrário



**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**NPT** – Nossa Primeira Terra do Programa Nacional de Crédito Fundiário

**OAN** – Ouvidoria Agrária Nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário

**OCB** – Organização das Cooperativas do Brasil

**ONG** – Organização não-governamental

**PCT** – Programa Cédula da Terra

**CFCP** – Programa de Crédito Fundiário e Combate a Pobreza Rural

**PEA** – População Economicamente Ativa

**PNAD** – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios

**PNCF** – Programa Nacional de Crédito Fundiário do Ministério do Desenvolvimento Agrário

**PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária

**Pronaf** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**SAR** – Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina

**SIG** – Sistema de Informações e Gerenciamentos do Ministério do Desenvolvimento Agrário

**SRA** – Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário

**STR** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

**Sitruc** – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador e Macieira

**UDR** – União Democrática Ruralista

**UTE** – Unidade Técnica Estadual do Programa Nacional de Crédito Fundiário

**UTM** – Unidade Técnica Municipal do Programa Nacional de Crédito Fundiário

**UTR** – Unidade Técnica Regional do Programa Nacional de Crédito Fundiário

**SQD** – Sistema de Qualificação de Demanda do Programa Nacional de Crédito Fundiário

**SAC** – Sistema de Avaliação e Controle do Programa Nacional de Crédito Fundiário

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 O problema, hipóteses e objetivos de pesquisa.....</b>	<b>24</b>
<b>1.1.1 Hipóteses.....</b>	<b>25</b>
<b>1.1.2 Objetivo geral .....</b>	<b>26</b>
<b>1.1.3 Objetivos específicos .....</b>	<b>26</b>
<b>1.2 Procedimentos metodológicos.....</b>	<b>26</b>
<b>1.2.1 Os instrumentos metodológicos.....</b>	<b>28</b>
<b>1.2.2 A definição do local e do público pesquisado.....</b>	<b>30</b>
<b>1.2.3 A pesquisa de campo.....</b>	<b>36</b>
<b>1.3 Estrutura da dissertação.....</b>	<b>40</b>
<b>2 A QUESTÃO AGRÁRIA.....</b>	<b>42</b>
<b>2.1 Origem e gênese.....</b>	<b>42</b>
<b>2.2 O acesso à terra.....</b>	<b>54</b>
<b>2.2.1 A concentração da terra.....</b>	<b>55</b>
<b>2.2.2 A demanda por terra.....</b>	<b>59</b>
<b>2.3 Os conflitos sociais no campo.....</b>	<b>62</b>
<b>2.4 O Estado e as políticas públicas.....</b>	<b>65</b>
<b>2.4.1 A reforma agrária.....</b>	<b>65</b>
<b>2.4.2 As políticas públicas complementares.....</b>	<b>75</b>
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E DO PÚBLICO PESQUISADO.....</b>	<b>79</b>
<b>3.1 O município de Caçador.....</b>	<b>79</b>
<b>3.1.1 Aspectos históricos de Caçador e região.....</b>	<b>79</b>
<b>3.1.2 Características físicas e geográficas.....</b>	<b>83</b>
<b>3.1.3 Aspectos socioeconômicos.....</b>	<b>86</b>
<b>3.2 O público pesquisado e sua inserção sócio-econômica.....</b>	<b>97</b>
<b>3.2.1 A trajetória de vida.....</b>	<b>97</b>
<b>3.2.2 As condições socioeconômicas.....</b>	<b>102</b>
<b>3.2.3 A sociabilidade local.....</b>	<b>118</b>

<b>4 POR QUE NÃO LUTAR PELA TERRA?.....</b>	<b>126</b>
4.1 O MST e suas ações.....	126
4.2 Os acampamentos e ocupações de terra.....	133
4.3 O Incra e os assentamentos.....	139
4.4 Os motivos da não-mobilização.....	148
<b>5 O CRÉDITO FUNDIÁRIO.....</b>	<b>159</b>
5.1 O crédito fundiário como política pública.....	159
5.2 O Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina.....	167
5.2.1 Entendendo o Fundo de Terras estadual.....	168
5.2.2 Breve análise do Fundo de Terras.....	169
5.3 O Banco da Terra.....	178
5.3.1 Breve análise do Banco da Terra.....	181
5.4 O Programa Nacional de Crédito Fundiário.....	191
5.4.1 O novo programa de crédito fundiário.....	191
5.4.2 Breve análise do novo programa de crédito fundiário.....	198
5.5 Algumas considerações a respeito do crédito fundiário.....	206
<b>6 O ACESSO AO CRÉDITO FUNDIÁRIO E AS PERSPECTIVAS DE FUTURO..</b>	<b>210</b>
6.1 A opinião dos entrevistados a respeito do crédito fundiário.....	210
6.1.1 A escolha do crédito do crédito fundiário.....	211
6.1.2 A obtenção do crédito fundiário.....	217
6.1.3 O pagamento do crédito fundiário.....	224
6.1.4 Os apoios recebidos em relação às demais políticas públicas.....	227
6.2 A perspectiva de futuro do público pesquisado.....	235
6.2.1 Os beneficiados.....	235
6.2.2 Os não-beneficiados (Sem Sem).....	242
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....</b>	<b>253</b>
7.1 Considerações finais.....	253
7.1.1 Aspectos positivos do crédito fundiário.....	254
7.1.2 Aspectos que necessitam de aperfeiçoamentos.....	255
7.2 Recomendações.....	257

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>260</b>
<b>ANEXO A – Roteiro orientador para o público pesquisado.....</b>	<b>272</b>
<b>ANEXO B – Roteiro orientador para lideranças e técnicos.....</b>	<b>275</b>
<b>ANEXO C – Questionário dos dados socioeconômicos.....</b>	<b>277</b>
<b>ANEXO D – Linhas de crédito do PRONAF.....</b>	<b>280</b>
<b>ANEXO E – Composição da Câmara Setorial Fundiária do Cederural.....</b>	<b>282</b>
<b>ANEXO F – Depoimento de entrevista (E23).....</b>	<b>283</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Os problemas agrários, além de complexos, apresentam uma tendência de cunho ideológico e dificilmente não causam polêmicas quando colocados em debate. O acesso à terra, por parte de milhares de brasileiros, é um dos problemas que sempre estiveram presentes no cenário nacional, desde a época colonial.

Não obstante, observa-se que o Estado não dá a atenção necessária para a respectiva solução, fato que decorre da falta de interesse da classe política dominante em alterar a estrutura de poder e a distribuição de terra e renda no país, necessárias à resolução de tão importante questão. Ao contrário, essa estrutura, sempre que ameaçada, foi regada com o derramamento de sangue e fortes repressões pelo Estado brasileiro e seus aliados políticos.

Destacam-se nessa luta os índios, os negros escravos ou não e os trabalhadores rurais<sup>1</sup> das mais diversas origens e etnias. Todos esses segmentos lutaram e ainda lutam pelo direito à terra e à vida nesse chão brasileiro tão vasto e ao mesmo tempo tão escasso aos mais pobres e politicamente menos favorecidos.

Nas últimas décadas, os trabalhadores rurais sem terra em especial estabeleceram a estratégia de acampamentos e ocupações como sua principal forma de luta por terra. Surgiram novos movimentos sociais, cuja maior expressão é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), os quais colocaram a reforma agrária na pauta política do país, como uma bandeira para o acesso à terra e à cidadania.

A reforma agrária empreendida dessa forma, denominada neste trabalho de reforma agrária tradicional, utiliza o instrumento da desapropriação por interesse social<sup>2</sup> para obtenção das terras necessárias ao assentamento de famílias. Ela atende preferencialmente às famílias acampadas e é implementada pelo Instituto

---

<sup>1</sup> Sob essa denominação genérica de “trabalhadores rurais” estão todas as categorias de profissionais que vivem diretamente do trabalho na terra (assalariados, agricultores familiares proprietários e não-proprietários e filhos de agricultores familiares). Por sua vez, entende-se como agricultura familiar aquela em que a “propriedade e o trabalho estão intimamente ligados à família” (LAMARCHE, 1993, p. 15).

<sup>2</sup> A desapropriação por interesse social é aquela que condiciona a propriedade da terra ao cumprimento da sua função social. Segundo o Estatuto da Terra, a propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente, favorece o bem estar dos que nela vivem, mantém níveis satisfatórios de produtividade, assegura a conservação dos recursos naturais e observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho (BRASIL, 1985).

Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). No entanto, essa política pública tem sido muito mais uma forma de amenizar os conflitos agrários no campo do que propriamente um instrumento de desconcentração da terra e de ordenamento agrário como será visto no Capítulo 2 desta dissertação.

No estado de Santa Catarina, apesar da menor concentração da terra em relação às outras unidades da federação, o problema não é menos importante, haja vista a existência de diversos acampamentos e ocupações de terra por famílias que lutam para conquistar seu espaço no meio rural. No entanto, nas regiões com forte presença da agricultura familiar, como é o caso do estado catarinense, a busca por terra pela via da desapropriação tem sido um processo cada vez mais difícil e raro de acontecer, como será demonstrado adiante.

Além disso, existe um outro contingente de famílias que, mesmo desejando a terra própria, não se dispõe a participar dessa luta e vê poucas possibilidades para concretizar seu sonho. Parte dessas famílias tem sido atendida por outro mecanismo de acesso à terra, comumente denominado de crédito fundiário, que utiliza o financiamento da terra com reembolso a longo prazo. Essa política vem sendo implementada no estado muito antes da criação de programas similares desenvolvidos pelo governo federal e, atualmente, é o principal instrumento público de acesso à terra em Santa Catarina.

Os principais programas de crédito fundiário implantados no estado até o momento foram os seguintes:

- a) Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina – também conhecido como “Fundo de Terras”: programa de crédito fundiário gerenciado pela Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAR). Foi criado pela Lei Estadual nº. 6.288/83, com a finalidade de financiar a aquisição de terras para trabalhadores rurais sem terra, posseiros, arrendatários, meeiros e filhos de agricultores (SANTA CATARINA, 1996);
- b) Fundo de Terras da Reforma Agrária – “Banco da Terra”: programa de crédito fundiário do governo federal. Foi criado pela Lei Complementar nº. 93/98 para possibilitar o acesso à terra e à infra-estrutura básica por meio do financiamento dirigido aos trabalhadores rurais sem terra, agricultores com pouca terra e jovens do meio rural (BRASIL, 1998);
- c) Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): programa de crédito fundiário, que substituiu o Banco da Terra, redefinido a partir do novo

Regulamento Operativo aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), Resolução Condraf nº. 42/04 (BRASIL, 2004a).

O interesse do pesquisador por esse tema está associado à percepção de que muitas famílias que demandam a terra não se dispõem à mobilização junto aos movimentos sociais, preferindo, muitas vezes, contrair o financiamento da terra por meio do crédito fundiário. Apesar da crescente expressão assumida por esse instrumento de acesso à terra em Santa Catarina, o seu estudo nos meios acadêmicos ainda é incipiente.

A maioria dos autores que trata do tema não cita em seus trabalhos<sup>3</sup> a experiência com o Fundo de Terras do governo estadual. Na presente pesquisa foram encontradas apenas duas fontes de análise relativas a esse Fundo (CAZELLA, 1995 e CAMARGO, 2003). Essa escassez de estudos sobre a experiência catarinense relativamente ao crédito fundiário foi, ao mesmo tempo, um desafio e uma das motivações na escolha do tema a ser pesquisado.

De forma análoga, a respeito do público “não mobilizado na luta pela terra”, não foi encontrado qualquer outro estudo específico que o caracterizasse, apesar de representar a maioria das famílias quantificadas nas estatísticas que evidenciam a demanda por terra. Ao contrário, em relação ao público “mobilizado na luta pela terra” ou mais especificamente os “acampados” existem diversos estudos<sup>4</sup> que evidenciam sua importância na conquista de um lugar de vida, de cidadania e das políticas públicas que buscam amenizar os conflitos sociais. Essa constatação representou outro desafio e também uma motivação na escolha do público estudado.

Durante a trajetória profissional do pesquisador no Incra foi possível acompanhar os êxitos e, principalmente, as dificuldades quanto ao acesso à terra por parte de uma expressiva massa de trabalhadores rurais que luta por sua sobrevivência. O aprimoramento profissional e o aprofundamento no assunto foi a maneira vislumbrada, tanto para melhorar a qualidade de atuação no referido órgão,

---

<sup>3</sup> As principais referências apontadas que discutem a respeito do crédito fundiário são: Medeiros (2002, 2003), Nunes (2005), Pereira (2004) e Reydon & Plata (2000).

<sup>4</sup> Entre outros estudos, destacam-se neste trabalho os seguintes: Caldart (2000), Fernandes (2001b), Martins et al. (2003), Medeiros (1989), Moraes Silva (2004), Paulilo (1998) e Sauer (2003).

quanto para responder às muitas dúvidas e questões presentes na vida prática dos agentes de desenvolvimento.

As principais referências teóricas que nortearam e inspiraram essa dissertação estão apoiadas nas obras de Martins (1983, 2000, 2003a, 2003b e 2003c), Medeiros (1989, 2002, 2003) e Giehl (2002).

É conveniente advertir que, apesar de o título deste trabalho ressaltar a visão do público estudado, não significa que somente essa visão será a retratada no texto. Também não se trata de um trabalho de cunho antropológico ou sociológico, apesar do apoio recebido dessas ciências. O título é apenas uma forma de chamar a atenção para o surgimento de questões colocadas pelo público pesquisado, que serão apresentadas da forma mais fiel possível. Porém, todas as distinções, opiniões, interpretações e conclusões expostas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do pesquisador.

### **1.1 O problema, hipóteses e objetivos de pesquisa**

Partindo do princípio que a luta pela terra pressiona o Estado para implantar e acelerar o processo de reforma agrária, a principal pergunta de pesquisa foi a seguinte: por que razão muitas famílias demandantes por terra não se mobilizam nessa luta?

Desse modo, o problema investigado diz respeito aos motivos que induzem essas famílias e jovens a não se mobilizarem na luta por terra pela via da participação em movimentos sociais que, por sua vez, adotam os acampamentos e as ocupações de terra como principal forma de reivindicação. Assim, para responder à questão-problema de pesquisa é fundamental conhecer suas idéias, opiniões, percepções, organização e participação nas instituições, bem como as políticas públicas que os atendem ou pretendem atendê-los, em especial o financiamento da terra por meio do crédito fundiário.

Paralelamente à proposta de investigação e discussão das alternativas de acesso à terra para aqueles que não querem lutar nas fileiras dos movimentos sociais surgem novas perguntas, tais como: a) quem é esse público e quais as suas características socioeconômicas? b) qual o motivo que leva uma parte desse público a contrair o financiamento do crédito fundiário sujeitando-se ao endividamento? c) como esse segmento, que contraiu o financiamento, está estruturado do ponto de



vista produtivo? d) quais as suas perspectivas e a satisfação quanto ao acesso à terra? e) quais os apoios recebidos de outras políticas públicas integradas ou não com o crédito fundiário?

Nos dias atuais é cada vez mais relevante saber o que pensam e como se organizam os beneficiários e os potenciais beneficiários de uma política pública, a fim de se lograr maior êxito na sua implementação. Assim, conhecer o pensamento e as perspectivas das pessoas que anseiam por terra sem o envolvimento em conflitos abertos, a exemplo das ocupações de terra, pode significar o caminho para o aprimoramento dos programas governamentais de acesso à terra. Essa é a principal contribuição que a pesquisa espera trazer ao curso de Mestrado em Agroecossistemas, às instituições públicas que trabalham com a questão agrária e à sociedade em geral. Somado a isso, um outro aspecto significativo é a contribuição desta pesquisa à vida profissional do mestrando e os resultados dessa experiência na sua prática profissional dentro do Incra.

### **1.1.1 Hipóteses**

Muitas famílias de trabalhadores rurais e jovens que demandam o acesso à terra preferem não participar da mobilização na luta pela terra devido aos seguintes motivos:

- ⇒ Hipótese 1 – pela ruptura que esse processo provoca no aspecto econômico e social;
- ⇒ Hipótese 2 – pela divergência em relação aos métodos e princípios de organização dos movimentos sociais;
- ⇒ Hipótese 3 – pela rejeição aos riscos e conflitos eventualmente violentos;
- ⇒ Hipótese 4 – pelo conservadorismo ideológico e/ou religioso;
- ⇒ Hipótese 5 – pela indisposição em passar longas privações em acampamentos.

### **1.1.2 Objetivo geral**

Perceber de que forma as políticas públicas de acesso à terra, em especial o crédito fundiário, estão atendendo às perspectivas do público não mobilizado na luta pela terra, buscando subsídios para o respectivo aprimoramento.

### **1.1.3 Objetivos específicos**

Em um plano mais detalhado pretende-se alcançar os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar e caracterizar o público que demanda o acesso à terra mas não está mobilizado na luta pela terra;
- b) compreender os principais motivos que induzem esse público a não participar das estratégias de luta pela terra, tais como acampamentos e ocupações de terras;
- c) conhecer a opinião e as perspectivas de organização desse público quanto ao acesso à terra por meio do crédito fundiário;
- d) analisar as políticas públicas de acesso à terra e em especial os programas de crédito fundiário implantados no estado de Santa Catarina;
- e) identificar os principais apoios recebidos das demais políticas públicas que estão integradas ou não ao crédito fundiário.

## **1.2 Procedimentos metodológicos**

A opção metodológica adotada no presente trabalho foi uma combinação de ferramentas da pesquisa qualitativa e quantitativa. Além dos aspectos inerentes ao problema pesquisado, a curta duração de um curso de mestrado e os recursos financeiros escassos representam uma limitação que o pesquisador precisa dominar para realizar um trabalho de investigação mais profunda.

Haguette (1992) afirma não existir um método melhor do que outro e sim aquele que melhor se ajusta aos propósitos de compreensão do fenômeno estudado. Desse modo, “o problema a ser investigado é que dita o método de investigação” (HAGUETTE, 1992, p. 101).

Embora haja posturas teóricas divergentes, autores como Minayo (2002) e Richardson (1999) consideram que o planejamento da pesquisa, o conjunto de dados e a análise da informação em ambos os métodos não se opõem. Ao contrário, podem-se complementar e interagir, contribuindo para enriquecer e aprofundar as questões estudadas. Concordando com esses autores, a combinação de procedimentos quantitativos e qualitativos se mostrou mais adequada para dar conta do presente estudo.

Para responder à pergunta central desta pesquisa foi utilizado, principalmente, o tratamento qualitativo em função do caráter subjetivo das informações a serem colhidas e analisadas, relativamente aos motivos do público pesquisado (aquele que não participa da mobilização na luta pela terra) e a sua percepção a respeito das políticas públicas de acesso à terra.

De acordo com a afirmação de Minayo (2002, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

A coleta de informações qualitativas requer a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com os atores sociais relacionados ao estudo (MINAYO, 2002). De modo geral o pesquisador busca o entendimento das questões pesquisadas de acordo com a perspectiva desses atores e, posteriormente, faz a própria interpretação. A respeito, Chizzotti (1998) declara que devido ao caráter particular e subjetivo dessa abordagem ela não tem a pretensão de ser representativa quanto ao aspecto distributivo do fenômeno estudado.

Além disso, é preciso alertar para o caráter específico do estudo quanto aos contextos histórico, geográfico, socioeconômico, cultural e político. Em função de referidos contextos, o presente trabalho apresenta limites quanto à generalização da realidade empírica estudada, além de ser, como toda pesquisa, um processo inacabado e permanente.

O olhar do pesquisador, como atividade humana e social, traz consigo a carga de valores, preferências, interesses e princípios que o orientam (LUDKE e ANDRÉ, 1986). Ainda, a escolha dos caminhos a percorrer, os recortes, as decisões

e o fio condutor a ser seguido representam, aos olhos dos iniciantes na arte de pesquisar, um dos maiores desafios a ser vencido.

Nesse sentido Haguette (1992, p. 19) assevera que:

O arbítrio do pesquisador representa sua mais pesada carga de responsabilidade se admitirmos a complexidade e incomensurabilidade do real e o fato de que ele apenas faz uma leitura deste real; se admitirmos que a captação do real como um reflexo é uma utopia; se aceitarmos que a reprodução e a interpretação da realidade são problemáticas e que a multiplicidade de formas de convivência social juntamente com o intenso movimento das sociedades dificulta e, talvez, impossibilita a generalização dos achados de uma investigação e, conseqüentemente, a descoberta de regularidades.

Para auxiliar a análise e a avaliação do problema investigado procurou-se complementar as informações qualitativas com o aporte de alguns recursos baseados no método quantitativo. A caracterização do público estudado necessitou da quantificação de alguns dados objetivos, como por exemplo, a renda, a escolaridade etc. Além disso, foram utilizados dados da análise documental, dados secundários de pesquisas estatísticas e outros aportes, que serão detalhados na próxima seção.

De acordo com Richardson (1999), a utilização desses recursos pode contribuir para melhor delimitar o problema pesquisado, identificar características objetivas e reinterpretar as observações qualitativas na análise da informação.

### **1.2.1 Os instrumentos metodológicos**

Uma das estratégias adotadas na presente pesquisa foi o estudo de caso com a utilização de ferramentas qualitativas complementadas com dados quantitativos.

Os estudos de casos são geralmente empregados para o conhecimento de situações específicas, dentro de um sistema mais amplo, permitindo aprofundar as questões estudadas. O estudo de caso pode ou não contribuir para o entendimento de situações análogas, embora, segundo Minayo (1992, p. 102), na perspectiva qualitativa o interesse é “menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão”. De todo modo, essa estratégia contribui para

aumentar o entendimento de fenômenos sociais complexos dentro de um determinado contexto e a partir de uma unidade social considerada.

A principal ferramenta utilizada para coleta de informações foi a entrevista semi-estruturada, com o auxílio de um roteiro orientador. Segundo Haguette (1992, p. 86), “a entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Embora concordando com a definição da autora retrocitada, na presente pesquisa foram entrevistadas mais de uma pessoa simultaneamente, como foi o caso em que os entrevistados eram cônjuges e, algumas vezes, participaram das entrevistas dando algumas opiniões valiosas.

No método semi-estruturado as perguntas dependem do entrevistador, enquanto que o entrevistado tem ampla liberdade nas suas respostas, não se limitando a condições prefixadas pelo pesquisador. Além disso, esse método oferece a visão de diferentes atores envolvidos na investigação.

Como afirma May (2004, p. 145), “as entrevistas geram compreensões ricas das biografias, experiências, opiniões, valores, aspirações, atitudes e sentimentos das pessoas”. Cabe, no entanto, ao pesquisador observar as limitações do método e trabalhar o aprimoramento da sua aplicação, como será visto a seguir.

De acordo com Ludke e André (1986, p. 35-36), alguns cuidados e exigências com relação a essa técnica devem ser observados, tais como: a) o respeito pelo entrevistado; b) a capacidade de ouvir atentamente e estimular o fluxo das informações; c) o uso de um roteiro com os tópicos principais; d) o seu êxito depende das qualidades e habilidades do pesquisador.

Da mesma forma, Richardson (1999) chama a atenção do entrevistador no sentido de evitar atitudes autoritárias ou paternalistas, esclarecer as dúvidas e jamais manipular o entrevistado.

O roteiro orientador ou “temas-guia” utilizados nesse método de coleta de informações (entrevista semi-estruturada) contém as linhas básicas das questões a serem estudadas ou compreendidas. Ele é composto dos temas a serem pesquisados, com algumas perguntas e observações que funcionam como lembretes (Anexos A e B). Embora possa haver uma ordem dos temas, isso pode variar de acordo com o desenvolvimento da entrevista, devido à liberdade dada à fala do entrevistado. Para o registro desses diálogos foi utilizado o gravador, após a

devida autorização dos entrevistados. Além disso, o uso do diário de campo constituiu um importante recurso para anotações das percepções do pesquisador e outras informações observadas durante o período de coleta de informações.

Utilizou-se também um questionário (Anexo C) com questões fechadas para levantamento dos dados socioeconômicos, tais como: composição familiar, atividades econômicas, acesso a bens e serviços etc. Esses dados permitiram uma melhor avaliação do perfil dos entrevistados.

Outra técnica utilizada foi a análise documental, que possibilitou o melhor conhecimento do público estudado, a quantificação e a obtenção de alguns dados do seu perfil.

De acordo com Ludke e André (1986), a análise documental constitui uma fonte de dados estável e rica, com baixo custo e que complementa as informações e indica novos problemas. Assim, foram analisadas algumas pesquisas recentes de avaliação das políticas de acesso à terra que muito contribuíram para enriquecer o presente trabalho<sup>5</sup>.

A facilidade de acesso aos bancos de dados, arquivos e documentos das instituições envolvidas com o tema da pesquisa permitiu a ampliação do conhecimento do público estudado e a extrapolação de alguns resultados da pesquisa para além do estudo de caso. Essas instituições foram o Incra, a Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (SAR) e a Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

### **1.2.2 A definição do local e do público pesquisado**

A unidade espacial de estudo escolhida foi o município de Caçador (SC), localizado na microrregião geográfica de Joaçaba, pertencente à mesorregião Oeste Catarinense (Figura 1, p. 84). Essa grande região estende-se desde o vale do Rio do Peixe até a divisa com a República da Argentina, tendo ao sul o Rio Uruguai como limite natural com o Rio Grande do Sul e ao norte o limite com o estado do Paraná. Os aspectos históricos e as demais características do referido município serão apresentados no Capítulo 2 desta dissertação.

---

<sup>5</sup> As principais fontes consultadas foram: Buainain et al. (1999, 2002 e 2003), Camargo (2003), Nunes (2005) e Pereira (2004).

Com relação à escolha da área de estudo (município) foram realizados levantamentos prévios de dados e opiniões junto às instituições envolvidas no processo de reforma agrária de modo geral. Dentre essas, destacam-se principalmente o Incra e a SAR, além da Federação dos Trabalhadores do estado de Santa Catarina (Fetaesc), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs).

Para a definição do referido município, mais do que o seu nível de representatividade, foi necessário buscar algumas condições necessárias para a realização da pesquisa. Dentre essas condições foi considerada a presença dos seguintes fatores: a) número de famílias beneficiadas pelo Fundo de Terras do estado de Santa Catarina; b) número de famílias beneficiadas pelo programa Banco da Terra; c) número de demandantes do atual Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF); d) número de famílias excluídas do acesso à propriedade da terra, que não estão mobilizadas em acampamentos e ocupações de terra; e) número de famílias assentadas pelo Incra no município; f) número de famílias mobilizadas em acampamentos no município ou nas proximidades dele, com atuação efetiva do MST.

A presença das famílias beneficiadas com o Fundo de Terras e com o Banco da Terra, apesar de já terem o acesso à propriedade da terra, justifica-se uma vez que podem emitir importantes opiniões a respeito das respectivas políticas públicas. Além disso, podem contribuir com revelações acerca de outros aspectos dessa pesquisa, como por exemplo, os motivos da não mobilização na luta pela terra. Muitos desses agricultores têm filhos que são potenciais demandantes de terra, o que reforça a importância de suas opiniões. O mesmo pode-se dizer das famílias inscritas no PNCF. Todas essas famílias foram levantadas junto à SAR que disponibilizou as informações existentes em seus arquivos para consulta.

As famílias demandantes de terra e que não estavam mobilizadas na luta pela terra serão denominadas de Sem Sem<sup>6</sup>, neste estudo. Essas famílias foram

---

<sup>6</sup> Este termo é uma alusão ao termo idêntico empregado por Graziano da Silva (1999, p. 133) para designar uma parte da população rural mais pobre e marginalizada, como ele mesmo define: “[...] um conjunto de ‘sem-sem’, que além de terem perdido o acesso à terra, não tem o privilégio de estarem organizados no Movimento dos Sem Terra”. Outra referência a esse termo pode ser encontrada em Del Grossi (2001, p. 476), referindo-se também a um segmento de famílias rurais excluídas, conforme segue: “são os sem-terra e sem-emprego, os ‘sem-sem’ do meio rural brasileiro”. No presente trabalho esse termo com iniciais maiúsculas designa os trabalhadores rurais sem terra própria, sem uma perspectiva de acesso à propriedade da terra em curto prazo e ao mesmo tempo não mobilizados na luta pela terra.

identificadas através das estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pesquisas regionais, como é o caso daquela realizada por Silva *et al.* (2003).

A necessidade da presença de famílias acampadas e famílias assentadas pela reforma agrária tradicional, embora não façam parte do público alvo, se justifica em razão da possibilidade de escolha das famílias sem terra em adotar esse mecanismo de acesso à terra. Os dados referentes a tais famílias foram levantados junto ao Incra, que também disponibilizou todas as informações de seus arquivos.

A princípio foram pré-selecionados sete municípios que reuniram as condições acima citadas. A seguir foram escolhidos dois desses municípios e depois de muitas dúvidas a respeito da melhor opção chegou-se ao município de Caçador. O fator decisivo nessa escolha foi o número de potenciais demandantes do PNCF que indicava mais de quatro mil famílias no município escolhido, conforme dados do Plano de Implementação do Programa Nacional de Crédito Fundiário (SANTA CATARINA, 2004).

Esse plano constava de um documento oficial da SAR como exigência legal para assinatura do convênio entre o MDA e o governo estadual para liberação dos recursos do programa de crédito fundiário. Mais tarde, durante os trabalhos de campo, constatou-se que esses números estavam superestimados, talvez para pressionar o governo federal a liberar mais verbas para o estado na assinatura do referido convênio. No entanto, o critério não foi de todo infundado, pois o município está entre aqueles considerados com maior demanda pelo crédito fundiário.

Com relação à representatividade do município de Caçador, embora se reconheçam algumas características particulares, este se situa na mesorregião de maior demanda por terra no estado de Santa Catarina, sendo considerada, inclusive, de formação do MST no estado catarinense<sup>7</sup>. É uma região com forte presença de agricultura familiar e que possui algumas semelhanças com outras regiões do Sul do Brasil. É o caso do Sudoeste e parte do Oeste do Paraná, Alto Uruguai e parte da região das Missões no Rio Grande do Sul. Como afirma Bittencourt e Bianchini

---

<sup>7</sup> A principal referência para o início das atividades de organização do MST no estado de Santa Catarina está relacionada à ocupação da Fazenda Burro Branco, em 1980, no município de Campo Erê, noroeste do estado. Nos anos que se seguiram, o MST, com sede na cidade de Chapecó (oeste catarinense), articulou uma série de representações na região, que culminou com a ocupação de sete propriedades, em 25 de maio de 1985 (CAZELLA, 1992). Para maiores informações a respeito da formação desse movimento no estado ver Lisboa (1988).



(1996, p. 4), essas semelhanças “vão desde as origens da população e sua cultura, até as questões edafoclimáticas”.

Como mencionado anteriormente, o público alvo do presente estudo compreende as famílias ou pessoas “não mobilizadas na luta pela terra”. Dentro desse segmento fez-se ainda a distinção de quatro grupos de pessoas para facilitar o estudo. Assim, cada grupo está identificado com uma política pública de acesso à terra ou mesmo com a ausência dela. O público estudado foi assim agrupado: a) público atendido pelo Fundo de Terras do governo de estado ou público do Fundo de Terras; b) público atendido pelo Banco da Terra ou público do Banco da Terra; c) público inscrito no PNCF ou público do Crédito Fundiário; d) público sem terra própria e não mobilizado nas fileiras dos movimentos sociais ou público Sem Sem. No transcorrer do trabalho a referência a esses grupos de pessoas ou famílias será enunciada de acordo com essa nomenclatura. Do mesmo modo, a referência aos respectivos programas obedecerá a esse mesmo critério. No caso do uso do termo “crédito fundiário” com iniciais minúsculas, refere-se a todos os programas de financiamento da terra indistintamente.

Quando se define o público não mobilizado na luta pela terra é apenas uma tentativa de fazer um recorte para facilitar o trabalho do pesquisador. Não existe uma categoria teórica definida como tal, nem sujeitos estáticos incapazes de reagir a sua condição de sem terra e decidir pela mobilização nas fileiras dos movimentos sociais ou mesmo tomar outra atitude qualquer que lhes permita sair dessa condição.

A indicação das famílias a serem entrevistadas foi feita, principalmente, pelas lideranças do STR de Caçador (Sitruc) e por técnicos do escritório local da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A. (Epagri). Foi solicitada ao Sitruc e à Epagri a indicação de aproximadamente 6 nomes de pessoas pertencentes a cada grupo, sendo que os critérios para a indicação foram os seguintes: a) pertencerem a extratos socioeconômicos diferenciados, desde aqueles mais estruturados em termos de patrimônio ou mais capitalizados até aqueles menos estruturados ou descapitalizados; b) estarem localizados em comunidades ou linhas diferentes. A maioria das famílias Sem Sem foi indicada pelos próprios entrevistados durante o trabalho de campo propriamente dito. Tanto a Epagri, como o Sitruc tiveram dificuldade em indicar referido público, demonstrando certo

distanciamento do mesmo em relação a essas instituições. Esse assunto voltará a ser tratado na apresentação dos resultados da pesquisa.

O público escolhido foi o mais heterogêneo possível, com o objetivo de atingir as diferentes condições sociais e econômicas dos mesmos. Richardson (1999) recomenda, para uma pesquisa que utiliza a entrevista em profundidade, o número máximo de 20 entrevistas. Isso devido ao grande volume de informações e ao longo período de tempo exigido para a análise. No caso do público alvo da presente pesquisa foram realizadas 22 entrevistas, número considerado suficiente, quando também se constatou a repetição dos depoimentos, evidenciando a escassez de novas opiniões.

Cabe ressaltar que foram realizadas, também, entrevistas com técnicos e dirigentes governamentais, com as principais lideranças dos movimentos sociais e outros atores envolvidos com a questão do acesso à terra e apoio ao público estudado. Essas entrevistas foram realizadas no sentido de complementar a pesquisa, auxiliando no conhecimento do público estudado e das políticas públicas envolvidas neste trabalho.

Os principais órgãos e entidades que resultaram em entrevistas com alguns de seus representantes foram: Delegacia Regional do MDA em Santa Catarina, Incra/SC, SAR, Fetraf-Sul, Fetaesc, CPT, MST, Prefeitura Municipal de Caçador, escritório local da Epagri, Sitruc, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Caçador (CMDRS). A compreensão de cada um desses atores e a sua função em relação ao tema estudado ficará mais clara na apresentação dos capítulos subseqüentes. Para complementar o trabalho foram ainda entrevistados 2 desistentes do crédito fundiário, sendo um do Fundo de Terras do estado de Santa Catarina e o outro do Banco da Terra.

Foram realizadas 5 entrevistas com o público do Fundo de Terras, 5 do Banco da Terra, 6 do Crédito Fundiário e 6 do grupo dos Sem Sem, totalizando 22 entrevistas com os principais atores estudados. Além dessas, foram entrevistadas 7 lideranças de entidades sociais, 6 técnicos e dirigentes de órgãos governamentais e 2 desistentes do crédito fundiário. Com efeito, foram 37 pessoas entrevistadas durante o trabalho de campo propriamente dito, o qual será descrito na seqüência.

Vale ressaltar que um dos entrevistados do grupo dos Sem Sem, no momento da pesquisa estava em fase preparatória de mobilização para uma ocupação de terra no município de Caçador. No entanto, esse entrevistado foi

mantido no referido grupo (não mobilizado na luta pela terra), tendo em vista o valor das suas opiniões e declarações. Como não se trata de uma categoria teórica e sim de um agrupamento de pessoas para facilidade de estudo, a sua permanência, ao invés de prejudicar o trabalho, auxiliou a compreensão dos motivos da mobilização ou não dessas famílias.

Para melhor compreensão da composição do público pesquisado será apresentada a Tabela 1, a seguir, contendo os seguintes dados: o número total de beneficiários dos programas de crédito fundiário no município de Caçador, por grupo estudado; o número de entrevistados de cada grupo estudado; o número provável de Sem Sem informado pelo Sitruc, pela Epagri e por Mello (2005); e a percentagem dos entrevistados em relação ao total do público de cada grupo estudado.

**Tabela 1** – Composição do público estudado por grupo de entrevistados no município de Caçador (SC), 2005.

<b>Grupos pesquisados</b>	<b>Nº total do público estudado</b>	<b>Nº entrevistados</b>	<b>% Entrevistados</b>
Fundo de Terras	31	5	16,1
Banco da Terra	25	5	20,0
Crédito Fundiário	12	6	50,0
Sem Sem	500 <sup>1</sup>	6	1,2
<b>Total</b>	<b>568</b>	<b>22</b>	<b>3,9</b>

Fonte: Dados de Pesquisa maio/jun. 2005

<sup>1</sup>Mello (2005)

É possível extrair da tabela anterior o número total de beneficiários dos três programas de crédito fundiário no município de Caçador, os quais somam 68 famílias ou pessoas nos três grupos propostos para fins de estudo. Dessas famílias, resultaram 16 entrevistas, que perfazem 32,4% do público beneficiado com o crédito fundiário no município. Esse é um número significativo de entrevistas, ao mesmo tempo dá um maior respaldo ao presente trabalho.

Em relação ao grupo dos Sem Sem, a percentagem foi calculada em função do número estimado de demandantes fornecido pelos dirigentes do Sitruc e confirmados pelos técnicos da Epagri, além de estar contido no noticiário local, conforme Mello (2005).

### 1.2.3 A pesquisa de campo

O processo de entrevistas para coleta das informações ou trabalho de campo propriamente dito foi composto de três etapas distintas. As duas primeiras foram realizadas no município de Caçador e vizinhanças, nos períodos de 28 de março a 10 de abril de 2005 e de 22 de maio a 12 de junho de 2005, respectivamente. A terceira etapa aconteceu em Florianópolis em períodos esparsos entre os meses de julho e dezembro de 2005, devido à dificuldade de agendar as entrevistas com os dirigentes governamentais e as lideranças das federações de agricultores.

Na primeira etapa do trabalho de campo foram feitos o reconhecimento do município e os primeiros contatos com as lideranças e técnicos locais ligados aos agricultores familiares e trabalhadores rurais. Nesse sentido, contataram-se inicialmente responsáveis pelo Sitruc e técnicos da Epagri local, os quais deram apoio efetivo na indicação dos futuros entrevistados e as informações necessárias para a localização destes. Além disso, forneceram informações sobre o município e sobre os programas de acesso à terra e da agricultura familiar de maneira geral. Vale ressaltar que sem o apoio dessas duas entidades a pesquisa dificilmente teria sido realizada, pois as informações e indicações fornecidas abriram o caminho para se chegar à maioria dos entrevistados.

Minayo (2002) chama a atenção para os cuidados relativos à “entrada no trabalho de campo”. Uma das primeiras providências é a aproximação com as pessoas envolvidas com a área de estudo, principalmente aquelas que têm um vínculo com os sujeitos a serem entrevistados. Ao procurar o Sindicato e a Epagri a escolha foi adequada, pois ambas as instituições mantêm um bom nível de comunicação e respeito com os trabalhadores rurais. Essa impressão foi constatada pela reação e declaração dos entrevistados a respeito de referidas instituições. Ao apresentar o plano de estudo e os objetivos da pesquisa também houve receptividade por parte dos entrevistados, estabelecendo, de início, um clima de confiança e respeito com as pessoas contatadas.

Nessa fase do trabalho de campo foram realizadas as primeiras entrevistas para testar a aplicação do roteiro orientador e verificar possíveis ajustes nos temas propostos. Com relação a essa adequação do roteiro e mesmo das categorias estudadas, Haguette (1992) afirma que uma das vantagens dos métodos não-estruturados é sua flexibilidade e possibilidade de reformular o problema ao longo do

tempo. Desse modo, houve oportunidade de aperfeiçoamento do “roteiro-guia” a ser aplicado nas entrevistas, além da experiência e familiaridade do pesquisador com o tema e com o público alvo.

Ainda, durante a primeira etapa do trabalho houve um caso em que a entrevistada tentou agradar o pesquisador, elogiando as políticas de acesso à terra e os órgãos responsáveis por sua implantação. Com isso, percebeu-se que ela buscava o apoio para aprovação do seu projeto de financiamento da terra, que se encontrava paralisado no CMDRS há mais de um ano. Essa atitude pode ter sido influenciada pelo fato do pesquisador ter-se apresentado também como funcionário do Incra, além da sua condição de pesquisador. Em rigor, o acontecimento serviu como lição para a omissão dessa condição nas futuras apresentações.

Essa atitude é apontada por Haguette (1992, p. 89) quando aborda os “fatores que influenciam ou contaminam uma entrevista: motivos ulteriores – quando o informante pensa que sua resposta pode influenciar sua condição futura”. Nesses casos a autora alerta que “o pesquisador deve estar atento aos fatores limitantes da entrevista a fim de evitá-los quando possível ou aceitá-los quando inevitáveis, embora sabendo das distorções que podem provocar”.

Na segunda etapa do trabalho de campo foram realizadas as demais entrevistas com o público estudado, com os técnicos e lideranças locais e com os desistentes do programa de crédito fundiário. De maneira geral as entrevistas contemplaram um pré-agendamento, no qual eram expostos os objetivos da entrevista e o melhor horário, dia e local para realização da mesma. Nessa oportunidade havia um certo distanciamento dos sujeitos pesquisados em relação ao pesquisador (um elemento estranho na comunidade), fator que era amenizado quando se falava o nome do técnico da Epagri e/ou do representante do Sitruc.

Após o pré-agendamento alguns entrevistados telefonavam para o Sindicato ou para o escritório da Epagri, a fim de obter maiores informações a respeito da entrevista e do pesquisador. Além disso, notou-se que havia uma intercomunicação entre as pessoas contatadas de diferentes comunidades ou “linhas”<sup>8</sup>, como são chamadas no município. Essa troca de comunicação foi observada quando algumas pessoas procuradas pela primeira vez já demonstravam o conhecimento da

---

<sup>8</sup> As chamadas “linhas” são denominações das diversas comunidades rurais no município; são sinônimos de “travessões”, estradas que no processo de colonização ligavam o interior das colônias à sede da vila ou povoado (THOMÉ, 1993).

presença e do objetivo do pesquisador no município, com exceção daqueles sujeitos mais isolados ou distantes do centro urbano de Caçador.

Também, notou-se certo entusiasmo por parte de alguns entrevistados quando eram valorizadas as suas opiniões ou quando se sentiam ouvidos nas suas reclamações e reivindicações. O mesmo aconteceu ao saberem que estavam contribuindo com um trabalho que seria escrito e publicado.

Outra situação vivenciada durante os trabalhos de campo foi aquela em que os entrevistados davam respostas curtas, não estabeleciam um diálogo aberto e pareciam estar constrangidos para responder às perguntas, mesmo sendo estimulados a exporem suas opiniões livremente. Nesses casos, como afirma Richardson (1999, p. 214), o entrevistador é obrigado a fazer uso do roteiro orientador com mais freqüência para dirigir o processo, “pois o entrevistado falará pouco em resposta a cada pergunta, não dando muitas possibilidades de retomar aspectos por ele mencionados”.

As entrevistas foram realizadas, em sua maioria, nas residências das famílias pesquisadas, com exceção de três que se realizaram em locais diversos. Sempre que possível foi entrevistado o casal, embora um dos cônjuges, frequentemente o homem, é que falava em nome da família. Houve três casos nos quais as mulheres foram as candidatas ao crédito fundiário e também a pessoa que falou em nome da família. Em dois desses casos, os homens tinham o nome impedido perante o sistema financeiro para contrair o crédito no banco, razão pela qual o financiamento foi concedido à mulher.

Além do pedido de autorização para gravar as entrevistas houve um compromisso por parte do pesquisador de manter o anonimato do entrevistado. Nesse sentido, toda vez que se necessitar de alguma referência aos sujeitos entrevistados no decorrer deste trabalho será utilizado o número da entrevista precedido da letra “E” maiúscula (significando entrevista). Posterior a letra “E” e o número da entrevista, segue a sua condição atual quanto à posse e uso da terra (proprietário, arrendatário, parceiro, filho de agricultor ou trabalhador assalariado), acrescido do grupo pesquisado ao qual está vinculado (Fundo de Terras, Banco da Terra, Crédito Fundiário e Sem Sem) e, finalmente, a sua idade. No caso de cônjuge, a referência será precedida desta palavra. Quanto à referência a lideranças, técnicos e dirigentes governamentais, será citada essa condição, precedida do número da entrevista e no final a instituição a qual pertence.

O registro e referências às falas dos depoentes seguem a maneira pela qual eles se expressaram, sendo introduzidas pequenas correções na concordância e regência verbais, apenas para favorecer a compreensão dos relatos.

Em algumas instituições não foi possível realizar entrevistas com nenhum de seus membros durante o trabalho de campo. Isso se deveu a alguns desencontros, dificuldade de agendamento das entrevistas e o curto período de tempo dos trabalhos de campo. Foram os casos do Banco do Brasil (agente financeiro do crédito fundiário com representação no CMDRS), do Sindicato Rural (sindicato patronal com representação no CMDRS) e da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Estado de Santa Catarina (órgão que coordena as ações do governo do estado na região e com representação no CMDRS), todos do município de Caçador.

Após o trabalho de campo propriamente dito, quando da degravação das fitas, percebeu-se que em muitos casos poderiam ter sido aprofundados determinados temas que não estavam devidamente claros, mas já era tarde para retornar. Assim, além da autocrítica, aconselha-se ouvir as entrevistas logo após a sua realização, de modo que se possa retornar a campo, caso seja necessário (Richardson, 1999). No entanto, essa lacuna não chegou a prejudicar o trabalho, devido à quantidade de material recolhido. O período de transcrição das entrevistas também foi longo e cansativo, mas rico em informações, permitindo uma análise prévia dos resultados.

Alguns dados foram obtidos virtualmente, como foi o caso dos dados fornecidos pelo Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores Rurais (Cepagri) com sede em Caçador. Após contatos com dois colaboradores dessa instituição e explicados os objetivos do presente estudo, o pesquisador lhes encaminhou algumas perguntas e os dados necessários por meio de correio eletrônico. Referida instituição é responsável basicamente pelo apoio aos processos organizativos e de capacitação dos trabalhadores rurais, visando à consolidação de práticas alternativas de agricultura com bases agroecológicas<sup>9</sup>. Sua inclusão na presente pesquisa deveu-se à necessidade de investigar o nível de organização dos agricultores e as práticas agrícolas desenvolvidas no município de Caçador.

---

<sup>9</sup> Segundo Altieri (2002, p. 26): “Definida de forma mais ampla, a Agroecologia geralmente representa uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção”.

Do mesmo modo, foram solicitados à Ouvidoria Agrária Nacional (OAN), órgão do MDA, dados a respeito de acampamentos e ocupações de terra. Também, foram solicitados ao Incra e à SRA os dados referentes aos projetos de assentamentos, às famílias assentadas e aquelas atendidas pelo crédito fundiário. Todos esses dados foram prontamente fornecidos pelos respectivos órgãos.

A condição de agente da reforma agrária e funcionário do Incra abriu muitas portas e facilitou a obtenção de dados, informações, normas e outros documentos necessários ao presente trabalho. A propósito, é conveniente ressaltar o acesso facilitado que o pesquisador teve a todos os arquivos da SAR através da Gerência de Assuntos Fundiários (Geafu). Referidos arquivos armazenavam dados importantes referentes ao Fundo de Terras do Estado de Santa Catarina, Banco da Terra e PNCF, basicamente sobre processos de financiamento dos mutuários, estatísticas e relatórios diversos. Além disso, a Geafu permitiu o credenciamento *on-line* do pesquisador nos Sistemas de Informações Gerenciais (SIG) do PNCF, a saber: Sistema de Qualificação de Demanda (SQD) e Sistema de Avaliação da Contratação (SAC). Esses dois sistemas possuem informações gerais e atualizadas do programa de crédito fundiário em nível de Brasil, estados e municípios, além de outras específicas dos projetos e do perfil dos demandantes de Santa Catarina.

Finalmente cabe citar a participação do pesquisador, na condição de ouvinte, nas reuniões da Câmara Setorial Fundiária (Anexo E), órgão do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural do Estado de Santa Catarina (Cederural). Foram momentos importantes de observação e compreensão da política pública de crédito fundiário, enquanto muitas decisões eram tomadas e reivindicações eram expostas ao debate. A função e os objetivos dessa Câmara serão apresentados no Capítulo 5 deste trabalho.

### **1.3 Estrutura da dissertação**

Esta dissertação é composta por seis capítulos, além das considerações finais e recomendações. No capítulo introdutório são apresentados a contextualização do tema, o problema de pesquisa e os procedimentos metodológicos. No segundo capítulo são colocadas as principais questões conceituais do tema pesquisado, com abordagens sobre a origem e a formação do atual cenário da questão agrária brasileira até as questões específicas encontradas



no estado de Santa Catarina, que deságuam no problema pesquisado. A luta pelo acesso à terra é a marca impressa de uma continuidade histórica que produziu rupturas e emergências no cenário político brasileiro. Nesse cenário está colocado o Estado e suas políticas públicas como forma de amenizar os conflitos e atender parte da demanda imposta pela luta por terra.

No terceiro capítulo cuida-se de apresentar o município estudado e os respectivos contextos histórico, geográfico e socioeconômico. Tais contextos merecem destaque na medida em que respondem algumas perguntas em relação ao perfil do público pesquisado, suas escolhas e costumes. Nesse mesmo sentido, e baseado nas entrevistas realizadas, são apresentadas as características do público pesquisado, sua trajetória de vida, condições econômicas e sociabilidade local. Essa caracterização é um dos objetivos deste estudo investigativo, fornecendo informações para o adequado atendimento da demanda por terra via políticas públicas.

O quarto capítulo traz a discussão da principal pergunta feita no presente trabalho relativamente aos motivos que levam o público a não se mobilizar na luta pela terra. Sua visão, escolhas e opiniões são apresentadas e analisadas, buscando confirmar ou não as hipóteses formuladas nesta pesquisa.

No quinto capítulo são apresentadas as políticas públicas de crédito fundiário e realizada uma análise sobre suas aplicações no município estudado e no estado de Santa Catarina. Algumas comparações são feitas entre as diversas políticas implementadas e também sobre outros estudos realizados na região Sul do Brasil. O conhecimento dessas políticas auxilia a percepção de alguns dos seus aspectos positivos e das ações que precisam ser aperfeiçoadas para o cumprimento dos objetivos de combate à pobreza rural e fortalecimento da agricultura familiar.

No sexto e último capítulo apresentam-se a visão do público a respeito do crédito fundiário, a escolha, o processo de inscrição, a negociação da terra e os apoios recebidos. No final do capítulo é colocada a perspectiva do público em relação às políticas de acesso à terra e suas condições de vida. Nesse momento é destacada a visão do grupo dos Sem Sem, que constitui um segmento especial dentro do público estudado neste trabalho.

A título de conclusão do trabalho são apresentadas algumas considerações, assim como recomendações e novas questões que surgem no contexto do acesso à terra por meio de políticas públicas.

## 2 A QUESTÃO AGRÁRIA

A questão agrária pode ser entendida como a interação do conjunto de problemas relacionados, principalmente, à propriedade da terra, à luta pela terra, aos conflitos agrários, à produção agropecuária e extrativista, às políticas públicas voltadas para o campo, aos modelos de desenvolvimento e seus padrões tecnológicos, à dinâmica populacional e à relação rural-urbana. Como destacam Sampaio e Garcia Filho (2004), essa questão envolve as relações econômicas, sociais, culturais e políticas no meio rural.

Além dos problemas colocados, outras questões aparecem associadas ao tema a partir da década de 90, como as ambientais, de gênero, de geração e de segurança alimentar. Essa gama de problemas que se relacionam anuncia a complexidade do tema e a dificuldade de sua solução. Nesse sentido, o presente capítulo visa contextualizar a presente pesquisa dentro dessa trama de relações.

### 2.1 Origem e gênese

Para bem compreender a questão agrária brasileira faz-se necessário rever sua formação histórica cujo processo tem início na colonização portuguesa<sup>10</sup>. Com efeito, ao adotar um modelo baseado na concentração da propriedade fundiária e na exportação de alguns produtos tropicais, de certa forma, essa colonização influenciou o modo de apropriação da terra no país (MEDEIROS, 2003).

Durante a colonização portuguesa foi instituído o regime de capitanias hereditárias e o sistema de sesmarias sob os quais foram concedidas grandes extensões de terras a alguns poucos privilegiados. Esse regime de concessão e uso da terra, primeira expressão do latifúndio<sup>11</sup> no Brasil, gerou um dos primeiros problemas agrários no país: a luta pela terra e contra o cativo. Primeiramente foram os povos indígenas que lutaram por seus territórios e contra a escravidão e, posteriormente, os escravos negros que constituíram os quilombos, local de

---

<sup>10</sup> Os dados e a cronologia dos fatos aqui apresentados foram baseados principalmente em Fernandes (1999), Gomes da Silva (1994), Guimarães (1977), Martins (1983, 2000), Medeiros (1989, 2003), Paulilo (1998) e Veiga (1986).

<sup>11</sup> Segundo o dicionário Aurélio (1999), latifúndio é a “grande propriedade rural, especialmente a que tem grande proporção de terras não cultivadas e é explorada com técnicas de baixa produtividade”.

resistência e luta pela liberdade. Essas etnias, discriminadas e oprimidas durante séculos, lutaram e ainda lutam por seus direitos e pelo reconhecimento de suas terras.

A sociedade brasileira perdeu as poucas oportunidades históricas que teve para solucionar a questão agrária (MARTINS, 2000). Assim, em meados do século XIX, com a pressão internacional pela libertação dos escravos, iniciou-se a discussão sobre a apropriação e uso da terra no Brasil, que culminou com a edição da Lei de Terras do Império (Lei 601, de 1850). Nessa lei, cuja essência ainda continua em vigor, o acesso à propriedade da terra só era possível por meio da compra, extinguindo o regime de posses<sup>12</sup> e beneficiando os donos do capital.

Como afirma Martins (2003a), com o advento dessa lei estabeleceu-se o “cativeiro da terra”. Por um lado reforçou os latifúndios e por outro ampliou uma grande massa de trabalhadores livres e ao mesmo tempo excluídos do acesso à terra (escravos livres, mestiços, trabalhadores e imigrantes descapitalizados). Permaneceu, assim, a separação entre os trabalhadores e os meios de produção, favorecendo a consolidação da grande propriedade rural voltada, principalmente, para a exportação.

No século XIX aconteceram três episódios dos mais significativos na história do país: A Declaração da Independência, a Libertação dos Escravos com a Lei Áurea e a Proclamação da República. Esses fatos provocaram importantes mudanças sociais e políticas, mas não foram capazes de reverter as desigualdades sociais iniciadas no Brasil Colônia.

Durante a Primeira República ou República Velha (1889-1930), as oligarquias agrárias, compostas por grandes proprietários de terra, detinham o poder político-ideológico e econômico. Esse domínio não permitiu grandes alterações na estrutura fundiária, pois precisava de mão-de-obra livre para o trabalho na lavoura, o que resultou na larga entrada no país de imigrantes europeus e japoneses para esta finalidade.

---

<sup>12</sup> As pequenas posses eram admitidas às margens das grandes propriedades como fonte de mão-de-obra e de produção de alimentos para o mercado interno, desde a época colonial. Segundo afirma Buainain e Pires (2003, p. 3): “À medida que se expandia a monocultura de cana, a pequena exploração movia-se em busca de novas terras dentro dos vastos domínios da grande fazenda. Consolidou-se, portanto, ainda no período colonial, não apenas a concentração fundiária mas também a relação latifúndio minifúndio que marcaria tanto a estrutura fundiária como a dinâmica agrária brasileira”. Minifúndio é a propriedade ou posse de terra com dimensões insuficientes para a rentabilidade ou para o auto-sustento do conjunto familiar.

Ao contrário, o final desse século e o início do novo século foram marcados pelos mais violentos confrontos por terra na história do país. Consistiram nas lutas de caráter messiânico<sup>13</sup>, como as guerras de Canudos (1896-1897), na Bahia, e a do Contestado (1912-1916), na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina. Ambos os conflitos eram formados por trabalhadores rurais e pequenos posseiros, os quais foram brutalmente massacrados pelas forças do Exército Nacional, polícias dos estados e civis arregimentados para esse fim.

Como afirma Marés (2003, p. 104):

Os dois movimentos se parecem muito e são os maiores de um conjunto de outros que representam a reação contra a ofensiva da nascente república de desocupar terras de camponeses para integrá-las no sistema jurídico proprietário em nome da elite política e econômica.

A Revolução de 1930 derrubou do governo as oligarquias agrárias e promoveu avanços na legislação trabalhista urbana. Nesse período o movimento “tenentista”, iniciado em 1922 e constituído por jovens oficiais do exército, trouxe ao debate a reforma agrária<sup>14</sup>, cujas propostas foram derrotadas na Constituinte de 1934; uma clara demonstração da força política dos grandes proprietários. Apesar da emergência de um Estado forte, preocupado em regulamentar as relações de trabalho e incentivar o desenvolvimento das indústrias, a estrutura agrária baseada no latifúndio não foi alterada. Ao contrário, as relações de trabalhos rurais foram mantidas “no âmbito da tradição e os trabalhadores rurais como uma espécie de categoria residual da sociedade brasileira” (MARTINS, 2003c, p. 169).

Até meados do século XX, os debates sobre a questão agrária se restringiram a limitados círculos intelectuais e políticos. As iniciativas para solução dos problemas agrários foram tímidas, como foi o caso da “Marcha para o Oeste”<sup>15</sup> e a criação dos cinturões verdes ao redor das grandes metrópoles. Os conflitos por terra apresentaram-se de forma isolada e localizada e não resultaram em uma política de reforma agrária (MEDEIROS, 2003).

---

<sup>13</sup> Os movimentos messiânicos são aqueles que adotam um líder religioso o qual guia seus adeptos em direção à salvação, ou seja, o Messias.

<sup>14</sup> A reforma agrária, nesse caso, estava ligada à questão da democratização dos processos eleitorais, que por sua vez se relacionava ao controle político dos eleitores pelos grandes proprietários.

<sup>15</sup> Iniciativas para implementação de projetos de colonização nas áreas de fronteiras durante o Estado Novo (1930-1945).

No final dos anos 50 e início dos anos 60 do século passado, dentro de um contexto interno de relativas liberdades democráticas, a questão agrária começou a ser discutida com maior ênfase no país. Uma das correntes de pensamento colocava o latifúndio improdutivo como o principal obstáculo ao desenvolvimento do Brasil. Essa posição era defendida à época pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), formada por economistas e planejadores, tais como Celso Furtado. Assim, com o apoio de outros setores da sociedade, como o Partido Comunista Brasileiro e a Igreja Católica, surgiram os primeiros movimentos sociais organizados, tais como as Ligas Camponesas<sup>16</sup> e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Com a pressão dessas forças sociais, a reforma agrária foi colocada na pauta política do país como solução para os problemas agrários existentes. No entanto, ao sinal das primeiras ações nesse sentido e somado a uma série de outras conjunturas, veio o Golpe Militar de 1964. As organizações sociais em prol da reforma agrária foram sufocadas e seus líderes duramente perseguidos pela ditadura.

Nesse sentido, Esterici e Telles do Valle (2003, p. 11) afirmam que:

Pode-se dizer que a crescente organização dos trabalhadores rurais, a mobilização em torno da luta por terra e a perspectiva de realização de uma ampla redistribuição de terras estiveram entre as causas que levaram ao golpe militar em 1964. A repressão que então se abateu sobre os trabalhadores rurais e suas entidades foi avassaladora: intervenção nos sindicatos, prisões, tortura e assassinato de lideranças.

Mas, a pressão internacional por parte dos Estados Unidos da América para que os países latino-americanos realizassem uma melhor distribuição da terra, como forma de arrefecer os ânimos revolucionários, então existentes nesse continente, levou o Governo Militar (1964-1984) a tomar algumas medidas nesse sentido. Assim, durante esse período o Brasil passou a dispor do aparato jurídico-institucional necessário à realização da reforma agrária. Foi editado o “Estatuto da Terra” (Lei nº 4.504, de 30/11/1964), a primeira e mais completa lei sobre reforma agrária do Brasil, que possibilitava a desapropriação por interesse social como forma de acabar com as tensões sociais no campo. Criaram-se também os órgãos

---

<sup>16</sup> Movimento social de luta pela terra que surgiu em 1955 no Nordeste brasileiro, com o apoio do Partido Comunista Brasileiro e suas dissidências. Embora circunscrito ao Nordeste teve grande significado social e político para toda a classe de trabalhadores rurais brasileira, ganhando destaque na década de 50 e início dos anos 60. Nesta época adotaram como lema a “reforma agrária na lei ou na marra” (Medeiros, 2003).

responsáveis pela execução da política agrária: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), responsáveis pela política fundiária e pelo desenvolvimento agrário nas áreas reformadas, respectivamente. Em 1970, esses dois órgãos foram extintos e deram origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

No entanto, essas condições pouco significaram em termos de medidas concretas em direção às demandas dos trabalhadores rurais por terra. O programa implantado foi muito mais o da colonização oficial em áreas de fronteira, utilizado como “válvula de escape” para abrandar as tensões no Nordeste e Centro-Sul do país. Foi o caso de inúmeros projetos criados na Amazônia Legal, em terras do governo federal, visando também à integração dessa região à economia brasileira. Durante os governos militares pós-1964 foram instaladas cerca de 131,8 mil famílias nos programas oficiais de colonização, uma média de 6,6 mil famílias por ano (INCRA, 2000). Como afirma Medeiros (2003, p. 25), nesse período, “raras foram as desapropriações realizadas”.

A contradição no Governo Militar era evidente, se por um lado declarava oficialmente a função social da terra e criava os mecanismos para o seu cumprimento (por pressões externas), por outro inibia a ação dos movimentos sociais em prol da reforma agrária.

Como afirma Marés (2003, p. 108):

Todos sabiam na época que a promulgação [do Estatuto da Terra] era literalmente para americano ver, exigida pelos Estados Unidos, a ditadura militar jamais pensou pôr em prática e a Lei restou letra morta, invocada pela esquerda e desprezada pela direita no poder.

Além disso, o processo de modernização tecnológica da agropecuária, intensificado nesse período, deixou a reforma agrária em segundo plano e privilegiou o apoio às grandes propriedades com créditos subsidiados e incentivos fiscais (DELGADO, 1985 *apud* MEDEIROS, 2003). Esse processo consistiu no uso intensivo da mecanização, dos insumos químicos e das variedades melhoradas, sendo, por isso, poupador de mão-de-obra e socialmente excludente.

A conjugação dos fortes interesses das oligarquias rurais e da burguesia industrial, com a intervenção direta do Estado, resultou em uma estratégia de

modernização conservadora<sup>17</sup> da agricultura. Como afirma Wanderley (2003, p. 57), os critérios de apoio aos latifundiários foram políticos e não necessariamente econômicos ou técnicos.

Martins (2003b, p. 135) revela essa aliança entre o capital e o latifúndio, com o apoio do Estado.

Na ditadura militar, com sua política de modernização excludente, o que os militares e o governo ditatorial fizeram foi promover um grande acordo político entre os grandes proprietários de capital e os grandes proprietários de terra. Esse casamento criou uma nova versão da aliança entre o Estado e as oligarquias que perdura ainda e, ao que parece, vai perdurar durante muito tempo.

As transformações daí resultantes podem ser assim evidenciadas: por um lado aumentou o nível de produção e produtividade na agricultura, por outro elevou a concentração da terra e da renda e provocou o maior êxodo rural da história do país. De acordo com Gasques e Conceição (2000), o índice de Gini<sup>18</sup> para a distribuição da terra passou de 0,839 na década de 60 para 0,857 na década de 80, agravando a estrutura fundiária já fortemente concentrada. Do mesmo modo, Hoffmann (2004) assevera que a concentração de renda da população economicamente ativa (PEA) no meio rural aumentou significativamente no mesmo período.

A expansão acelerada da empresa capitalista na agropecuária forçou aproximadamente 28 milhões de pessoas a migrarem do campo para as cidades nesse período (MARTINE e GARCIA, 1987). Como consequência desse processo houve o inchaço das cidades, o crescimento das favelas, o aumento da violência urbana e no campo, o aparecimento de grande contingente de trabalhadores temporários também conhecidos como “bóias-frias”<sup>19</sup> e os problemas ambientais causados pela intensificação da exploração agrícola.

Em função dos problemas agrários, decorrentes desse modelo de desenvolvimento, houve “lutas esparsas por terra” em todo o país e reações favoráveis de alguns setores da sociedade, mesmo sob o regime autoritário militar. Nesse sentido vale ressaltar o papel da Confederação Nacional dos Trabalhadores

<sup>17</sup> A expressão foi cunhada posteriormente para caracterizar esse processo que modernizou as *forças produtivas*, mas manteve praticamente inalteradas as *relações sociais* que sustentavam a grande propriedade e as empresas rurais no Brasil.

<sup>18</sup> O índice de Gini mede o grau de concentração na distribuição de uma determinada riqueza ou renda. Varia de “zero” a “um”, quanto mais próximo a um, maior a concentração.

<sup>19</sup> Bóia-fria significa refeição fria. Os trabalhadores avulsos são recolhidos pela manhã para o trabalho no campo e levam consigo uma marmita para alimentação durante o dia, comendo-a geralmente fria, daí resultou o nome.

na Agricultura (Contag) que canalizou as reivindicações dos sindicatos a ela filiados, favoráveis aos direitos trabalhistas e à reforma agrária pela via desapropriatória. Contudo, foi a participação da Igreja Católica, com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975, que começou a dar apoio e consistência à organização dos trabalhadores rurais na luta pela terra, para viver e produzir (MEDEIROS, 2003).

Assim, no início da década de 80 surgem novos movimentos sociais que, como afirma Medeiros (1989, p. 211), “[...] trouxeram à luz grupos sociais diferenciados, portadores de reivindicações distintas, mas que tinham algo em comum: o questionamento do lugar que lhes fora imposto no interior da sociedade”. Entre esses movimentos destacam-se: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, após diversas manifestações e luta pela terra desde o final da década de 70; os atingidos pelas barragens oriundas da implantação das usinas hidrelétricas que lutaram desde 1979 e culminou com a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em 1989; o movimento de resistência dos seringueiros que, especialmente no Acre, lutava contra o desmatamento e o domínio das suas terras pelos pecuaristas, criando o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), em 1985 (MEDEIROS, 2003).

Esses movimentos, somados ao movimento sindical e a outros setores como a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a CPT, o Partido dos Trabalhadores (PT) e as organizações não-governamentais (ONGs) de cunho social, recolocaram a reforma agrária na pauta política do país. A propósito, a luta pela terra e a dinâmica desses movimentos, especialmente a do MST, aparecerá no decorrer do presente trabalho.

Ainda na década de 80, os movimentos sociais intensificaram as ocupações de terras e a criação de acampamentos, os quais foram transformados em estratégias de luta, consolidando-se uma nova identidade política, os “Sem Terra”<sup>20</sup> (MEDEIROS, 2001). Além das ocupações e acampamentos, outras estratégias são incorporadas às ações dos movimentos sociais e dos sindicatos de trabalhadores rurais que também passam a aderir-las, tais como: marchas, romarias, bloqueio de estradas, ocupação de prédios públicos, vigília, saques etc. Essas manifestações deram visibilidade social e política às lutas por terra e aos Sem Terra.

---

<sup>20</sup> Nesta dissertação será usado o termo “Sem Terra”, segundo Caldart (2000), quando se referir ao nome do sujeito constituído na luta pela terra e organizado pelos movimentos sociais. As letras maiúsculas indicam a condição de nome próprio.



Após a abertura política, com a posse do governo Sarney, em 1985, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), com a previsão de desapropriar 43 milhões de hectares para atender 1,4 milhão de famílias, no período de cinco anos (1985-1989). No entanto, as metas atingiram apenas 89,9 mil famílias, 6,4% do previsto (INCRA, 2000). Tal fato foi consequência direta das pressões contrárias exercidas pelas forças políticas dos grandes proprietários de terra<sup>21</sup>, que em reação à emergência dos movimentos sociais formaram a União Democrática Ruralista (UDR), em 1985. Essa entidade, além dos métodos tradicionais de repressão e violência contra os trabalhadores rurais, utilizou a bandeira da livre iniciativa e da propriedade privada para angariar alianças políticas com os empresários do setor industrial e financeiro (MEDEIROS, 1989). Desse modo, contribuíram para a frustração não só do PNRA, mas, também, de grande parte das propostas favoráveis à reforma agrária apresentadas na Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, fato que demonstrou, mais uma vez, a superioridade política das elites agrárias no controle das decisões do Estado em relação à questão agrária.

O resultado dessa disputa política foi a aprovação de apenas três artigos na nova Constituição Federal (CF/88), relacionados ao tema da desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, cuja matéria ficou para posterior regulamentação em lei ordinária<sup>22</sup>. Esse processo de regulamentação durou cinco anos, período no qual o Incra ficou sem os instrumentos jurídicos para realizar a reforma agrária. Além disso, um dos incisos aprovados (inciso II, artigo 185, CF/88) torna insuscetível de desapropriação a “propriedade produtiva”<sup>23</sup>, limitando a desapropriação da grande propriedade por descumprimento da legislação trabalhista, ambiental e que favoreça o bem-estar dos que nela vivem<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> Essa força política era representada no Congresso Nacional pela “bancada ruralista”. Esse termo, comumente, é usado para nomear o conjunto de parlamentares que defende os interesses dos grandes proprietários de terra e das empresas agropecuárias. Durante a Constituinte de 1988 estavam ligados principalmente à UDR, Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), Sociedade Rural Brasileira (SRB) e à Confederação Nacional de Agricultura (CNA).

<sup>22</sup> A respeito desse episódio foram escritos diversos artigos, inclusive o livro “Buraco Negro”, de Gomes da Silva (1989).

<sup>23</sup> A propriedade produtiva é aquela que cumpre os níveis de produtividade e produção determinados nas leis e normas que foram editadas subsequentes à CF/88.

<sup>24</sup> A polêmica gerada por essa aparente antinomia foi recentemente superada por um parecer jurídico do MDA em conjunto com a Advocacia Geral da União. Esse parecer evidencia que o descumprimento das cláusulas trabalhistas e ambientais permite a desapropriação dos imóveis independente da produção econômica dos mesmos. Para maiores esclarecimentos ver Pinto Junior e Farias (2005).

Nesse sentido Medeiros (2003, p. 40) analisa:

A nova legislação tornou insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária as pequenas e médias propriedades rurais, bem como a propriedade produtiva. Com essas restrições, inviabilizou desapropriações, até que fosse regulamentado o tema por meio de uma legislação própria, o que só foi feito cinco anos mais tarde.

Vale ressaltar, no entanto, que os princípios de cumprimento da função social da grande propriedade, previstos no Estatuto da Terra, foram mantidos integralmente no texto constitucional. A função social que condiciona a propriedade da terra à sua utilização, relativizando o conceito da propriedade absoluta e inquestionável, foi uma das poucas idéias defendidas e aprovadas na CF/88, cujo teor ainda continua em vigor, sendo regulada atualmente pela Lei nº 8.629/93<sup>25</sup>.

O governo Collor (1990-1992), por seu turno, não cumpriu a promessa feita durante a campanha presidencial de assentar 500 mil famílias, eis que apenas 38,4 mil famílias foram atendidas (INCRA, 2000). Entre algumas medidas propostas nesse governo destaca-se a tentativa de institucionalização das “bolsas de arrendamento e parceria” como alternativa de acesso à terra. Tratava-se do aluguel de terras para os trabalhadores rurais com o aval do Estado (MEDEIROS, 2002).

Outra medida foi a edição do Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992, que dispõe sobre a aquisição de imóveis rurais para fins de reforma agrária, por compra e venda. Ambas as medidas sinalizam a introdução de mecanismos de mercado para mediação do acesso à terra em detrimento da utilização da desapropriação por interesse social.

O governo Itamar Franco (1992-1994) elaborou um programa emergencial para o assentamento de 80 mil famílias, mas só foi possível atender 21,7 mil famílias (INCRA, 2000). Durante esse governo, a retomada das ações para a implantação de novos projetos de assentamentos, embora tenha sido lenta, foi mais promissora do que no governo anterior. Foi editada a Lei Agrária (Lei nº. 8.629, de 25.02.1993) que regulamenta os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, permitindo novamente ao INCRA a desapropriação por interesse social.

---

<sup>25</sup> A Lei nº. 8.629/93 regula a desapropriação por interesse social, que condiciona o imóvel rural ao cumprimento da sua função social. Ou seja, com aproveitamento racional e adequado, utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente, observância das disposições que regulam as relações de trabalho e exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores rurais que nela trabalham (INCRA, 2002).

Logo a seguir foi editada a Lei do Rito Processual ou do Rito Sumário (Lei Complementar nº. 76, de 06.07.1993) que dispõe sobre os procedimentos judiciais da desapropriação dos imóveis rurais passíveis de serem incorporados à reforma agrária. A partir de então, estavam restabelecidos os instrumentos jurídicos, sem os quais o Poder Judiciário ficou impossibilitado de realizar as desapropriações após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Nos dois mandatos do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), de 1995 a 1998 e de 1999 a 2002, a luta pela terra e os conflitos agrários se intensificaram, dando maior visibilidade nacional e internacional aos problemas agrários do país. Houve um aumento significativo das ocupações de terra e da proliferação dos acampamentos de Sem Terra, organizados principalmente pelo MST e em alguns casos pelos sindicatos ligados à Contag. Segundo dados do INCRA, as ocupações de terras passaram de 145 em 1995 para 446 em 1998, enquanto que as famílias acampadas no mesmo período passaram de 30 mil para 66 mil (INCRA, 2002).

Dois acontecimentos relacionados à questão agrária marcaram com sangue o início do governo FHC: os massacres de Corumbiara/RO e de Eldorado de Carajás/PA. No primeiro, ocorrido em agosto de 1995, sucederam diversas mortes em uma operação de despejo realizada à noite e, portanto, de forma ilegal (MEDEIROS, 2003). No segundo, em abril de 1996, 17 trabalhadores sem terra foram mortos pela polícia militar do estado do Pará, quando participavam de um bloqueio de estrada em uma manifestação política. Esses fatos geraram uma forte onda de protestos e manifestações contra a impunidade e em favor da luta social por reforma agrária no país. Frente a esses acontecimentos o governo federal tomou algumas medidas para diminuir as tensões existentes, entre as quais a criação do Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária, mais tarde transformado no atual Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Em função da pressão exercida pelos movimentos sociais e diversos setores da sociedade, alguns avanços e conquistas foram obtidos na área da reforma agrária e de apoio à agricultura familiar. Um dos resultados imediatos foi o aumento do número de assentamentos. Nos dois períodos de governo foram assentadas

524,4 mil famílias<sup>26</sup>, resultando em 65,5 mil famílias atendidas anualmente, número muito superior aos governos anteriores (BRASIL, 2003a).

Esse aumento do número de desapropriações de terra e de projetos de assentamentos rurais, por sua vez, produziu múltiplos efeitos no plano nacional e principalmente local<sup>27</sup>. Como consequência houve o fortalecimento das demandas das famílias assentadas e a consolidação de uma nova categoria: a dos “Assentados”<sup>28</sup> (MEDEIROS, 2001).

Outro fato importante acontecido nesse período foi a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>29</sup>, em 1995, resultado de intensa negociação entre a Contag/CUT e o governo federal. Referido programa consistiu na primeira política agrícola diferenciada em favor de amplos segmentos da produção familiar brasileira, proporcionando, mesmo de forma incipiente, crédito produtivo, infra-estrutura à produção e capacitação aos agricultores familiares (MATTEI, 2001).

Por outro lado, Veiga (2000, p. 177), baseado nos dados censitários do IBGE de 1995, estima que 40 a 50 mil famílias saíram anualmente da atividade agrícola, entre 1992 e 1995. Supondo que a desistência da atividade agrícola continue acontecendo, o autor afirma que a ação de assentamentos no primeiro governo FHC é praticamente uma compensação pelo volume de evasão dos pequenos agricultores. Esse mesmo entendimento é compartilhado por Abramovay (1998) e Fernandes (2001a, 2004). Além disso, outras deficiências ocorreram durante o governo FHC, principalmente na área de assistência técnica e de infra-estrutura nos projetos de assentamento. Esse panorama manteve um alto nível de tensões sociais no campo, apesar dos assentamentos realizados.

---

<sup>26</sup> Embora exista polêmica com relação ao número de famílias atendidas, é fato que esse foi o período no qual houve o maior número de desapropriações e assentamentos na história do INCRA (MEDEIROS, 2003).

<sup>27</sup> Para aprofundamento desse tema consultar “Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro” de Leite *et al.* (2004). Esta obra contempla um importante e intenso trabalho de pesquisa realizado, recentemente, em todo o Brasil, na qual se analisam os impactos econômicos, políticos e sociais gerados pelos projetos de assentamentos rurais da reforma agrária e cujos resultados qualificam a experiência.

<sup>28</sup> No presente trabalho o termo “Assentado” refere-se àquelas famílias ou pessoas que obtêm o acesso à terra por meio da política pública de reforma agrária tradicional. Também são usadas letras maiúsculas indicando a condição de nome próprio em consonância com o mesmo princípio adotado para o termo “Sem Terra” utilizado por Caldart (2000).

<sup>29</sup> Para maiores esclarecimentos a respeito das diversas linhas de financiamento do Pronaf ver o Anexo D ou acessar o *site* do MDA que trata especificamente desse crédito ([www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br)).

No primeiro ano do atual governo Lula foi elaborado o segundo Plano Nacional de Reforma Agrária (II PNRA) com uma meta de assentamento de 400 mil famílias. Nos dois primeiros anos desse governo houve alguns avanços quanto ao apoio à agricultura familiar de maneira geral. São os casos da definição e ampliação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que se destina aos pequenos agricultores, e da melhoria e ampliação do Pronaf.

No entanto, em relação ao acesso à terra os dados empíricos apontam para uma lentidão na condução do processo, o que pode ser evidenciado pelo revigoramento dos acampamentos e das ocupações de terra e pelo não cumprimento das metas de assentamentos nos dois primeiros anos de governo. Segundo os dados da Ouvidoria Agrária Nacional do MDA, no período entre 2002 e 2005 foram constatados os seguintes dados de conflitos no campo: o número de acampamentos passou de 457 para 2,2 mil; o número de famílias acampadas aumentou de 51,9 mil para 222,7 mil, e as ocupações de terra passaram de 103 para 221 (BRASIL, 2005a e 2005b).

Ainda, nos dois primeiros anos do governo Lula as metas de assentamentos previstas não foram cumpridas, como mostram os dados do INCRA constantes no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), relatório Sipra nº 227/2003 e o próprio balanço de gestão do órgão em 2004 (BRASIL, 2005d; INCRA, 2004a e 2005a). De acordo com essas fontes, em 2003 foram assentadas 19,3 mil famílias em novos assentamentos para uma meta de 30 mil (64,3%) e em 2004 o INCRA assentou 81,2 mil famílias, ou seja, 70,6% da meta estipulada no II PNRA para o ano. Em 2006, o INCRA divulgou relatório anunciando a superação da meta do ano de 2005 com o assentamento de 127,5 mil famílias (INCRA, 2006).

No entanto, a mesma discussão ocorrida na gestão FHC a respeito do número de famílias assentadas se repete no atual governo. A discussão ocorre relativamente ao cômputo dos reassentamentos em projetos antigos, dos assentamentos feitos pelos governos estaduais e das áreas de regularização de posses (FERNANDES, 2004; FREI BETO, 2005; OLIVEIRA, 2006).

O fato é que o Brasil chegou ao século XXI sem resolver os principais problemas que se destacaram até então na questão agrária. Entre eles as concentrações de terra e de renda, que provocam a exclusão social de milhares de famílias que têm sede por terra e por uma vida digna no campo. Como afirma Martins (2000), a complexidade desses problemas e, principalmente, a ausência de

um consenso político a respeito das possíveis soluções para a questão agrária brasileira indicam que não há solução de curto prazo para essa questão.

## 2.2 O acesso à terra

Um dos principais problemas da questão agrária no país, que requer uma solução urgente, é o acesso à terra por parte de uma grande massa de trabalhadores do campo. De acordo com Buainain e Pires (2003, p. 36) o acesso à terra “é um dos fatores estruturais que respondem pela desigualdade social e pobreza rural e urbana que caracteriza o país”.

Existem diversas formas de acesso à terra de acordo com as condições disponíveis aos demandantes e sua disposição em nela permanecer. Desde a compra direta, a doação, o sistema de herança e de usucapião<sup>30</sup> que, na maioria das vezes, não é acessível ou atende uma parcela mínima de famílias ou pessoas pobres do campo. Passam pelas formas de acesso precário à terra: o arrendamento<sup>31</sup>, as diversas formas de parcerias<sup>32</sup>, a condição de morador<sup>33</sup> e o sistema de posse sem título da terra, situações que não permitem uma segurança quanto à permanência na terra<sup>34</sup>. Há, ainda, o acesso à terra por meio de políticas públicas, cujo processo mais conhecido é comumente denominado de reforma agrária, que será tratada mais adiante.

---

<sup>30</sup> Usucapião da terra é uma forma legal de aquisição de uma propriedade rural pela posse pacífica e ininterrupta por um período mínimo de cinco anos.

<sup>31</sup> O arrendamento é uma forma de aluguel de terras, no qual é feito um contrato escrito ou verbal para o pagamento de uma quantia em dinheiro ou valor correspondente em produtos agropecuários, também conhecido como “renda” da terra.

<sup>32</sup> As parcerias são diversas formas de contratos em que não se negociam valores em dinheiro, mas uma porcentagem sobre a colheita, cuja contrapartida é o trabalho do parceiro. Quando esta porcentagem é de 50% da produção ou da renda obtida, também se usa o termo “meação” e ao trabalhador rural se dá o nome de “meeiro”.

<sup>33</sup> O morador é aquele que mora de favor na terra alheia, pode ser um parente ou não. Eventualmente presta serviços na propriedade.

<sup>34</sup> Nesses casos, não existe a garantia de permanência quando solicitada a devolução da terra pelo seu titular. Por isso é usado também o termo “estatuto precário” da terra. Segundo Brumer (1993), no Brasil, o arrendamento e as parcerias são instrumentos de curta duração, apresentam condições raramente aplicadas e com poucas garantias.

### 2.2.1 A concentração da terra

Como foi visto na seção anterior, de uma maneira geral os trabalhadores rurais foram privados do acesso à terra, principalmente com o advento da Lei de Terras e com o processo de modernização conservadora da agricultura.

Independente da fonte de dados utilizada é possível identificar que, ao longo do tempo, não houve qualquer tendência significativa de redução da desigualdade na distribuição da posse da terra no país (BANCO MUNDIAL, 2001; SPAROVEK, 2003). Essa constatação demonstra que as intervenções por parte do governo federal, nesse aspecto, não têm alterado a estrutura fundiária brasileira. É como se observa na Tabela 2, a seguir.

**Tabela 2** – Evolução do Índice de Gini para distribuição de terras no Brasil, Regiões e Santa Catarina no período de 1950 a 2001.

<b>Brasil/ Regiões/UF</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1975</b>	<b>1980</b>	<b>1985</b>	<b>1995</b>	<b>1999<sup>1</sup></b>	<b>2001<sup>2</sup></b>
NORTE	0,944	0,944	0,831	0,863	0,841	0,812	0,820	0,785 <sup>3</sup>	0,720 <sup>3</sup>
NORDESTE	0,849	0,845	0,854	0,862	0,861	0,869	0,859	0,815	0,869
C. OESTE	0,833	0,901	0,876	0,876	0,861	0,857	0,831	0,794	0,799
SUDESTE	0,763	0,772	0,760	0,761	0,769	0,772	0,767	0,749	0,798
SUL	0,741	0,725	0,725	0,733	0,743	0,747	0,742	0,799	0,756
Santa Catarina	0,669	0,665	0,644	0,656	0,677	0,682	0,671	0,674	0,735
<b>BRASIL</b>	<b>0,840</b>	<b>0,839</b>	<b>0,843</b>	<b>0,854</b>	<b>0,857</b>	<b>0,857</b>	<b>0,856</b>	<b>0,836</b>	<b>0,843</b>

Fonte: De 1950 a 1995 – Extraído e adaptado de Gasques e Conceição (2000, p. 95), baseado no Censo Agropecuário 1995-1996/IBGE.

<sup>1</sup> Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios (PNAD) de 1999\* – Hoffmann (2001, p. 450).

<sup>2</sup> PNAD de 2001\* – Ney e Hoffmann (2003, p. 131).

<sup>3</sup> Exclusive empreendimentos de pessoas residentes na área rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP.

\* Os dados das PNADs de 1999 e 2001 referem-se aos empreendimentos com áreas maiores do que 0,05 ha e menores do que 10.000 ha e a distribuição por regiões se baseia no local de domicílio da pessoa pesquisada.

Na Tabela 2, o cálculo dos índices para os anos de 1999 e 2001 utilizam os dados das PNADs, enquanto os índices de 1950 a 1996 baseiam-se no Censo Agropecuário dos anos 1995-1996. Em rigor, não é possível fazer comparações precisas a respeito da evolução da estrutura fundiária considerando os dois períodos destacados. Mesmo assim, é possível visualizar que, na maioria das regiões, não houve grandes alterações na concentração da terra.

Nesse sentido, um relatório do Banco Mundial a respeito do combate à pobreza no Brasil, de dezembro de 2001, aponta que “a estrutura agrária brasileira permaneceu em grande parte inalterada durante os últimos 25 anos, nos quais grandes propriedades têm coexistido com um número muito maior de pequenas propriedades agrícolas” (BANCO MUNDIAL, 2001, p. 46).

Segundo as escalas de concentração fundiária, conforme a Tabela 3 que segue, o índice de Gini no Brasil apresenta uma “concentração muito forte”.

**Tabela 3** – Escalas de concentração da propriedade fundiária para o índice de Gini

<b>ÍNDICE DE GINI</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>
Até 0,100	Concentração nula
De 0,101 a 0,250	Concentração fraca
De 0,251 a 0,580	Concentração média
De 0,581 a 0,700	Concentração forte
De 0,701 a 0,900	Concentração muito forte
Acima de 0,900	Concentração tendendo à absoluta

Fonte: Câmara (1949) *apud* Silva *et al.* (2003, p.18).

Essa forte concentração de terra pode ser melhor visualizada na Tabela 4. De um modo geral, observa-se que 73,7% dos imóveis cadastrados no Incra (mais de 3 milhões de imóveis) possuem abaixo de 50 ha e ocupam apenas 12,0% da área total cadastrada, enquanto que 3,5% dos imóveis maiores que 500 ha (144 mil imóveis) ocupam 56,1% da área cadastrada. Outro fato observado é a forte presença de minifúndios, que pode ser evidenciado pelo estrato de área abaixo de 10 ha, correspondendo a 31,6% do total de imóveis.

**Tabela 4** – Estrutura fundiária do Brasil, 2003.

<b>Estratos de área total (ha)</b>	<b>Nº imóveis</b>	<b>% dos imóveis</b>	<b>Área total (ha)</b>	<b>% de área</b>	<b>Área média (ha)</b>
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,0	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a 50	684.237	16,1	24.141.638	5,8	35,3
De 50 a 100	485.482	11,4	33.630.240	8,0	69,3
De 100 a 500	482.677	11,4	100.216.200	23,8	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2000	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
<b>Total</b>	<b>4.238.421</b>	<b>100,0</b>	<b>420.345.382</b>	<b>100,0</b>	<b>99,2</b>

Fonte: Cadastro do Incra, situação em agosto de 2003 (BRASIL, 2003a, p. 11).



Algumas áreas onde se desenvolveu um processo de colonização baseado em pequenas propriedades familiares, com imigrantes europeus, constituem-se em raras exceções no território brasileiro. Entre essas áreas destacam-se algumas regiões do Espírito Santo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul (HOFFMANN, 2004, p. 10).

Além disso, cabe ressaltar a existência de algumas áreas com elevada concentração de projetos de assentamentos e alta densidade de famílias assentadas por unidade territorial, denominadas de “manchas” na pesquisa de Leite *et al.* (2004). Essas manchas são típicas áreas reformadas onde a concentração da terra foi corrigida pelo processo de reforma agrária.

A propósito, o processo de colonização em Santa Catarina se desenvolveu com a ocupação da fronteira agrícola, principalmente, por colonos de origem italiana e alemã, em pequenas unidades chamadas de “colônias”<sup>35</sup> e a utilização de mão-de-obra familiar (TESTA *et al.*, 1996). Mesmo assim, o Estado de Santa Catarina foi classificado com uma “concentração forte” de terra até 1999, passando a “muito forte”<sup>36</sup>, em 2001, de acordo com as Tabelas 2 e 3. Aliado a isso, o estudo da questão agrária em Santa Catarina aponta diversos problemas que são evidenciados, entre outros fatores, pelo elevado êxodo rural, pelos conflitos sociais existentes no campo, pela presença dos acampamentos de Sem Terra e pela excessiva fragmentação da pequena propriedade (TESTA *et al.*, 1996).

Os dados apresentados na Tabela 5 demonstram que o percentual de áreas abaixo de 10 ha (7,63%), no estado catarinense, é bem maior do que aquele encontrado no país (1,8%). Do mesmo modo, evidenciam um maior número de propriedades abaixo de 50 ha, que correspondem a 92% do total de imóveis e ocupam uma área correspondente a 50,2% da área cadastrada. Enquanto isso, apenas 0,7% dos imóveis (1,23 mil) possui área maior do que 500 ha e perfazem 17,8% da área cadastrada, sendo esta, proporcionalmente, bem menor do que aquela encontrada no país como um todo (56,1%).

---

<sup>35</sup> O termo aqui utilizado refere-se ao lote de terra, geralmente de 24,2 ha, vendido pelas empresas colonizadoras particulares aos imigrantes. No entanto, pode designar também toda a área colonizada, incluindo o núcleo populacional que se forma durante o processo de colonização.

<sup>36</sup> Não foi encontrada nesta pesquisa uma explicação para o aumento do índice de Gini no período considerado.

**Tabela 5** – Estrutura fundiária de Santa Catarina, 2003.

<b>Estratos de área total (ha)</b>	<b>Nº de imóveis</b>	<b>% dos imóveis</b>	<b>Área total (ha)</b>	<b>% de área</b>	<b>Área média (ha)</b>
Até 10	105.230	38,1	551.754	7,63	5,24
10 a 25	107.866	39,2	1.722.527	23,84	15,96
25 a 50	40.394	14,7	1.353.882	18,74	33,51
50 a 100	12.612	4,60	840.920	11,64	66,67
100 a 500	7.330	2,7	1.473.109	20,38	200,97
500 a 1000	892	0,50	607.058	08,40	680,56
1000 a 2000	240	0,15	326.834	04,52	1.361,80
Mais de 2000	98	0,05	346.811	4,85	3.538,89
<b>Total</b>	<b>274.662</b>	<b>100,0</b>	<b>7.222.895</b>	<b>100,0</b>	<b>26,29</b>

Fonte: Cadastro do Incra, situação em maio de 2004 (INCRA, 2004b).

Os dados da Tabela 5 evidenciam a excessiva fragmentação das terras do estado de Santa Catarina, onde 38,1% dos imóveis apresentam área média de 5,24 ha. Além disso, essas áreas ocupam os terrenos mais declivosos e pedregosos. As áreas abaixo de 10 ha evidenciam uma estrutura minifundiária no estado, em função do excessivo parcelamento das propriedades (SILVA *et al.*, 2003).

O grau de concentração da terra também é bastante diferenciado entre as diversas regiões do estado. A mesorregião Oeste catarinense, na qual se situa o município alvo do presente estudo, é tradicionalmente estruturada pela agricultura familiar e apresenta índice de Gini da ordem de 0,481 (concentração média), uma das menores do estado. Nas últimas décadas dita região vem apresentando um acentuado êxodo rural que não é acompanhado pela respectiva absorção dessa população pelos setores econômicos urbanos, fenômeno que se repete na maior parte do país, porém em menor intensidade (SILVA *et al.*, 2003).

Silva *et al.* (2003, p. 7), que pesquisaram a respeito do êxodo rural no Oeste catarinense, afirmam que especialmente na referida região “a consequência desse processo tem sido o aumento do contingente populacional econômica e socialmente marginalizado, acompanhado do acirramento dos conflitos por terra”. Os autores apontam diversos fatores que contribuem para esse êxodo, entre os quais destacam: a estrutura agrária minifundiária; o esgotamento da fronteira agrícola; a alta densidade demográfica rural; o agravamento do quadro de crise econômica na agricultura etc. Mesmo com as dificuldades do setor agrícola apontadas pelos

autores anteriormente mencionados, esses problemas têm gerado grande demanda por terra na região.

### 2.2.2 A demanda por terra

A demanda por terra no Brasil foi estudada por diversos autores, entre os quais merece destaque o trabalho de Bergamasco *et al.* (2000), que fizeram um estudo prospectivo e os cenários possíveis para a reforma agrária. As autoras combinaram os dados disponíveis nas estatísticas censitárias do IBGE de 1970 a 1996 para construir o que chamaram de Índice de Aspiração por Terra (IAT). Elas partiram do princípio de que nem todos os potenciais demandantes<sup>37</sup> por terra almejam uma propriedade rural e/ou querem permanecer no campo. Ao contrário, muitos preferem um emprego estável, por exemplo, como constataram na pesquisa de campo realizada em assentamentos e acampamentos de cinco estados de diferentes regiões brasileiras. De acordo com essas autoras, “esse índice [IAT] foi utilizado como fator de adequação para estimar o total dos demandantes de terra, representando a aspiração da população em se tornar agricultora” (BERGAMASCO *et al.*, 2000, p.3).

Com os dados da demanda potencial e a aplicação do IAT foi possível fazer as projeções dos demandantes por terra nos anos de 2000, 2003 e 2005 como será mostrado na Tabela 6 seguinte.

**Tabela 6** – Projeções do número de demandantes por terra no Brasil, Região Sul e Santa Catarina, 2000, 2003 e 2005.

<b>Unidade Geográfica</b>	<b>2000</b>	<b>2003</b>	<b>2005</b>
Brasil	2.459.181	2.214.688	2.065.351
Região Sul	287.772	245.565	221.052
Santa Catarina	32.927	26.766	23.313

Fonte: Adaptado de Bergamasco *et al.* (2000, p. 47).

Segundo Bergamasco *et al.* (2000, p. 60), o número decrescente de demandantes por terra ao longo do tempo é explicado pela “desruralização

<sup>37</sup> Os potenciais demandantes de terra são todas as famílias de arrendatários, parceiros, trabalhadores rurais assalariados e filhos de agricultores que formam um contingente de excluídos da propriedade da terra. Essas pessoas ou famílias, geralmente, são estimadas de acordo com as estatísticas censitárias do IBGE.

(recentemente em menor ritmo) do campo brasileiro, evidenciada pelos decréscimos da população rural, exceto em São Paulo, Amazonas e Pará”. Em outras palavras, o êxodo rural encaminha anualmente uma parte da população do campo para a cidade, conforme apontaram também Silva *et al.* (2003).

Os resultados da pesquisa de campo de Bergamasco *et al.* (2003) mostraram ainda que a permanência de muitos pais e filhos na agricultura, de maneira geral, se dá pela falta de opção de emprego nas cidades, pela falta de estudos e pelo forte apelo familiar. Esse fato é relativizado pelas autoras citadas em razão da conjuntura recessiva do país à época da pesquisa, em 1998. Mencionaram ainda a deficiência da pesquisa em relação a uma parte significativa de demandantes de terra, moradores das periferias das cidades, haja vista a dificuldade de mensuração.

Em outro ponto do trabalho Bergamasco *et al.* (2003) comentam que existem inúmeras famílias residindo nas periferias das cidades que, ao tomarem conhecimento da possibilidade de obter terra, passam a engrossar as fileiras dos movimentos sociais de luta pela terra. Esse fato também é observado por Paulilo (1998), Furtado (2001) e Medeiros (2002). A respeito, Furtado (2001) aponta um movimento migratório pouco comum na história da humanidade, que é o movimento cidade-campo. As causas desse movimento têm sido a intensificação da luta pela reforma agrária, o conseqüente aumento dos assentamentos rurais e a dificuldade de emprego nas cidades. Provavelmente esse público é constituído de ex-trabalhadores rurais que se deslocaram para as cidades em busca de emprego e não foram absorvidos pelo mercado de trabalho urbano (BERGAMASCO *et al.*, 2000; SILVA *et al.*, 2003).

Os demais estudos a respeito da demanda por terra no país, em geral, apresentam valores superiores ao mostrado na tabela anterior e variam de acordo com a metodologia e a fonte de dados utilizadas. Del Grossi *et al.* (2001) apresentam um resumo dos principais estudos dessa demanda por terra no Brasil. Nesse resumo constam os autores e as instituições que projetaram os demandantes de terra, apontando a base metodológica para a estimativa e os resultados de cada uma das propostas. Observa-se uma variação de 2,3 a 7,1 milhões de demandantes entre a menor e a maior estimativa em nível nacional, evidenciando a enorme variação em função dos critérios empregados.

Na mesoregião Oeste de Santa Catarina, de acordo com o trabalho de Silva *et al.* (2003), existem 32,2 mil famílias carentes de terra, residentes no meio rural.

Tais famílias foram computadas entre proprietários de minifúndios, arrendatários, parceiros, trabalhadores rurais e filhos de pequenos proprietários.

Além dessa demanda estimada através de dados secundários pode-se identificar também uma demanda explícita, isto é, aquela manifestada diretamente pelos interessados por terra. Essa demanda está apresentada na Tabela 7 e foi contabilizada da seguinte forma: famílias mobilizadas em acampamentos; inscrições de candidatos ao programa de reforma agrária do Incra, realizadas através dos correios<sup>38</sup> e; inscrições de famílias no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), constantes no Sistema de Qualificação de Demanda (SQD) do MDA.

**Tabela 7** – Demanda explícita por terra no Estado de Santa Catarina e Brasil, 2002 e 2005.

<b>Critério de identificação da demanda</b>	<b>Santa Catarina (Nº demandantes)</b>	<b>Brasil (Nº demandantes)</b>
Acampamentos de Sem Terra – 2005	1.212 <sup>1</sup>	222.691 <sup>2</sup>
Inscrições nos Correios/INCRA – 2002	10.507 <sup>1</sup>	776.526 <sup>3</sup>
Inscrições no PNCF/MDA – 2005	3.312 <sup>4</sup>	74.339 <sup>4</sup>

Fonte: <sup>1</sup> Plano Regional de Reforma Agrária – INCRA/SC (INCRA, 2004b)

<sup>2</sup> Relação de acampamentos OAN/MDA (BRASIL, 2005b)

<sup>3</sup> Relatório de Gestão/INCRA - Balanço final (INCRA, 2002)

<sup>4</sup> Dados PNCF/MDA – Situação em 12/12/2005 (BRASIL, 2005c)

Comparando os dados das Tabelas 6 e 7 anteriores, nota-se que as famílias mobilizadas em acampamentos representavam em torno de 10% da demanda potencial por terra no país, em 2005 e, apenas 3,7% no estado de Santa Catarina. Mesmo com o chamamento para fazer a inscrição nos Correios, com a promessa de receber um pedaço de terra sem a necessidade de mobilização em acampamentos e ocupações de terra, o número de possíveis demandantes que lá compareceu foi de menos da metade daquela estimativa. Outra observação importante é que o número de inscrições no PNCF é 2,7 vezes superior à quantidade de famílias acampadas no estado de Santa Catarina, enquanto que no país, aquele número corresponde a 33% das famílias acampadas. Esses números demonstram que há uma maior procura pelo crédito fundiário no estado em comparação com o restante do país.

<sup>38</sup> Programa de inscrições para o acesso à terra promovido pelo INCRA em convênio com a Companhia Brasileira de Correios e Telégrafos, nos anos de 2000 e 2001 (INCRA, 2004b).

### 2.3 Os conflitos sociais no campo

O objetivo desse item não é descrever todos os conflitos existentes no meio rural, muito menos expor as formas violentas que, eventualmente, assumem dentro do contexto nacional. Embora não seja esse o foco desta pesquisa, é preciso situar o leitor acerca dos conceitos aqui utilizados a respeito desse tema.

Entre esses conflitos, aquele que mais chama a atenção é o da luta pela terra. A luta pela posse e permanência na terra é uma das características dos trabalhadores rurais que insistem em continuar no campo, mesmo enfrentando diversos tipos de violência: a violência humana imposta por agentes armados, quer seja do Estado ou dos grandes proprietários; a violência política que nunca priorizou suas necessidades, e a violência econômica movida por um modelo de desenvolvimento sustentado pela desigualdade social (BARI, 1998).

A luta pela terra é uma das mais antigas manifestações sociais no Brasil. Ela assumiu ao longo da história diversas formas em diferentes contextos, mas sempre esteve presente no cenário brasileiro, dando visibilidade e chamando a atenção da sociedade em geral, de políticos e de estudiosos para um dos maiores problemas brasileiros: a elevada desigualdade na distribuição da terra.

Um dos aspectos que chama a atenção em relação aos movimentos de resistência e luta pela terra no país é a repressão e a violência com que foram e ainda são tratados. Segundo Paulilo (1998, p. 104), “no Brasil, insurreições populares sempre foram reprimidas com muita violência”. Os exemplos clássicos são as lutas indígenas e dos quilombolas, as guerras de Canudos e do Contestado e mais recentemente as chacinas de Corumbiara, de Carajás e de Felisburgo<sup>39</sup>. Na maioria das vezes, essas repressões foram realizadas diretamente pelo Estado ou através de milícias particulares fortemente armadas, jagunços, pistoleiros etc. Inúmeros casos de despejos, mortes e ameaças registrados anualmente pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e noticiados na mídia demonstram a continuidade da repressão e da violência contra os Sem Terra que lutam pela “terra liberta”, pela “terra prometida” de “morar”, de “conviver” e de “trabalhar” (CANUTO e SILVA LUZ,

---

<sup>39</sup> O massacre de trabalhadores sem-terra em Felisburgo (MG) aconteceu em 20 de novembro de 2004, onde além do assassinato de cinco trabalhadores e ferimentos em outros quatorze, os pistoleiros atearam fogo no acampamento, em pleno século XXI (RADIOBRAS, 2005).

2002). A explicação possível para tal situação é a ameaça que essas lutas representam para as elites agrárias instaladas no poder.

Assim, a luta pela terra tem sido uma forma de pressão e reivindicação de grupos que se organizaram para resistir às injustiças, à exclusão social e à expulsão de suas posses no meio rural, situando-se dentro do contexto da luta pelo espaço e pela ruptura de poder. É o produto da reação da população oprimida, sempre que sua reprodução social encontra-se ameaçada.

De acordo com Sauer (2003: 17):

A luta pela terra é um processo social, político e econômico que abarca um conjunto de transformações no campo, redistribuindo a propriedade da terra e o poder, redirecionando e democratizando a participação da população rural no conjunto da sociedade brasileira [sic].

Cada grupo social possui uma lógica, uma perspectiva de vida; sua história, seu contexto, seu espaço, suas necessidades e demandas, produzindo assim suas manifestações próprias com significados distintos. Como afirma Souza e Trigueiro (1986, p. 141): “na realidade, têm-se não uma luta pela terra, mas tantas quantas forem os grupos socialmente identificados”. Além disso, a luta pela terra não assume somente o seu lado visível do conflito aberto. Em um conceito mais amplo, existe também o lado latente dos riscos do endividamento, da sobrevivência, da precariedade da posse da terra, dos trabalhos temporários e inúmeras dificuldades que os trabalhadores rurais, de maneira geral, enfrentam em seu cotidiano para permanecer na terra.

Mesmo havendo demandas individuais, a luta pela terra é uma ação coletiva. No presente estudo adota-se o termo “mobilizados na luta pela terra” para fazer referência àquelas famílias ou grupo de indivíduos que aderem às estratégias dos movimentos sociais, a exemplo do MST. Esses grupos utilizam principalmente as ocupações<sup>40</sup> e os acampamentos<sup>41</sup> como forma de pressão para a conquista da terra. Como afirma Fernandes (2001b), nas últimas décadas essas estratégias tem

<sup>40</sup> De acordo com Fernandes (2001a, p. 52) a ocupação é uma forma de acesso à terra, constituindo-se em “um processo sócio-espacial e político complexo [...] decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações” no decorrer da luta pela terra.

<sup>41</sup> Fernandes (2001a, p. 75) afirma que “os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra”, um lugar marcado por constantes mobilizações, resistência e interação por parte dos Sem Terra. São concentrações de famílias de trabalhadores rurais que montam seus barracos de lona nos mais diversos locais demarcando sua identidade de Sem Terra.

sido a principal ação na luta pela terra, razão pela qual o termo se refere, preferencialmente, a essas manifestações.

A desigualdade social e econômica existente no Brasil foi moldada de certa forma pelo modelo sócio-econômico imposto desde o início de sua colonização: domínio e controle sobre a posse da terra por uma minoria privilegiada, grandes propriedades de terras, agricultura baseada na monocultura e voltada para a exportação, mão-de-obra explorada e excluída social, política e economicamente.

Para Wanderley (2001, p. 36), “no Brasil, a grande propriedade dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido”. Desse modo, as elites detentoras das terras e da renda souberam se manter às custas da exploração e exclusão de uma grande massa de trabalhadores rurais. A luta pela terra sempre foi, pois, a luta dessa maioria excluída contra uma minoria privilegiada. Porém, aqueles souberam manter acesa a chama da esperança na “terra prometida”, por meio da resistência e luta pelo acesso à terra, pela vida e pela reprodução social, como forma de pressão e reivindicação de seus direitos (FERNANDES, 1999).

A recuperação da história das lutas dos trabalhadores rurais é um desafio, tendo em vista a escassez, a dispersão dos registros e a tendência brasileira, à semelhança de outras histórias de dominação, de apresentar sempre a versão dos vencedores. Nesse sentido, Medeiros (1989, p. 11) afirma que o trabalhador rural foi visto por muito tempo como “passivo, submisso, cordato, incapaz de formular seus próprios interesses e de lutar por eles”.

Do mesmo modo, Moraes Silva (2004, p. 10), tratando da luta pela terra, afirma que seu objetivo é relatar a “história dos pobres do campo, geralmente excluídos da ‘grande’ história”. Em pouco mais de duas décadas essa luta tem trazido algumas conquistas importantes, como é o caso dos inúmeros assentamentos e das políticas públicas que surgiram, principalmente, a partir da década de 1990. A luta pela terra vem, assim, imprimindo sua própria história no contexto do país.

A presente dissertação, aparentemente na contramão desse movimento, é uma tentativa de trazer alguns esclarecimentos a respeito das opiniões e percepções daqueles indivíduos que, apesar de desejarem a terra, não fazem parte dessa história de mobilização e luta pela terra.



## 2.4 O Estado e as políticas públicas

Uma das visões a respeito da questão do Estado e suas funções perante a sociedade civil adota o conceito do “bem-comum”, na qual prevalece a “idéia de que o governo pretende servir aos interesses da maioria, mesmo que, na prática, nem sempre o faça” (CARNOY, 2004, p. 20). Nesse caso o governo estaria a serviço do povo, sendo eleito pelo povo para cumprir tal função.

No outro extremo estaria a idéia do Estado a serviço de uma minoria privilegiada (burguesia) que se instala ou exerce influência no aparelho estatal para governar a maioria (classe dominada). Essa corrente teórica se baseia na teoria de classes, denominado de “Estado de classes”. Entre um extremo e outro existem diversos contextos e nuances que suscitam intermináveis debates, os quais estão muito bem colocados na obra citada anteriormente. No caso brasileiro, o Estado esteve muito mais a serviço das elites do que propriamente do povo, como foi discutido anteriormente neste capítulo.

Dentre as funções do Estado encontram-se as de elaboração e implementação das políticas públicas, traduzidas em diretrizes, princípios, regras e procedimentos que norteiam as ações do Estado para com a sociedade civil. Em regra, são políticas expressas na forma de leis, programas, linhas de financiamento etc. que dão conta da aplicação dos recursos públicos. Dependendo do nível de abertura democrática do Estado e da organização da sociedade civil, essas políticas poderão ter uma pequena ou uma grande participação da sociedade na sua formulação e aplicação.

Na seção seguinte se discutirá, basicamente, a política de reforma agrária. Outras políticas complementares à reforma agrária serão apenas mencionadas, em função da necessidade de se objetivar a discussão do tema proposto.

### 2.4.1 A reforma agrária

Concordando com Bergamasco *et al.* (2000, p. 2), o Estado, representado por seus órgãos federais e estaduais específicos,

[...] é o responsável pela elaboração de políticas públicas tanto no âmbito da negociação e desapropriação das terras, como na definição das regras para o acesso e a manutenção dos trabalhadores na terra. No entanto, historicamente o Estado

brasileiro, marcado por um padrão de desenvolvimento excludente, não tem colocado a política agrária como meta prioritária, no contexto de suas políticas públicas.

A reforma agrária é uma tentativa de solução dos problemas fundiários conduzida pelo Estado, podendo ser apresentada de diversas formas e com distintos significados, segundo a corrente política com ela identificada. Assim, a reforma agrária pode ser considerada como: política de desenvolvimento econômico, contenção do êxodo rural, caminho para o combate à pobreza rural, inserção de pequenos agricultores no mercado, distribuição massiva de terras, geradora de novos postos de trabalho, política compensatória, garantidora de segurança alimentar, formadora de um mercado consumidor no meio rural, mecanismo de democratização dos meios de produção e redistribuição de renda. Concordando com Medeiros (2003) pode-se afirmar que, além de se considerar um pouco de cada um dos aspectos mencionados, a reforma agrária é também um caminho para devolver a dignidade e a cidadania aos excluídos do acesso à terra.

A luta pela terra é um processo que sempre ocorreu no Brasil, desenvolvida principalmente pelos sujeitos diretamente interessados. Já a luta pela reforma agrária é mais recente e envolve toda a sociedade. Portanto, ela é mais ampla e contém a luta pela terra, sendo que esta promove aquela. Mesmo sofrendo rupturas, avanços e retrocessos, a bandeira da reforma agrária continua acesa nos debates acadêmicos, sociais e políticos desde meados do século passado.

Como afirma Fernandes (1999), a reforma agrária é uma das principais políticas a ser construída no século XXI. No entanto, o mesmo autor (2001a, 2004) considera que não existe uma reforma agrária no Brasil, pelo fato de não existir alteração na sua estrutura fundiária, apesar de todos os esforços empreendidos. Seja pela permanência na concentração da terra ao longo do processo histórico do país, seja pela grande demanda reprimida por terra ou pelo êxodo rural que continua ocorrendo em quase todo o país. Fernandes (2004) denomina de política de assentamentos rurais aquilo que as pessoas comumente chamam de reforma agrária.

Apesar dessa posição, o trabalho de Leite *et al.* (2004), citado anteriormente, demonstra que há no Brasil verdadeiras áreas reformadas, que se constituem em concentrações de projetos de assentamentos (manchas de assentamentos) em diversas regiões brasileiras. Essas áreas, além da divisão e distribuição das terras,

promoveram a melhoria da qualidade de vida e a cidadania dos que nela passaram a viver.

No presente estudo, a política de assentamentos realizada pelo Incra, na qual se utiliza, principalmente, o mecanismo da desapropriação para aquisição de terras, será denominada de reforma agrária tradicional. Esse termo também é utilizado por Medeiros (2003) com o mesmo propósito.

A desapropriação por interesse social é autorizada por decreto do Presidente da República, após vistoria técnica do Incra que constate o descumprimento da função social do imóvel. Após avaliação do imóvel e decorrido o prazo legal de contestação administrativa, o Incra procede ao ajuizamento da ação de desapropriação. Nesse ato é feito o depósito judicial do valor do imóvel, uma parte correspondente à terra nua, em Títulos da Dívida Agrária (TDA) e outra parte, referente às benfeitorias, em dinheiro. Após a imissão de posse no imóvel o Incra executa as demais ações administrativas para viabilizar o assentamento das famílias, tais como a demarcação das parcelas, a liberação dos créditos instalação etc. (BRASIL, 1998).

Existe ainda o mecanismo de aquisição de imóveis rurais, realizada pelo Incra, para fins de reforma agrária, por meio da compra e venda. Esse mecanismo é regulado pelo Decreto nº 433, de 24 de janeiro de 1992. No entanto, parte do pagamento do imóvel é realizada em TDA, o que dificulta as negociações dos imóveis ao preço de mercado, tendo em vista o longo prazo de resgate desses títulos (2 a 20 anos).

Como o objetivo deste trabalho não foi centrado no modelo de reforma agrária (tradicional), também não há razão para aprofundamentos nesse tema. As considerações apresentadas a seguir visam dar mais clareza ao contexto do acesso à terra, no estado de Santa Catarina, e ao local da pesquisa de campo.

Entre outras dificuldades, a obtenção de recursos fundiários é um dos maiores empecilhos para o melhor desempenho da política de assentamento do Incra. Isso ocorre na maioria dos estados do Sul e Sudeste do país e principalmente no estado de Santa Catarina.

No governo Fernando Henrique Cardoso a oposição falava em falta de vontade política para realizar os assentamentos (Camargo, 2003 e Pereira, 2004). Já no governo Lula, teoricamente, não se pode mais falar a mesma coisa, pelos seguintes motivos: os movimentos sociais encontram maior abertura para participar

das decisões e planejamento do programa de reforma agrária do governo; os recursos para vistorias e fiscalização do cumprimento da função social estão disponíveis no Incra, mesmo com os cortes havidos no orçamento e; essas vistorias foram intensificadas nesse governo, inclusive com contratações de novos técnicos. Mesmo assim, as metas de assentamentos não foram cumpridas nesses estados, em especial no estado de Santa Catarina<sup>42</sup>.

Uma explicação para o fato pode estar relacionada à dificuldade em conseguir imóveis rurais passíveis de desapropriação. Essa afirmação pode ser evidenciada pelo baixo número de imóveis identificados nos últimos anos para fins de desapropriação, quando comparado ao número de vistorias rurais que buscam identificá-los. A Tabela 8 demonstra bem essa relação, mostrando que apenas 3,2% de área vistoriada foram selecionadas para obtenção.

**Tabela 8** – Ações de obtenção de terras para assentamentos rurais do Incra em Santa Catarina, 2003 a 2004.

<b>Ações</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>	<b>Nº de imóveis</b>	<b>%</b>
Vistoria rural	23.640,16	45,2	29	53,7
Pré-vistoria rural	20.118,65	38,4	13	24,1
Outros imóveis vistoriados <sup>1</sup>	8.578,10	16,4	12	22,2
Total de áreas vistoriadas	52.336,91	100,0	54	100,0
Imóveis identificados para obtenção	1.693,33	3,2	04	7,4

Fonte: Balanço da reforma agrária em Santa Catarina 2003-2004 (INCRA, 2005d)

<sup>1</sup> Imóveis da Secretaria de Patrimônio da União – SPU

Das 54 vistorias apenas 4 (7,4%) foram selecionadas para iniciar o processo de desapropriação. Mesmo assim, esses processos, nem sempre, chegam aos resultados finais da imissão de posse pelo INCRA. Sampaio (2004) cita um resultado semelhante no estado do Paraná. Na avaliação do autor, de 148 vistorias realizadas, apenas 8 (5,4%) apresentaram como resultado a improdutividade dos imóveis inspecionados, isto é, foram resultantes do descumprimento da função social da propriedade.

<sup>42</sup> A meta anual de assentamentos do atual governo (Lula) para o estado de Santa Catarina foi de 600 famílias. Em 2003 foram assentadas 103 famílias, no ano de 2004, 125 novas famílias e em 2005, 402 famílias. No entanto, dessas 402 famílias assentadas em Santa Catarina no ano de 2005, apenas 68 foram incluídas em novos projetos de assentamentos, as demais são famílias reassentadas em lotes vagos nos projetos antigos (INCRA, 2006). Esse processo de reassentamento, geralmente, consiste em uma regularização das famílias que entraram no projeto por meio da transferência de lotes. Para maiores detalhes acerca do assunto, consultar Oliveira (2006).

Com efeito, os imóveis classificados como improdutivos (passíveis de desapropriação) vão ficando cada vez mais raros nas regiões mencionadas anteriormente. Com o aumento do valor da terra, a maioria dos grandes proprietários tende a otimizar a utilização de seus imóveis, principalmente nas terras de melhor fertilidade. Nesse sentido, Buainain e Silveira (2003) afirmam que as áreas desapropriadas resultam em terras de baixa qualidade, distantes dos mercados, inseridas em regiões deprimidas economicamente, com deficiência de infra-estrutura e acesso. Como solução os autores apontam os mecanismos de aquisição de terras pela via legal do mercado, ou seja, o crédito fundiário.

Por outro lado, Sampaio (2004) cita a proposta do II Plano Nacional de Reforma Agrária, que mostrou a necessidade de atualização dos índices de produtividade utilizados pelo INCRA para classificar os imóveis quanto ao grau de utilização e de eficiência da exploração. Esses índices levam em consideração a produtividade agropecuária e estão baseados em dados da década de 1970, portanto, defasados quanto aos avanços tecnológicos empregados no setor. Sempre que se fala em atualizar esses índices há uma forte reação por parte da bancada ruralista e demais representantes dos grandes proprietários e empresários rurais, que impedem a sua efetivação. Enquanto isso, a política de assentamentos pela forma tradicional nas regiões mais dinâmicas, mesmo havendo a pressão dos movimentos sociais, carece de melhor desempenho. Esse fator faz com que as famílias fiquem por longo tempo em acampamentos aguardando o assentamento definitivo<sup>43</sup> e serve de desestímulo para outras que desejam o acesso à terra por essa via.

Uma outra consequência da dificuldade de desapropriação de terras nas regiões Sul e Sudeste é o deslocamento do eixo dos assentamentos para as de maior facilidade de obtenção dos recursos fundiários. Desse modo, a grande maioria dos assentamentos, que compõe o montante das metas governamentais, foi implantada nos estados da região Norte (Pará e Rondônia, principalmente), norte do Mato Grosso e Maranhão. Esses estados foram responsáveis por 54,8% dos assentamentos realizados no período de 1985 a 1994 e 52,1% no período de 1995 a 2001, enquanto que as regiões Sul e Sudeste, juntas, foram responsáveis por apenas 11,8% e 11,9%, nos respectivos períodos. Analisando a extensão das áreas

---

<sup>43</sup> Herédia *et al.* (2004) afirmam que a duração média entre a ocupação dos imóveis e a implantação oficial dos assentamentos em Santa Catarina é de dois anos e meio.

dos assentamentos na região Norte, somada aos estados do Mato Grosso e Maranhão, esses valores sobem para 81,6% e 75,6%, nos períodos considerados (SPAROVEK, 2003).

Nesse mesmo sentido, Tavares dos Santos *et al.* (1998, p. 17), estudando a relação entre os conflitos agrários e os assentamentos, conclui:

[...] que existe, no Brasil Contemporâneo, um processo de resolução de conflitos pela terra que utiliza a instalação de famílias de agricultores em novas terras - nos estados do Maranhão, Pará, Roraima, Rondônia e Mato Grosso - para resolver a demanda pela terra que cresce no Sul, Sudeste e Nordeste, motivada não apenas pela consolidação de médias e grandes propriedades fundiárias, tradicionais e modernas, como também pelo crescimento do desemprego nas regiões metropolitanas brasileiras, em todas as regiões.

As terras utilizadas para os assentamentos rurais naqueles estados, além do baixo preço quando comparadas ao Sul e Sudeste, nem sempre são fruto da desapropriação, mas sim, terras do próprio Estado. Por outro lado, a implementação de assentamentos rurais nesses estados localizados na região Amazônica e pré-Amazônia, na maioria das vezes, pressupõe as seguintes condições: alto custo para implantação e manutenção de infra-estrutura comunitária (estradas, escolas, energia elétrica, demarcação); longas distâncias até os centros urbanos; estradas de acesso aos assentamentos em condições precárias durante o período de chuvas; alto índice de doenças endêmicas; alto índice de evasão dos assentamentos<sup>44</sup>. Mesmo assim, nesses locais ocorreu a maior parte da reforma agrária tradicional implantada nos governos passados.

Apesar da crescente intensificação dos conflitos sociais nas regiões Sul e Sudeste, no governo Lula, ao que tudo indica, essa tendência não tem sido diferente. Analisando os dados de assentamentos no período de 2003 a 2005, encontram-se percentuais semelhantes aos períodos citados anteriormente. O estado do Pará sozinho concentra 34,0% dos assentamentos realizados no período e junto com os estados do Mato Grosso e Maranhão são responsáveis por 55,1% dos assentamentos do país (INCRA, 2004a; 2005b e 2006).

---

<sup>44</sup> Além dos problemas apontados, inúmeros outros decorreram dos assentamentos de famílias oriundas do Sul e Sudeste no Norte do País. Entre esses problemas podem ser citados o fracasso de muitos desses assentamentos e a morte de inúmeras famílias por doenças endêmicas. Inclusive com base nessas experiências negativas, o MST levantou a bandeira de procurar terras para o assentamento nos próprios locais de origem dos trabalhadores rurais sem terra. Para aprofundamento do tema ver Zart (1998).

Com exceção do estado do Maranhão, que apresenta uma forte demanda por terra, a região Norte e Centro-Oeste, juntas, apresentam 7,0% em relação à demanda nacional projetada para o ano de 2005. Enquanto isso, nas regiões Sul e Sudeste essa demanda é de 24,2% para o mesmo ano (BERGAMASCO *et al.*, 2000).

Essa dificuldade para realização dos assentamentos nos locais de maior demanda e a morosidade com que eles são implantados, gera uma pressão por parte dos movimentos sociais, que adotam como solução as ocupações de terra e os acampamentos para obrigar o poder público a agir em seu favor.

Fernandes (2001b), analisando os dados relativos aos assentamentos realizados até junho de 1999, nas regiões Sul e Sudeste, afirma que aproximadamente 92% dos assentamentos foram originados de ocupações de terra. Resultados semelhantes foram encontrados na pesquisa de Herédia *et al.* (2004) para assentamentos criados entre 1985 e 1999. Embora não seja uma condição obrigatória, a mobilização na luta por terra é que impulsiona a política de assentamentos realizada pelo governo federal. O próprio II PNRA prioriza o assentamento dessas famílias acampadas (BRASIL, 2003a).

O acampamento é uma transição entre a condição de sem-terra e a de assentado. No caso da região estudada é quase uma passagem obrigatória e na maioria das vezes geradora de conflitos quando associada às ocupações de terra. As famílias assentadas apresentam uma grande diversidade de situações em relação à sua ocupação anterior ao assentamento. Diversos estudos foram realizados traçando o perfil desse público. Segundo o I Censo da Reforma Agrária, 82,67% do público assentado em Santa Catarina até 1996 eram pequenos agricultores (BRASIL, 1996).

Esses dados foram confirmados na pesquisa de Paulilo (1998) que estudou um assentamento do município de Matos Costa (Centro-oeste catarinense) criado em 1986. Nesse sentido, a autora afirma que a grande maioria era de arrendatários, sendo que muitos combinavam a parceria com trabalho esporádico. Do mesmo modo, Cazella (1992), estudando um assentamento criado em 1988 no Oeste catarinense, afirma que os arrendatários e os parceiros eram os principais participantes dos movimentos sociais de luta pela terra na época.

Por outro lado, mais recentemente, o perfil do público que se tem mobilizado nos acampamentos apresenta uma tendência de mudança. Nesse sentido,

Bergamasco *et al.* (2000) aponta a existência de um contra fluxo para as áreas rurais, referente àquelas pessoas que por falta de oportunidades de emprego e renda nas cidades estariam voltando as suas origens rurais.

Do mesmo modo, Medeiros (2003, p. 82) afirma que “nos acampamentos e nas ocupações realizadas nos últimos anos, tem-se verificado a crescente presença de trabalhadores de origem urbana, em especial naquelas áreas localizadas em estados bastante urbanizados”. Esse público resulta, muitas vezes, dos trabalhos sazonais na agricultura combinados com diversas atividades urbanas temporárias. Essa situação foi constatada no município de Caçador em relação àqueles trabalhadores eventuais que vêm do Oeste do Paraná para a colheita de tomate e, algumas vezes, permanecem na sede do município em busca de trabalhos eventuais. Além disso, a autora cita a presença, em menor número, de trabalhadores sem experiência agrícola anterior, que buscam nos assentamentos novas oportunidades, “não só de moradia e obtenção de renda, mas também de manutenção ou mesmo recomposição dos laços familiares e de sociabilidade” (MEDEIROS, 2003, p. 83).

Nessas circunstâncias, os assentados não podem prescindir do apoio e envolvimento dos movimentos sociais e dos órgãos governamentais, para assegurar a continuidade das suas demandas e propiciar sua capacitação e inclusão social e econômica. Bruno e Medeiros (1998, p. 47), estudando as causas de evasão nos assentamentos do Incra, afirmam que “para os assentados, o aprendizado administrativo e financeiro é uma situação nova, baseada em formas de cálculo e numa racionalidade estranha aos seus costumes anteriores e, portanto, sujeita a inúmeras dificuldades”.

Para essas pessoas mais pobres e socialmente excluídas o processo de reforma agrária tradicional parece ser uma proposta mais atraente do que o crédito fundiário, pelos seguintes motivos: a) supõe-se que a terra é gratuita<sup>45</sup>; b) os créditos

---

<sup>45</sup> Legalmente o valor da terra e dos créditos é reembolsável ao Tesouro Nacional, com prazo de até 20 anos para pagar. Desde o início da década de 1990, o Incra não emite cobrança do valor da terra e dos créditos instalação. No caso do Assentado voluntariamente recolher as prestações anuais referentes a esse débito, são então realizados os respectivos cálculos e recolhido o montante apurado junto aos bancos oficiais. Na prática, entretanto, isso dificilmente ocorre. No governo Lula não está sendo emitido título definitivo nas áreas de assentamento, somente um documento de concessão de uso. Portanto, a cobrança do valor da terra não está sendo executada.



de instalação apresentam valores significativos para uma família pobre<sup>46</sup>; c) esses créditos também não estão sendo ressarcidos aos cofres públicos, pelos mesmos motivos do item “a”; d) atualmente existe a garantia de assistência técnica gratuita.

Considerando a possibilidade de acesso gratuito à terra e aos créditos, Molina (1996: 282) assevera que:

Cuando los beneficiarios saben que no pagarán por lo que reciben, la demanda de tierras se incrementa significativamente. Sin embargo, cuando se tiene que pagar por la tierra la demanda se contrae a aquellos que realmente desean y necesitan obtener tierras para poder trabajar.

Embora o autor refira-se à reforma agrária nos países da América Central, é possível que essa situação ocorra também no Brasil.

A propósito, o presente trabalho não pretende entrar no mérito da viabilidade ou não dos assentamentos rurais implantados pelo Incra. Sobre tal aspecto destacam-se os estudos realizados por Bittencourt *et al.* (1998) e Leite *et al.* (2004).

Outro caminho possível para o acesso à terra por meio de políticas públicas é o instrumento conhecido como “crédito fundiário” destinado a financiar, em longo prazo, terras e projetos para trabalhadores rurais sem terra, filhos de agricultores e agricultores familiares com terra insuficiente para seu sustento (BRASIL, 1998). A forma de acesso ao referido crédito fundiário pode ser individual ou coletiva, dependendo das normas específicas de cada programa, e baseia-se na negociação direta da terra entre os interessados compradores e vendedores. Esse mecanismo é também conhecido como “reforma agrária conduzida pelo mercado” ou simplesmente “reforma agrária de mercado”. No Capítulo 5 deste trabalho essas políticas serão detalhadas e analisadas mais pontualmente.

As principais políticas públicas de acesso à terra implementadas nas últimas décadas, conforme a Tabela 9 seguinte, atenderam 954,8 mil famílias no Brasil e 13,7 mil famílias em Santa Catarina.

Das famílias atendidas no estado, 5,5 mil (40,2%) foram pelo sistema da reforma agrária tradicional e 8,2 mil (59,8%) pelas políticas de crédito fundiário, no período compreendido entre 1983 e 2005. No Brasil esse percentual é de 94,5% de

---

<sup>46</sup> Atualmente (março de 2006), o crédito inicial ou de instalação fornecido ao assentado é de R\$ 7.400,00, sendo R\$ 2.400,00 a título de fomento (manutenção inicial do assentado, compra de sementes, ferramentas etc.) e R\$ 5.000,00 para compra de material de construção para edificação da residência (INCRA, 2005c).

famílias assentadas pela reforma agrária tradicional e 5,5% atendidas pelo crédito fundiário.

**Tabela 9** – Total de famílias assentadas em Santa Catarina e no Brasil por meio de políticas públicas, 1983 a 2005.

Políticas públicas de acesso à terra	Santa Catarina		Brasil	
	Nº. famílias	%	Nº. famílias	%
Assentamentos/INCRA (1983-2005) <sup>1</sup>	5.537	40,2	902.599	94,5
Fundo de Terras/SC (1983-2005) <sup>2</sup>	2.590	18,8	—	—
Banco da Terra (2000-2003) <sup>3</sup>	4.578	33,3	29.715	3,1
PNCF (2003-2005) <sup>4</sup>	1.059	7,7	22.513	2,4
<b>Total</b>	<b>13.764</b>	<b>100</b>	<b>954.827</b>	<b>100</b>

Fonte: <sup>1</sup> Dados Incra/MDA (INCRA, 2000, 2004a, 2005a, 2005b, 2006).

<sup>2</sup> Estatística Sócio Econômica Geral - SAR (SANTA CATARINA, 2005b).

<sup>3</sup> Nunes *et al.* (2005, p. 5)

<sup>4</sup> Dados PNCF/MDA – Situação em 16 jan. 2006 (BRASIL, 2006).

Observa-se que o Fundo de Terras, mesmo sendo uma política pouco conhecida no estado de Santa Catarina, atendeu 18,8% do total de famílias assentadas no estado até o momento, sem alarde e sem ocorrência de grandes conflitos. Esse percentual representa quase a metade das famílias atendidas pela reforma agrária tradicional, no mesmo período. Já o Banco da Terra, em um período de 4 anos, assentou 33,3% das famílias atendidas no estado, quantia esta, próxima àquelas atendidas pela reforma agrária tradicional, no período de 22 anos. O mesmo comportamento não se observa em nível de Brasil.

O objetivo da exposição desses números não é, propriamente, a comparação de programas, mas tão-somente a demonstração da aplicação majoritária do crédito fundiário no estado de Santa Catarina nos últimos anos em relação ao programa de reforma agrária tradicional.

O PNCF integra o II PNRA como um instrumento complementar à desapropriação. No entanto, percebe-se que a demanda explícita (Tabela 7, deste capítulo) e as metas realizadas nos últimos anos indicam uma maior disponibilidade do mecanismo do crédito fundiário como solução para o acesso à terra no estado de Santa Catarina.

Essa constatação fica mais evidente quando se analisa a intenção do poder público em realizar os assentamentos rurais, que pode ser expressa nas metas propostas, no período de 2003 a 2006, por intermédio dos dois principais

instrumentos de acesso à terra. A meta estabelecida para implantação do crédito fundiário no estado é mais de 7 vezes superior àquela proposta para a “reforma agrária tradicional”. Essa situação não ocorre em nível de Brasil, como pode ser verificado na Tabela 10, a seguir:

**Tabela 10** – Metas de assentamento no estado de Santa Catarina e no Brasil, 2003 a 2006.

<b>Mecanismo</b>	<b>Santa Catarina</b>	<b>Brasil<sup>3</sup></b>
Reforma agrária tradicional/INCRA	2.400 <sup>1</sup>	400.000
Crédito fundiário/PNCF	17.500 <sup>2</sup>	127.500

Fonte: <sup>1</sup> Plano Regional de Reforma Agrária (INCRA, 2004b).

<sup>2</sup> Plano de Implementação do Crédito Fundiário (SANTA CATARINA, 2004).

<sup>3</sup> Plano Nacional de Reforma Agrária (BRASIL, 2003a).

Se a demanda potencial por terra no estado de Santa Catarina representa pouco mais de 1% da demanda total do país (Tabela 6, deste capítulo), as metas estipuladas para o atendimento por meio do PNCF no estado saltam para 13,7% em relação ao total das metas do programa no país, de acordo com a Tabela 10. Já as metas de assentamentos de famílias por meio da reforma agrária tradicional perfazem em Santa Catarina 0,6% do total programado para o país.

#### **2.4.2 As políticas públicas complementares**

A simples distribuição de terras ou a facilidade de sua aquisição proporcionada por diferentes instrumentos, como é o caso do crédito fundiário, não resume as condições necessárias ao êxito das políticas públicas de acesso à terra. Em rigor, a eficácia desses instrumentos é proporcionada por um conjunto amplo de fatores, entre os quais podem ser destacados os seguintes: a educação formal e a capacitação profissional; o apoio à produção e à comercialização, principalmente, na área da assistência técnica e do crédito agrícola; o nível de organização social dos agricultores e; a busca de alternativas sustentáveis de produção e de atividades não-agrícolas.

Além disso, é preciso ressaltar algumas propostas de políticas públicas, cujas abordagens são importantes na execução da reforma agrária de maneira geral e, em especial, na aplicação do crédito fundiário. Uma dessas abordagens é o “ordenamento fundiário”, que assume diferentes nomenclaturas, significados e

conceitos de acordo com os autores e os países de origem. No Brasil, as denominações mais usuais para esse termo são: reordenamento fundiário ou agrário e ordenamento fundiário ou agrário.

Para Neumann (2003, p. 61): “o reordenamento fundiário é fundamentalmente um processo de realocação da unidade de produção e dos usos da terra”. No Brasil, o termo foi utilizado inicialmente pelo estudo da FAO/Incrá (1994), no qual era proposto o “ordenamento agrário” como uma ação complementar à reforma agrária tradicional. Essa proposição visava, principalmente, transferir as propriedades colocadas à venda, por diversos motivos, para os filhos de agricultores e agricultores com terras em quantidade insuficiente ao seu sustento. Desse modo, se evitaria que as terras passassem às mãos de comerciantes, grandes proprietários e profissionais liberais. Os motivos e as conseqüências da venda de referidas terras serão discutidos no Capítulo 4 desta dissertação.

Para a operacionalização dessa proposta a FAO/Incrá (1994) sugeriu a criação das Sociedades de Ordenamento Fundiário (SOF), para funcionar como um consórcio intermunicipal com a participação efetiva de organizações da sociedade civil. Essas sociedades teriam o “direito de preempção”, isto é, sempre que um imóvel rural localizado em sua zona de ação fosse colocado à venda a SOF teria a preferência na compra. No entanto, até a realização desta pesquisa, o direito de preempção ainda não foi alvo de medida legislativa e, por conseqüência, não se tornou aplicável na prática. Essa medida poderia ser um instrumento de controle do preço das terras, aspecto considerado um dos gargalos na aplicação do crédito fundiário no estado de Santa Catarina, como será analisado no Capítulo 5.

Os CMDRS que atualmente aprovam as propostas de crédito fundiário, de certa forma se assemelham à proposição anterior, pois contam com a participação da sociedade civil organizada, no caso, a representação dos agricultores familiares.

No entanto, Neumann (2003, p. 297) sugere que:

[...] sejam implementadas políticas públicas mais amplas, de realocação das unidades produtivas (reordenamento fundiário), as quais, ao mesmo tempo em que corrijam os problemas relacionados à fragmentação e ao formato dos lotes, reorganizem o espaço rural, otimizando suas várias funções.

Nesse sentido, o autor cita o debate contemporâneo nos países ocidentais, que aponta para a vinculação do reordenamento fundiário como instrumento de transformação do espaço rural com vistas ao desenvolvimento sustentável. A

associação entre essas políticas públicas foi motivada, principalmente, pelas demandas ambientais da sociedade nas últimas décadas. Desse modo, o objetivo a ser alcançado deve conter não só as variáveis sócio-econômicas, mas também a preservação dos recursos naturais, de modo que as gerações futuras também possam usufruí-los.

Medeiros (2003, p. 94) a respeito enfatiza que:

A mesma modernização que deslocou populações do campo para a cidade também produziu o desmatamento, a degradação da terra e dos recursos naturais, a ameaça à biodiversidade e aos recursos hídricos, tornando inseparáveis a questão agrária e a questão ambiental.

A propósito, é preciso ampliar o debate acerca dos programas de acesso à terra para não se repetirem os erros do passado (crédito facilitado para a modernização da agricultura). O envolvimento dos atores sociais ligados à agricultura familiar e à luta pela reforma agrária é imprescindível na implementação e formulação dessas políticas públicas. Esse processo é o que se chama de desenvolvimento ascendente, ancorado nas forças vivas de cada região ou território.

O crédito fundiário pode ser uma importante ferramenta de reordenamento fundiário que, por sua vez, deve estar inserido em uma política maior de desenvolvimento que contemple as questões sócio-econômicas e ambientais. Essa visão se torna importante no presente trabalho, vez que uma das competências do MDA é a “promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares” (BRASIL, 2004d).

Do mesmo modo, compete à Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA), vinculada ao MDA e responsável pela política de crédito fundiário:

Promover a adequação das políticas públicas de reordenamento agrário, especialmente das políticas de crédito fundiário, consolidação e desenvolvimento de assentamentos e regularização fundiária, às necessidades do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, compatibilizando-as com outras iniciativas existentes (BRASIL, 2004d)

Essa visão de integração de políticas públicas e desenvolvimento sustentável está presente nos objetivos de todos os órgãos do MDA, quer seja no Incra, na SRA ou nas Secretarias de Desenvolvimento Territorial e de Agricultura Familiar.

Outra condição favorável que pode facilitar o planejamento e o ordenamento fundiário são as ferramentas disponíveis nas instituições anteriormente citadas.

Entre essas ferramentas, cabe destacar a edição da Lei nº 10.267, de 28 de agosto de 2001, também conhecida como “Lei do Sistema Público de Registro de Terras”. Essa lei, em seu artigo 2º, criou o:

Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, que terá base comum de informações, gerenciada conjuntamente pelo INCRA e pela Secretaria da Receita Federal, produzida e compartilhada pelas diversas instituições públicas federais e estaduais produtoras e usuárias de informações sobre o meio rural brasileiro (BRASIL, 2001).

Esse cadastro, também conhecido como “cadastro único”, tem uma base gráfica alimentada por medições georreferenciadas, que permite a obtenção de dados de imóveis rurais a partir de imagens de satélite. Essa proposta visa à constituição de um cadastro multifinalitário integrado a todas as instituições que dispõem de informações a respeito do meio rural, constituindo uma importante ferramenta de planejamento e fiscalização em todos os níveis de governo, desde o local até o nacional. Outras ferramentas disponíveis são os zoneamentos ecológico-econômicos e os planos de desenvolvimento rural sustentável existentes nas diversas esferas governamentais.

Desse modo, as ferramentas e o apoio institucional para a implantação de uma política de ordenamento territorial<sup>47</sup> estão presentes, não só no MDA, mas também em outras instituições. Entre essas instituições estão: o Ministério da Integração Nacional; a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); as Secretarias Estaduais de Agricultura; as empresas de assistência técnica e extensão rural, entre outras.

No entanto, embora existam a competência e os instrumentos necessários para operacionalizar referida política de ordenamento territorial, cabe destacar a falta de tradição no Brasil em implementar uma política dessa natureza, articulando as ações e os esforços necessários dispersos em diferentes instituições.

---

<sup>47</sup> O termo “ordenamento territorial” foi inicialmente discutido na CF/88, resultando no artigo 21, inciso IX, que trata da competência da União, que ficou com a seguinte redação: “Elaborar e executar planos nacionais e regionais de *ordenação do território* e de desenvolvimento econômico e social” [grifos nosso]. Entre 13 e 14 de novembro de 2003, o Ministério da Integração Nacional promoveu uma oficina de trabalho com o propósito de definir as bases conceituais e operacionais para constituição de uma “Política Nacional de Ordenamento Territorial”. Considerando o território como um espaço socialmente construído, seu ordenamento deveria ser conduzido para orientar e induzir as ações de uso sustentável que atendessem as aspirações de desenvolvimento da sociedade. A principal base dessa política seria justamente a articulação das políticas públicas nas diversas esferas de governo, visando ao desenvolvimento sustentável dos territórios (BRASIL, 2005h).

### **3 CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO E DO PÚBLICO PESQUISADO**

A mesorregião Oeste ou o “Grande Oeste” catarinense é uma região de colonização recente quando comparada ao restante do estado. Nessa região encontra-se o alto Vale do Rio do Peixe, onde se localiza o município de Caçador.

Para contextualização do presente trabalho, neste capítulo serão abordados os aspectos mais importantes dessa região e de sua população, especialmente do município estudado. Posteriormente será procedida uma caracterização do público entrevistado, sua trajetória de vida, assim como a sua sociabilidade local.

#### **3.1 O município de Caçador**

##### **3.1.1 Aspectos históricos de Caçador e região**

No início do século XIX a região onde se localiza o município de Caçador era tradicionalmente povoada pelas etnias indígenas Xoclangs e Kaigangs, que viviam às margens do Rio do Peixe. O meio de sobrevivência era, basicamente, caça, pesca, coleta de frutos e plantio de algumas culturas como o milho e a mandioca.

Os novos habitantes que sucederam a essas etnias foram os caboclos<sup>48</sup>, fruto da miscigenação de desbravadores luso-brasileiros, índios e negros. Esses viviam de uma agricultura voltada principalmente para a subsistência e o corte da erva-mate, detendo a posse da terra, sem preocupação com o direito de propriedade.

Parte da atual mesorregião Oeste Catarinense e o Sudoeste do Paraná foi alvo de disputa, do início ao fim do século XIX, entre Brasil e Argentina. Essa demanda só findou com o arbítrio do Presidente Grover Cleveland, dos Estados Unidos da América que, em 1895, deu ganho de causa ao Brasil.

Paralelamente a essa contenda havia, desde 1854, uma disputa entre as províncias do Paraná e Santa Catarina por uma grande extensão de terras, assim definida por Thomé (1992, p. 62):

---

<sup>48</sup> Neste trabalho a palavra “caboclo” se refere ao habitante pobre do meio rural, na região considerada, a maioria das vezes caracterizado como posseiro. Concordando com Machado (2004, p. 48), não necessariamente existe uma conotação étnica na palavra, embora “frequentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro”.

O Paraná pleiteava as terras da margem direita dos rios Marombas e Canoas, desde a região de Canoinhas ao Norte, até o Rio Uruguai ao Sul, incluindo Curitiba e Campos Novos. E Santa Catarina não deixava por menos, pleiteando as terras da margem esquerda dos rios Negro e Iguaçu, nelas incluindo os campos de Palmas e todo sudoeste do Paraná até a foz do Rio Santo Antônio no Iguaçu.

A região ficou conhecida como território do Contestado devido à disputa de terras, agravada com a definição da fronteira internacional com a Argentina, que aumentou o território disputado. O desfecho final da contenda ocorreu no ano de 1916, após um acordo entre os dois estados e a divisão das áreas contestadas.

Antes disso, entre 1906 e 1910, foram implantados 380 km da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (EFSPRG) em seu trecho de União da Vitória (PR) até o Rio Uruguai, margeando todo o vale do Rio do Peixe. A empresa norte americana responsável pela sua construção, a Brazil Railway Company, recebeu do governo republicano a concessão e a autorização para colonizar 15 km de terras ao longo de cada lado das margens da ferrovia.

Referida empresa, ao iniciar o processo de demarcação e colonização das terras recebidas em concessão, não respeitou as posses dos caboclos e os expulsou de “suas terras”, gerando grande descontentamento e revolta. Organizado por lideranças religiosas, o conflito, que ficou conhecido como “Guerra do Contestado” (1912-1916)<sup>49</sup>, deu início a mais cruel e sangrenta guerra pela disputa de terras no Brasil.

Thomé (1986, p. 7) assim definiu esse conflito: “Um movimento messiânico de grandes proporções, uma luta pelos direitos humanos, uma disputa pela posse de terras, uma questão de limites interestaduais, e uma competição econômica pela exploração das riquezas naturais”. A Guerra Santa, como ficou conhecida, abrangeu o território Contestado e, ainda, as regiões do Planalto de Lages, do Planalto Norte e do Vale do Rio do Peixe.

Após a guerra, a empresa construtora da ferrovia iniciou o processo de colonização propriamente dito, passando a vender as terras sob seu domínio para outras companhias colonizadoras. A partir daí, intensificou-se a chegada dos imigrantes, principalmente de origem italiana e alemã, além de poloneses, árabes e

---

<sup>49</sup> Inúmeros autores dedicaram-se ao estudo desse conflito armado, que além da causa citada envolveu diversas outras causas e atores sociais. Entre os autores que tratam do tema existem aqueles que ousaram contar a história dos vencidos e não a dos vencedores como é de costume. Neste sentido destacam-se neste trabalho as obras de Auras (1984) e Machado (2004).



sírio-libaneses. Vieram, principalmente, das velhas colônias do Rio Grande do Sul, impulsionados pela escassez de terras nas colônias de origem e atraídos pela atividade madeireira e pela possibilidade de adquirirem terras na nova região. Os colonos de origem européia, além de constituírem o público preferido das empresas colonizadoras, dispunham, muitas vezes, de algum capital para a compra da terra. A partir dessa colonização, iniciou-se na região um processo de economia voltado para o mercado capitalista, com a conseqüente valorização das terras.

Os caboclos remanescentes da Guerra do Contestado continuaram sendo rejeitados e discriminados nesse processo de colonização, eis que não dispunham de recursos financeiros para adquirir as terras que habitavam e não estavam adaptados ao modo capitalista de produção e da propriedade privada. Desse modo, eles eram obrigados a procurar outras terras mais distantes ou se subordinarem aos colonos de origem européia. Nesse sentido, Paulilo (1998) afirma que os caboclos ao serem desalojados de suas posses formaram o primeiro contingente de sem-terra no estado.

No início do processo de colonização, devido ao isolamento em relação aos povoados existentes, os colonos usavam a madeira da mata remanescente para construção de benfeitorias e procuravam diversificar suas atividades para a manutenção da família. Dentre essas atividades podem ser citadas: a produção de milho e feijão; a extração da erva mate; a criação de animais, principalmente aves, suínos e gado misto, além da transformação caseira de alimentos.

De acordo com Thomé (1993, p. 39), até 1916, o local onde atualmente se localiza a cidade de Caçador “era o ponto de convergência dos limites de quatro municípios: Palmas e União da Vitória (Paraná) e Curitiba e Campos Novos (Santa Catarina)”. Além disso, nessa região existiam grandes propriedades cujos limites foram respeitados no processo de demarcação das terras da EFSPRG, dificultando inicialmente o processo de colonização. Referidas propriedades provinham de títulos coloniais expedidos pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, anteriores à construção da ferrovia. Mesmo assim, foram demarcadas as áreas remanescentes que, após expulsão dos “intrusos” (caboclos), deram origem à Colônia Rio Caçador em 1918.

A região de Caçador era coberta por florestas de araucária e de outras madeiras nobres. De acordo com Thomé (1995, p. 105), “Caçador cresceu na medida da expansão da indústria da madeira, desde 1918, quando se instalou a

primeira serraria, e passou por diversos estágios de riqueza econômica, conforme variava a produção da floresta da araucária”.

No início da colonização a Vila de Caçador apresentou um crescimento mais lento, tendo em vista que as famílias foram residir em seus lotes de terra no interior das colônias. Essas famílias, em sua maioria, eram de agricultores de origem italiana. A partir do ano de 1924 o povoado vivenciou um crescimento mais acelerado, juntamente com a indústria madeireira, culminando com a criação do município de Caçador, em 1934. O território desse município foi o resultado do desmembramento dos municípios de Porto União, Joaçaba, Curitiba e Campos Novos.

Após a criação do município houve uma diminuição no ritmo de seu crescimento devido, principalmente, à política nacionalista do Presidente Getúlio Vargas e ao advento da Segunda Guerra Mundial. Nesse período, a população de origem italiana e alemã sofreu certa discriminação por parte das autoridades brasileiras. Essas autoridades olhavam com desconfiança aquela população devido à posição contrária que o Brasil adotou contra o fascismo e o nazismo, tanto que foi proibida a prática do idioma italiano e alemão. Além disso, houve uma racionalização dos óleos e combustíveis, dificultando as atividades industriais naquela época.

Logo após a Segunda Guerra, o município retomou o crescimento, sempre ligado à indústria madeireira. Em 1949, segundo Thomé (1993, p. 55), o município de Caçador era considerado “o maior produtor de pinho da América do Sul”. A Estação Ferroviária de Rio Caçador ocupou lugar de destaque entre as demais estações da EFSPRG e foi considerada uma das mais importantes do estado. O período pós-guerra até 1964 marcou época na exploração madeireira, não só nesse município, mas em todo o estado de Santa Catarina.

Na segunda metade da década de 1960 a escassez da araucária provocou o declínio da produção madeireira. Nessa época houve importantes incentivos fiscais do governo federal para o reflorestamento, que possibilitaram a recomposição das reservas florestais do município e adjacências, principalmente, com a plantação de pinus (*Pinus taeda* e *P. elliottii*). Foram essas reservas que continuaram a sustentar a indústria da madeira no município (THOMÉ, 1995).

Observa-se que ainda hoje o plantio do pinus na região continua em franca expansão, sendo que a única reserva significativa de araucária está inserida na

Floresta Nacional do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), localizada no distrito de Taquara Verde.

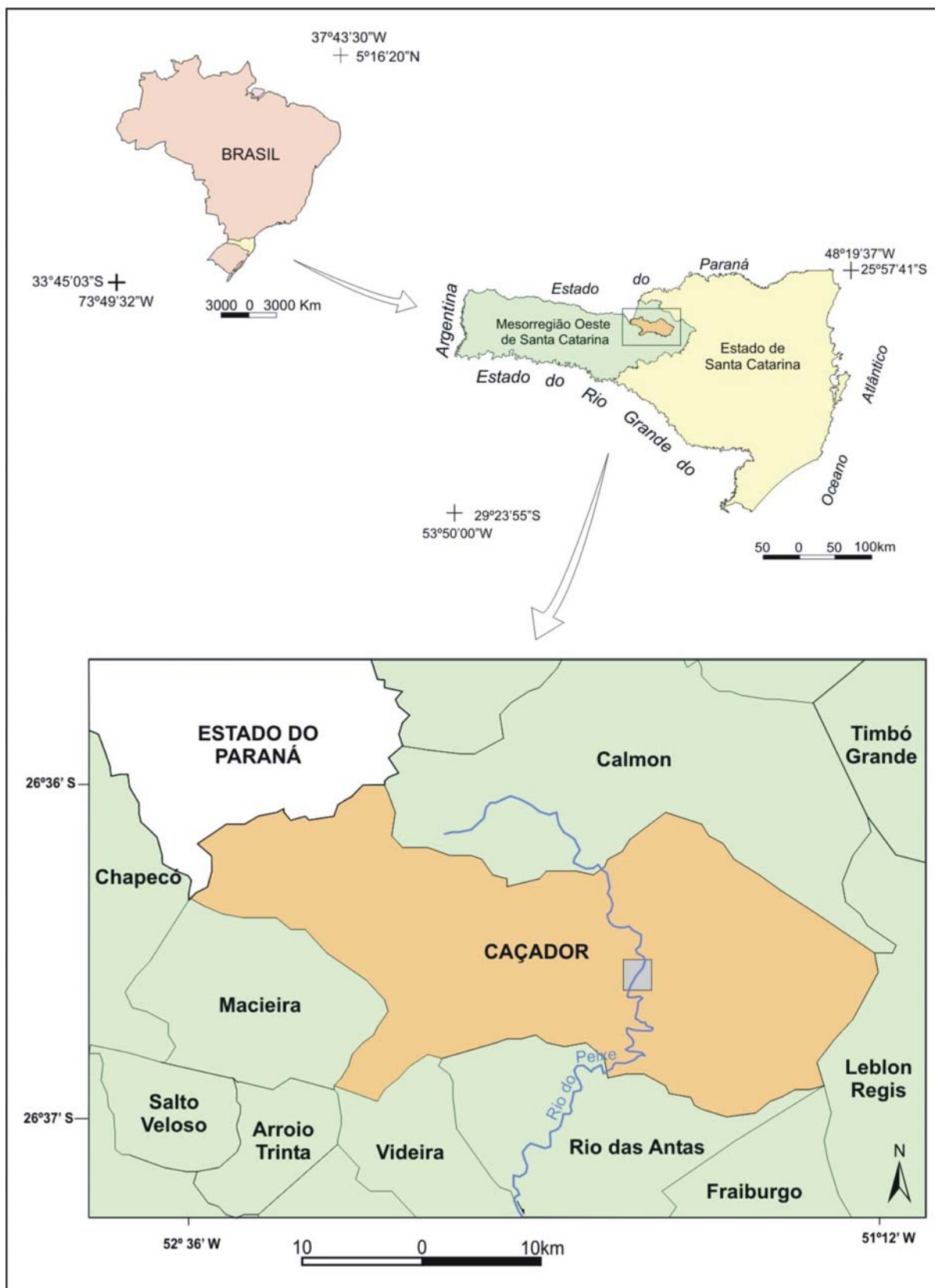
Além das atividades já citadas, algumas outras tiveram importância no processo de formação do atual município de Caçador. Entre elas destacam-se: a vitivinicultura, incluindo a organização de uma cooperativa ligada ao setor; a Viti-Vinícola Caçador S.A., também conhecida como “Cantina”; a produção de trigo, batata, erva mate; a construção de moinhos industriais de cereais e outras indústrias de transformação.

Mais recentemente (década de 1990) verificou-se no município uma intensificação das atividades de fruticultura e olericultura, com destaque para as culturas de pêssego, tomate, pimentão e cebola.

### **3.1.2 Características físicas e geográficas**

O município de Caçador se localiza na região Sul do Brasil, estado de Santa Catarina, no alto Vale do Rio do Peixe e, segundo a classificação do IBGE, integra a microrregião geográfica de Joaçaba, composta por 24 municípios. O município possui uma área de 998,6 km<sup>2</sup> e situa-se entre os paralelos 26° e 27° e os meridianos 50° e 52° Oeste, limitando-se com os municípios de Calmon, Lebon Régis, Rio das Antas, Videira, Arroio Trinta, Macieira e Água Doce e com o estado do Paraná (EPAGRI, 2004). Para maior clareza a respeito da sua localização é apresentada a Figura 1, a seguir.

**Figura 1 – Mapa de localização do município de Caçador (SC)**



Fonte: Adaptado de Santa Catarina (2002)

A altitude varia entre 780 a 1.390 metros, sendo que a média é de 1.000 metros acima do nível do mar. Verifica-se a presença dos vales profundos do planalto dissecado Iguaçu/Uruguai e pelo relevo fragmentado do planalto dos campos gerais. Aproximadamente 33% do relevo se caracterizam como suave ondulado a ondulado, predominando o relevo forte ondulado e montanhoso em aproximadamente 67% do município. Entre as maiores elevações existentes destacam-se a serra da Taquara Verde a noroeste e a serra do Espigão a leste (EPAGRI, 1999).

Os solos predominantes no município e região classificam-se como Argissolos (Terra Bruna Estruturada), perfazendo aproximadamente 37% da superfície municipal. Em seguida aparecem os Cambissolos e os Neossolos (Solos Litólicos) com, respectivamente, 35% e 27% de ocorrência. Os demais solos que se apresentam na região são de pouca expressão, tais como os Gleissolos e os Latossolos. Segundo os dados do Levantamento de Reconhecimento de Solo de Alta Intensidade de Santa Catarina, realizado pela Embrapa no ano de 2000, apenas 33% dos solos dessa região têm seu uso recomendado para culturas anuais, mesmo assim apresentando baixa fertilidade natural e forte acidez (SANTA CATARINA, 2003a).

A principal rede hidrográfica do município é o Rio do Peixe, que corta o município no sentido norte-sul. Este, por sua vez, deságua no Rio Uruguai, que faz parte da grande bacia do Prata. Os principais afluentes do Rio do Peixe são os Rios Castelhana, Caçador e Veado, da margem esquerda, e o Rio XV de Novembro, da margem direita. Além dessa bacia, a região a noroeste do município pertence à bacia do Rio Jangada, que desemboca no Rio Iguaçu (SANTA CATARINA, 2003a).

De acordo com a classificação de Koeppen, o clima do município é do tipo Temperado – Cfb, mesotérmico úmido com verão ameno, com temperaturas médias anuais entre 15 e 16° C. Entre maio e setembro ocorrem geadas e de outubro a janeiro, geralmente, acontecem quedas de granizo. A precipitação média anual é de 1.300 a 1.500 mm e a umidade relativa do ar situa-se entre 78 e 80% em sua média anual (EPAGRI, 1999).

A vegetação primitiva da região é constituída, principalmente, pela Floresta Ombrófila Mista, cuja espécie dominante é a araucária ou pinheiro (*Araucária angustifolia*). Outra espécie muito encontrada na região é a imbuia (*Ocotea porosa*), que também serviu aos interesses madeireiros no início da colonização do

município. Essa espécie é uma madeira nobre muito procurada pela indústria moveleira e por isso obtinha alto valor para exportação. As demais espécies encontradas são: a canela, o angico, a bracatinga, a sapopema e a erva mate.

### **3.1.3 Aspectos socioeconômicos**

O município de Caçador, de acordo com o censo do IBGE do ano de 2000, apresenta uma população total de 63.322 habitantes, sendo 55.542 (87,7%) residentes na área urbana e somente 7.780 (12,3%) na área rural (IBGE, 2001). Além da pequena percentagem de moradores na área rural em relação à microrregião (26,2%) e ao estado de Santa Catarina (21,2%), a população absoluta desse setor diminuiu em relação à contagem populacional do IBGE de 1996, que apontava o número de 10.597 habitantes. No mesmo período a população urbana passou de 48.023 para 55.542 habitantes (SILVA *et al*, 2003).

Os números acima demonstram a forte urbanização do município motivada pelo crescimento dos setores secundário e terciário. A propósito, mesmo com o decréscimo populacional no meio rural, o município apresenta uma das maiores densidades demográficas da região quando se considera a população total (63,4 habitantes por km<sup>2</sup>). Densidade demográfica esta superior à média do estado de Santa Catarina que é de 56,2 habitantes por km<sup>2</sup> (SILVA *et al*, 2003).

Vale ressaltar que, em função das atividades olerícolas desenvolvidas no município, há uma flutuação de mão-de-obra durante os períodos de plantio e colheita (de outubro a fevereiro). Muitos trabalhadores vêm das cidades catarinenses vizinhas e também do estado do Paraná, principalmente para a safra do tomate. Essa população é de difícil quantificação em virtude da grande rotatividade existente. Alguns trabalhadores, mesmo no período de entressafra, permanecem no município em busca de trabalho em outros setores, muitas vezes aumentando o contingente de pessoas desempregadas.

O acesso ao município de Caçador é bem servido por rodovias estaduais asfaltadas. Essas fazem a interligação do município com rodovias principais como a BR-116, que dista 69 Km. Esta rodovia é um importante tronco rodoviário, interligando as regiões Sul-Sudeste-Nordeste do território brasileiro. Outra rodovia que passa a 86 Km do município é a BR-476 (Rodovia do Xisto), que liga a região ao

estado do Paraná e sua capital Curitiba. A Rodovia BR-470 (Curitibanos-Itajaí) fica a 88 km do município e interliga a região Oeste ao Leste do estado de Santa Catarina.

As distâncias do município aos principais centros urbanos catarinenses e às capitais paranaense e gaúcha podem ser visualizadas na Tabela 11.

**Tabela 11** – Distâncias entre o município de Caçador (SC) e os principais centros urbanos catarinenses, Curitiba e Porto Alegre.

<b>Município</b>	<b>Distância (km)<sup>1</sup></b>	<b>População (habitantes)<sup>2</sup></b>
Curitiba	330	1.587.315
Porto Alegre	548	1.360.590
Joinville	339	429.604
Florianópolis	454	342.315
Blumenau	315	261.808
São José	434	173.559
Criciúma	400	170.420
Lages	195	157.682
Itajaí	366	147.494
Chapecó	227	146.967

Fonte: <sup>1</sup>Quatro Rodas (2005) e <sup>2</sup>IBGE (2001).

A facilidade de acesso à cidade de Curitiba faz com que haja maior fluxo comercial com aquela capital quando comparado à capital catarinense, que se encontra bem mais distante do município em estudo.

O distrito de Taquara Verde dista 21 km de Caçador. Além disso, existem 24 comunidades rurais distribuídas no interior do município, interligadas por estradas municipais e estaduais. Essas estradas são todas de saibro, com médias condições de tráfego durante o ano. Em algumas épocas do ano há necessidade de maior atenção das autoridades municipais para manutenção dessas vias devido às fortes chuvas na região (EPAGRI, 2004).

Na área da educação, de acordo com os dados do IBGE (2004), no ano de 2004, o município mantinha um total de 19.767 alunos matriculados nas redes estadual, municipal e privada de ensino.

A distribuição desses alunos e o número de docentes e de estabelecimentos escolares por níveis de ensino podem ser visualizados na Tabela 12. No momento da pesquisa não se observou a presença da rede federal de ensino no município em estudo.

**Tabela 12** – Número de matrículas, docentes e estabelecimentos escolares da rede pública estadual e municipal e rede privada de ensino, por nível escolar, Caçador (SC), 2004.

Especificação	Rede pública de ensino		Rede de ensino particular	Total	%
	Estadual	Municipal			
<b>Nº de matrículas</b>	<b>7.041</b>	<b>8.388</b>	<b>4.338</b>	<b>19.767</b>	<b>100</b>
Fundamental	4.643	7.404	956	13.003	65,8
Médio	2.169	–	375	2.544	12,9
Pré-escolar	229	984	368	1.581	8,0
Superior	–	–	2.639	2.639	13,3
<b>Nº de Docentes</b>	<b>284</b>	<b>432</b>	<b>1.195</b>	<b>1911</b>	<b>100</b>
Fundamental	176	378	93	647	33,8
Médio	101	–	67	168	8,8
Pré-escolar	7	54	38	99	5,2
Superior	–	–	997	997	52,2
<b>Nº de Escolas</b>	<b>17</b>	<b>67</b>	<b>17</b>	<b>101</b>	<b>100</b>
Fundamental	8	46	6	60	59,4
Médio	3	–	4	7	6,9
Pré-escolar	6	21	6	33	32,7
Superior	–	–	1	1	1,0

Fonte: (IBGE, 2004)

Nota-se uma baixa proporcionalidade do ensino médio em relação aos demais níveis escolares, de acordo com os dados apresentados na Tabela 12. A taxa de alfabetização de adultos no município, considerando as pessoas acima de 15 anos, é de 91,8%. No entanto, aproximadamente 55% dos jovens entre 15 e 19 anos abandonam os estudos sem concluir o ensino médio. Essa evasão escolar se deve à necessidade de trabalhar para ajudar na manutenção familiar. Na área rural a situação é mais grave, de acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação para o ano de 2003, poucos alunos concluíram o nível médio (1,0%) e raros são aqueles que estavam cursando o nível superior (0,1%) (EPAGRI, 2004). As escolas rurais foram todas desativadas, com exceção daquelas do distrito de Taquara Verde.

O município conta com a presença da Universidade do Contestado (UnC), reconhecida e instalada em 1997, com uma ampla infra-estrutura destinada ao ensino, à pesquisa, à extensão e à cultura. Essa instituição mantém cursos de ensino médio, técnico, graduação, pós-graduação, ensino a distância, atividades culturais etc. No entanto, se o acesso ao ensino médio gratuito já é precário para os filhos de pequenos agricultores, a educação superior paga é praticamente impossível.



O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)<sup>50</sup> de Caçador é de 0,793, segundo os dados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2001). De acordo com os parâmetros internacionais, esse valor é considerado de médio desenvolvimento humano (0,500 a 0,799). Nesse aspecto o município ocupa o 160º lugar entre os municípios de Santa Catarina e o 713º entre os municípios brasileiros<sup>51</sup> (SANTA CATARINA, 2003a).

Para visualização de outros indicadores sociais do município de Caçador serão apresentadas as Tabelas 13 e 14, a seguir, com alguns dados do estudo de Borchardt *et al.* (2003). Esses autores utilizaram os microdados do Censo Demográfico 2000 (IBGE, 2001) e basearam seus critérios metodológicos em trabalhos do Ipea (1993), Pnud (2002) e Graziano da Silva *et al.* (2001).

Na Tabela 13 são apresentados os seguintes dados: a renda média mensal *per capita*<sup>52</sup>, as pessoas com renda insuficiente<sup>53</sup> e as pessoas pobres<sup>54</sup> no estado de Santa Catarina e no município de Caçador.

**Tabela 13** – População, renda média mensal *per capita*, pessoas com renda insuficiente e pessoas pobres em Santa Catarina e município de Caçador (SC), 2000.

Localidade	Pessoas (Nº)	Renda <i>per capita</i> mensal (R\$)	Pessoas com renda insuficiente		Pessoas pobres	
			(Nº)	(%)	(Nº)	(%)
<b>Santa Catarina</b>	<b>5.356.360</b>	<b>349,32</b>	<b>665.489</b>	<b>12,4</b>	<b>1.752.908</b>	<b>32,7</b>
• Rural	1.138.416	206,58	224.070	19,7	510.951	44,9
• Urbano	4.217.944	386,21	441.419	10,5	1.241.957	29,4
<b>Caçador</b>	<b>63.322</b>	<b>276,22</b>	<b>10.134</b>	<b>16,0</b>	<b>26.292</b>	<b>41,5</b>
• Rural	7.780	198,34	1.631	21,0	4.194	53,9
• Urbano	55.542	285,71	8.503	15,3	22.098	39,8

Fonte: Adaptado de Borchardt *et al.* (2003)

<sup>50</sup> O IDH-M é um indicador que considera, além da renda, a educação e a expectativa de vida como parâmetros para medição do bem estar social. É utilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), elaborado no Brasil em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Ipea.

<sup>51</sup> Para o estabelecimento da posição relativa dos municípios, foram considerados os 293 municípios catarinenses e os 5.561 do País.

<sup>52</sup> A renda *per capita* é o somatório da renda total produzida no período de tempo considerado dividido pelo número de “Pessoas Economicamente Ativas” (PEA).

<sup>53</sup> Considera-se renda insuficiente para garantia da alimentação, aquela inferior a U\$ 1,00 por dia, também definida pelo Ipea (1993) como linha de indigência.

<sup>54</sup> As pessoas pobres são aquelas com rendimento menor do que U\$ 2,00 diários, definida pelo Ipea (1993) como linha de pobreza, ou seja, a renda necessária para a compra da cesta básica de alimentos, vestuário e transporte.

De acordo com a tabela anterior, a renda média *per capita* no município é inferior à renda similar no estado. Tal fato demonstra que apesar de o município de Caçador ter uma forte participação dos setores secundário e terciário em sua economia, como se verá em seguida, os salários em geral são mais baixos que a média estadual. Outra constatação relevante é que mais da metade da população rural de Caçador está abaixo da linha de pobreza ou pode ser considerada pobre, conforme o termo utilizado pelos autores citados. O percentual de pessoas com renda insuficiente e de pobres no município é superior à média do estado.

Na Tabela 14, a seguir, são apresentados dados relativos ao acesso da população à água no domicílio, aos serviços públicos ou privados de água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica e telefone, considerados os domicílios atendidos no estado de Santa Catarina e no município de Caçador.

**Tabela 14** – Domicílios totais e com acesso à água, aos serviços de água, esgoto, coleta de lixo, energia elétrica e telefone no estado de Santa Catarina e município de Caçador, 2000.

Localidade	Domicílios (Nº)	Rede pública água (%)	Água no domicílio (%)	Esgoto (%)	Coleta lixo (%)	Rede elétrica (%)	Telefone (%)
<b>Santa Catarina</b>	<b>1.498.742</b>	<b>74,6</b>	<b>96,5</b>	<b>19,5</b>	<b>83,0</b>	<b>98,4</b>	<b>43,7</b>
• Rural	295.482	15,3	92,5	1,2	26,0	92,9	14,3
• Urbano	1.203.260	89,1	97,6	24,0	97,1	99,7	51,0
<b>Caçador</b>	<b>17.331</b>	<b>81,0</b>	<b>95,0</b>	<b>21,0</b>	<b>87,0</b>	<b>98,0</b>	<b>36,0</b>
• Rural	1.904	2,0	53,0	0,0	8,0	86,0	11,0
• Urbano	15.427	91,0	100,0	24,0	97,0	100,0	39,0

Fonte: Reproduzido de Borchardt *et al.* (2003)

A Tabela 14 revela que os percentuais de atendimento dos serviços na área urbana do município se equiparam à média de Santa Catarina, com exceção do uso da telefonia. Na área rural o atendimento desses serviços à população sofre uma degradação em relação ao estado. Acompanhando a média estadual, o saneamento básico é o setor com maior deficiência de atendimento, sendo que a maior parte do esgoto domiciliar é direcionada para sumidouros e fossas secas. Uma parte, sem nenhum tratamento, é jogada diretamente no Rio do Peixe (EPAGRI, 2004). A coleta do lixo na sede do município é realizada por empresa terceirizada, que o deposita em aterro sanitário.

No meio rural é comum utilizar-se a água que é captada de fontes naturais e canalizada até as residências. Essa forma de acesso à água está representada na categoria “Água no domicílio” (Tabela 14), cujo percentual representa 53% do total de domicílios da zona rural do município.

A principal atividade econômica do município está ancorada na indústria, com destaque para o ramo madeireiro, além do metalúrgico, papelero, coureiro, calçadista, mecânico e químico. O Produto Interno Bruto (PIB) do município foi de 639 milhões de reais no ano de 2002, sendo que o setor industrial (secundário) respondeu por 56,9% da movimentação econômica do município, enquanto os setores primário e terciário ficaram responsáveis por 12,2% e 30,9%, respectivamente (SANTA CATARINA, 2005a). O município, portanto, apresenta-se mais industrializado que a média estadual. De acordo com os dados do IBGE (2004), no estado predomina as atividades do setor terciário (47,9%) em relação aos setores secundário (38,3%) e primário (13,8%).

O número de indústrias no município chega a 210 estabelecimentos, gerando aproximadamente 7.843 empregos diretos e uma significativa arrecadação municipal e estadual. Vale ressaltar que o setor industrial está, em grande parte, embasado nas indústrias de transformação de produtos de origem vegetal e animal, ou seja, a madeira e o couro. Essas indústrias, de certa forma, podem ser classificadas como agroindústrias, o que torna relativo, portanto, o baixo rendimento do setor primário no município. Observa-se que, de modo geral, para cada 2 domicílios, existe 1 emprego na indústria (EPAGRI, 2004).

O setor terciário conta com 969 estabelecimentos e absorve em torno de 6.533 empregos diretos. Esses estabelecimentos estão ligados ao transporte, alimentação, construção civil, venda de produtos agropecuários e outras atividades. De modo geral, nos últimos anos, esse setor vem crescendo significativamente no município (EPAGRI, 2004).

O número de servidores públicos é de aproximadamente 2.500 funcionários municipais, estaduais e federais. Em regra, esses servidores têm renda superior a dois salários mínimos e possuem nível escolar de médio a superior (GUZELLA, 2002).

O setor primário, apesar de pouco representativo economicamente, fornece matéria-prima para a indústria, tais como a madeira e o couro. As demais agroindústrias são pouco expressivas no município, sendo que mais de 90% da

produção de leite, hortaliças e frutas são comercializadas *in natura* fora do município (GUZELLA, 2002).

Em relação à estrutura agrária, segundo os dados cadastrais do Incra, em maio de 2004 o município de Caçador apresentava uma concentração fundiária mais elevada do que a média estadual. Essa condição pode ser visualizada ao se comparar a Tabela 5 (pág. 39) com a Tabela 15, a seguir.

**Tabela 15** – Estrutura fundiária do município de Caçador (SC), 2004.

<b>Estratos de área total (ha)</b>	<b>Nº de imóveis</b>	<b>% dos imóveis</b>	<b>Área total (ha)</b>	<b>% de área</b>	<b>Área média (ha)</b>
Até 10	347	23,0	1.872	1,9	5,4
10 a 50	793	52,6	19.599	19,7	24,7
50 a 100	164	10,8	11.467	11,6	69,9
100 a 500	175	11,6	37.954	38,2	216,9
500 a 1.000	22	1,5	14.500	14,6	659,1
Mais de 1.000	7	0,5	13.914	14,0	1.987,7
<b>Total</b>	<b>1.508</b>	<b>100</b>	<b>99.306</b>	<b>100</b>	<b>65,8</b>

Fonte: Incra (2004b)

Observa-se que as áreas até 50 ha perfazem mais de 75% do total de imóveis do município, enquanto que no estado esse mesmo estrato de área atinge mais de 92% dos imóveis. O número de imóveis acima de 500 ha (grandes propriedades)<sup>55</sup> representa 2% dos imóveis e 28,6 % da área do município, enquanto no estado esse mesmo estrato representa 0,2% e 9,4%, respectivamente. Esses dados demonstram que o município tem um diferencial em termos de concentração fundiária em relação ao restante do estado.

De acordo com o Censo Agropecuário de 1995-1996 do IBGE, na comparação do índice de Gini do município (0,770) com o da microrregião (0,665) e

<sup>55</sup> A Lei 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, define a pequena propriedade rural como sendo aquela que possui de 1 a 4 módulos fiscais e a média propriedade, contendo entre 4 e 15 módulos fiscais. Por exclusão, a grande propriedade seria aquela com mais de 15 módulos fiscais (BRASIL, 1993). O módulo fiscal é definido pelo Estatuto da Terra, sendo expresso em hectares e calculado para cada município de acordo com os seguintes fatores: a renda obtida pelo tipo de exploração dominante no município; a renda de outras explorações existentes no município, que embora não predominantes, sejam expressivas em termos da renda ou da área utilizada; a área média capaz de prover o sustento a uma família e o seu progresso social e econômico (BRASIL, 1985). O módulo fiscal do município de Caçador é de 18 ha, sendo que a grande propriedade é considerada aquela com mais de 270 ha. No entanto, o estrato de área considerado como grande propriedade foi aquele a partir de 500 ha, dadas as dificuldades técnicas de reunir dados na faixa acima de 270 ha.

do estado (0,671) observa-se uma nítida diferenciação. No entanto, o índice de concentração fundiária do município de Caçador não chega ao nível de concentração da média brasileira (0,856), ficando mais próxima dos parâmetros da região Sul (0,742).

Durante os trabalhos de campo desta pesquisa foram observadas extensas áreas com reflorestamento de pinus, sendo esta uma atividade com maior incidência nas médias e grandes propriedades. No entanto, também há pequenas propriedades com essa atividade, como foi o caso de duas famílias entrevistadas na pesquisa. Não foram encontrados dados ou informações a respeito da incidência de reflorestamentos em pequenas propriedades no município ou no estado de Santa Catarina.

A condição do produtor rural em relação à posse da terra no município estudado pode ser vista na Tabela 16. Foram utilizados os dados do Censo Agropecuário 1995-1996 do IBGE, tendo em vista que não foi possível localizar tal informação no cadastro do Incra.

Assim, os dados apresentados na referida tabela têm uma nítida diferença no total de imóveis e na área recenseada em relação aos da tabela anterior. Mesmo com a defasagem do período considerado e as diferenças nos critérios utilizados entre o Incra e o IBGE<sup>56</sup>, os dados da Tabela 16, a seguir, podem dar uma idéia da condição da posse da terra no município considerado.

**Tabela 16** – Condição do produtor de acordo com o número de estabelecimentos e a área dos mesmos no município de Caçador (SC), 1996.

<b>Tipo de Produtor</b>	<b>Nº de estabelecimentos</b>	<b>% de Produtores</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>% da área</b>
Proprietário	722	79,3	57.449	90,3
Arrendatário	64	7,0	2.407	3,8
Parceiros	39	4,3	385	0,6
Ocupantes	86	9,4	3.377	5,3
<b>Total</b>	<b>911</b>	<b>100</b>	<b>63.618</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Agropecuário 1995-1996 - IBGE (SANTA CATARINA, 2003a)

<sup>56</sup> O INCRA utiliza o termo “imóvel rural” definido como sendo o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, com iniciativa pública ou privada (BRASIL, 1985). O IBGE utiliza o termo “estabelecimento rural” como sendo aquela propriedade declarada pelos informantes do censo, podendo conter um ou mais imóveis, contíguos ou não. Essa diferença de critérios explica, em parte, o menor número de estabelecimentos rurais (Tabela 16) em relação ao maior número de imóveis rurais (Tabela 15).

Além da diferença de critérios, como mencionada, que altera o número de imóveis/estabelecimentos, observa-se também uma diferença significativa na área levantada pelo IBGE e aquela registrada no cadastro do Incra (Tabela 15). De acordo com a Tabela 16, no município de Caçador predomina a categoria dos agricultores proprietários da terra (79,3%), no período considerado. No entanto, esse percentual é inferior àquele encontrado na mesorregião Oeste e no estado de Santa Catarina para o mesmo período, ou seja, 86,9% e 84,3%, respectivamente. Por outro lado, em termos percentuais, os agricultores com acesso precário à terra perfazem um total de 20,7% de produtores do município e apenas 9,7% da área utilizada. No estado de Santa Catarina essa proporção é de 15,7% de produtores e 7,6% da área utilizada (SILVA *et al.*, 2003).

Os dados apresentados mostram que os produtores nessa condição (arrendatários, parceiros e ocupantes), geralmente utilizam pequenas áreas e se encontram proporcionalmente em maior número no município do que a média estadual, condição que se justifica em função das atividades olerícolas desenvolvidas no município. Essas atividades de alto valor comercial, em especial o tomate e o pimentão, exigem pequenas áreas e geralmente apresentam um bom retorno financeiro que permite o pagamento da renda da terra.

A Tabela 17, a seguir, expressa os distintos usos das terras municipais, destacando as principais atividades agrosilvopastoris.

**Tabela 17** – Utilização das terras rurais do município de Caçador (SC), 2004.

<b>Discriminação</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>% da área municipal</b>
Lavouras temporárias	9.500	9,5
Lavouras permanentes	1.060	1,1
Capoeiras	5.000	5,0
Pastagens cultivadas	15.000	15,0
Matas	9.000	9,0
Reflorestamento	43.000	43,0
Terras inaproveitáveis	4.300	4,3
Áreas de benfeitorias	13.140	13,1
<b>TOTAL</b>	<b>100.000</b>	<b>100</b>

Fonte: (EPAGRI, 2004)

Nota-se que os totais das áreas apresentadas na tabela anterior foram arredondados pela Epagri, sendo, portanto, valores aproximados. A atividade de reflorestamento ocupa quase a metade da superfície municipal, demonstrando sua

significância no município. A principal espécie utilizada é o pinus americano destinado às indústrias de móveis e celulose, entre outros fins. O reflorestamento de pinus está em franca expansão na região e geralmente é incentivado e administrado por grandes empresas do setor industrial. O município de Caçador é um dos principais produtores de madeira em toras no estado de Santa Catarina, participando com 23% do total produzido. O percentual de participação de produtos florestais nas exportações do estado de Santa Catarina foi de 26% em 2002, demonstrando a importância econômica dessa atividade (SANTA CATARINA, 2003b). Cabe indagar se essa atividade, assim como outras em que predomina o grande capital, proporciona bem-estar às pessoas pobres do meio rural.

As principais atividades agrícolas desenvolvidas no município podem ser visualizadas na Tabela 18, a seguir:

**Tabela 18** – Principais atividades agrícolas em Caçador (SC), 2004.

<b>Atividades</b>	<b>Propriedades (Nº)</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Produtividade (kg/ha)</b>	<b>Produção (t)</b>
<b>Culturas anuais</b>				
Tomate	670	750	62.200	46.650
Milho	1.200	5.750	3.720	21.390
Cebola	300	350	20.000	7.000
Pimentão	340	450	16.406	7.382
Feijão	1.200	2.800	1.080	3.024
<b>Culturas permanentes</b>				
Pêssego	305	570	12.440	7.092
Uva	280	300	18.800	5.640
Maçã	30	36	12.000	432
Ameixa	68	87	10.000	870
Nectarina	54	65	9.500	617

Fonte: (EPAGRI, 2004)

Destaca-se a produção de aproximadamente 50 toneladas de tomate no ano de 2004, a qual é comercializada, principalmente, por meio de atravessadores para as Centrais de Abastecimento S.A. (Ceasa) de São Paulo e de Curitiba. A única estrutura de comercialização do produto no município é uma câmara fria que existe na comunidade da Linha Tigre.

A cultura do tomate atraiu muitos agricultores no início da década de 1990 e, atualmente, encontra-se em crise como será abordado no Capítulo 5. A quase totalidade da produção é feita do modo convencional, isto é, com a utilização de

insumos químicos e uso intensivo da terra. Na década de 1990 iniciou-se um trabalho conjunto da CPT, Cepagri, Sitruc e Epagri para a produção agroecológica, empregando tecnologia alternativa com redução e mesmo eliminação de produtos químicos e uso intensivo de mecanização. Assim, técnicas como plantio direto, adubação orgânica e controle natural de pragas são empregadas por alguns agricultores com relativo sucesso (SITRUC, 2004).

Como fruto desse trabalho, semanalmente é realizada uma feira de produtos orgânicos na sede do município de Caçador. No entanto, essas atividades são incipientes e a tendência dos resultados é ocorrer em longo prazo, sendo que a maior repercussão desse trabalho tem acontecido nos municípios vizinhos, como é o caso de Macieira (SC). Maiores detalhes podem ser obtidos no dossiê Sitruc (2004) sobre as atividades desenvolvidas em Caçador e região. Referido documento contém todo o histórico dessas atividades no município, seus avanços e recuos.

Cabe ressaltar que o volume de agrotóxicos utilizados, principalmente nas lavouras olerícolas e frutícolas, é muito alto. As embalagens descartáveis utilizadas para acondicionamento daqueles produtos, segundo informações da Epagri local, têm sido destinadas adequadamente dentro das normas mínimas exigidas. No entanto, há casos de armazenamentos inadequados e aplicação de produtos não recomendados como é o caso do mercúrio (EPAGRI, 2004).

Com relação à produção pecuária destaca-se a produção de gado de corte e leite, aves e suínos. Nos últimos anos cresce a produção de peixes, que tem sido incentivada na região pelo governo do estado. Essas atividades podem ser visualizadas na Tabela 19, a seguir:

**Tabela 19** – Principais atividades pecuárias e criação de pequenos animais em Caçador (SC), 2004.

<b>Atividades</b>	<b>Propriedades (Nº)</b>	<b>Cabeças (Nº)</b>	<b>Produção anual</b>
Bovinos de leite	110	1.500	1.350.000 litros
Bovinos de corte	808	18.866	600 t/carne
Suínos	47	3.940	200 t/carne
Aves de postura	2	17.000	300.000 dúzias
Aves de corte	13	278.000	970 t/carne
Ovinos	40	743	3 t/carne
Abelhas	50	1.350 <sup>1</sup>	27 t/mel
Peixes	312	-	276 t/carne

Fonte: (EPAGRI, 2004)

<sup>1</sup> O valor refere-se à quantidade de colméias.



As áreas de pastagens no município vêm sofrendo uma diminuição nos últimos anos, tendo em vista o avanço do reflorestamento com pinus. Não obstante o desenvolvimento industrial ocorrido no município, os agricultores, as lideranças e os técnicos entrevistados no município reclamam da ausência de uma indústria de transformação para os produtos hortifrutigranjeiros. Mesmo algumas agroindústrias que existiam no município paralisaram suas atividades, como foi o caso da indústria vinícola, dos moinhos de cereais etc. A agregação de valor dos produtos primários, geralmente acontece nos municípios vizinhos ou até mesmo fora do estado, ao contrário de muitos municípios do Oeste catarinense, região que possui uma forte indústria agroalimentar.

### **3.2 O público pesquisado e sua inserção sócio-econômica**

Neste ponto se pretende aprofundar o estudo das características dos entrevistados e seus familiares, que importa na contextualização e análise dos problemas levantados. Embora a pesquisa mais aprofundada se restrinja a um grupo de 22 pessoas entrevistadas, conforme descrito anteriormente, sempre que possível se fará uso das entrevistas com os técnicos e as lideranças, dos dados obtidos na análise documental e outros estudos e levantamentos realizados na região estudada.

#### **3.2.1 A trajetória de vida**

A presente seção tratará brevemente da origem territorial e da trajetória dos entrevistados quanto ao acesso à terra, incluindo a trajetória dos pais dos entrevistados, antes de chegarem ao município de Caçador. Esse tema permite algumas noções a respeito da inserção dos entrevistados no município, no qual se desenvolveu esta pesquisa.

A propósito, no Capítulo 4 e 6 novas questões serão colocadas e aprofundadas, tais como: o sonho da terra própria; os motivos da não-mobilização em acampamentos e ocupações de terra; as dificuldades em relação ao trabalho de parceria; a perspectiva de futuro dos entrevistados, entre outros aspectos.

Mais da metade dos entrevistados é natural do próprio município de Caçador, 12 pessoas do total de 22. Entre os demais, 5 são provenientes do estado do

Paraná, 4 de municípios vizinhos do próprio estado de Santa Catarina e 1 entrevistado oriundo do Rio Grande do Sul. No entanto, quando se investiga a respeito da procedência dos pais dos entrevistados, os descendentes de gaúchos sobem para 7, os originários do estado de Santa Catarina somam 11 famílias e o restante provém do Sudoeste do Paraná (4 famílias). Dentre as famílias originárias de Santa Catarina apenas duas não eram do Oeste Catarinense, sendo uma de Lages (SC) e outra de Mafra (SC).

Esses dados demonstram os diversos fluxos migratórios ocorridos no século passado que contribuíram para a formação do município de Caçador, como visto anteriormente. No início os descendentes de italianos vindos do Rio Grande do Sul, paralelamente os agricultores do Sudoeste do Paraná e nas últimas décadas, além dessas procedências, também migraram famílias do próprio estado de Santa Catarina, sobretudo da região Oeste.

Nesse sentido, um dos entrevistados esclarece a trajetória feita pelos seus familiares antecessores:

*Meus avós vieram da Itália e meus pais vieram do Rio Grande do Sul, mas vieram sem nada pra cá. Vieram trabalhando e aí conseguiram comprar uns terrenos, só que ficou pouco para os filhos. Isso aqui que nós estamos morando em cima foi dele. Vieram pra cá em busca de terra, porque a maioria dos gaúchos que vieram pra cá foi em busca de terra.*

E07 – Proprietário, Banco da Terra, 42 anos.

Além da trajetória descrita e da menção ao trabalho para a compra da terra, comum a muitos migrantes, ressalta-se a condição apontada pelo entrevistado a respeito da pequena quantidade de terra repartida entre os filhos. Esse processo de insuficiência de terra para divisão entre os herdeiros aconteceu com 7 famílias (32% dos entrevistados) e é comum a milhares de famílias, principalmente no Oeste catarinense. Concordando com tal afirmação, Abramovay (2001)<sup>57</sup> aponta um percentual de 35% de famílias no Oeste catarinense que teriam de dividir a terra entre seus descendentes, mas o quinhão a ser repartido não seria suficiente. Nesses casos há necessidade da busca de outros meios de sobrevivência ou mais terra para o sustento dos filhos que decidiram permanecer no meio rural.

---

<sup>57</sup> Esse autor coordenou uma pesquisa a respeito dos impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar no Oeste Catarinense, selecionando 10 municípios representativos dessa região para os trabalhos de campo que resultou na entrevista de 116 pequenos agricultores.

As três principais regiões originárias dos pais dos entrevistados são tipicamente caracterizadas pela forte presença da agricultura familiar. Com efeito, somente o pai de um dos entrevistados não tinha vínculos com a área rural. Dos demais genitores dos entrevistados, 16 foram pequenos proprietários em algum momento da sua vida, 3 trabalharam toda a vida como arrendatários e 2 eram trabalhadores assalariados na área rural, o que pressupõe certa experiência nas atividades agropecuárias e alguns traços culturais relacionados à agricultura familiar, tais como: o gosto pela terra, a pouca adaptação aos trabalhos urbanos e a autonomia no trabalho. Essas características tendem a influenciar os trabalhadores rurais sem terra própria a permanecerem no meio rural, mesmo sob precárias condições de vida.

Mesmo entre aqueles entrevistados que não nasceram em Caçador o tempo mínimo de moradia neste município é de pelo menos 4 anos. Alguns, porém, há mais de 20 anos. Essa condição também facilita o conhecimento e a adaptação às condições físicas e socioculturais do município.

Alguns dos pais dos entrevistados que possuíram a propriedade da terra foram obrigados a vendê-la ou simplesmente a perderam para grileiros. Foi o caso de 4 famílias de entrevistados que por dificuldades diversas ficaram sem suas terras. Ainda, entre os pais dos entrevistados, 3 passaram por empregos urbanos e 2 por empregos rurais. Por outro lado, entre os próprios entrevistados, além dos trabalhos na lavoura, 8 passaram por trabalhos não agrícolas, sendo 6 na área urbana e 2 em áreas de garimpos. Os demais trabalharam durante toda a vida na roça, sendo que a maioria em arrendamentos ou parcerias. De acordo com declarações dos entrevistados, todos sonharam ou sonham, algum dia, ter sua terra própria ou ampliá-la. É o que se depreende do depoimento de um dos entrevistados, que conseguiu a propriedade da terra por meio de financiamento do Banco da Terra:

*Toda vida foi o meu sonho, como o meu pai tinha [a propriedade da terra]. Meus irmãos eles foram se empregando, o que se empregou em firma se empregou, o que foi motorista, pegou de motorista e acharam que não viviam fora disso, mas eu sou da enxada e tenho que continuar nisso aí, um dia vai melhorar e tive fé e hoje graças a Deus estou aqui [na propriedade adquirida].*

E23 – Proprietário, Banco da Terra, 50 anos.

Na fala desse entrevistado observa-se que os seus irmãos optaram por outras ocupações fora da área rural, tendo em vista as dificuldades para permanecer

no campo. Por outro lado, nota-se a sua vontade de permanecer na terra e a sua esperança de conseguir um pedaço de terra. Essa ligação com a terra ou o “gosto pela terra” está presente na fala de muitos entrevistados e faz parte da cultura dos agricultores familiares, de maneira geral.

De acordo com Abramovay (2001, p. 88), “o acesso à propriedade da terra é visto pelos agricultores do Oeste catarinense como o único caminho para construir uma trajetória ascendente na profissão agropecuária”. O autor afirma ainda que o arrendamento não é considerado o caminho ideal para acessar a terra na condição de proprietário e aduz, com base nos estudos realizados, que pode ser essa a razão para o grande interesse pelo financiamento da terra por meio de crédito fundiário. O assunto, contudo, voltará a ser discutido no Capítulo 6.

Um outro entrevistado assim descreve a sua trajetória:

*Meu pai era uma pessoa que se criou em terrenos dos outros, trabalhando assim na roça, toda vida na roça, de peão. Morreu pobre, trabalhava só no que era alheio. Daí nós se criamos assim igual a ele, trabalhando de peão, fomos indo pra frente dando uma de camarada. Chegou ao ponto que vim parar em Caçador trabalhar nas firmas [serrarias], depois não deu mais pra trabalhar nos empregos por problemas que começou a lei dos estudos, porque a gente tinha pouco estudo, as empresas já estavam exigentes. Acabei saindo e voltei pra roça. Hoje estou trabalhando na agricultura, pagando esses arrendo aí [arrendamento].*

E14 – Arrendatário, Sem Sem, 53 anos.

Na fala desse entrevistado observa-se como a condição dos pais pode influenciar a dos filhos: “daí nós se criamos assim igual a ele”. Essa influência familiar nas decisões profissionais dos filhos também é estudada pelo autor citado anteriormente. Entre os agricultores entrevistados pelo referido autor, 48% estimulam os filhos a permanecer na profissão.

Fica visível, também, na fala do entrevistado E14, a absorção da mão-de-obra rural por parte das serrarias em Caçador e depois o retorno para a roça. Esse retorno às atividades agrícolas se deve aos baixos salários pagos pela empresas, possivelmente em épocas de crise do setor, sendo que a melhor remuneração destina-se àqueles que detêm maior escolaridade. O que não era o caso do entrevistado citado, que possuía apenas a 2ª série do ensino fundamental.

Embora esse agricultor arrendatário esteja há oito anos trabalhando com olericultura, não vê condições de adquirir sua terra própria só com o trabalho na lavoura. Tal constatação comprova a afirmação dos autores citados anteriormente,

de que o arrendamento não é considerado pelos agricultores sem terra do Oeste catarinense como uma saída que lhes possibilitem o acesso à propriedade da terra.

O acesso precário à terra é a situação vivenciada pela maioria do público entrevistado que financiou ou está em vias de financiar a terra própria, bem como daqueles que ainda não foram contemplados com nenhuma política pública de acesso à terra (Sem Sem). A Tabela 20, a seguir, dá uma idéia dessa situação:

**Tabela 20** – Situação do público entrevistado quanto à ocupação anterior (Fundo de Terras e Banco da Terra) e ocupação atual (Crédito Fundiário e Sem Sem) no município de Caçador (SC), 2005.

<b>Situação dos Entrevistados</b>	<b>FT</b>	<b>BT</b>	<b>CF</b>	<b>SS</b>	<b>Total</b>
Arrendatários	3	1	1	1	6
Parceiros	1	3	2	4	10
Filhos de Agricultores	1	–	3	–	4
Agricultores com pouca terra	–	1	–	–	1
Trabalhadores Assalariados	–	–	–	1	1
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>22</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005

Legenda: FT – Fundo de Terras; BT – Banco da Terra; CF – Crédito Fundiário; SS – Sem Sem

A Tabela 20 mostra um quadro objetivo das principais ocupações anteriores ou atuais, dependendo do grupo de entrevistados analisado. Embora a situação visualizada pareça simples e objetiva, a realidade vivenciada pelas famílias, principalmente antes de obterem a propriedade da terra, é muito mais dinâmica e complexa. Em busca da reprodução familiar essas pessoas fazem de “*tudo um pouco*”, na expressão de um dos entrevistados. Assim, por exemplo, alguns parceiros eventualmente vendem sua força de trabalho, como é o caso de duas famílias de Sem Sem. Outros pagam a renda de uma parte da propriedade para plantar lavouras próprias e ao mesmo tempo cultivam lavouras em conjunto com o proprietário da terra. Aqueles que se identificam como arrendatários, às vezes, realizam trabalhos em parceria. Os filhos de agricultores gerenciam lavouras em conjunto com os pais, na forma de parceria e, outras vezes, plantam suas próprias lavouras na terra do pai sem lhe pagar nada. Houve o caso de um único agricultor entrevistado que, mesmo com pouca terra, também utilizava outra área para o plantio através do arrendamento.

As parcerias assumem diferentes formas de administrar a terra e as lavouras (temporárias e permanentes), como visto anteriormente. Nos casos entrevistados, os

parceiros pagavam na forma de produto uma parte da renda auferida com a utilização da terra e administravam as lavouras com certa independência, já que os proprietários residiam na cidade. Na região estudada, os termos “arrendamento” e “parceria” são muitas vezes utilizados como sinônimos, como também confirma Paulilo (1998). Assim, a fim de facilitar o entendimento do texto será usado o termo “arrendamento” para todas as formas de parcerias encontradas.

### **3.2.2 As condições socioeconômicas**

Os dados apresentados a seguir foram colhidos no período de março a junho de 2005, mediante aplicação de um questionário fechado (Anexo C). Além da identificação com as características pessoais do entrevistado foram obtidos dados referentes a sua composição familiar, atividades econômicas desenvolvidas e forma de acesso a bens e serviços. Esses dados permitirão traçar o perfil do público pesquisado e fazer a diferenciação ou não dos grupos estudados.

Antes da apresentação dos dados levantados e sua análise propriamente dita, vale ressaltar a diversidade do público pesquisado, eis que os entrevistados são membros de famílias estruturadas em suas propriedades há vários anos, famílias com acesso precário à terra e/ou que desenvolvem trabalhos eventuais para sobreviver. Isso ocorre em razão da opção pelos diferentes grupos de pessoas estudados, como mencionado anteriormente, além da própria diversidade existente dentro dos próprios grupos identificados. Para efeito do presente estudo, as características que unem esses grupos são aquelas relacionadas com a opção do público pesquisado de buscar o acesso à terra, sem a necessidade de mobilização em acampamentos e ocupações.

A título de caracterização geral desses grupos de entrevistados pode-se dizer que: (i) o público do Fundo de Terras é o mais consolidado em termos de acesso à terra. Suas propriedades foram adquiridas na década de 1980, sendo que todos já liquidaram o financiamento respectivo; (ii) o público do Banco da Terra adquiriu suas terras a partir do ano 2000. Muitas famílias atendidas por essa política pública se instalaram há pouco tempo nas propriedades e começaram a pagar o financiamento da terra em 2003 ou estavam preparando-se para pagar a primeira parcela durante o período das entrevistas; (iii) o público inscrito no PNCF ou Crédito Fundiário está prestes a realizar o sonho de adquirir uma gleba de terras própria. Portanto,

encontra-se em uma fase de transição entre o acesso precário à terra e o acesso pleno à propriedade da terra; (iv) finalmente, o público Sem Sem, aquele que ainda não está amparado por nenhuma das políticas públicas de acesso à terra. Portanto, é o mais instável dos quatro grupos estudados quanto ao acesso à terra. Entre as famílias desse grupo, uma delas vive exclusivamente de trabalho eventual e outras duas, além da parceria, realizam também trabalhos eventuais, tais como colheita de tomate, limpeza de pinus etc.

Para efeito do presente estudo considerou-se como família o grupo doméstico que vive sob o mesmo teto ou depende diretamente do casal em torno do qual se agrupam. Eventualmente os membros dessas famílias participam dos trabalhos domésticos e dividem ou auxiliam nas despesas da casa. Na composição familiar não foram encontrados casos de pessoas sem vínculo de parentesco agregadas ao núcleo familiar<sup>58</sup>. Em relação a parentes, encontrou-se apenas o caso de uma neta morando com a família dos entrevistados.

Somado o número de entrevistados e de seus cônjuges obteve-se um total de 43 pessoas, sendo 21 casais e um indivíduo solteiro. Entre os entrevistados foram encontradas apenas três pessoas do sexo feminino. A propósito, sempre que possível se tentará caracterizar o casal e a família como um todo, outras vezes, apenas o entrevistado e eventualmente os filhos.

Para visualização do público estudado é apresentada a Tabela 21, a seguir, com a composição familiar conforme menção acima.

**Tabela 21** – Composição familiar do público estudado por grupo de entrevistados e grau de parentesco, em número de pessoas no município de Caçador (SC), 2005.

<b>Especificação</b>	<b>Fundo de Terras</b>	<b>Banco da Terra</b>	<b>Crédito Fundiário</b>	<b>Sem Sem</b>	<b>Total</b>
Entrevistados	5	5	6	6	22
Cônjuges	4	5	6	6	21
Filhos	3	4	7	7	21
Filhas	6	4	3	7	20
Neta	-	-	-	1	1
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>22</b>	<b>27</b>	<b>85</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005

<sup>58</sup> No presente estudo o núcleo familiar ou a família nuclear é aquela composta pelo responsável, pelo cônjuge e pelos filhos do casal.

Dos dados acima se obtém uma média de dois filhos por casal entrevistado e um percentual de aproximadamente 50% das pessoas de cada sexo no conjunto familiar. Excluindo o único entrevistado solteiro, tem-se uma média de 4 pessoas por família, muito próxima da apresentada por Silva *et al.* (2003). Em seus trabalhos de campo para a microrregião de Joaçaba, que inclui o município de Caçador, esses autores encontraram uma média de 4,3 pessoas por família. O público Sem Sem possui uma média de 4,5 pessoas por família, um pouco superior aos demais grupos pesquisados. Camargo (2003) também aponta que 62% dos beneficiados pelo Banco da Terra em Santa Catarina têm de 1 a 3 filhos, para uma amostra de 390 contratos analisados.

Quanto à religião praticada, todos os entrevistados se declararam católicos. Os cultos religiosos ocorrem esporadicamente nas comunidades e mais freqüentemente na cidade.

A maioria dos entrevistados e seus cônjuges se declarou de descendência italiana (41,9%), conforme mostra a Tabela 22, a seguir. Tal percentual chega próximo de 50%, se somadas mais 3 pessoas que estão incluídas na categoria de “outras” descendências na referida tabela. Essa categoria inclui entrevistados de descendências européias, predominantemente italiana e, ainda, alemã, polonesa, espanhola, entre outras. Esses dados estão de acordo com os levantamentos históricos realizados por Thomé (1993) que confirma uma forte influência da colonização italiana na formação do município de Caçador.

**Tabela 22** – Procedência étnica dos entrevistados e respectivos cônjuges, em número de pessoas no município de Caçador (SC), 2005.

<b>Especificação</b>	<b>Fundo de Terras</b>	<b>Banco da Terra</b>	<b>Crédito Fundiário</b>	<b>Sem Sem</b>	<b>Total</b>	<b>% do total</b>
Italiana	4	6	6	2	18	41,9
Brasileira	2	1	2	9	14	32,5
Alemã	-	2	3	1	6	14,0
Outras	3	1	1	-	5	11,6
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>43</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005

Chama a atenção o fato de as pessoas que se declararam de descendência brasileira, pertencerem, em sua maioria, ao grupo dos Sem Sem. Do total de 14 pessoas brasileiras identificadas na pesquisa, 64,3% encontram-se nesse grupo e



dentro deste representam 75% dos indivíduos. No decorrer deste trabalho ficará claro que esse grupo é justamente o mais pobre e o mais excluído dos bens, serviços e políticas públicas, em relação aos demais entrevistados.

O grupo dos Sem Sem tem muita relação com os “caboclos”, discriminados desde a época da Guerra do Contestado, como foi visto anteriormente. De acordo com Paulilo (1998, p. 154), essa discriminação vem desde a colonização brasileira e serviu aos interesses da Coroa Portuguesa que precisava de “mão-de-obra barata e uma colônia suficientemente desunida para não juntar forças contra a metrópole”.

A distribuição por faixa etária e a composição familiar relativas ao público pesquisado pode ser visualizada na Tabela 23, a seguir.

**Tabela 23** – Número de pessoas por faixa etária e composição familiar do público estudado no município de Caçador (SC), 2005.

<b>Especificação</b>	<b>&lt;7</b>	<b>7 – 14</b>	<b>15 - 19</b>	<b>20 - 29</b>	<b>30 - 39</b>	<b>40 - 49</b>	<b>50 - 59</b>	<b>&gt;60</b>
Entrevistados	-	-	-	3	6	7	6	-
Cônjuges	-	-	1	5	5	5	5	-
Filhos	5	8	3	5	-	-	-	-
Filhas	5	1	6	7	1	-	-	-
Neta	1	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>11</b>	<b>-</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005.

O conjunto familiar estudado está relativamente bem distribuído nas diversas faixas etárias até os 59 anos de idade, com uma predominância de pessoas na faixa de 20 a 29 anos. Em relação aos entrevistados, mais de 82% situam-se na faixa que vai de 30 a 59 anos de idade, retratando um público mais adulto. Nenhuma pessoa com mais de 60 anos foi entrevistada, porém, na análise documental realizada em 34 contratos efetivados no município de Caçador pelo Fundo de Terras de Santa Catarina foram encontradas 7 pessoas nessa condição. Esse número representa 20,6% do total de beneficiados no município pelo referido Fundo. A explicação possível para esse montante é a maior antiguidade desse programa, criado no início dos anos 80.

Com relação à escolaridade, os dados coletados confirmam a situação já descrita para o município de Caçador referente à população rural. A Tabela 24, a seguir, demonstra que a maioria dos entrevistados freqüentou até a 4ª série do ensino fundamental. São 15 entrevistados nessa condição, representando 68,2% do

universo pesquisado. Entre os cônjuges encontra-se o maior número de não alfabetizados, sendo cinco mulheres e um homem. Não obstante, as mulheres apresentam o melhor nível de escolaridade individual. Ainda, dos que têm escolaridade superior a 4ª série do ensino fundamental, 9 são mulheres e 6 são homens. Uma das mulheres está cursando o ensino médio, uma já possui este nível completo e outra está na educação superior. Os filhos e filhas tendem a apresentar melhor nível escolar do que os pais, conforme pode ser visto na Tabela 24, a seguir.

**Tabela 24** – Escolaridade do conjunto familiar do público estudado, em número de pessoas e percentual total no município de Caçador (SC), 2005.

Especificação	Entrevistados	Cônjuges	Filhos (as) ≥ a 7 anos	Total	% total
Não alfabetizados	-	6	1	7	9,5
1ª a 4ª série	15	6	10	31	41,9
5ª a 8ª série	7	6	11	24	32,4
Médio incompleto	-	1	4	5	6,7
Médio completo	-	1	3	4	5,4
Superior incompleto	-	1	2	3	4,1
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>21</b>	<b>31</b>	<b>74</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005

Entre as 7 pessoas não alfabetizadas, 4 delas estão no grupo dos Sem Sem, duas encontram-se entre o público do Crédito Fundiário e, uma figura como beneficiária do Banco da Terra. Além disso, entre os filhos dos entrevistados, o único grupo que apresenta pessoas semi-analfabetas é o Sem Sem. São 6 pessoas, entre 19 e 28 anos, com nível escolar até a 2ª série do ensino fundamental. Em todos os demais grupos pesquisados o nível escolar mínimo dos filhos foi a 4ª série do primeiro nível de ensino. Esses dados mostram que aquele grupo, embora não representativo em termos estatísticos, é o menos favorecido em termos de oportunidades sociais.

Outras pesquisas também comprovam o grande número de pequenos agricultores com nível escolar até a 4ª série do ensino fundamental. Bayer (2003), por exemplo, em um estudo de caso no município de Caçador encontrou 83,3% nessa condição, entre 60 produtores rurais entrevistados. Camargo (2003) em sua pesquisa a respeito do Banco da Terra encontrou 70% de beneficiados com escolaridade até a 4ª série, 25% entre a 4ª e a 8ª séries do ensino fundamental, 4% com ensino médio e apenas 1% no nível superior.

Abramovay (2001) afirma que existe uma tendência de os filhos com menor escolaridade permanecerem no meio rural, enquanto aqueles com maior nível escolar se deslocarem para as cidades. Esses dados são preocupantes, uma vez que, nos dias atuais, as relações econômicas, as atividades agropecuárias e mesmo o exercício da cidadania exigem do produtor rural um nível de informação muito mais apurado. Nesse sentido, “a geração de agricultores que está tomando conta dos negócios hoje tem um nível educacional muito aquém dos desafios que vai encontrar pela frente” (ABRAMOVAY, 2001, p. 110). A propósito do presente estudo esse tema tem grande importância e será novamente abordado no Capítulo 6.

A maioria das escolas nas áreas rurais do município foi desativada, reflexo da política educacional do país de nucleação das escolas rurais. No entanto, segundo os entrevistados, o transporte escolar é eficiente e não há problemas com relação à matrícula nas escolas. Mesmo assim, os mesmos entrevistados, de maneira geral, reclamam das distâncias, do tempo que os filhos ficam fora de casa e da falta de apoio para a continuidade dos estudos. Em razão disso preferiam as escolas próximas ao local de moradia e consideram praticamente impossível continuar os estudos após o ensino médio devido a vários fatores: falta de oportunidade, ausência de universidades gratuitas próximo ao município e, principalmente, pela necessidade de os filhos trabalharem.

Como solução para esse impasse Abramovay (2001) sugere a criação de um programa de bolsas de estudos, como forma de garantir a continuidade da formação educacional dos filhos de agricultores e familiares, além de transferir renda para o meio rural.

Uma das pessoas entrevistadas assim exprime a sua angústia a respeito da continuidade dos estudos dos filhos:

*As minhas filhas foram para a cidade para estudar, eu sempre disse, eu não queria que minhas filhas trabalhassem na roça que nem eu. Sofre muito. As faculdades são todas pagas, só que as duas primeiras, conseguiram a metade, elas trabalham e pagam a metade. Aqui em Caçador não tem faculdade, só particular. É difícil conseguir bolsa e quem consegue são os filhos que mais têm [recursos], não sei por quê. Eu disse, nossa! Como a gente vive cada vez pior, meu Deus, podia ser melhor. Por que os filhos dos agricultores não querem mais ficar na roça?*

E22 – Cônjuge proprietária, Fundo de Terras, 51 anos.

Na percepção dessa entrevistada, o estudo é parte da solução para amenizar o sofrimento do trabalho na lavoura. Esse sentimento está presente principalmente nos depoimentos das mulheres, que são submetidas à dupla jornada de trabalho, ou seja, na lavoura e nas atividades domésticas. Vale ressaltar que o uso de tecnologia para o alívio do trabalho das mulheres no campo nem sempre é prioridade na unidade familiar. Os eletrodomésticos como máquina de lavar roupas e louças, entre outros, geralmente são considerados artigos de luxo.

A respeito, Abramovay (1998, p. 78) menciona, com base na pesquisa realizada no município de Saudades (SC), que 10 das 16 jovens entrevistadas consideram como obstáculo para sua realização profissional na agricultura o fato de o trabalho nesse setor ser “muito sofrido, pesado e cansativo”. Infere-se, portanto, a importância que assume a escolarização para esse segmento analisado.

Não só as mulheres, mas os agricultores, de maneira geral, percebem o ensino como um elemento capaz de promover uma ascensão social e econômica no campo. No entanto, são grandes as dificuldades para os pequenos agricultores manterem seus filhos estudando na cidade, mesmo aqueles mais estabilizados como é o caso da entrevistada mencionada anteriormente.

O programa Bolsa-escola do governo federal atende duas das famílias entrevistadas, uma do Banco da Terra e a outra do grupo Sem Sem. Apesar de auxiliar na complementação da renda das famílias mais carentes, esse mecanismo não funciona para filhos com idade acima de 15 anos que necessitem cursar o ensino médio ou superior, pelo menos no que diz respeito ao município de Caçador.

A grande maioria (82% dos entrevistados) considera o serviço de educação apenas regular, apesar da eficiência do transporte escolar e do fato de não faltarem vagas no ensino dos níveis fundamental e médio.

Na área da saúde, 91% dos entrevistados declararam que a situação é precária. As reclamações, em sua maioria, referem-se ao tempo de espera para o atendimento médico. Existia, entretanto, um serviço móvel de saúde que eventualmente atendia à comunidade, mas foi desativado, causando a insatisfação dos declarantes. Nesse mesmo sentido, uma das entrevistadas assim declara:

*Nós tínhamos o ônibus da saúde que auxiliava bastante e foi tirado, isso foi uma grande perda porque ajudava. Muitas pessoas não têm condições de ir lá e pagar um médico ou dentista. Ele vinha uma ou duas vezes por ano, mas já ajudava as pessoas que precisavam.*

A água para uso doméstico geralmente é coletada em fontes naturais ou poços perfurados, tipo cacimba, e canalizada até a residência. Somente uma família do grupo dos Sem Sem não possuía água dentro da residência, a qual era servida em um latão na área externa. Praticamente não existe rede de água encanada e tratada pelo sistema público. Somente duas famílias têm acesso a esse serviço, uma que mora no distrito de Taquara Verde (Sem Sem) e outra residente nos arredores da cidade de Caçador, em área semi-urbanizada (Banco da Terra). Nenhum dos entrevistados reclamou da falta de água, mesmo que ocasional.

Todos os entrevistados têm acesso à energia elétrica, sendo que apenas três reclamaram da qualidade desse serviço. Além da fraca intensidade, disseram que a única fase existente cai esporadicamente. Duas dessas famílias estão no grupo dos Sem Sem e uma no Banco da Terra.

O uso da telefonia celular rural vem-se expandindo no município nos últimos anos. Entre os 22 entrevistados, 14 possuíam telefone em suas residências, representando 63,6% do universo pesquisado. Entre os que não dispunham desse serviço em suas casas, 4 eram do grupo dos Sem Sem, 3 do Crédito Fundiário e 1 do Banco da Terra.

Com relação ao transporte coletivo, somente 3 entrevistados têm acesso a esse tipo de serviço, pois residem em locais próximos às vias asfaltadas. Quanto aos travessões que ligam as comunidades do interior à sede do município, esse serviço inexistente. Nesses locais, as pessoas que não têm transporte próprio dependem de carona ou favor dos vizinhos para se locomover. Outras vezes utilizam o transporte animal ou se locomovem a pé, como é o caso de 1 entrevistado do Banco da Terra, 2 do Crédito Fundiário e 3 do grupo dos Sem Sem.

Todos os entrevistados dos grupos do Fundo de Terras e do Banco da Terra possuíam conta bancária, geralmente utilizada para o acesso ao crédito agrícola e fundiário. Em relação ao grupo dos Sem Sem, apenas 1 entrevistado possuía esse serviço. No grupo do Crédito Fundiário, 4 entre os 6 entrevistados dispõem de conta em banco.

Quando perguntados a respeito do que faziam nas horas de folga, a maioria cita a televisão como fonte de lazer. Apenas duas pessoas citaram a prática do futebol como opção ao lazer. Desses, um entrevistado era do Banco da Terra e outro do grupo Sem Sem, residente no distrito de Taquara Verde.

O acesso a bens de consumo, implementos agrícolas e benfeitorias é uma condição que facilita a caracterização dos entrevistados, relativamente à renda, ao padrão tecnológico e ao conforto familiar.

Para a caracterização do acesso aos bens de consumo por parte dos entrevistados foram, então, identificados três grupos de bens, a saber: bens de uso doméstico (eletrodomésticos); veículos, máquinas e implementos agrícolas; e benfeitorias básicas (moradia e galpões).

A Tabela 25 seguinte apresenta dados relativos ao número e percentual de famílias que dispõem de aparelhos eletrodomésticos, como indicativo de acesso do público pesquisado a bens de consumo doméstico. Não foram constatados nessa pesquisa itens tais como: forno elétrico ou de microondas, máquina de lavar roupa e outros produtos mais sofisticados.

**Tabela 25** – Número e percentual de famílias que dispõem de aparelhos eletrodomésticos por grupo de entrevistados no município de Caçador (SC), 2005.

Especificação	Fundo de Terras		Banco da Terra		Crédito Fundiário		Sem Sem	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Televisor	5	100	5	100	6	100	4	67
Geladeira	5	100	5	100	6	100	4	67
Fogão a gás	5	100	5	100	6	100	5	83
Aparelho de som <sup>1</sup>	5	100	3	60	3	50	2	33
Total de entrevistados	5	–	5	–	6	–	6	–

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005.

<sup>1</sup> Foi considerado como aparelho de som o equipamento com rádio e “compact disc”.

Somente 2 famílias não possuíam televisor e geladeira, ambas pertencentes ao grupo dos Sem Sem. A única família que se privava do uso de fogão a gás, além de ser do grupo Sem Sem, é a mesma que não possuía os outros dois eletrodomésticos (E18). Também foi a única que não tinha água no interior da residência. Essa família foi uma das mais pobres dentre aquelas entrevistadas, a qual será citada em outras partes deste trabalho.

Em geral, foi identificado um alto padrão de consumo para a maioria dos itens levantados. A exceção foi o aparelho de som que apresentou baixa utilização no grupo dos Sem Sem (33%). No referido grupo somente 2 famílias dispunham desse tipo de aparelho eletrodoméstico. Nos grupos do Crédito Fundiário e do Banco da

Terra, 50% e 60% dos entrevistados, respectivamente, tinham esse item. Todos os entrevistados do Fundo de Terras o possuíam em bom estado de conservação.

Realizou-se um levantamento detalhado em relação aos implementos, veículos, máquinas e motores que estavam na posse dos entrevistados, incluindo o estado de conservação dos mesmos. No entanto, a descrição e a apresentação desse detalhamento ficariam longas, com muitos dados numéricos e fugiriam dos objetivos traçados para este trabalho. Assim, optou-se por apresentar um quadro resumido desses bens, incluindo-os nas seguintes categorias: veículos (automóvel, veículo utilitário e motocicleta); trator (trator de médio e grande porte e mini-trator tobata); bomba d'água para irrigação; implementos para trator (arado, grade, pulverizador e carreta), e implementos de tração animal (arado e carroça).

A Tabela 26, a seguir, mostra o número de famílias que detêm a posse dos itens relacionados anteriormente por grupo de entrevistados.

**Tabela 26** – Número de entrevistados com posse de veículos, máquinas, motores e demais implementos agrícolas por grupo pesquisado no município de Caçador (SC), 2005.

<b>Especificação</b>	<b>Fundo de Terras</b>	<b>Banco da Terra</b>	<b>Crédito Fundiário</b>	<b>Sem Sem</b>
Veículos	5	4	4	3
Trator	5	3	2	1
Bomba d'água	4	3	4	1
Implementos p/ trator	5	3	3	1
Implem. tração animal	–	2	1	–
<b>Total de entrevistados</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>6</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005

Observa-se que há uma diferenciação dos grupos de entrevistados com relação aos bens caracterizados na tabela anterior, eis que: (i) o público do Fundo de Terras (proprietários antigos) tem acesso a quase todos os itens, exceto uma família que não possui bomba d'água para irrigação; (ii) no grupo do Banco de Terras (proprietários recentes), duas famílias não possuem trator, mas uma delas possui bomba d'água e equipamento para irrigação. Sendo assim, apenas uma família não tem a posse de veículos e motores, sendo a mais destituída de bens e serviços desse grupo. Referida família, como será verificado no capítulo seguinte, terá dificuldade em relação ao pagamento do crédito fundiário; (iii) o grupo do Crédito Fundiário (em vias de adquirir a propriedade) ocupa uma posição

intermediária em relação à posse daqueles bens. Uma das famílias não possui os itens mencionados e outra dispõe apenas de implementos para tração animal e uma bomba d'água para irrigação; (iv) no grupo dos Sem Sem (sem perspectiva de adquirir a terra), 50% têm veículo, sendo uma motocicleta e 2 automóveis em estado regular de conservação. Uma dessas famílias é a única do grupo a dispor de trator e implementos agrícolas para produção de tomate. Mesmo sendo o mais destituído de bens, o título dado de Sem Sem a indivíduos com a posse de trator e veículos, parece incoerente. No entanto, é bom lembrar, mais uma vez, que o nome Sem Sem foi motivado pela condição de “sem” terra própria e “sem” uma política pública que atendesse a necessidade desses indivíduos de imediato, relativamente à aquisição da propriedade. Dentro desse grupo encontraram-se pessoas pobres, mas não destituídas totalmente de moradia, trabalho e bens<sup>59</sup>.

De acordo com a observação do pesquisador, o estado de conservação das residências, em geral, foi considerado regular e bom, para a maioria dos grupos estudados. O material empregado na construção da maioria das residências foi a madeira, ou seja, em 72,7% dos casos. A Tabela 27, a seguir, retrata o número de cômodos e o material que caracteriza as residências, por grupo estudado.

**Tabela 27** – Condições de moradia das famílias pesquisadas: número médio de cômodos e material de construção empregado, por grupo estudado e número de entrevistados, Caçador (SC), 2005.

Grupos estudados	Nº médio de cômodos <sup>1</sup>	Material de construção empregado		
		Alvenaria	Madeira	Misto
Fundo de Terras	6,2	2	3	-
Banco da Terra	5,8	1	3	1
Crédito Fundiário	5,6	2	4	-
Sem Sem	4,2	-	6	-
Total	5,4	5	16	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005

<sup>1</sup> Inclui os banheiros

O número médio de cômodos inclui os banheiros, sendo que apenas uma família do grupo dos Sem Sem não o possuía no interior da residência. O número de cômodos na residência pressupõe uma situação de conforto familiar. Quanto maior o

<sup>59</sup> Além da diferenciação interna encontrada nesse grupo (Sem Sem), a situação socioeconômica dos Sem Sem, também, é variável segundo o contexto da região onde residem. Ou seja, um Sem Sem de Caçador provavelmente vive em melhores condições que seus pares de municípios e regiões mais pobres, como por exemplo, os municípios catarinenses de Timbó Grande, Cerro Negro, Calmon e São José do Cerrito (municípios com IDH menores do que Caçador).



número de cômodos tem-se que há uma melhor acomodação das pessoas, quando considerado o mesmo número de membros por família. Nesse sentido, a tendência encontrada foi que as condições pioraram à medida que se passou do grupo do Fundo de Terras para o do Banco da Terra, e deste para o Crédito Fundiário até chegar ao dos Sem Sem, conforme mostra a Tabela 27 anterior. Não obstante o grupo dos Sem Sem apresentar o menor número de cômodos na residência, importante lembrar que este grupo obteve a maior média em número de pessoas por família, o que compromete a acomodação familiar como indicativo de conforto nas residências.

No grupo do Fundo de Terras e do Banco da Terra todos residem em suas próprias casas, enquanto que as famílias dos outros dois grupos somente três têm casa própria (25%), sendo uma pertencente ao grupo do Crédito Fundiário e duas dos Sem Sem.

As condições de conservação das residências eram todas boas para o grupo do Fundo de Terras. No grupo do Banco da Terra existiam duas residências em ótimo estado de conservação, duas em bom estado e uma em estado regular. No grupo do Crédito Fundiário três casas estavam em bom estado e três regulares. Com relação ao grupo dos Sem Sem, uma residência apresentava boas condições de conservação, quatro estavam em condições regulares e uma residência em estado precário.

A mesma situação, como a descrita anteriormente, foi encontrada em outras construções como paiol, galpões, garagens etc. Os entrevistados do grupo do Fundo de Terras tinham uma ou mais dessas construções em bom estado de conservação. A maioria das famílias do Banco da Terra também possuía pelo menos uma dessas construções. Já o público do Crédito Fundiário e os Sem Sem somente dois e um, respectivamente, dispunham de alguma benfeitoria em terrenos arrendados.

Além da caracterização do público pesquisado, o levantamento das suas principais atividades econômicas e da renda familiar<sup>60</sup> tem como objetivo verificar a capacidade de pagamento, no caso de financiamento da terra. Essa análise será procedida no Capítulo 6 deste trabalho. No entanto, é mister ressaltar algumas limitações quanto aos dados levantados, pois todas as informações colhidas foram

---

<sup>60</sup> A renda familiar foi considerada como todos os rendimentos monetários do conjunto familiar. Procurou-se trabalhar com a renda bruta, ou seja, a renda total, descontados apenas os custos de produção.

baseadas na declaração dos entrevistados. Nesse sentido, pode haver o caso de declarações falsas ou distorcidas, além de omissão de informações. Em rigor, os pequenos agricultores nem sempre têm um cálculo preciso dos custos de produção e das quantidades vendidas, pois é costumeira a ausência de registros contábeis ao longo das safras. Além disso, existe a possibilidade de ocorrerem safras atípicas, seja em virtude da conjuntura de mercado ou de variações climáticas. É possível, também, haver ruídos na interpretação dos critérios adotados entre os informantes e o pesquisador. Assim, os resultados apresentados são passíveis de falhas, embora retratem a opinião do público entrevistado. Todavia, para suprir essas possíveis falhas procurou-se complementar os dados colhidos com uma análise documental dos arquivos disponíveis na SAR e de trabalhos de pesquisa como os de Camargo (2003), Borchardt *et al.* (2003), Silva *et al.* (2003) e Nunes *et al.* (2005).

Os rendimentos familiares considerados, por sua vez, foram aqueles oriundos das atividades agropecuárias e de outras rendas e ajudas financeiras recebidas pelo conjunto familiar. Essas outras fontes de renda encontradas foram: venda da força de trabalho, empregos não agrícolas e verbas públicas, tais como: Bolsa-escola, aposentadorias e pensões. As atividades consideradas de subsistência não foram contabilizadas nos rendimentos devido à dificuldade de cálculo, sendo computada apenas a produção comercializada.

Inicialmente é apresentada na Tabela 28 com dados sobre a renda média mensal declarada pelos entrevistados.

**Tabela 28** – Renda média mensal agrícola e não agrícola do conjunto familiar por grupo de entrevistados, Caçador (SC), 2005.

Grupos de entrevistados	Renda declarada (R\$ 1,00)		
	Agrícola	Não Agrícola	Total
Fundo de Terras	700	60	760
Banco da Terra	570	215	785
Crédito Fundiário	525	50	575
Sem Sem	285	40	325
Média total	520	91	611

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005

Os dados constantes da Tabela 28 apontam a existência de uma diferenciação entre os rendimentos dos grupos de entrevistados do Fundo de Terras, Banco da Terra e os demais (Crédito Fundiário e Sem Sem). Essa

diferenciação pode ser explicada pelo fato de que nos dois primeiros grupos os entrevistados têm a propriedade da terra. Sobre o quesito “renda declarada” observa-se que o menor rendimento encontrado foi o do grupo dos Sem Sem, comprovando sua condição menos privilegiada em relação a bens, serviços e renda.

Os entrevistados do Fundo de Terras (os mais antigos beneficiários do crédito fundiário) desfrutaram de melhores condições socioeconômicas que os entrevistados dos demais grupos. O caso mais evidente é a maior renda agrícola, mas também nos demais aspectos (moradia, eletrodomésticos, implementos etc). Embora pareça ser uma conclusão óbvia, por estarem na propriedade da terra há mais tempo, vale lembrar que, apesar disso, eles estão pagando a terra e, portanto, se descapitalizando. Mesmo assim, conseguiram galgar melhorias e não se tornaram favelados rurais, ao contrário, são agricultores familiares de porte médio.

O grupo do Banco da Terra apresentou a maior renda não-agrícola proveniente de salários urbanos de duas pessoas e atividade comercial de um dos entrevistados. Nos demais grupos os rendimentos não-agrícolas são provenientes de verbas públicas, tais como Bolsa-escola (3 entrevistados) e aposentadorias por invalidez de membros da família (3 entrevistados).

Pode-se dizer que existe uma baixa ocorrência de atividades não-agrícolas entre os entrevistados e que resultados semelhantes foram encontrados por Abramovay (2001, p. 94), quando afirma:

O trabalho de campo mostra a precariedade das fontes não-agrícolas de geração de renda no interior dos estabelecimentos familiares do oeste de Santa Catarina. [...] Existem três fontes de renda vindas de fora do estabelecimento, em ordem de importância: aposentadoria, o envio de dinheiro por parte de filhos que deixaram a propriedade familiar e o trabalho assalariado na própria agricultura (que se faz fora do estabelecimento, mas não fora da agricultura, bem entendido).

Foram identificadas, ainda, 3 famílias que complementam a respectiva renda com trabalhos agrícolas fora da unidade produtiva. Em uma delas o cônjuge é trabalhador assalariado e em duas o trabalho é de natureza eventual, como: colheita de frutas e hortaliças, limpeza de pinus e capina de lavouras. Todas essas famílias pertenciam ao grupo dos Sem Sem.

Na interpretação de Abramovay (2001, p. 95), “as rendas não agrícolas e as possibilidades de trabalho fora do estabelecimento estão associadas muito mais à precariedade de condições de vida, do que a novas alternativas de geração de

riquezas para as famílias”. Exceção feita àquelas atividades realizadas pelas três famílias do grupo do Banco da Terra.

Analisando os contratos de financiamento do Banco da Terra para o município de Caçador, disponibilizados pela SAR, observou-se uma renda média mensal declarada de R\$ 766,70. Foram analisados 18 contratos efetivados entre os anos de 2000 e 2002, sendo excluídos 4 que não apresentavam a informação requerida. Nota-se que a média encontrada nessa análise é muito próxima daquela contida na Tabela 26, desta seção, para o mesmo grupo de entrevistados (R\$ 785,00), embora o período de obtenção da informação não tenha sido o mesmo. É possível que a diferença nos valores seja compensada por essa defasagem no período da declaração da renda.

Camargo (2003), pesquisando a mesma fonte documental, ou seja, contratos do Banco da Terra arquivados na SAR, encontrou em sua amostra para o estado de Santa Catarina as seguintes faixas de renda mensal do público pesquisado: 25% até R\$ 200,00; 52% de R\$ 200,00 a R\$ 400,00; 16% de R\$ 400,00 a R\$ 600,00, e 7% com mais de R\$ 600,00. Observa-se uma importante diferença entre esses valores e aquele verificado no município de Caçador para a mesma categoria de público e mesmo período pesquisado. O valor médio de R\$ 766,70, referente à renda média declarada no referido município de Caçador, situa-se na última faixa de renda apontada pela autora citada, ou seja, apenas 7% do público pesquisado por ela. Uma explicação possível para esse fato é a maior renda obtida pelos arrendatários do município de Caçador em relação a outros municípios do estado, principalmente, em função das atividades olerícolas de alto valor comercial.

Borchardt *et al.* (2003) e Silva *et al.* (2003) em suas respectivas pesquisas trabalham com o Censo Demográfico de 2000 do IBGE. Os primeiros autores, realizando um diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina, apontam uma renda média mensal de R\$ 537,54, para os responsáveis pelos domicílios particulares permanentes na área rural do estado. Os segundos, trabalhando com a distribuição da renda na microrregião geográfica da área de abrangência dessa pesquisa (MRG Joaçaba), verificam um percentual médio das famílias rurais nas seguintes faixas de renda bruta média mensal: até 1 salário mínimo 24,32% das famílias, de 1 a 2 salários mínimos 26,21%, mais de 2 salários mínimos 49,47%. As faixas de renda encontradas pelos mencionados autores aproximam-se daquela

encontrada na Tabela 26, cuja média global foi de R\$ 611,00 por família/mês ou 2,04 salários mínimos<sup>61</sup>.

As principais atividades econômicas dos entrevistados, de modo geral, estão relacionadas com a agricultura e também com a tendência do município em priorizar o plantio de olerícolas. Desse modo, as culturas de tomate e pimentão aparecem como aquelas de maior peso econômico no orçamento do público pesquisado. Praticamente a metade dos entrevistados as produz, sendo que a maior proporção está no grupo do Fundo de Terras (80%), conforme a Tabela 29, a seguir:

**Tabela 29** – Principais culturas por grupo de entrevistados, total de produtores, área e produção total, Caçador (SC), 2005.

Especificação	Grupos de entrevistados (nº de produtores)				Total de Produtores	Área total (ha)	Produção (ton)
	FT	BT	CF	SS			
Milho	4	3	6	4	17	36	133,9
Feijão	1	1	3	5	9	7	7,6
Tomate	4	2	3	3	12	8	497,6
Pimentão	3	3	3	2	11	6	98,4
Fumo	1	2	1	-	4	6	12,0
Videira	1	1	2	-	4	6	33,8
Cebola	-	1	-	-	1	1	7,0
Pêssego	2	-	-	-	2	4	28,4
Pinus	2	-	-	-	2	6	-
Outras culturas	-	4	-	1	5	4	-
Pecuária de leite	-	1	1	-	2	-	-
Nº entrevistados	5	5	6	6	-	-	-

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005.

Legenda: FT – Fundo de Terras; BT – Banco da Terra; CF – Crédito Fundiário; SS – Sem Sem

Importante observar que entre o público do Crédito Fundiário e dos Sem Sem está o maior número de produtores de milho e feijão. A escolha dessas culturas tem um valor estratégico na alimentação de subsistência e também na facilidade de comercialização, adaptando-se muito bem aos produtores mais carentes. Além de visar à subsistência desses agricultores elas fazem parte do seu modo de vida<sup>62</sup>.

Além das atividades listadas aparecem em menor escala a apicultura, a piscicultura, a floricultura, a suinocultura e a criação de aves para a subsistência.

<sup>61</sup> Será considerado nesta pesquisa o valor de R\$ 300,00 para o salário mínimo, vigente ao final do trabalho de campo (jun. 2005).

<sup>62</sup> Para maior aprofundamento do tema ver Giehl (2002).

O padrão tecnológico empregado praticamente em quase todas as unidades produtivas, assim como aquele descrito anteriormente para o município, foi o convencional, isto é, com o uso intensivo da terra, de insumos químicos e de máquinas agrícolas. Exceção feita apenas por uma família do grupo dos Sem Sem que utiliza minimamente os insumos químicos, muito mais por não dispor de tais recursos do que propriamente uma opção consciente de não utilizar processos tecnológicos intensivos na lavoura.

### **3.2.3 A sociabilidade local**

Nesta subseção pretende-se descrever a participação dos entrevistados na vida social das comunidades e das instituições no município de Caçador. Serão apresentadas a articulação e a organização social dos agricultores entrevistados, assim como suas opiniões a respeito das instituições que os representam ou com as quais mantêm algum vínculo.

Durante os trabalhos de campo e de acordo com o depoimento do público pesquisado, apenas dois entrevistados não eram filiados ao Sindicato de Trabalhadores Rurais de Caçador, ambos do grupo dos Sem Sem. Todos os demais, de alguma forma, participam dessa instituição que é prestigiada por eles. Mais da metade dos entrevistados participa ativamente das reuniões e recebe as informações repassadas pelo sindicato a respeito dos assuntos de interesse da categoria. Os demais participam esporadicamente das reuniões, mas mesmo assim recebem informações do sindicato, tais como a liberação de crédito agrícola, realização de palestras, cursos profissionalizantes, programas de governo etc. As informações geralmente são repassadas por meio de programas de rádio ou de lideranças locais. Atualmente o telefone tem sido utilizado para a difusão de comunicados e chamamentos para algumas reuniões mais urgentes. Quanto ao local em que se realizam as reuniões e assembleias do sindicato, elas acontecem geralmente na cidade e, às vezes, nas comunidades.

Todos os entrevistados que são filiados ao sindicato (20) citaram-no como a principal entidade de representação. Entre outras atividades, o sindicato tem auxiliado os associados em relação ao acesso à propriedade da terra, fato constatado no seguinte depoimento:

*Porque você sabe que conseguimos comprar [uma propriedade rural] através de uma luta, conseguimos porque o [fulano de tal] deu muita força. Porque [ele] foi uma pessoa que sempre lutou por essas coisas. [...] ele sempre foi do Sindicato, [...] sempre foi um homem que lutou, nos ajudou muito, para que a gente tivesse nosso pedacinho de terra hoje, porque ele também estava engajado, se nós não tivéssemos alguém na frente não teríamos conseguido.*

E22 – Cônjuge proprietária, Fundo de Terras, 51 anos.

Observa-se que a luta pela terra, nesse caso, refere-se à procura dos meios para obter o financiamento da terra, o que não teria acontecido sem a ajuda de um representante do sindicato, conforme se depreende do depoimento acima. Muitos outros relatos semelhantes foram constatados no trabalho de campo, confirmando o apoio recebido do sindicato.

A Igreja Católica com suas paróquias locais também tem sido um meio de mobilização e um elo entre as pessoas das comunidades locais. Além dos cultos e comunicados existem os trabalhos da pastoral da juventude rural, pastoral da saúde e os clubes de mães que realizam atividades diversas. Essas atividades congregam e aproximam as pessoas da comunidade e tendem a melhorar suas condições de vida. Dentre as atividades desenvolvidas pode ser citado, de maneira geral, o trabalho educativo com mães e crianças visando: à melhoria da saúde na área de higiene e saneamento, introdução de alternativas na agricultura como é o caso da agricultura orgânica e atividades produtivas como artesanatos, indústria caseira etc.

O trabalho de articulação desenvolvido pelas pastorais favorece o acúmulo de experiências e promove inovações nas comunidades. Nesse sentido, Abramovay (2001, p. 59) afirma que “os grupos de jovens da Igreja Católica são a mais importante forma de socialização dos rapazes e das moças do oeste de Santa Catarina”.

No entanto, de acordo com os depoimentos colhidos na presente pesquisa, o público entrevistado pouco participa dessas atividades e trabalha em suas unidades produtivas de forma individual, sem o auxílio de vizinhos ou parentes próximos. Na maioria das vezes dispõem tão-somente do trabalho familiar; em outras ocasiões contratam mão-de-obra eventual, principalmente, na época do pico das safras<sup>63</sup>.

---

<sup>63</sup> O auxílio constatado, eventualmente, foi aquele relacionado aos deslocamentos até o centro urbano e nos casos de empréstimos de ferramentas e implementos.

O trabalho associativo só foi mencionado por um dos entrevistados. Ao contrário, quando se fala em associações ou cooperativas, há certa repulsa na maioria dos casos. Pode-se perceber essa aversão na fala do entrevistado a seguir, quando lhe é perguntado a respeito da sua participação nas reuniões do sindicato e de associações de agricultores:

*É reunião assim agente vai [no sindicato]. Associação não. Não sou sócio desse tipo de coisa, de nenhum tipo.*

E11 – Proprietário, Banco da Terra, 43 anos.

Outro entrevistado também dá uma resposta curta e objetiva a respeito da mesma pergunta:

*Eu sou assim, de trabalhar só no particular.*

E15 – Proprietário, Fundo de Terras, 32 anos.

Essa carência de formas associativas de trabalho encontrada no público entrevistado é uma das características da região de Caçador. Segundo informação de um dos técnicos do Cepagri, o próprio surgimento dessa instituição está relacionado à constatação pela Diocese da Igreja Católica de Caçador da fragilidade organizacional da agricultura familiar na região. A Diocese de Caçador foi a entidade que coordenou o processo de formação do Cepagri, no final da década de 1980, com o objetivo de fortalecer a frágil organização dos agricultores e construir propostas alternativas de agricultura.

Um agente da CPT, entidade vinculada à Igreja Católica, explica o individualismo existente na região:

*Caçador se você pegar 60 a 70% do pessoal que participava conosco eram pessoas arrendatários. Então é uma grande diferença. [...] cada propriedade tem um a dois arrendatários, às vezes, cada ano você está mudando de pessoas. [...] então aquele vai embora e vai numa ou duas comunidades diferentes. Então você acaba separando aqueles laços que começa a fazer. Já em Irineópolis [Planalto Norte Catarinense], nessa região não, o pessoal já tem sua propriedade, você nasceu, viveu e está a dez, quinze anos ali. É mais fácil de organizar, até você sabe com quem você pode contar mais fácil. [...] Acho que isso dificulta bastante, pela experiência que eu já tive até hoje.*

E35 – Liderança, CPT.

Esse líder da CPT entrevistado, que milita há vários anos na região, trabalhou com o processo organizativo de jovens filhos de agricultores. Nota-se a percepção



dele a respeito do grande número de arrendatários no município de Caçador. Muitos foram atraídos pela grande facilidade na produção do tomate e demais olerícolas, que sob determinadas circunstâncias favoráveis de clima e mercado apresenta um bom retorno monetário. A questão levantada pelo referido líder da CPT é baseada na grande rotatividade que existe no processo de arrendamento das terras. Dificilmente um arrendatário fica mais de 4 ou 5 anos em uma mesma terra. Esse processo desfaz os laços de amizade e vizinhança capazes de promover a confiança necessária para manter a organização dos produtores.

Devido a essa falta de organização dos produtores, houve muitos casos de calotes<sup>64</sup> por parte dos atravessadores que compram a produção na porta dos agricultores. Nessas situações, muitos agricultores não conseguem repor seu capital para recomeçar suas plantações. Foi o caso de um desistente do programa Fundo de Terras de Santa Catarina entrevistado.

A respeito dos calotes havidos no município e da necessidade de organizar a comercialização da produção, um técnico da prefeitura municipal de Caçador faz a seguinte consideração:

*Então não há um sistema, digamos assim, de integração de vendas. Se tivesse uma integração de vendas, sairia um produto com um valor maior e talvez para a pessoa certa. Porque os calotes que passam aí são muito grandes, as pessoas vendem por um preço baixo e ainda não recebem. Porque não sabem pra quem vender.*

E30 – Técnico da Prefeitura.

Esse técnico menciona a criação de uma futura central de informações de preços e distribuição dos produtos para suprir essa carência de organização, principalmente na comercialização da produção, como já mencionado. No entanto, até o momento, não houve qualquer iniciativa por parte do poder público nesse sentido.

O representante do Sitruc oferece um panorama a respeito do futuro da agricultura familiar no município, caso não haja uma articulação entre os produtores. De acordo com o seu depoimento:

*Porque hoje nós estamos vendo o seguinte, a agricultura familiar trabalhando individual do jeito que está trabalhando, eu digo que não vai dez anos não existe mais agricultura familiar no município de*

---

<sup>64</sup> Segundo o Dicionário Aurélio (1999), calote é uma “dívida não paga e/ou contraída sem intenção de pagamento”.

*Caçador. Vai se tornar patronal, área de pinus que está tomando conta.*

E33 – Liderança, Sitruc.

Percebe-se a importância depositada no processo organizativo dos produtores, caso de “vida ou de morte”, segundo o depoimento dessa liderança. A mesma percepção foi encontrada em diversas outras lideranças e também em alguns agricultores entrevistados. Apesar disso, existe certo descrédito quanto à expectativa de serem vencidas as dificuldades encontradas no processo de organização, principalmente em relação aos agricultores mais antigos da região. Esse descrédito está presente no discurso de lideranças e de técnicos do município, como pode ser percebido no seguinte relato:

*A meu ver, isso não vem de agora [a falta de organização]. É uma tradição do município de vários anos. Foi feita várias tentativas, a própria antiga Acaresc<sup>65</sup> tentou mudar algumas coisas. Mas eu penso que o caminho hoje é trabalhar com jovens. Você tem como moldar ele de uma certa maneira. Enquanto pessoas mais antigas eu não acredito. São muito individualistas eu não acredito em mudanças. É uma característica do município e da região.*

E32 – Técnico, Epagri.

Percebe-se um descrédito em relação à organização dos agricultores “mais antigos” por parte do técnico entrevistado. Essa mesma percepção foi constatada no discurso da liderança do Sitruc, que é, ao mesmo tempo, o presidente do CMDRS.

*[...] hoje nós temos que trabalhar a cabeça do jovem, porque as pessoas mais de idade você não consegue mudar. Através dos filhos desses agricultores, que a gente está trabalhando, aí que a gente começa a mexer e começa a trabalhar a organização. Porque hoje, também, estamos vendo que se não tiver uma organização é difícil. Então, através do jovem que você começa a mudar e a gente acredita que agora com esse trabalho que a gente está fazendo, a gente vai conseguir organizar Caçador também. Não com pouco tempo, mas com longo tempo a gente começa a mudar.*

E33 – Liderança, Sitruc.

Esse ceticismo sobre as formas organizativas de trabalho entre os “mais antigos” ou os de “mais idade” é fruto das experiências passadas que os fazem

<sup>65</sup> A Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc), em 1991, passou por um processo de reestruturação, fundindo-se à Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc), ao Instituto de Apicultura de Santa Catarina (Iasc) e à Associação de Crédito e Assistência Pesqueira (Acarpesc), dando origem à Epagri.

reagir diferentemente dos jovens. Tal explicação pode encontrar eco no fato de que as cooperativas de produtores agrícolas que existiam no município, muitas faliram por falhas administrativas. Esses acontecimentos deixaram algumas marcas negativas no imaginário dos pequenos agricultores. A única cooperativa ligada à área rural do município, no período pesquisado, é a Cooperativa de Crédito Rural de Caçador, ligada ao sistema Sicoob. Uma das lideranças dessa cooperativa explica as dificuldades do sistema cooperativo no município:

*Nós tivemos em Caçador 4 frustrações de cooperativas, que fecharam. [...] Então, falou em associativismo, falou em se organizar, falou em cooperativa, tem uma imagem negativa, já descrente. Nós sofremos o reflexo aqui na cooperativa de crédito e a gente até meio começou mal, começou com o apoio da cooperativa agrícola e se instalamos dentro da cooperativa agrícola. Quando aquela faliu, quebrou, o pessoal entendeu que era tudo uma coisa só. [...] quase que fomos juntos [...].*

E28 – Liderança, Sicoob.

Essas declarações se repetiram nas informações prestadas pelas lideranças e técnicos do Cepagri, Sitruc, CPT, Prefeitura Municipal e Escritório Local da Epagri. Todos os depoimentos indicam que a região de Caçador não tem uma tradição com relação ao associativismo e à agricultura de grupo, praticada na forma de mutirões e auxílio mútuo. Algumas hipóteses foram levantadas pelos representantes das entidades mencionadas para explicar essa tendência no município, tais como: a desconfiança da população da região do contestado, o processo de industrialização, a entrada do grande capital no município, o processo de modernização da agricultura com presença massiva de insumos e a produção para exportação.

Esses fatores, segundo as declarações registradas, provocaram a competição e o individualismo dos pequenos agricultores, processando uma mudança de cultura e a destruição dos laços de amizade entre eles. Como não é o objetivo da presente pesquisa responder a essas perguntas ou confirmar tais hipóteses, fica o registro para reflexão e propostas de novos estudos.

No âmbito da agricultura familiar do município de Caçador constatou-se apenas uma associação de tomaticultores, que possui uma câmara fria para o armazenamento e classificação do produto. A câmara localiza-se na Linha Bugre, mas se destina a médios e grandes produtores de tomate, conforme declaração de lideranças locais.

Além da Igreja e do Sindicato, as relações mais estreitas do público pesquisado com agentes externos à propriedade são estabelecidas com os técnicos da Epagri, principalmente do Escritório Local dessa instituição. Todos os agricultores entrevistados citaram algum tipo de contato ou relacionamento com a instituição, que também goza de um bom conceito entre eles. Apesar disso, quase todos mencionaram a deficiência na assistência técnica, como será analisado no Capítulo 6.

A Epagri também veicula orientações e informações aos agricultores através de programas de rádio, que é um meio muito eficiente de comunicação entre os agricultores, conforme declaração dos entrevistados.

A prefeitura, por seu turno, é pouco percebida como uma instituição capaz de mobilizar os agricultores e auxiliá-los nas suas dificuldades. Os entrevistados citam alguns benefícios na área da saúde, educação e melhoria das estradas, conforme já descrito anteriormente. Mas, não houve menção a respeito de influência e benefícios promovidos pelo executivo municipal nas áreas de produção e comercialização. Percebeu-se, segundo o relato dos entrevistados, que a prefeitura é ausente nessas questões. Apesar disso, mantém uma Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Outra instância de decisões pouco percebida pelos entrevistados é o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Todos já ouviram falar desse órgão, mas apenas dois entrevistados souberam precisar, em linhas gerais, qual a sua função dentro da estrutura do município. As decisões tomadas pelo referido Conselho também não são divulgadas e, em razão disso, não têm significação para os agricultores.

Cabe citar, ainda, a presença do MST no município que, além do trabalho realizado nos assentamentos do Incra, vem tentando organizar o público demandante do acesso à terra.

Durante os trabalhos de pesquisa de campo os entrevistados mencionaram a organização de uma ocupação de terra no município que acabou frustrada. Quatro dos entrevistados foram chamados para participar, mas somente um mobilizou-se, justamente o único trabalhador eventual entrevistado com moradia na área semi-urbanizada do distrito de Taquara Verde. As opiniões das pessoas que contataram com o movimento serão discutidas no Capítulo 4.

Percebeu-se, em alguns casos, que existem diversos grupos de famílias aparentados, morando próximos uns dos outros. São famílias extensas que se agrupam em torno das propriedades rurais. Foi o caso de 6 famílias, entre aquelas entrevistadas, 3 das quais os seus membros eram filhos de agricultores que moravam na mesma propriedade do pai. A proximidade da família é um fator que contribui para a permanência dos filhos no meio rural e também um dos motivos da não-mobilização na luta pela terra, como será discutido no capítulo seguinte.

## **4 POR QUE NÃO LUTAR PELA TERRA?**

O foco central deste capítulo é a busca de algumas respostas às indagações formuladas no início desta pesquisa. Para tanto, se analisará a percepção do público beneficiado ou prestes a beneficiar-se do crédito fundiário e daqueles demandantes por terra que ainda não têm uma perspectiva imediata de referido atendimento.

De forma complementar, buscar-se-á a contribuição extraída das opiniões das lideranças e de técnicos que militam e/ou trabalham com o tema abordado. Com os resultados e as discussões apresentados nesse capítulo pretende-se atingir o objetivo de identificar os principais motivos que induzem esse público a não participar da mobilização na luta pela terra. Esse objetivo está relacionado com a primeira e principal questão de pesquisa, que se tornou o fio condutor deste trabalho e desencadeou todas as demais questões levantadas durante o seu desenvolvimento.

Nessa busca para conhecer a opinião e o processo de escolha do público estudado, em relação ao acesso à terra, descortinam-se algumas condições implícitas nas políticas públicas que favorecem ou dificultam o atendimento do respectivo público alvo. Algumas dessas condições já foram levantadas no Capítulo 2 deste trabalho, outras serão esclarecidas neste capítulo. Salienta-se, no entanto, que o presente estudo não esgota o tema, eis que, acredita-se, haverá outros aspectos não abordados que necessitarão de estudos mais aprofundados.

Os motivos para a não-mobilização do público estudado foram listados como hipóteses desta pesquisa e a principal tarefa é, ao final deste capítulo, confirmá-las ou refutá-las. Outras motivações foram levantadas no decorrer da investigação e também serão discutidas a seguir. Para se chegar às respostas almejadas pela pesquisa foram definidos três seções, com o objetivo de facilitar a apresentação da opinião dos entrevistados, quais sejam: 1) o MST e suas ações; 2) os acampamentos e as ocupações de terra; e 3) o Incra e os assentamentos.

### **4.1 O MST e suas ações**

No estado de Santa Catarina, o MST é o principal movimento de organização dos trabalhadores rurais sem terra. Em razão disso, as perguntas formuladas aos

entrevistados foram direcionadas de modo a obter informações relacionadas com referido movimento. Com efeito, algumas dessas perguntas estão listadas no roteiro de entrevistas (Anexo A) e consistiram em avaliar a proximidade ou não de cada entrevistado com o MST, assim como extrair opiniões sobre as ações deste movimento.

Stedile e Fernandes (2005) fornecem uma descrição detalhada da trajetória do MST e os seus princípios organizativos. Segundo esses autores, os princípios norteadores do movimento podem ser resumidos nos seguintes aspectos: direção coletiva; divisão de tarefas; disciplina interna; educação permanente; formação permanente de quadros; pressão popular e vinculação com as bases.

A pressão popular é o que dá maior visibilidade e projeção externa ao movimento, gera os avanços e também as reações contrárias. Nesse princípio estão as manifestações mais moderadas, como as marchas, romarias e grandes encontros e também aquelas manifestações mais radicais, como as ocupações de terra, bloqueio de estradas e ocupação de prédios públicos (STEDILE e FERNANDES, 2005).

A Tabela 30, a seguir, dá uma idéia do nível de conhecimento do público pesquisado a respeito do MST.

**Tabela 30** – Nível de conhecimento do público pesquisado acerca do MST, Caçador (SC), 2005.

<b>Opinião dos entrevistados</b>	<b>Nº de entrevistados</b>	<b>%</b>
Não conhecem o MST	5	22,7
Ouviram falar a respeito do MST	5	22,7
Conhecem o MST	11	50,0
Aderem ao MST	1	4,6
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005

A respeito das ações do MST, as repostas dos entrevistados estão sistematizadas na Tabela 31, a seguir.

**Tabela 31** – Opinião dos entrevistados acerca das ações do MST, Caçador (SC), 2005.

<b>Opinião dos entrevistados</b>	<b>Nº de entrevistados</b>	<b>%</b>
Não conhecem as ações do MST	10	45,5
Concordam em parte	3	13,6
Não concordam	3	13,6
Concordam	1	4,6
Não responderam	5	22,7
<b>Total</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005.

Dos 22 entrevistados, 5 (22,7%) declararam não conhecer o MST, pelo menos através desta sigla que identifica o movimento em nível nacional<sup>66</sup>. Fato interessante foi que, desses entrevistados, 3 eram do grupo dos Sem Sem, os quais declararam nunca ter tido contato, nem ouviram falar do movimento, apesar da insistência do pesquisador em inquirir a respeito do assunto. Essa opinião representa 50% da expressão desse grupo de entrevistados (Sem Sem). Ressalta-se que 2 dessas famílias não tinham televisão e a outra estava entre os entrevistados mais distantes do centro urbano de Caçador (35 km). Uma delas não tinha veículo de transporte. Esses fatos podem explicar, em parte, a falta de informação dessas famílias a respeito do MST. Quando se perguntou a respeito dos acampamentos localizados às margens das estradas e das ocupações de terra realizadas pelos Sem Terra, mencionaram apenas ter escutado sobre o assunto e que não haviam tido contato pessoal.

Outros 5 entrevistados (22,7%) disseram ter ouvido falar do MST, mas não conhecem suas ações e objetivos. A maioria deles assistiu algum noticiário pela televisão, mas não soube precisar qual a função do referido movimento. Desses, 2 eram do Fundo de Terras, 2 do Banco da Terra e 1 do Crédito Fundiário. Do somatório desses entrevistados com o grupo anterior obtém-se 45,5% do público pesquisado, o qual possui pouca ou nenhuma informação a respeito do MST.

Apenas um entrevistado do grupo dos Sem Sem se manifestou totalmente favorável às ações do MST. No momento da pesquisa, esse entrevistado estava aguardando um chamado do MST para a ocupação de uma área de terra e formação de um acampamento no município. É importante relatar o “caráter sigiloso

<sup>66</sup> O não conhecimento da sigla “MST” representou uma surpresa para o pesquisador, no entanto, quando foram mencionados os acampamentos e as ocupações de terra, todos os entrevistados demonstraram possuir alguma informação.



desse momento” que antecede a partida para a ocupação da área escolhida<sup>67</sup>. Fato observado por Moraes Silva (2004, p. 79), no qual “nem todas as informações são veiculadas pelos líderes e coordenadores”. Esse fato pode ser observado no relato do entrevistado citado, quando indagado se já existia alguma área em vista:

*Isso aí diz que tem [a terra a ser ocupada], só que eles não declaram qual é. É que não pode mesmo. Esses fundiários [latifundiários] são contra, né?*

*[Se vaziar a informação frustra a ocupação?]*

*É e dá cadeia, então a gente não gosta de comentar. O senhor pode até saber, mas não pode comentar muito, porque isso é uma coisa muito grave.*

E20 – Trabalhador rural, Sem Sem, 53 anos.

Nesse relato observa-se a consciência do entrevistado em relação ao enfrentamento com o Poder Público e à gravidade da situação, que traz riscos de prisão. A tentativa de ocupação foi deflagrada durante o período da pesquisa de campo e frustrada por uma ação da polícia rodoviária. Esse entrevistado foi o único trabalhador eventual e, além disso, morava em área semi-urbanizada, no caso, o distrito de Taquara Verde. O perfil desse entrevistado está de acordo com as descrições feitas no Capítulo 2 a respeito de um segmento do público que se dirige aos acampamentos e ocupações de terra, ou seja, são trabalhadores rurais assalariados de caráter eventual ou sazonal que moram nas periferias das cidades ou em áreas urbanizadas. Um fato a destacar a respeito desse entrevistado é que declarou estar há cerca de 20 anos lutando para conseguir sua terra própria, sem êxito. É como relata:

*Eu sempre quis ter uma terra própria, sempre tive um sonho, mas nunca deu certo, nunca tive apoio, ninguém que me ajudasse, uma fiança da parte de outro.*

E20 – Trabalhador rural, Sem Sem, 53 anos.

Movido pela grande vontade de adquirir a própria terra, o referido entrevistado inscreveu-se no STR de Caçador para pegar o crédito fundiário (Banco da Terra) e também foi recrutado nas fileiras do MST para obtê-la por meio da reforma agrária tradicional. Ele usou a seguinte expressão quando se referiu a sua dupla demanda quanto aos programas de acesso à terra: “o primeiro que sair eu pego”. Nota-se, no

---

<sup>67</sup> Esse entrevistado foi indicado pelo seu genro, candidato ao PNCF, facilitando dessa forma a confiança no pesquisador.

caso, a obstinação desse trabalhador, com 53 anos de idade, para realizar o seu sonho.

O restante do público entrevistado, em número de 11 pessoas (50,0%), conhece o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra pelo seu nome popular (MST) e a sua luta para organizar as famílias despossuídas em acampamentos e ocupações de terra, além das ações nos assentamentos conquistados. Desse segmento, 5 entrevistados não se posicionaram em relação às ações do MST. Outros 3 entrevistados declararam que não concordam com essas ações devido à prática de violência e ao seu caráter ilegal. Os 3 entrevistados restantes concordam em parte, mas discordam daquelas ações mais violentas, como pode ser percebido na fala do entrevistado, a seguir:

*Eu acho que aquilo ali está certo [as manifestações do MST], estão pensando certo. Esses assentados também estão certos, porque quando eles vão ao banco, vão todos juntos. Faz a pressão e sai logo. Vai no individual eles te matam.*

[A pressão funciona?]

*É, agora no quebra-quebra não adianta. [...] Se fosse lá pra ver se uma terra era improdutiva, tudo bem. Agora para enfrentar polícia, essas coisas, não adianta.*

E25 – Agricultor, Banco da Terra, 50 anos.

Não se questionou as declarações dos entrevistados quanto à origem dos atos de violência, ou seja, se estes partiam do próprio MST ou se eram uma reação de repressão do poder constituído às manifestações do movimento. Porém, no imaginário dos entrevistados percebe-se que existe uma tendência a imputar tais atos às ações do MST.

Ainda, com relação às declarações condicionadas à aprovação/reprovação, foram usadas as expressões: “são lutadores, mas tem gente infiltrada” e “tem coisa que tem fundamento, outras não”. Nota-se que, apesar de certo reconhecimento a respeito das motivações do MST, existe também uma visão conservadora por trás da fala dos entrevistados. Nesse sentido, um dos entrevistados coloca sua opinião da seguinte forma:

*Eu penso que eles até têm razão assim de querer ter [uma terra], de lutar pra conseguir, porque se ficar quieto não consegue, mas eu sou contra invasão, que nem eles invadem as fazendas, matam o gado, as vezes, dos fazendeiros, trancam estradas, eu sou totalmente contra isso daí. Eu acho que eles teriam que ter um outro sistema de... pra tentar conseguir [a terra], né? Eu acho que invadindo terra*

*não é bem assim não. Na minha opinião, eu acho que não seria assim.*

E03 – Proprietário, Banco da Terra, 32 anos.

Em relação à sujeição às normas do MST, uma das lideranças faz a seguinte distinção:

*Veja bem, filhos de agricultores que estão na terra, que têm vocação agrícola, eles não se sujeitam a seguir as normas do Movimento Sem Terra, ficar em baixo de barraca, fazer aqueles protestos, ficar o tempo todo aguardando, não se sujeitam a isso.*

E28 – Liderança, SICOOB.

Nota-se a referência ao perfil do público que não se sujeita à organização do MST, isto é, os filhos de agricultores e os que têm vocação agrícola. Esse assunto voltará a ser discutido na próxima seção.

Vale destacar que a presente pesquisa não visa discutir as ações do MST e sua importância no cenário local ou nacional. No entanto, foi necessário buscar os motivos que estão ocultos no processo de escolha do público estudado, em relação à decisão de mobilização ou não na luta pela terra. É preciso declarar, ainda, que não há uma falsa imparcialidade neste trabalho, mas a crença nos reais objetivos do MST e a importância da luta pela terra no contexto brasileiro. Nesse sentido, registram-se alguns trechos da entrevista com uma liderança estadual do MST, residente no município de Caçador, para servir de contraponto relativamente às opiniões anteriores e àquelas que aparecerão ao longo do texto.

*A nossa luta, o papel do movimento social, MST, é denunciar e contestar a grande concentração de terra na mão de poucos e a necessidade da grande maioria da população brasileira que não tem terra [...] isso não se dá só na roça [...] a especulação e a concentração da terra se dá também no meio urbano [...] e nosso papel é continuar a fazer esse debate com a sociedade, denunciando que nós não concordamos com isso. É meramente inacreditável, inaceitável de você num país tão grande, tão bonito, com tantos recursos naturais, com tanta beleza, com tanto potencial e nós do outro lado ver uma realidade onde mais de 63 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha de pobreza, onde morre crianças de fome, onde pessoas moram debaixo de ponte, onde as favelas crescem cada vez mais. Então o nosso papel enquanto movimento social, não é só organizar o povo, pra ocupar terra, produzir, resolver o problema de 6 milhões de brasileiros [...] que são os trabalhadores rurais sem terra, é ir além, é lutar não só pela terra, é pela reforma agrária, que daria as condições para você se viabilizar na terra. Criar as*

*condições para que você tenha dignidade, pra que nossos filhos amanhã não tenham que vir para a cidade se prostituir, roubar, se envolver no mundo do crime, da droga, por um prato de comida, se expondo a esses riscos que a sociedade está oferecendo. Como terceiro objetivo nosso é dar continuidade e chamar a sociedade para uma luta da transformação social, quer dizer, uma outra sociedade é possível, uma outra sociedade nós queremos, né? Eu acho que esse não é só um compromisso do Movimento Sem Terra, mas da sociedade civil como um todo. É inacreditável, é impossível que nós com tanta riqueza, com tanta beleza, com tanta sabedoria que o povo brasileiro tem, continuemos desta forma anestesiada e não entenda que nós pobres, que somos a maioria, podemos mudar essa situação, podemos mudar essa realidade e que um dia essa grande minoria, que gira em torno de 5, 6, 8%, continue a ter mais de 500 anos nos escravizando e nos massacrando. Então eu acho que o nosso papel é esse, continuar denunciando as injustiças. E fazendo com que a sociedade acredite que é possível uma nova sociedade. [...] se nós formos ver, são 505 anos que o capitalismo emplacou no Brasil e não precisa recuperar aqui nessa entrevista a história, porque nós sabemos. A própria elite brasileira se autoprotegeu na instituição por leis e nem tudo que é legal é justo e nem tudo que é justo é legal. Então o que nos cabe é muitas vezes a subversão, a subversão não é um crime, a subversão é uma necessidade [...] onde está o compromisso do Estado brasileiro, da constituição, que garante ao povo brasileiro as mínimas condições dignas de vida [...] nós precisamos começar a criar algumas formas de garantir a justiça social mesmo que pra eles seja ilegal [...] a necessidade é tanta e a situação tão crítica e emergente que nós podemos entrar em uma área de terra com o povo, organizar e começar a plantar, para produzir comida e matar a fome do povo, isso é crime? Isso é ilegal? E daí vamos ter que começar a travar um debate com a sociedade, com quem quer que seja, com as instituições, pra ver que tipo de crime, quais são os maiores crimes no Brasil. É mais crime uma lei que obriga milhões a passarem fome ou transgredir uma lei que te impeça de dar fatura, comida pelo menos, para uma parcela da sociedade. Quer dizer, eu acho que a lei não é eterna, nós podemos mudar a lei a partir da conscientização do povo.*

E01 – Liderança, MST.

As possíveis discussões e polêmicas acerca desse registro, as diversas faces da luta pela terra no Brasil, a origem dos movimentos sociais, a violência contra o trabalhador rural e outros temas levantados pelo entrevistado, que de alguma forma permeiam este trabalho, estão fundamentados em textos e obras de diversos autores, entre os quais se destacam: Bruno (2003); Caldart (2000); Fernandes (1999, 2001a e 2001b); Martins (2000, 2003b e 2003c); Medeiros (1989 e 2001); Paulilo (1998); Sauer (2003); Souza e Trigueiro (1986); Tavares dos Santos (1998).

Ressalte-se ainda que, além do entrevistado que aderiu às estratégias do MST, outros 4 entrevistados, considerado o público pesquisado (18,2%), foram chamados para participar do recente processo de ocupação e formação de acampamento em Caçador. Desses 4 entrevistados, que não se dispuseram a acompanhar o MST, 2 eram do grupo dos Sem Sem e 2 do grupo do Crédito Fundiário.

#### **4.2 Os acampamentos e ocupações de terra**

A opinião dos entrevistados a respeito dos acampamentos e ocupações de terra revela a disposição ou não dos mesmos para aderir a essas estratégias. Nesta seção, as respostas dos entrevistados foram elaboradas basicamente em função de duas perguntas a eles dirigidas, a saber: a) o que pensam dos acampamentos e ocupações de terra e; b) a disposição para participar dessas mobilizações, não havendo outro mecanismo de acesso à terra.

Quando perguntados sobre o MST, 5 entrevistados disseram não conhecê-lo e outros 5 não quiseram opinar. No entanto, quando foi solicitada a opinião a respeito dos acampamentos e ocupações de terra, todos os 22 entrevistados opinaram e mencionaram ter ouvido falar dessas estratégias. Aqueles que não quiseram opinar anteriormente, provavelmente sentiram-se mais à vontade para falar, sem o constrangimento de emitir julgamento de valor sobre o MST.

Com efeito, os entrevistados tiveram liberdade para elaborar suas respostas de forma espontânea e apresentar quantas opiniões desejassem, conforme mencionado na metodologia desta pesquisa. Desse modo, o número total de opiniões foi bem maior do que o número de entrevistados. As perguntas foram dirigidas a todo o público pesquisado, mesmo aqueles que possuem sua propriedade há mais tempo, como é o caso do grupo do Fundo de Terras. Essa decisão levou em consideração a existência de filhos e filhas desses agricultores com possibilidades de demandar por terra. Portanto, foi importante conhecer a opinião dos seus pais, uma vez que não haveria tempo suficiente para entrevista com os respectivos filhos.

Em relação à primeira pergunta, as respostas encontram-se sistematizadas na Tabela 32, a seguir.

**Tabela 32** – Opinião dos entrevistados a respeito dos acampamentos e ocupações de terra, Caçador (SC), 2005.

<b>Opinião dos entrevistados acerca dos acampamentos e ocupações</b>	<b>Nº de entrevistados</b>	<b>%</b>
Conhecem pouco	6	27,3
Concordam, mas não aderem	5	22,7
Concordam e aderem	1	4,5
São contrários	15	68,2
Visão negativa dos acampados	5	22,7

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005

Entre os 22 entrevistados pesquisados, 6 deles (27,3%) disseram que praticamente não conheciam esse tipo de manifestação, mas ouviram falar a respeito ou viram algum noticiário pela televisão. Assim como no item anterior, 3 desses entrevistados eram do grupo dos Sem Sem, ou melhor, eram os mesmos que disseram não conhecer o MST. É interessante que essas pessoas, apesar de desejarem um pedaço de terra próprio, sendo 2 deles sócios do STR, desconheçam o MST e sua luta pela terra. Uma das perguntas que ocorreu ao pesquisador ao se deparar com essa situação foi propriamente identificar quantas famílias demandantes de terra vivem de forma semelhante, isto é, totalmente alheias à mobilização na luta pela terra.

A propósito, 5 entrevistados (22,7%) se declararam favoráveis aos acampamentos e ocupações de terra, embora tenham colocado algumas restrições em relação aos atos violentos. As expressões mais usadas entre esses declarantes foram as seguintes: *“é um tipo de manifestação válida”*; *“manifestações pacíficas são válidas”*; *“tem terrenos que invadem com razão”*; e *“é um direito de plantar para comer”*. Embora, de alguma forma favoráveis a essas manifestações, eles não se dispõem a participar de ocupações de terra. Entre os 22 entrevistados, somente 1 concorda com as estratégias de luta do MST e está disposto a aderir-las.

As opiniões contrárias aos acampamentos e ocupações de terra foram feitas por 15 entrevistados (68,2%) dentre o público pesquisado. As expressões mais comuns nesse segmento de entrevistados foram as seguintes: *“eu acho errado”*; *“com a porteira fechada não se deve entrar”*; *“não é uma terra justa”*; *“não é sua”*; *“tem que respeitar”*; *“é ilegal”*; *“prefiro pagar a renda da terra”*; *“nunca eu iria”*; e *“sou totalmente contra”*. Esses 15 entrevistados emitiram um total de 21 opiniões

contrárias a esse tipo de mobilização. A fala do entrevistado, a seguir, ilustra referidas opiniões:

*Isso daí eu acho errado também. Não sou a favor de invadir terra não. Sabe lá, às vezes, tem terreno que está desocupado, mas é do homem e se tem dono tem que respeitar também.*

E08 – Filho de Agricultor, Crédito Fundiário, 33 anos.

Outro entrevistado, ao ser questionado sobre a possibilidade de ir para os acampamentos, respondeu da seguinte forma:

*Não, nunca, nunca. Eu mesmo não gostava, porque eles mandam você invadir, praticamente invasão. Se fosse liberado aí eu concordo, mas assim invadir e tentar pressionar, isso não é comigo, assim não vou. Eles queriam que eu fosse.*

E11 – Proprietário, Banco da Terra, 43 anos.

Além dessas opiniões contrárias aos acampamentos e ocupações de terra, alguns entrevistados se referiram ao perfil dos acampados de forma depreciativa. Nesse sentido, foram 5 entrevistados (22,7%) do público pesquisado, os quais emitiram 7 opiniões usando as seguintes expressões: “*muita gente de fora*”; “*muitos vão só para bagunçar*”; “*um meio de viver sem trabalhar*”. A declaração a seguir ilustra uma dessas falas:

*Esses que acampam, acho que eles estão procurando um meio de viver sem trabalhar. Porque daí eles se acampam, o governo vai lá, coloca eles lá no lugar [no assentamento] e dá tudo [os créditos]. Dá o que eles comer, dá de tudo e dali a pouco eles partem pra outro lugar.*

E06 – Parceiro, Crédito Fundiário, 52 anos.

Outro entrevistado complementa:

*O problema ali [nos acampamentos] é que tem muita gente que, sei lá, vão só pra bagunçar.*

E25 – Proprietário, Banco da Terra, 50 anos.

Essa visão estereotipada a respeito dos movimentos sociais e suas manifestações, no caso, os acampamentos de Sem Terra, é contestada por Moraes Silva (2004, p. 79), que afirma: “Ao contrário do que possa parecer aos olhos dos transeuntes e observadores externos, o acampamento não é um lugar de

baderneiros e invasores, e sim um espaço social”. Existe toda uma organização social com normas e regras a serem cumpridas, que marcam esse espaço-tempo dos acampamentos.

Como se pode observar na presente pesquisa, essa visão distorcida das mobilizações na luta pela terra não está presente somente nas elites agrárias e na população urbana, mas também em alguns dos próprios agricultores familiares e demandantes de terra.

Da mesma forma, a maioria dos técnicos (83,3%), quando perguntada sobre o que pensava a respeito dos acampamentos e ocupações de terra, referiu-se aos acampados como aqueles menos capacitados para o trabalho na terra. As expressões mais utilizadas para qualificar essa categoria foram as seguintes: “agricultor é difícil invadir terra”; “são gente de fora do município”; “grande parte é desqualificada”, “só tem a roupa do corpo”. Essas opiniões foram emitidas por 5 técnicos, dentre os 6 entrevistados, e podem ser observadas na seguinte declaração:

*[...] os nossos agricultores [do município de Caçador] jamais fariam uma invasão de terra. Quem está na invasão de terra são aquelas pessoas que realmente são os periféricos [da periferia da cidade], que já voltaram para a cidade e moram na periferia da cidade, realmente aqueles no final de linha, vamos chamar assim. As outras pessoas [agricultores] não iriam invadir terra, poderiam até se beneficiar depois da invasão feita. Depois os caras vão lá e compram os títulos e estão aí nos assentamentos. Mas para invadir terra é muito difícil.*

E29 – Técnico, Epagri.

Na avaliação dos técnicos entrevistados esse público é o menos favorecido entre os pobres e não está capacitado para a gestão dos lotes de terra cedidos gratuitamente pelo governo. A percepção de que os acampados são oriundos da periferia das cidades sugere um consenso em todos os grupos de entrevistados, seja do público pesquisado, seja dos técnicos ou das lideranças. A declaração a seguir confirma essa condição:

*[...] quando eu estava no Incra, eu já dizia que o nosso público era formado pelas pessoas mais excluídas. [...] geralmente, pessoas que já tinham abandonado [a agricultura] ou eram bóias-frias, ou gente que abandonou o campo e morava nas periferias, que você sabe perfeitamente que são arrebanhados pelo movimento sem terra.*

E40 – Técnico, SAR.



Uma das lideranças entrevistadas, representante da Fetaesc, também declara:

*É uma coisa difícil até da gente comentar, porque para você fazer uma ocupação você tem que arrebanhar público, você tem que somar. E nesse somar, muitas vezes, pega pessoas que não têm o mínimo de conhecimento da agricultura. E eu vejo muitos assentamentos, conheço 2 ou 3 bem de perto, que são assentamentos que foram feitos com famílias tradicionais até da própria região, ali da comunidade, do município e municípios vizinhos e eles têm um desenvolvimento muito bom. A gente vê outros assentamentos que foram feitos com pessoas assim que estavam acampadas há muito tempo, porque eu não sei se é o caso de uma inversão até disso aí, que muitas vezes as pessoas que estão acampadas por muito tempo eles perdem o vínculo com a agricultura. Eles não estão praticando a agricultura e aí por isso que eu falei que talvez esse público é distinto, não tem a capacidade de se auto-administrar, administrar a sua propriedade individualmente. No conjunto, por lideranças talvez ele se desenvolve até muito bem. Então isso é a dificuldade que eu vejo, muitos não têm o mínimo de condições de desenvolver a agricultura, o mínimo de conhecimento, porque eles são buscados até nas periferias para somar número. Isso a gente tem experiência também. É pena que isso acaba estragando o próprio movimento, que no sentido de somar número para impressionar, muitas vezes acaba prejudicando aquelas pessoas que realmente querem desenvolver a atividade agrícola. A qualidade do trabalho.*

E38 – Liderança, Fetaesc.

Essa tendência em valorizar as pessoas do próprio município ou região, apareceu na fala de agricultores, técnicos e lideranças. Aquelas famílias vindas de “fora”, geralmente não são qualificadas para o trabalho nos assentamentos, na opinião desses entrevistados. O mesmo ocorre com aquelas pessoas mais pobres, oriundas das periferias das cidades.

Nesse sentido, Bruno e Medeiros (1998, p. 50) afirmam que suas pesquisas contribuíram para “derrubar um dos mitos mais comuns no debate sobre assentamentos rurais, o de que o acesso à terra deve ser oferecido apenas aos demandantes com sólidos laços com a vida rural”. Essas pesquisadoras, baseadas em alguns dados de assentamentos dos estados de Goiás e Rio de Janeiro, demonstraram que “a trajetória urbana anterior dos assentados não implica em alto índice de evasão [sic]”. Mesmo assim, ressaltam que os seus entrevistados relataram dificuldades de adaptação de alguns segmentos, como por exemplo, os favelados.

Outra questão formulada ao público pesquisado tratou sobre a disposição para participar das mobilizações caso não houvesse outra possibilidade de acesso à terra. Alguns entrevistados, de certa forma, já responderam a essa indagação ao declararem suas opiniões a respeito dos acampamentos e ocupações de terra. As perguntas foram dirigidas a todos os grupos, mesmo aqueles que já tinham sido beneficiados com o crédito fundiário e, portanto, estavam na posse da terra, que é o caso dos grupos denominados Fundo de Terras e Banco da Terra. As opiniões serão destacadas por cada grupo pesquisado, para efeito de comparações, podendo ser visualizadas na Tabela 33, a seguir:

**Tabela 33** – Opinião do público pesquisado a respeito da disposição para se mobilizar na luta pela terra, por grupo de entrevistados, Caçador (SC), 2005.

<b>Situação em relação à disposição para a mobilização</b>	<b>FT</b>	<b>BT</b>	<b>CF</b>	<b>SS</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
Acampam e ocupam	–	–	–	1	1	4,5
Acampam, mas não ocupam	2	–	1	2	5	22,8
Não acampam e não ocupam	2	5	5	3	15	68,2
Não responderam	1	–	–	–	1	4,5
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>22</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005

Legenda: FT = Fundo de Terras; BT = Banco da Terra; CF = Crédito Fundiário; SS = Sem Sem

Importante observar que o grupo do Fundo de Terras (proprietários antigos) apresentou maior flexibilidade com relação à disposição para acampar do que o grupo do Banco da Terra (proprietários recentes) e o grupo do Crédito Fundiário (aquisição iminente da terra). Essa questão de acampar e não ocupar é uma possibilidade sugerida pelo pesquisador. Alguns se sujeitariam aos acampamentos, mas não se disporem a enfrentar a ocupação da terra. Na prática, dificilmente essa situação ocorre, tendo em vista que as ocupações de terra é que geram os impasses necessários para a intervenção do Poder Público. Nas negociações desses conflitos para dirimir os impasses criados é que a luta pela conquista da terra avança na direção pretendida.

Desse modo, a maioria absoluta não iria para as mobilizações de luta pela terra, totalizando 91,0% dos entrevistados. Nesse sentido, é preciso concordar com a opinião da maioria dos técnicos (83,3%) e mais da metade das lideranças entrevistadas (57,1%). Esses entrevistados afirmaram que os agricultores demandantes de terra no município de Caçador não se disporem a montar

acampamento que visasse à ocupação de terra. Além disso, o único relato de entrevistado disposto a essa mobilização foi o de um trabalhador eventual que vive em área urbanizada, coincidindo com os relatos de agricultores, técnicos e lideranças a respeito do perfil dos acampados. Pelo menos esta é a conclusão em relação ao público pesquisado. A extrapolação desses resultados para o município de Caçador pode ser feita com algumas ressalvas, já que a presente pesquisa não trabalhou com a representatividade ao optar pela amostra estratificada não proporcional. É o que se observa com relação à região Oeste de Santa Catarina e outras áreas da região Sul e Sudeste com predominância da agricultura familiar.

### **4.3 O Incra e os assentamentos**

A mobilização na luta pela terra é um fator fundamental quanto à decisão dos demandantes de terra para participarem da reforma agrária tradicional. As perguntas a respeito desse tema estão listadas no roteiro orientador (Anexo A), sendo que o termo “reforma agrária tradicional” não foi usado junto ao público pesquisado. Em regra, foram utilizadas as expressões “assentamentos do Incra” ou simplesmente “assentamentos”.

Ainda, foi perguntado aos integrantes dos grupos do Crédito Fundiário e Sem Sem se já haviam procurado o Incra alguma vez para fazer inscrição ou mesmo para obter informação a respeito do acesso à terra. A pergunta foi dirigida somente a esses dois grupos, um total de 12 entrevistados (6 de cada grupo), pois são aqueles que ainda não dispõem da terra própria.

No grupo do Crédito Fundiário um dos entrevistados havia feito a inscrição pelos Correios, à época que a proposta foi lançada. Os outros 5 entrevistados nunca procuraram pelo atendimento do Incra. Quanto ao grupo dos Sem Sem, 4 entrevistados nunca procuraram o Incra, um se inscreveu por meio dos Correios e o outro aderiu ao MST para participar de uma ocupação e receber seu lote pela via da desapropriação, ou seja, através do Incra. Nos dois grupos de entrevistados 75% nunca procuraram o atendimento pela reforma agrária tradicional. Percebe-se, assim, que há um distanciamento dos entrevistados demandantes de terra em relação ao órgão responsável pela política de assentamentos. Essa atitude, basicamente, se justifica pela descrença no processo de reforma agrária conduzido pelo órgão, como pode ser observado no seguinte diálogo:

[E os seus filhos também trabalham na roça?]

*Também, sempre igual a eu.*

[O seu filho de 28 anos, já procurou o Incra para ter o acesso à terra?]

*Não, nunca procurou. Sempre eu dizia a ele para procurar, mas ele dizia que não adianta, você vai no Incra e nunca vai conseguir nada, nunca vai ter nada, não vão arrumar.*

E18 – Parceiro, Sem Sem, 58 anos.

Outro fator que dificulta a procura pela reforma agrária tradicional é a percepção dos entrevistados a respeito da necessidade, de certo modo obrigatória, de se mobilizarem em acampamentos, como foi tratado nos itens anteriores e no Capítulo 2.

Mesmo não conhecendo adequadamente os assentamentos, 8 dos entrevistados (66,7%), 4 de cada grupo, responderam que iriam para os projetos do Incra, desde que não houvesse necessidade de enfrentar conflitos violentos e fosse uma “*coisa legal*” (dentro da lei). Essa condição pode ser percebida no seguinte trecho de uma das entrevistas:

[Conhece algum assentamento do Incra?]

*Aqui na região tem uns par deles, mas só que nunca fui lá pra ver como é que era.*

[Já se interessou em participar?]

*Não, pra ir assim como eles fazem não. Ir lá e se acampar lá, isso nunca. Eu acho errado isso. Isso já é invasão, a gente tem que procurar o negócio que seja dentro da lei, né?*

[E se não houvesse necessidade de acampar?]

*Daí eu aceitaria.*

E06 – Parceiro, Crédito Fundiário, 52 anos.

O acampamento e a ocupação de terras (invasão) são os principais obstáculos que impedem muitas famílias de buscarem o acesso à terra por meio da reforma agrária tradicional. Nesses dois grupos de entrevistados, somente uma família estava disposta a dirigir-se para os assentamentos e passar pelas ocupações de terra. Outras 3 (25%) disseram que não iriam para os assentamentos do Incra. Desses, 2 alegaram apenas que preferiam pagar pela terra e o terceiro mencionou que não iria devido aos possíveis problemas com a vizinhança. Todos os entrevistados desses dois grupos considerados, inclusive aquele que estava na iminência de acampar, disseram que preferiam pagar pela terra a recebê-la gratuitamente do Incra.

As opiniões que serão apresentadas a seguir, a respeito dos assentamentos do Incra, ajudam a entender por que essas famílias entrevistadas não procuram essa porta de entrada para o acesso à propriedade da terra. As perguntas foram dirigidas a todos os entrevistados, incluindo as lideranças e os técnicos envolvidos na pesquisa (22 pessoas do público pesquisado, 7 lideranças e 6 técnicos). As opiniões das lideranças e técnicos deverão ser usadas de forma complementar para elucidar alguma questão específica, como já mencionado na metodologia desta investigação.

A Tabela 34 apresentada a seguir resume as principais opiniões do público pesquisado acerca dos assentamentos do Incra. Ao responderem o que pensavam a respeito dos assentamentos, emitiram também opiniões a respeito dos assentados, as quais estão expostas na referida tabela. O número de respostas é superior ao número de entrevistados pelas razões já mencionadas anteriormente.

**Tabela 34** – Opinião dos entrevistados a respeito dos assentamentos do Incra, Caçador (SC), 2005.

<b>Opinião dos entrevistados</b>	<b>Nº entrevistados</b>	<b>%</b>
Conhecem pouco	8	36,4
Conhecem os assentamentos	14	63,6
A terra e os créditos são gratuitos	9	40,9
Concordam em parte	3	14,3
Os assentados vendem os lotes	12	54,5
Os assentados retiram a madeira, recebem o crédito e em seguida abandonam o lote	8	36,4
Os assentados não gostam de trabalhar	9	40,9
Existem problemas com a vizinhança	3	14,3

Fonte: Dados de pesquisa, maio/jun. 2005.

Uma boa parte do público pesquisado, 8 entrevistados (36,4%), alegou que conhecia os assentamentos “*por ouvir falar*”, mas não sabia como funcionavam. Vale lembrar que existe um projeto de assentamento no município pesquisado, com 114 famílias assentadas desde 1996 e mais dois projetos vizinhos ao município, criados em 1987, com um total de 330 famílias. Os demais entrevistados (63,6%) conheciam, de alguma forma, os assentamentos do Incra, como por exemplo, através do contato com pessoas conhecidas ou visitas esporádicas.

As opiniões dos entrevistados, cujas interpretações podem ser consideradas como um fator de atração para o assentamento, referem-se ao recebimento da terra

e dos recursos (créditos), ambos de forma gratuita. Dentre os 22 entrevistados, 9 fizeram tal afirmação (40,9%) quando perguntados sobre o que pensam dos assentamentos. Mesmo assim, 3 deles recriminaram essa condição, que pode ser extraída das seguintes expressões: “o que é de graça não tem valor” e “é preferível ensinar a pescar a dar o peixe”. Essa opinião a respeito do recebimento gratuito da terra e do crédito instalação, é consensual, fato que merece investigação mais aprofundada. Mesmo os técnicos e as lideranças locais também têm essa compreensão, pois, como foi explicado no Capítulo 2, o Incra deixou de cobrar dos assentados os créditos iniciais e o valor da terra desde o início da década de 90.

Algumas opiniões, apenas 3 delas (14,3%), expressaram uma ambigüidade em relação aos assentamentos do Incra, isto é, concordam em parte com essa forma de acesso à terra. As expressões do tipo “não é ruim, mas são desunidos” e “é viável, mas muito demorado” resumem essas declarações.

A maioria das declarações foi no sentido depreciativo relativamente aos assentamentos e aos assentados. Verificou-se que há uma preferência do público entrevistado em destacar os pontos negativos dos assentamentos. Mesmo aqueles que se expressaram anteriormente a respeito da terra e dos créditos gratuitos, complementaram suas opiniões com essa visão negativa dos assentados. Um dos aspectos mais repetidos em todos os grupos de entrevistados e mesmo entre os técnicos e lideranças foi a questão da venda dos lotes pelos assentados. Quando perguntados sobre o que pensavam a respeito dos assentamentos foram obtidas 12 afirmações espontâneas do público pesquisado (54,5%), 5 dos técnicos (83,3%) e 3 das lideranças entrevistadas (42,9%). Além da venda dos lotes, mencionaram a retirada de madeira e o recebimento de recursos (créditos), seguido do abandono do assentamento (36,4%). Algumas declarações dos entrevistados podem elucidar a questão:

*Eu achei que ali tem muitos colonos que têm futuro [nos assentamentos]. Tem uns também que não merecem a terra, tem uma grande parte que não merece, porque eles ficam assim, tipo gafanhoto, quando tem bastante fatura que está ali, tiram madeira, tudo quanto é coisa, sai fora e vão campear de novo. Então, eu acharia que ali tinha de ser uma política diferente, tipo inscrever os caras, que daí eles não podem vender, se não, não adianta, né? Têm muitos ali, têm colegas meus que compraram terra ali a troco de carro velho. Estão bem até, querem trabalhar, né? Tem muitos grandes que têm cambalacho, que têm terra também, compram terra lá dentro, chácara, fazem por baixo dos panos.*

E27 – Parceiro, Sem Sem, 45 anos.

Essa visão a respeito dos assentamentos é comum no município, inclusive por parte da população em geral, conforme informaram alguns técnicos e lideranças entrevistados. É o que se depreende da seguinte fala:

*[...] quantos e quantos que eu conheço e todo mundo sabe, que vendeu o terreno e foi para outro assentamento. Então, se é feito um cadastro aqui dessa pessoa, dessa família, amanhã ou depois se você se encontrar em outro assentamento, a sua ficha vai estar aqui. [...] porque a maioria fazem isso, vendem os terrenos, amanhã ou depois estão lá assentado de novo ou estão na beira de um asfalto [...] Eu acho que o governo tem que analisar quem tem condições, tem capacidade de adquirir um pedacinho de terra para plantar para sobreviver, porque não adianta a pessoa me dar aqui 10 alqueires de terra, eu tiro toda a madeira que está em cima, vendo, não construo nem uma casinha pra mim e só espero que venha dinheiro, enquanto vem o dinheiro vou comendo, depois que não vem mais, abandono, vendo a troco de banana e vou para outra beira de BR, pra ver se ganho de novo. Isso está errado, isso eu acho que deveria ter uma fiscalização [...] vamos fiscalizar, vamos ajudar pra que ele consiga comprar uma casinha, consiga comprar uma vaquinha ou uma juntinha de boi, pra ir trabalhando, né? [...]. Mas não tem uma fiscalização, o pessoal vende, aqueles que não têm cabeça, não querem nada com nada, vendem e amanhã ou depois estão na beira da rua de novo.*

E10 – Arrendatário, Crédito Fundiário, 31 anos.

Verificou-se, pois, um consenso em torno dos relatos dos entrevistados quando opinam sobre os assentamentos quanto ao uso do crédito, retirada da madeira e venda do lote por preço irrisório, como é explicado pelo entrevistado a seguir:

*Eles entram ali, vamos dizer, se tiver aquela lenha ali, uma madeira de lei, eles preferem tirar o que tem [...] Eles vendem tudo. Depois de tirar o que tem eles abandonam, vende lá baratinho, põe outro em compromisso, porque ali não tem escritura, não tem nada. O governo, às vezes, ajudam eles, comem do bom e do melhor e oh! Vão embora.*

E23 – Proprietário, Banco da Terra, 50 anos.

Provavelmente tal percepção deve-se à experiência dos assentamentos dessa região, que apresentaram um alto índice de evasão, uma média de 35% de evasão, conforme pesquisa de Bruno e Leonilde (1998). Além da retirada da madeira existiram vendas de lotes para comerciantes e outras pessoas sem o perfil exigido para os assentamentos de reforma agrária. Tais abusos foram o alvo de

recente fiscalização do Incra, que tomou as medidas cabíveis para a retomada dos lotes irregulares. Essas intervenções exigem uma ação judicial de despejo que demanda tempo e recursos do órgão responsável. Se não houver uma organização da comunidade assentada para controlar a compra de lotes reformados, por pessoas com perfil inadequado ao assentamento, é inexecutável a fiscalização por parte do Incra. A propósito, essa questão não é o foco deste trabalho, porém merece estudos mais específicos.

A evasão é um tema já estudado por diversos autores, entre eles Bruno e Medeiros (1998) e Bittencourt *et al.* (1998). As causas dessas evasões apontadas em suas pesquisas são inúmeras e dependem do contexto local, do entorno do assentamento, da qualidade das terras, do apoio recebido, dos créditos no momento certo, do perfil dos assentados, da infra-estrutura, de doenças e endemias, entre outros fatores. Os trabalhos elaborados pelos autores mencionados apontam a maior organização social dos assentamentos como o principal fator de permanência dos agricultores. Nesse sentido, Bruno e Medeiros (1998, p. 51) concluem:

[...] o fato de assentamentos onde predominam ‘moradores’ e ‘posseiros’ terem baixo índice de evasão, bem como a tendência à evasão se reduzir em assentamentos onde se constituem laços fortes de sociabilidade, quer pela antiguidade da vida em comum, quer pela forte presença organizativa de instituições que buscam se constituir em referência para os assentados (em especial MST), apontam para a hipótese de que as formas de sociabilidade desenvolvidas podem ser cruciais para a explicação das permanências e das saídas.

No entanto, as explicações dadas pelos entrevistados para o abandono dos lotes são, em geral, de cunho conservador e podem ser descritas com as seguintes expressões: “*não gostam de trabalhar*”, “*não é da terra*”, “*gente de fora*”, “*não sabe trabalhar a terra*”, “*gente da cidade*”, “*a maioria é da periferia das cidades*”, entre outras. Essas afirmações foram feitas por 9 entrevistados no público pesquisado (42,9%): 1 era do grupo do Fundo de Terras, 3 do Banco da Terra, 2 do Crédito Fundiário e 3 do Sem Sem. Tais declarações foram também confirmadas por 4 técnicos (66,6%) e 2 lideranças (28,6%). É importante esclarecer que essas respostas foram todas espontâneas, isto é, as perguntas não trataram especificamente sobre os motivos do abandono de lotes, tampouco se questionou se os assentados eram ou não gente de fora etc. As perguntas feitas, que constam dos Anexos A e B, são de cunho geral, do tipo “o que pensa do assentamento”. Isso faz



uma diferença, pois se os entrevistados fossem perguntados especificamente a respeito do perfil dos assentados ou a respeito do abandono de lotes supõe-se que o número de respostas contendo as expressões citadas anteriormente seria bem maior. Tal afirmação é baseada nas conversas e depoimentos não gravados com os entrevistados, geralmente após a realização das entrevistas. A declaração feita pela agricultora, a seguir, ilustra essas manifestações:

*[...] tem uns que não merecem [o lote de terra], não adianta, tem uns que se infiltram no meio só pra ganhar, eles acham que vão ganhar isso aí, mas precisa de luta e trabalho para conseguir as coisas. Aquelas pessoas que não trabalham, uma hora vão ter que sair da terra. A pessoa que não é da terra, não adianta, ela não vai conseguir ficar.*

E22 – Esposa de Agricultor, Fundo de Terras, 51 anos.

Ressalta-se que essa declaração foi uma das menos conservadoras entre aquelas manifestadas a respeito do perfil dos assentados. Outras expressões mais fortes foram usadas para (des)qualificar alguns assentados, que seriam os “proveitadores” da situação. Essas manifestações também se repetiram inúmeras vezes e ficaria repetitivo transcrevê-las.

Percebe-se que a visão das famílias, indistintamente, do grupo entrevistado é influenciada, sobretudo, pelas irregularidades acontecidas nos assentamentos da região. Outras causas mais subjetivas que podem também influenciar a opinião das pessoas, de maneira geral, fogem dos objetivos deste trabalho, como por exemplo, a influência da mídia conservadora ao divulgar a opinião das elites agrárias contrárias à reforma agrária.

Qualquer que seja a influência acaba criando um preconceito, haja vista a dificuldade que as pessoas têm de destacar os aspectos positivos dos assentamentos e dos assentados, sobretudo daqueles que permanecem em seus respectivos lotes. Esses aspectos positivos foram mencionados com mais ênfase por algumas lideranças, tais como: MST, CPT e Fetraf-Sul.

Teófilo (2002, p. 23) faz a seguinte observação em relação à referida visão negativa dos assentamentos:

*[...] como tiveram sua origem em conflitos, é natural que, no início, os assentamentos tenham sido estigmatizados por parte da sociedade local, que freqüentemente os apontava como uma ameaça (arruaceiros), um elemento estranho (forasteiros, invasores).*

Segundo o autor citado, a expectativa é de que com o tempo haja uma maior integração entre os assentamentos e a comunidade local, diminuindo assim essa tendência em apontar os seus aspectos negativos. No entanto, não é o que parece ter acontecido no município de Caçador, pelo menos em relação a uma boa parte dos entrevistados.

Um outro aspecto importante observado na análise das entrevistas, relativamente a maior percentagem de opiniões que culpam o perfil dos assentados como responsável pela evasão nos assentamentos, partiu dos técnicos entrevistados (66,6%). Eles mencionam o grande número de abandono de lotes sem, no entanto, salientar os outros aspectos capazes de influenciar a decisão. O depoimento a seguir sustenta essa afirmação:

*Os assentamentos do Incra têm um alto índice de vendas. Eles ultrapassam 30% de lotes vendidos, em função da clientela atendida, não ser do meio, não ter a tradição para trabalhar na agricultura. Então, são esses trabalhadores desempregados que saíram das serrarias, desempregados da cidade, pessoal que saiu há muitos anos do meio rural e veio para as periferias [das cidades], adquirindo todos os vícios dos grandes centros e estão sendo levados novamente para a agricultura. A tendência é o fracasso. A primeira coisa que eles fazem é receber os créditos e uma grande parte se manda. Eles pegam e vendem e desaparecem. Isso aí a gente tem notado, ultrapassa em 30% os índices de venda dos assentamentos do Oeste [catarinense].*

E36 – Técnico, Incra.

Ao contrário, Bruno e Medeiros (1998, p. 48), em estudo sobre o problema da evasão nos assentamentos, notaram uma maior preocupação dos técnicos em relação aos aspectos de infra-estrutura necessária para torná-los viáveis. Apesar disso, as autoras mencionadas encontraram afirmações semelhantes às desta pesquisa, como pode ser observado na seguinte citação:

Muitas vezes, a leitura dos técnicos sobre a evasão a considera como produto da incapacidade dos assentados ou de um processo de seleção natural e inexorável. Qualificações dos que saíram como 'inadaptados', 'vagabundos' ou 'preguiçosos' foram recorrentes. No entanto, a maioria dos técnicos entrevistados mostrou preocupação em buscar alternativas para melhor viabilizar o assentamento e tem em comum com os assentados a interpretação sobre as condições de infra-estrutura como fatores de evasão.

Se essas qualificações muitas vezes aparecem na fala dos técnicos, também não são ausentes nas explicações de alguns assentados que tendem, muitas vezes, a qualificar os que saíram como 'fracos', 'sem força para continuar na luta' etc. Dessa forma, tendem a valorizar os que permaneceram.

Segundo as autoras citadas, se os próprios assentados vêem aqueles que saem como “fracos”; o que pensarão as famílias de arrendatários, parceiros e agricultores com pouca terra, que há anos sonham obter um pedaço de terra. Percebe-se que é o que acontece em relação à opinião dessas pessoas entrevistadas. Para elas, boa parte das famílias assentadas engrossa as fileiras de aproveitadores da situação oferecida pelo governo (lotes e créditos gratuitos).

No entanto, vale reforçar que atribuir as causas da evasão a um único fator significa desconsiderar aquelas famílias que sempre viveram sob as marcas da precariedade. A propósito, não é a condição de assentado que automaticamente as conduzem a um outro patamar de vida, embora, na maioria dos casos, haja uma significativa melhoria na qualidade de vida, como demonstram diversos estudos<sup>68</sup>.

Um outro fator identificado neste estudo, que se mostrou restritivo aos não mobilizados a participar de assentamentos, foi a questão da vizinhança. Alguns agricultores e filhos de agricultores preferem ficar próximos de familiares e pessoas da comunidade onde convivem a mudarem para lugares estranhos. Esse fato foi constatado em 3 declarações do público pesquisado, como se infere da seguinte fala:

*Nesses assentamentos sempre tem gente meio... não é tudo igual que trabalha. Vizinhos muito perto não é muito bom. Dá problemas, porque, às vezes, tem uma criação que escapa e vai na roça do vizinho, já complica, às vezes. Nem tudo é gente boa, também, que entra no meio. Sempre tem muita [...] pelo menos que a gente ouve os outros falarem.*

E08 – Filho de Agricultor, Crédito Fundiário, 33 anos.

Observa-se o receio desse entrevistado em ter de conviver com pessoas desconhecidas e “mal afamadas” nos assentamentos. Foram relatados alguns casos de brigas e até mortes nesses locais, que podem ter influenciado a opinião do entrevistado.

Dados de pesquisa realizada por Abramovay (2001) na região Oeste catarinense podem reforçar alguns aspectos levantados neste trabalho. O autor perguntou a um grupo de 106 rapazes, filhos de agricultores familiares, em que condições eles aceitariam ser agricultores fora da sua região. Os seguintes resultados foram encontrados: 22% responderam que aceitariam sair somente com o crédito fundiário e de instalação, 1% só através da reforma agrária, 22% somente

---

<sup>68</sup> Ver Leite *et al.* (2004) e Sparovek (2003).

em terras de melhor qualidade, 5% em qualquer das situações anteriores e 50% não aceitariam sair da região. Dois aspectos chamam a atenção nesses resultados, o baixo índice de respostas a respeito da aceitação da reforma agrária tradicional e a alta percentagem de jovens que não aceitariam sair da sua região.

Resumindo os dados obtidos nesta subseção e desconsiderando as opiniões repetidas constatou-se que 16 declarações de diferentes entrevistados, de alguma forma, denegriram a imagem dos assentamentos e/ou assentados. Esse montante representa a opinião de 72,7% do público pesquisado, sem contar a posição dos técnicos e lideranças, 83,3% e 42,9%, respectivamente. Dentre as demais opiniões do público pesquisado em relação aos assentamentos, 3 respostas foram ambíguas e 3 destacaram somente aspectos positivos.

#### **4.4 Os motivos da não-mobilização**

A abordagem dos motivos que induzem o público estudado a não participar da mobilização de luta pela terra pode confirmar ou refutar as hipóteses apresentadas neste trabalho de pesquisa. Desse modo, será realizada uma análise a respeito de cada uma das hipóteses levantadas, além de citar outros motivos não previstos no projeto de pesquisa. É importante ressaltar que esses temas se inter-relacionam e muitas vezes se sobrepõem, mas, de certa forma, foram destacados pelos próprios declarantes como será demonstrado. Ainda, englobam a discussão procedida na seção anterior e mais algumas questões que serão abordadas a seguir. Na maioria das vezes os entrevistados apresentaram mais de um motivo para a não-mobilização em torno da luta pela terra. Outro aspecto a destacar é que o somatório de opiniões tende a ser maior do que o número de entrevistados.

Assim, considerando as hipóteses:

##### **a) Ruptura socioeconômica provocada pelo processo de mobilização.**

Esse tema constitui a primeira hipótese desta pesquisa e pode ser dividido em dois subtemas. O primeiro, ligado aos aspectos econômicos, traduzido na dificuldade que muitas famílias demandantes por terra encontram para abandonar: (i) o seu patrimônio, qualquer que seja; (ii) sua renda, ainda que pequena; (iii) sua moradia, por mais precária que seja; (iv) o acesso à subsistência; (v) o trabalho mesmo que árduo, entre outros. O segundo subtema é ligado às condições sociais e diz respeito à interrupção que o processo de mobilização causa, relativamente: aos

laços de amizade dentro da comunidade onde vive; ao forte relacionamento familiar; aos filhos que freqüentam as escolas etc.

Essa hipótese foi confirmada por 9 manifestações espontâneas dos entrevistados (40,9%), sendo 3 do Banco da Terra, 3 do Crédito Fundiário e 3 do grupo dos Sem Sem. Nenhuma explicação foi encontrada para o fato de que os entrevistados do grupo do Fundo de Terras (proprietários antigos) não tenham levantado essa questão. Algumas expressões podem resumir as declarações encontradas, tais como: *“Nunca eu ia abandonar o que tinha”*; *“estou colocado, estou vivendo”*; *“não ia tirar os filhos da escola”*; *“aqui é nossa comunidade”*.

A justificativa de um dos entrevistados que não atendeu ao chamado do MST para participar de um acampamento.

*[...] eu trabalhava para o [fulano de tal] na época, então eu fiquei lá. Tem bastante terra, é fazendeiro, eu estava numa casinha, não era grande coisa, mas estava numa casinha e não me molhava. Porque tirar minha família para eu arriscar? Então, eu achei que ali não vale a pena investir [no acampamento], então seria melhor eu ficar. Bem ou mal na terra dos outros com amizade, do que fazer um troço desses. Então, eu não apoio esse tipo assim, não é justo.*

E27 – Parceiro, Sem Sem, 45 anos.

O referido entrevistado sonha com uma terra própria há muitos anos, mas prefere trabalhar para terceiros a ter que abandonar o pouco que tem. Duas expressões mostram esse ponto de vista do entrevistado e em uma delas relata que *“estava numa casinha e não me molhava”*, sugerindo a insegurança das barracas no acampamento, sujeitas às intempéries. Na outra expressão expõe que prefere ficar *“bem ou mal na terra dos outros com amizade do que fazer um troço desses”*, ressaltando o clima de amizade, mesmo trabalhando na terra alheia. Por outro lado, com essa expressão o entrevistado insinua o encontro com o desconhecido no acampamento ou o rompimento com o seu modo de vida. Outros motivos o levam a permanecer na condição atual, tais como: a incerteza em conseguir a terra, as situações de risco, entre outras, que serão tratadas na seqüência.

Uma outra entrevistada relata as experiências como acampada, 8 anos antes da entrevista, com a seguinte fala:

*São três vezes já, né? [de passagem pelos acampamentos]  
Perdemos tudo que tinha, fazendo lengalenga, né? [sem trabalhar]  
Não deu certo, perdemos muito tempo, faz oito anos quase, né?*

E02 – Parceira, Sem Sem, 30 anos.

A entrevistada passou por três acampamentos aguardando uma oportunidade para ser assentada até que desistiu dessa trajetória. Depois dessas experiências ela não quis mais voltar aos acampamentos. Além do sofrimento passado, considera que é perda de tempo e não quer abandonar o trabalho que tem. O marido é trabalhador assalariado e ela trabalha na lavoura de subsistência e comercial no sistema de parceria. Nas opiniões expressas por essa entrevistada observou-se o valor dado ao trabalho e ao pequeno patrimônio que possui, os quais não quer perder novamente.

Uma outra questão é levantada pelo representante da Fetraf-Sul a respeito dos jovens agricultores, que preferem ficar próximo de suas famílias a enfrentar a luta pela terra. É o relato:

*O jovem agricultor que não tem terra, se ele pode ficar na sua comunidade, perto de sua família e tal, ele prefere isso. Porque ir para um espaço distante, em outro local, correr todo um risco, ficar anos debaixo de acampamento, as pessoas não estão muito dispostas a passar por isso.*

E37 – Liderança, Fetraf-Sul.

Essa mesma percepção em relação aos jovens, constatada na declaração anterior, também foi citada por dois técnicos entrevistados. Nota-se que um conjunto de fatores contribui para formar a opinião dos entrevistados que optam pela não-mobilização na luta pela terra.

b) Divergência com os métodos e princípios de organização dos movimentos sociais.

Como foi visto nas subseções anteriores deste capítulo, quase a metade dos entrevistados demonstrou pouco ou nenhum conhecimento a respeito dos movimentos de luta pela terra. Além disso, 5 entrevistados não quiseram opinar em relação ao MST e suas ações, totalizando 15 entrevistados que não emitiram suas opiniões. Por outro lado, todos opinaram a respeito dos acampamentos e das ocupações de terra. Tendo em vista que essas duas ações consistem nas principais estratégias utilizadas pelos movimentos sociais na luta pela terra, manteve-se a redação desse tema e a correspondente hipótese da pesquisa tal como está redigida.

Com relação aos métodos e princípios do movimento, o principal aspecto de divergência citado pelos entrevistados foi a questão das ocupações de terra e outros enfrentamentos capazes de gerar violência. Nesse sentido, a hipótese foi confirmada por 15 entrevistados (68,2%), sendo 3 do grupo do Fundo de Terras, 4 do Banco da Terra, 4 do Crédito Fundiário e 4 do Sem Sem. Chama a atenção, mais uma vez, a posição do grupo dos Sem Sem (demandantes de terras), em maior número contrários à mobilização do que o grupo do Fundo de Terra (proprietários antigos).

As expressões e declarações dos entrevistados em relação a esse tema já foram apresentadas anteriormente no que tange ao posicionamento contrário aos acampamentos e ocupações de terra.

c) Rejeição aos riscos e conflitos eventualmente violentos.

Essa hipótese abarca todos os riscos e conflitos que podem ocorrer durante as mobilizações de luta pela terra. Existe uma variedade de situações e acontecimentos a que estão sujeitos os manifestantes quando se expõem nessas jornadas, ou seja, desde os incidentes mais amenos como, por exemplo, pequenas brigas e divergências internas nos acampamentos, até os mais violentos como o enfrentamento de forças policiais e ataques de milícias particulares. As situações que mais chamam a atenção são aquelas relativas à exposição de crianças a esses mesmos riscos, além das intempéries, doenças e riscos de acidentes na beira das estradas.

Com efeito, a hipótese de rejeição aos riscos e conflitos eventualmente violentos como justificativa para a não-mobilização foi confirmada com a opinião de 9 entrevistados (40,9%). Desses, um era do grupo do Fundo de Terras, 3 do Banco da Terra, 3 do Crédito Fundiário e 2 do Sem Sem.

O depoimento transcrito a seguir mostra as preocupações com as privações encontradas nos assentamentos, quais sejam: a insegurança com relação às crianças, o risco de convivência com pessoas estranhas, o conflito com os donos da terra, a incerteza do que poderá acontecer no futuro e a referência ao fato de a pessoa ficar com a “cabeça quente”, isto é, preocupada com os problemas e os conflitos relativos à ocupação da terra.

*Não vou, porque você não pode ir com criança na beira de BR, debaixo de lona, não tem como você ficar lá. É muito arriscado, Deus me livre, eu mesmo não vou, não posso. Como vou levar as crianças daqui e deixar na beira do asfalto? Você não pode nem sair de casa*

*para trabalhar, tem que estar atendendo as crianças. Então, eu ficar arriscando tudo que é coisa lá, porque nesses assentados assim [acampados] tem gente de todo o tipo que você não conhece. Então é isso aí.*

[E no caso de ocupação de terras o que o Sr. acha?]

*Sou contra, completamente contra a pessoa que vai ocupar terreno ilegal, entende? Se tiver o terreno lá, mas deve ter dono. Então, como é que vamos lá fazer pressão em cima para tomar. É claro que vai dar conflito, então, daí nós vamos lá com criança, com família tudo lá, sem saber o que vai acontecer amanhã ou depois? Então, é ilegal esse tipo de coisa, não presta. Agora depois que o Incra comprar, colocar sem conflito sem nada, aí é outros casos, né? Todo mundo vai, mas não vai de cabeça quente. Acho que todo mundo deveria pensar assim, né?*

E11 – Proprietário, Banco da Terra, 43 anos.

A questão de colocar em perigo a vida das crianças foi uma situação recorrente na fala de 4 entrevistados (18,2%). O risco de morte também foi mencionado por 4 entrevistados e pode ser percebido na fala da jovem, a seguir:

*Você está correndo risco quando você vai lá [nos acampamentos], não é sua a terra, já tem dono. Aí você vai lá e corre até risco de vida, porque você está enfrentando tudo.*

E17 – Filha de Agricultor, Crédito Fundiário, 23 anos.

Observa-se a percepção da entrevistada a respeito do enfrentamento que necessariamente irá ocorrer durante as mobilizações na luta pela terra. Essa jovem se inscreveu nos Correios durante o lançamento da campanha pelo Incra. Posteriormente, inscreveu-se no Banco da Terra e no momento da pesquisa aguardava liberação da proposta do PNCF. Durante o tempo que aguardou os programas de acesso à terra nunca pensou em se mobilizar na luta pela terra.

d) Indisposição em passar por longas privações em acampamentos.

A vida nos acampamentos é constituída de muitas dificuldades e sofrimentos. Os dois entrevistados que passaram por essa experiência relataram casos de sofrimentos, tais como: fome, noites sem dormir sob ameaça de despejo, o frio do inverno etc.

Moraes Silva (2004, p. 92) faz uma análise dessas condições e afirma que:

*As dificuldades inerentes à vida sob as barracas de lona preta são inúmeras. Calor e frio excessivos, perda de colchões e outros utensílios domésticos por ocasião de chuvas, presença de animais*



peçonhentos, como cobras e escorpiões, no interior dos barracos, somam-se às enfermidades – diarreia, bronquite, gripe – provocadas pelas condições precárias existentes. Há registros de mortes, sobretudo de crianças, pelas dificuldades de acesso às cidades.

Além das dificuldades relatadas, uma das questões mais recorrentes nos depoimentos dos entrevistados foi o longo tempo de espera a que estão sujeitos nesses acampamentos. Apesar de ser um momento de “passagem”, algo temporário, como afirma a autora citada, em muitos casos o tempo de acampado parece interminável. Essa percepção está presente mesmo naqueles que não passaram pela experiência de acampado, como pode ser verificado na seguinte fala:

*Tem vez que fica muito tempo debaixo de um barraco de lona esperando. A gente vê que tem bastante de gente que tem tempo debaixo do barraco de lona. Deve ser difícil de morar assim debaixo de lona. Ficar muito tempo esperando e às vezes não ganha também [o lote de terra].*

E19 – Esposa de Arrendatário, Crédito Fundiário, 27 anos.

A indisposição para passar por longas privações em acampamentos constitui mais uma das hipóteses desta pesquisa, a qual foi comprovada pela opinião de 6 entrevistados (27,3%). Dentre esses declarantes, 1 era do grupo do Fundo de Terras, 1 do Banco da Terra, 2 do Crédito Fundiário e 2 do grupo dos Sem Sem.

Mais uma vez o entrevistado representante da Fetraf-Sul levanta a questão dos jovens em relação ao longo tempo no acampamento:

*Muitos poucos jovens se desafiam a lutar por um pedaço de terra e tal. Eles não vêem muita lógica. Então o cara ir para uma ocupação, uma luta pela terra e ficar, quem sabe, vários anos debaixo de um barraco e tal, não é muito fácil. A pessoa tem que ter muita consciência, ter muita força de vontade para fazer isso.*

E37 – Liderança, Fetraf-Sul.

Embora essa liderança da Fetraf-Sul reconheça a importância da mobilização na luta pela terra no cenário nacional, afirma que muitos jovens filhos de agricultores e mesmo agricultores sem terra própria não desejam participar desse processo.

e) Conservadorismo ideológico e/ou religioso.

A quinta e última hipótese proposta nesta pesquisa objetiva explicar os motivos para a não-mobilização na luta pela terra. Embora tenha sido verificado

certo conservadorismo nas opiniões dos entrevistados, não se tratou propriamente de conservadorismo ideológico<sup>69</sup> por parte do público pesquisado, uma vez que não envolveu interesses de grupos socialmente organizados. Do mesmo modo, não se constatou um conservadorismo religioso, tendo em vista que as decisões e as escolhas dos entrevistados não tinham relação com crenças dogmáticas.

O conservadorismo constatado foi muito mais de cunho cultural<sup>70</sup> ou moral<sup>71</sup>, ligado aos costumes e ao modo de criação dos entrevistados. Esses costumes e valores dos entrevistados, de certa forma, podem até sofrer influências do conservadorismo ideológico das classes dominantes e/ou das elites agrárias. Tais influências fazem parte dos ciclos de dominação e opressão da história do país, como fundamentado no segundo capítulo deste trabalho.

Contudo, essa hipótese foi rejeitada neste trabalho, tendo em vista que as opiniões referentes ao conservadorismo cultural já estão contidas no tema apresentado a respeito da “divergência com os métodos e princípios de organização dos movimentos sociais”. Nesse tema, muitas divergências dos entrevistados se devem ao conservadorismo cultural expresso nas suas declarações, como será demonstrado na seqüência. As divergências com os métodos e princípios de organização dos movimentos sociais é um tema mais amplo que engloba os aspectos conservadores, muitas vezes, difíceis de serem desvinculados.

No entanto, em alguns casos essa divergência dos métodos utilizados pelos movimentos sociais não caracteriza um conservadorismo cultural. É o caso, por exemplo, da entrevistada que passou pela experiência de acampada mais de uma vez e não obteve sucesso no objetivo pretendido. A sua divergência se deve a uma experiência acumulada e não aos preconceitos ou conservadorismo cultural.

Por outro lado, percebe-se em alguns entrevistados uma posição rígida nas suas declarações, mesmo que não tenham muito conhecimento dos movimentos sociais e da sua luta. A fala do entrevistado, a seguir, pode ilustrar essa assertiva:

---

<sup>69</sup> No sentido filosófico a ideologia pressupõe um “conjunto articulado de idéias, valores, opiniões, crenças etc., que expressam e reforçam as relações que conferem unidade a determinado grupo social [...] seja qual for o grau de consciência que disso tenham seus portadores” (AURÉLIO, 1999).

<sup>70</sup> A cultura no sentido antropológico é “o conjunto complexo dos códigos e padrões que regulam a ação humana individual e coletiva, tal como se desenvolvem em uma sociedade ou grupo específico, e que se manifestam em praticamente todos os aspectos da vida: modos de sobrevivência, normas de comportamento, crenças, instituições, valores espirituais, criações materiais etc” (AURÉLIO, 1999).

<sup>71</sup> A moral pode ser definida como um “conjunto de regras de conduta consideradas como válidas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupo ou pessoa determinada” (AURÉLIO, 1999).

[...] se o cara comprou ele é o dono [da terra], não é? Porque se eu tiver um negócio daquele e me roubarem eu tenho que reagir. Porque é tipo uma invasão, tipo não, é uma invasão que tem de fazer e eu fui criado assim, que não deve ser assim. [...] Chegaram e pediram que estavam se inscrevendo [para montar um acampamento], até foi um colega meu que falou, um monte de gente estava fazendo a inscrição. Aí eu fui lá, dei uma proseada e não quis.

E27 – Parceiro, Sem Sem.

Observa-se a atitude conservadora do entrevistado na frase: “*eu fui criado assim*”. Não existe a possibilidade de mudanças e da existência de outros fatores para justificar uma reação à opressão e à dominação por parte dos grandes proprietários e do poder econômico.

Nesse sentido, outro entrevistado dá a seguinte declaração:

*Eu acho que pra mim é errado, não é uma coisa correta. Acho que cada um deve ter o chão dele, mas pagando certinho para dar valor certo no que ele adquiriu.*

E09 – Proprietário, Fundo de Terras, 40 anos.

Nas declarações raramente aparecem alguns elementos que identificam as causas e as conseqüências de séculos de dominação das classes sociais, política e economicamente mais favorecidas<sup>72</sup>. Como afirmou a liderança do MST, na seção 5.1 deste capítulo, os dispositivos constitucionais que garantem o direito de moradia e alimentação a todos os brasileiros são raramente lembrados. Do mesmo modo, a função social da terra praticamente não foi mencionada pelos entrevistados que contestaram a formação dos acampamentos e ocupações de terra. Foram constatadas 13 manifestações que indicam conservadorismo por princípios morais ou culturais, representando 59% do público entrevistado.

Os técnicos e lideranças entrevistados também mencionaram os aspectos culturais como impedimento à participação dos agricultores não-proprietários nas manifestações de luta pela terra. Foram 4 citações entre os técnicos (66,7%) e 4 entre as lideranças entrevistadas (57,1%), que utilizaram expressões do tipo “*agricultor é difícil de invadir terra*” e “*a cultura do povo não deixa ele ir para os acampamentos*”.

<sup>72</sup> Para o aprofundamento dessas questões ver Martins (2003a, 2003b e 2003c).

f) Outros motivos para não se mobilizar.

Uma das questões mencionadas pelos entrevistados foi a da vizinhança, tanto nos acampamentos como nos assentamentos, como visto anteriormente. Esse tema não foi previsto nas hipóteses levantadas nesta pesquisa. Surgiu de declarações dos entrevistados ao explicarem os motivos da não-mobilização na luta pela terra. O receio de convivência com pessoas estranhas, e alguns supostamente “bagunceiros”, foi a causa apontada por 8 entrevistados para não aderir aos acampamentos (36,4%). Dentre esses entrevistados, 3 apontaram o mesmo motivo para não participar dos assentamentos do Incra. Dentre os 8 entrevistados que apontaram possíveis problemas de vizinhança nos acampamentos, 2 eram do grupo do Fundo de Terras, 2 do Banco da Terra e 4 do Crédito Fundiário. Nesse tema nenhum integrante do grupo dos Sem Sem citou qualquer problema com possíveis vizinhos.

Em todas as declarações colhidas durante a pesquisa houve sempre a alegação de mais de um motivo para explicar a posição dos entrevistados. A declaração a seguir demonstra essa afirmação, ou seja, o entrevistado, além de citar o tema anterior, revela uma série de outras situações que serão comentadas na seqüência para finalizar esta seção.

*Nem só aqui, como no Paraná, várias pessoas... [lhe chamaram a participar dos acampamentos]. Até aqui [em Caçador], tinha uma pessoa aí que estava reunindo, precisava de umas trinta a trinta e cinco famílias para formar um acampamento. Aí eu achei que não adianta, eu vou tirar os meus filhos do estudo, vou entrar lá? Estou colocado, estou vivendo né? Não é meu, mas estou tentando adquirir [pelo PNCF]. Vou entrar lá, saber quantos anos debaixo de uma lona lá? Eu acho que é muito arriscado. [...] Ali você não vai saber com que tipo de gente você vai estar convivendo diariamente, né? A gente vê tantas coisas nesses acampamentos [...] Depois, se você está lá junto, vamos invadir um terreno aqui, vamos invadir tal propriedade, você vai ter que ir, ou você não vai? Então, o que adianta você estar ali tanto tempo esperando na beira de uma BR, ou seja lá o que for, pra chegar o momento de invadir, tentar adquirir um pedacinho de terra, amanhã ou depois ser desapropriado e liberado, arriscando a própria vida? Ponhando a vida dos seus filhos em risco? Eu acho que não compensa.*

E10 – Arrendatário, Crédito Fundiário, 31 anos.

Percebe-se que a trajetória de vida do referido entrevistado vem desde o estado do Paraná. Conforme relatado em sua entrevista, já passou pelo garimpo de diamantes em Mato Grosso, trabalhou 5 anos de pedreiro em Blumenau (SC) e

voltou para a roça como arrendatário, quando também se casou. Na época da entrevista estava com a proposta de crédito fundiário aprovada pelo PNCF para adquirir a própria área que arrenda. Com efeito, o entrevistado levanta algumas situações importantes para o presente trabalho. A primeira é que foi chamado diversas vezes para participar das mobilizações e não atendeu a nenhum dos chamados, mesmo na época em que era solteiro. A segunda trata da questão da formação do acampamento em Caçador no momento em que se realizava a presente pesquisa. Tal fato abre a perspectiva de escolha para os demandantes de terra, principalmente os do grupo dos Sem Sem, que podem, assim, optar pela mobilização ou não junto aos movimentos sociais. A terceira situação citada pelo entrevistado diz respeito aos motivos que o levaram a não se mobilizar na luta pela terra.

Nesse sentido, o relato do entrevistado reforça quase todos os temas já abordados anteriormente, tais como: a) a ruptura social e econômica traduzida pela condição de tirar os filhos da escola e ter um trabalho, uma colocação para viver; b) a divergência com os métodos e princípios do MST, quando cita a obrigatoriedade de “invadir” uma área de terra; c) rejeição aos riscos e conflitos violentos, quando indaga se compensa arriscar a própria vida e a de seus filhos; d) as privações nos acampamentos, cujo processo é normalmente demorado, quando se recusa a ficar *“tanto tempo esperando na beira de uma BR”*; e) o conservadorismo cultural, demonstrado ao afirmar que estava tentando adquirir o terreno, deixando nas entrelinhas a frase *“com meu trabalho e de forma honesta”*; f) a questão da indisposição com os vizinhos, quando forçado a conviver com pessoas desconhecidas, expressada na frase *“ali você não vai saber com que tipo de gente você vai estar convivendo diariamente”*.

O entrevistado conclui que não compensa largar o que tem e arriscar-se nos acampamentos e ocupações de terra em busca da terra tão sonhada. A fala desse entrevistado resume os pontos colocados por quase todos os demais entrevistados. Pode-se concluir que a maioria absoluta do público estudado (95,5%), por um ou mais motivos, não se dispõe à mobilização na luta pela terra, preferindo outros mecanismos de acesso à terra como será visto no Capítulo 6.

No entanto, é preciso deixar registrado que o entrevistado que apresentou a disposição de mobilização nos acampamentos e ocupações de terra, também tem suas razões e motivos para enfrentar essa trajetória. Do mesmo modo, milhares de

outros demandantes de terra, identificados como Sem Terra (sujeitos constituídos na luta pela terra), apresentariam uma lista de motivos que os conduz à mobilização nessa luta. Assim, como ficou registrada a posição do MST na fala de um dos seus líderes, fica também o relato desse entrevistado manifestando sua opinião, angústia e a sua contundente afirmação em desejar um local para morar e viver:

*O que eu penso é que não é fácil [as ocupações de terra]. Tem gente que pensa que é fácil, mas não é fácil. A gente tem que saber o local que o Incra desapropriou, a gente às vezes entra, mas o dono não aceita, né? Então, dá bastante correria, bastante sofrimento, muito sofrimento. A gente não quer brigar, não quer matar, a gente quer o direito da gente, né? A terra, Deus deixou para todo mundo, só que a gente não tinha dinheiro, não alcançou aquele tempo que era fácil de comprar terra. [...] Vamos invadir, mas a gente não quer incomodar os outros, não quer que ninguém fique descontente com nós, nós queremos plantar. Porque, se não, nós não vamos ter o que comer.*

E20 – Trabalhador eventual, Sem Sem, 53 anos.

Mesmo consciente das dificuldades, o entrevistado se dispõe a enfrentá-las para conseguir o seu objetivo. Nota-se que a necessidade de trabalhar e viver é que impulsiona esses trabalhadores na busca incessante da terra como solução de sobrevivência, revelada na expressão “*plantar para ter o que comer*”.

Em suma, para alguns trabalhadores rurais sem terra a falta de opção e as dificuldades de acesso a ela é o que conduz às ocupações. Há aqueles que, mesmo não havendo outra opção de acesso à propriedade da terra, não estariam dispostos a aderir às mobilizações de luta pela terra.

## **5 O CRÉDITO FUNDIÁRIO**

Como foi descrito no Capítulo 2, no estado de Santa Catarina, a principal política pública que possibilita o acesso à terra ao público não mobilizado na luta pela terra é o crédito fundiário. Esse instrumento está inserido em alguns programas dos governos estadual e federal e, nos últimos anos, integra a agenda de reivindicações de algumas organizações representativas dos trabalhadores rurais, especialmente aquelas ligadas às bases sindicais. Não existem normas ou regras que impeçam o acesso a esses programas por parte do público mobilizado em acampamentos. No entanto, tal público é geralmente atendido pela reforma agrária tradicional, que utiliza principalmente o instrumento da desapropriação por interesse social para a obtenção da terra. Por outro lado, as famílias não mobilizadas em acampamentos, tais como arrendatários, filhos de pequenos agricultores e agricultores com pouca terra, quase sempre procuram os programas de crédito fundiário para realizar o sonho de adquirir a terra própria.

Assim, para bem compreender esse contexto, o presente capítulo tratará dos principais mecanismos de crédito fundiário implantados no estado de Santa Catarina, sua gênese e relação com o público estudado. Também, será realizada uma breve avaliação em relação a sua aplicação no estado e no município objeto da pesquisa.

### **5.1 O crédito fundiário como política pública**

A denominação genérica de crédito fundiário abrange todas as políticas públicas que promovem o acesso à propriedade da terra por meio do financiamento de longo prazo, com subsídios variáveis de acordo com o instrumento empregado.

O financiamento de terras a pequenos agricultores não é uma modalidade recente de acesso à propriedade rural nos países capitalistas. Há referências esparsas ao uso desse instrumento, como a citada por Abramovay (1992, p. 193) a respeito da agricultura na Dinamarca no final do século XVIII. O autor menciona que nesse país, em 1788, foi criado “um banco público de crédito, concedendo

empréstimos a longo prazo e com baixas taxas de juros para os agricultores comprarem terras”.

Bruno (1994), analisando o desenvolvimento histórico da produção agrícola familiar, especialmente na Europa e no Canadá, da mesma forma, cita a experiência inglesa do final do século XIX. Esse autor afirma que após a abertura dos mercados internacionais para importação de alimentos mais baratos “os grandes proprietários de terras também compreenderam bastante rápido que seria mais rentável converter o valor de suas terras em dinheiro para investi-lo na propriedade urbana, na indústria e no comércio”. Como os pequenos agricultores independentes, apesar de ávidos por terra, não tinham dinheiro para comprá-las, recorreu-se ao Estado para que criasse o crédito que possibilitaria a sua aquisição e, ao mesmo tempo, a satisfação dos interesses capitalistas dos grandes proprietários (BRUNO, 1994, p. 57).

Não se trata de fazer aqui um histórico completo a respeito do crédito fundiário, mas ilustrar sua presença no campo desde o início do desenvolvimento do capitalismo, assim como os distintos interesses que marcaram essa modalidade de financiamento. No caso da Dinamarca, o financiamento obtido foi decorrente de uma conquista dos camponeses dinamarqueses, em face da forte organização. Enquanto isso, na Inglaterra o crédito foi derivado do interesse dos grandes proprietários em investir o capital em outros setores da economia. Em ambos os casos houve uma intervenção do Estado, que recorreu ao mercado de terras para o atendimento da demanda dos agricultores não-proprietários da terra.

De acordo com Reydon e Plata (1996), as condições iniciais para formação de um mercado de terras no Brasil ocorreram com a edição da Lei de Terras de 1850. No entanto, a consolidação desse mercado apenas aconteceu com o fim do regime escravocrata, seguido da formação dos mercados de trabalho, da produção e do crédito agrícola.

Uma das primeiras referências ao crédito fundiário no Brasil encontrada nesta pesquisa refere-se àquela prevista no Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Essa lei, em seu artigo 81, previa um empréstimo ao trabalhador rural no valor correspondente ao valor do salário mínimo anual da região, para aquisição de terra destinada ao trabalho seu e de sua família. Esse empréstimo seria financiado pelo Fundo Nacional de Reforma Agrária, com prazo de 20 anos para pagamento acrescido de juros de 6% ao ano. De acordo com o parágrafo único do mesmo artigo, poderiam acumular o empréstimo dois ou mais trabalhadores



rurais que optassem pela aquisição de propriedade com área superior àquela estabelecida pelo Estatuto da Terra, por unidade familiar, sob a administração comum ou em forma de cooperativa (BRASIL, 1985). No entanto, essa modalidade de crédito fundiário, como outras medidas instituídas pela referida lei, não foi colocada em prática e também não foi encontrada qualquer explicação para o fato.

A partir da década de 1980 a prática de se recorrer ao mercado para obtenção de recursos fundiários foi utilizada por alguns governos estaduais, como os dos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo, entre outros (MEDEIROS, 2002). Nesses estados foram utilizados recursos públicos para compra de terras, as quais eram financiadas com reembolso a longo prazo e distribuídas às famílias carentes por terra. O objetivo principal desses governos era atender a demanda por terra e amenizar os conflitos sociais que se intensificavam nessa época. No entanto, em função dos altos custos da terra, da compra a vista em moeda corrente e da recessão econômica da época, esse instrumento não se caracterizou como um programa amplo e efetivo de acesso à terra.

Na discussão que se desenvolveu no I PNRA, em 1985, e na Assembléia Nacional Constituinte, em 1988, fortes pressões foram exercidas pelas forças conservadoras para inserir a compra e venda de terras em substituição aos procedimentos de desapropriação por interesse social. Essas forças conservadoras representadas pela bancada ruralista propuseram, inclusive, um anteprojeto substitutivo, a título de reforma agrária, que apresentava em seu artigo 5º, alínea c, proposição para criação do crédito fundiário como instrumento de política fundiária (GOMES DA SILVA, 1989). No entanto, tais esforços não se traduziram em medidas concretas que pudessem efetivar alguma política pública nesse sentido.

Para muitos autores, a experiência pioneira que deu origem à política pública de crédito fundiário no Brasil<sup>73</sup> foi a implantação do projeto piloto São José, no Ceará, em fevereiro de 1997. Nessa experiência, prevista pelo Fundo Rotativo de Terras do Ceará, criado no ano anterior, foi utilizado o crédito fundiário para aquisição de imóveis rurais por trabalhadores rurais sem terra e proprietários com pouca terra, desde que estivessem agrupados em associações. Além do financiamento da terra estava previsto o financiamento a fundo perdido para investimentos de infra-estrutura produtiva e/ou social.

---

<sup>73</sup> Entre esses autores podem ser citados Brandão (2000), Reydon e Plata (2000), Pereira (2004), Nunes *et al.* (2005).

O projeto São José já acumulava experiências no combate à pobreza rural com apoio do Banco Mundial e incorporou o acesso à terra com a meta de assentar 800 famílias no prazo de um ano. De acordo com Brandão (2000), foram atendidas 694 famílias (85% da meta) até dezembro de 1997, quando se esgotaram os recursos previstos. A causa apontada pelo autor para o não cumprimento integral das metas foi a elevação dos custos da terra em relação ao valor planejado.

Antes da conclusão dessa experiência no estado do Ceará, o Governo Federal e o Banco Mundial firmaram um acordo de empréstimo de modo a estender essa modalidade de financiamento para outros estados brasileiros. O aporte de recursos do Banco Mundial não poderia ser usado para a compra da terra, sendo, pois, utilizado nos itens de infra-estrutura básica e comunitária como, por exemplo, cercas, galpões, centro comunitário etc. Esses recursos, em regra, foram aplicados a fundo perdidos, haja vista o intuito de combater a pobreza rural e amenizar os conflitos no campo. Os recursos para compra da terra foram aportados pelos governos federal e estadual, como contrapartida obrigatória ao referido empréstimo.

Esse novo projeto piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza, mais conhecido como Programa Cédula da Terra (PCT), abrangeu quatro estados do Nordeste brasileiro (Ceará, Maranhão, Pernambuco e Bahia) e mais o Norte de Minas Gerais, cujas regiões acumulam forte concentração de pobreza rural e urbana. O projeto começou a funcionar em 1998 com uma execução descentralizada sob a responsabilidade dos estados e permitiu a instalação de mais de 15 mil famílias até a sua conclusão em dezembro de 2002.

Diversos autores, tais como Medeiros (2002, 2003), Pereira (2004) e Sauer e Pereira (2006), citam a forte pressão exercida pelos conflitos agrários e ocupações de terra como sendo uma das causas que levaram o governo federal a criar o PCT em parceria com o Banco Mundial. Com a criação desse mecanismo se pretendia aliviar as tensões no campo e abrir novas alternativas para o atendimento às crescentes demandas por terra, sem, no entanto, precisar lançar mão do mecanismo da desapropriação. Para uma melhor compreensão desse programa, além dos autores citados anteriormente, existe uma variedade de outros estudos sobre o tema desenvolvidos por Navarro (1998), Xavier (1999), Vegro e Garcia Filho (1999), Buainain *et al.* (1999, 2002, 2003), Brandão (2000), Reydon e Plata (2000), entre outros.

Pereira (2004) faz uma importante abordagem do debate internacional e do caso brasileiro a respeito do modelo de reforma agrária de mercado. Analisa as proposições do Banco Mundial, as disputas político-ideológicas e as principais posições internacionais sobre a aplicabilidade desse modelo de “reforma agrária”, a partir dos resultados preliminares no Brasil. Essas políticas foram implementadas na década de 1990 em países como África do Sul, Colômbia, Filipinas e El Salvador com o apoio do Banco Mundial, instituição que formulou inúmeras críticas aos modelos “tradicionais” de reforma agrária conduzidos pelo Estado pela via da desapropriação.

Segundo Medeiros (2002, p. 71), na avaliação do Banco Mundial,

[...] essas reformas [tradicionais] eram consideradas coercitivas, dirigidas, centralizadas e portadoras de um aspecto confiscatório, na medida em que as terras eram muitas vezes pagas abaixo dos preços de mercado e parte em dinheiro, parte em títulos públicos.

Por outro lado, a reforma agrária de mercado era considerada um processo descentralizado e voluntário, por isso mais rápido, já que inexistia a contenda judicial e a burocracia inerente àquela conduzida pelo Estado. Nesse sentido, havia economia com os custos judiciais e a descentralização do processo de assentamentos rurais que, ao proporcionar um enxugamento da máquina burocrática, acabava por tornar o processo menos oneroso. Além disso, previa-se uma agilização do processo de distribuição de terras como forma de prevenir possíveis aumentos de conflitos sociais no campo.

Logo no começo da implantação do PCT, antes mesmo que a experiência pudesse ser avaliada, iniciaram-se entendimentos entre o governo federal e o Banco Mundial, visando à ampliação para outras regiões do Brasil. Essa nova modalidade de crédito fundiário ficou conhecida como Banco da Terra, a qual foi viabilizada pela Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998. Vale ressaltar que o projeto de lei foi aprovado de forma rápida e por unanimidade no Senado Federal. Segundo Medeiros (2002), essa agilidade do legislativo foi impulsionada pela crescente pressão dos movimentos sociais para acelerar o ritmo da reforma agrária, pela dificuldade de obtenção de recursos fundiários para desapropriação nas regiões Sul e Sudeste, e pela alegação do executivo federal a respeito da queda do preço da terra, tendo em vista a grande oferta de terras no mercado.

Os argumentos do poder executivo e do Banco Mundial foram apoiados por consultores do MDA, pesquisadores envolvidos na avaliação do PCT e idealizadores do programa, os quais reforçaram a crítica ao processo de desapropriação e ressaltaram as vantagens do modelo descentralizado de financiamento por meio do crédito fundiário (Medeiros, 2003). Esses argumentos foram debatidos em seminário promovido pelo MDA e pelo governo do estado do Ceará, em 23 a 25 de novembro de 1998, e estão contemplados no trabalho de Buainain, Silveira e Teófilo (2000).

Os setores ligados aos grandes proprietários de terra também apoiaram o programa, pois este veio suprir antigas aspirações dessa categoria de agricultores. Medeiros (2003, p. 63) afirma que “o Banco da Terra foi considerado pela CNA o primeiro passo no rumo do acesso democrático à terra”.

No entanto, houve fortes reações contrárias à implantação do Banco da Terra, antes mesmo do seu lançamento efetivo. As diversas reações a essa proposta governamental, os argumentos contrários e favoráveis a essa modalidade de acesso à terra e os diversos atores que se posicionaram nessa contenda são analisados por Medeiros (2002). Porém, cabe destacar a importante contribuição do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo<sup>74</sup> como “espaço de debate e intervenção em esferas diversas, que congrega um amplo leque de organizações não-governamentais, organismos religiosos, entidades de representação e a Secretaria Agrária do Partido dos Trabalhadores” (MEDEIROS, 2002, p. 81). Esse Fórum, criado em 1995, articulou-se com as organizações internacionais de defesa dos trabalhadores rurais e dos direitos humanos, com o objetivo de promover um vasto debate em torno do modelo de reforma agrária proposto. Entre suas prioridades estavam o combate ao PCT e ao Banco da Terra e a defesa dos instrumentos de desapropriação por interesse social.

As principais críticas que se faziam ao modelo de reforma agrária conduzida pelo mercado podem ser resumidas da seguinte forma: condições desiguais de negociação entre os adquirentes de terra e os vendedores; desconhecimento das condições de negociação do programa por parte dos beneficiários; falta de assessoria técnica e jurídica aos beneficiários; influências políticas na seleção dos

---

<sup>74</sup> Medeiros (2002, p. 81), explica que “fazem parte do Fórum 32 entidades, entre as quais a CPT (que ocupa seu secretariado), a Contag, o MST, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) [...] Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), Confederação Nacional dos Servidores do Incra (Cnasi) [...] Departamento de Estudos e Serviços Rurais (Deser), Central Única dos Trabalhadores (CUT) etc.”.

beneficiários; incapacidade dos novos proprietários pagarem suas dívidas; obtenção de terras de má qualidade; corrupção por parte dos agentes públicos, políticos e proprietários de terras interessados em vender seu patrimônio por valores acima do mercado (MEDEIROS, 2002).

No entanto, o principal foco da disputa política estava assentado na substituição do instrumento da desapropriação por interesse social pelo instrumento do crédito fundiário. Esse debate não é uma simples questão de escolha ou de preferência por mecanismos de acesso à terra, pois envolve as relações sociais de poder e o papel do Estado que está na base de qualquer processo de reforma agrária. Assim, concordando com Bittencourt (1999, p. 2), avalia-se que:

Os objetivos da reforma agrária não se resumem à distribuição de terras para assentamento de famílias, devem contribuir também para a diminuição e/ou rompimento do poder do latifúndio, que é responsável pelo atraso político, econômico e social de muitas regiões brasileiras.

Além disso, essas disputas envolviam questões mais amplas a respeito da natureza, intensidade e extensão da política de reforma agrária no Brasil. As articulações do mencionado Fórum retardaram a implantação do Banco da Terra por quase dois anos e inviabilizaram o aporte de recursos do Banco Mundial a esse programa<sup>75</sup>. Igualmente, induziram algumas modificações nas diretrizes do Banco Mundial e do MDA em relação ao PCT, tais como a não-utilização de áreas passíveis de desapropriação e a ampliação do prazo de pagamento do financiamento de 10 para 20 anos (Medeiros, 2002).

A proposta do Banco da Terra, após diversas regulamentações, iniciou efetivamente sua implantação somente no ano de 2000, sendo implementada até o ano de 2003, quando foi substituída pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário. Nesse período, apesar das reações contrárias a sua implantação, a procura pelo programa foi superior a sua capacidade de financiamento (NUNES *et al.*, 2005).

A unidade político-ideológica do Fórum foi rompida quando a Contag, no ano de 2000, articulou uma proposta com o Banco Mundial e o MDA em torno do Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (CFCP)<sup>76</sup>. Esse programa garantiu a exclusão das áreas que poderiam ser desapropriadas e a

---

<sup>75</sup> Pereira (2004), baseado em informações do MDA, afirma que os recursos destinados ao Banco da Terra vieram somente do Orçamento Geral da União.

<sup>76</sup> Uma avaliação desse programa pode ser encontrada em Sparovek (2004).

inclusão de mecanismos de participação e controle social. Essa proposta, semelhante àquelas que já vinham sendo implementadas, recebeu um aporte total de recursos de 436,4 milhões de Euros, sendo: 50% do Banco Mundial, 40% do governo federal, 5% dos governos estaduais e 5% das associações comunitárias sob a forma de trabalho (PEREIRA, 2004). Esse programa foi previsto para ser implementado em 14 estados brasileiros (Regiões Nordeste e Sul, Espírito Santo e Minas Gerais, no Sudeste).

O apoio da Contag, de certa forma, legitimou a proposta que vinha recebendo severas críticas de diversas entidades civis e consolidou a implantação do crédito fundiário no país. No governo Lula, a proposta fundiu-se no Programa Nacional de Crédito Fundiário e foi prorrogada junto ao Banco Mundial, até 2006, com possibilidades de se estender até 2012. Como afirmam Sauer e Pereira (2006, não paginado), mesmo aqueles movimentos contrários ao PNCF, como o MST, “relegaram esse embate a um plano secundário, por entenderem que a contradição principal no meio rural brasileiro hoje [fev. 2006] está entre o grande ‘agronegócio’ exportador e os trabalhadores rurais sem terra e não entre desapropriação e crédito fundiário”. Esse entendimento torna-se importante no presente trabalho, pois se demonstrará que os dois instrumentos não se contrapõem no contexto estadual.

Os programas do Banco da Terra e o PNCF serão discutidos de maneira mais aprofundada nas seções seguintes do presente capítulo. No entanto, cabe destacar que os programas de crédito fundiário citados anteriormente não foram os únicos implantados em território brasileiro. Especialmente em Santa Catarina existe uma política de acesso à terra, semelhante às demais, que utiliza esse instrumento.

Desde 1983 o Fundo de Terras do estado de Santa Catarina financia a aquisição de terras em longo prazo para pequenos agricultores e trabalhadores rurais sem terra. A discussão do programa, feita a seguir, pode trazer contribuições e esclarecimentos a respeito das demais políticas públicas de acesso à terra que serão tratadas nesse trabalho. Além disso, nota-se uma pequena quantidade de estudos e avaliações em relação a essa política pública, cujas experiências bem sucedidas poderiam ser aproveitadas no contexto estadual. Nesse sentido, Cazella (1995, p. 40) já destacava as potencialidades político-sócio-econômicas desse programa, observando que, “na maioria das vezes, são desconsideradas, tanto por entidades de assessoria, ou de representação dos agricultores, como pelo próprio governo”.

Esse programa, todavia, não é citado nos principais trabalhos que tratam do tema, muito menos é reconhecida a sua influência na criação de programas semelhantes em âmbito nacional<sup>77</sup>. No entanto, será alvo de uma seção específica no presente trabalho no sentido de destacar a sua significância no contexto estadual e até mesmo nacional.

## **5.2 O Fundo de Terras do estado de Santa Catarina**

É irrefutável a procedência das afirmações a respeito da origem dos investimentos do Banco Mundial em relação aos programas de reforma agrária de mercado no Brasil, em especial no Nordeste brasileiro. No entanto, neste trabalho ressalta-se que, apesar das diversas citações do pioneirismo do estado do Ceará quanto à implantação da política pública de crédito fundiário, o estado de Santa Catarina foi um dos primeiros estados brasileiros a utilizar uma política baseada nesse instrumento.

Em 1979, o governo do estado de Santa Catarina fixou algumas estratégias de ação na área rural, entre elas instituir e executar um programa visando ao reassentamento fundiário por meio do financiamento de pequenas propriedades (SANTA CATARINA, 1979). Desde 1983 vem sendo executado o programa Fundo de Terras de Santa Catarina, criado pela Lei Estadual nº. 6.288/83 e regulamentado pelo Decreto nº. 20.842, de 16 de dezembro de 1983. Entre as finalidades desse Fundo estão previstos “financiamentos de aquisição de terras para posseiros, arrendatários, meeiros e filhos de agricultores sem terra” (SANTA CATARINA, 1996, p. 54).

Em 1992 o referido programa foi incluído como um instrumento de política agrária na Lei Agrícola e Pesqueira de Santa Catarina, que trata do desenvolvimento rural do estado (Lei nº. 8.676, de 17 de junho de 1992). O artigo 11 dessa lei define que “o Fundo de Terras tem por objetivo a compra e venda de terras para fins de reordenamento fundiário e de assentamentos de agricultores” (SANTA CATARINA, 1996, p. 67). Quanto aos beneficiários do programa foi redefinido, pelo artigo 32 dessa lei, parágrafo 1º, o seguinte: “terão acesso ao crédito fundiário [...] os

---

<sup>77</sup> A omissão a esse programa no início da presente seção foi intencional, justamente, pela falta de citação do mesmo em trabalhos que tratam do tema.

minifundiários, os trabalhadores rurais sem terra, os pescadores artesanais e, ainda, suas associações ou cooperativas” (SANTA CATARINA, 1996, p. 73).

Em março de 1996, portanto antes da implantação do PCT, foi publicado um trabalho desenvolvido pela Epagri, no qual se propunha a “elaboração e encaminhamento de projetos ao BNDES [Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social] e INCRA/Ministério da Agricultura, visando criar fundos de crédito fundiário” (TESTA *et al.*, 1996, p. 212). Essas breves considerações demonstram o interesse do poder público estadual para adotar um instrumento alternativo de acesso à terra, não obstante poucos recursos e esforços terem sido despendidos, como será visto.

O Programa Fundo de Terras do estado de Santa Catarina foi criado durante a gestão do governador Esperidião Amim (1983–1987), sendo apresentado na Assembléia Legislativa pelo deputado estadual Hugo Biehl. Como destaca Camargo (2003), o Fundo de Terras teve uma influência direta na criação do Banco da Terra, já que esse projeto foi também apresentado no Congresso Nacional, em 1998, pelo então deputado federal Hugo Biehl. Esperidião Amim, na condição de Senador da República, também não poupou esforços para a aprovação do Banco da Terra. Segundo Camargo (2003, p. 45), “o reconhecimento deste esforço deu-se em 1999, quando Fernando Henrique [o presidente FHC] resolveu lançar o programa no município de Seara, localizado no extremo Oeste de Santa Catarina, estado que estava sendo governado novamente por Esperidião Amim”.

### **5.2.1 Entendendo o Fundo de Terras estadual**

O Fundo de Terras do estado de Santa Catarina está vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (SAR), tendo como estrutura de apoio técnico a sua Gerência de Assuntos Fundiários (Geafu) e a Epagri. É constituído por recursos consignados no orçamento do estado, além de outros obtidos mediante convênios com instituições governamentais ou civis ligadas ao setor rural.

O programa é coordenado e operacionalizado por um comitê estadual (órgão máximo de deliberação) e por comitês municipais (órgãos de apoio, assessoria e operacionalização). Esses comitês são formados por representantes de instituições governamentais e civis, todas ligadas ao setor agrícola. A gestão financeira do



Fundo é feita pelo Banco do Estado de Santa Catarina S.A. (Besc), segundo normas elaboradas pelo comitê estadual (SANTA CATARINA, 1996).

Os recursos podem ser aplicados em financiamentos individuais ou coletivos para módulos até 12 hectares por participante. Nesse caso, não há um limite de valor para o financiamento, o qual é referendado pelos comitês municipais com base nas avaliações regionais da Epagri. Na aquisição de terra nua (livre de benfeitorias) o mutuário poderá obter até 25% do valor pago por hectare como crédito suplementar para investimentos básicos em infra-estrutura. A assistência técnica é por conta do órgão de apoio do governo do estado (Epagri).

O ressarcimento do financiamento, tanto para aquisição de terras como para o crédito suplementar, tem carência máxima de três anos e o pagamento pode ser dividido em até dez prestações anuais. Esses prazos poderão sofrer prorrogação, sempre que houver frustração de safra devidamente comprovada. Não há incidência de juros e o valor financiado pode ser convertido em produtos agrícolas a exemplo do programa Troca-Troca.

Segundo Borgert (1991, p. 52), esse programa:

Consiste num sistema de pagamento por compensação que permite ao agricultor optar por pagar os financiamentos contraídos junto aos agentes financeiros com produtos agrícolas ou seus equivalentes em preços mínimos, fixados pelo governo do estado de Santa Catarina.

Os produtos aceitos são os seguintes: milho, feijão, arroz em casca e soja. No momento do ressarcimento das prestações anuais o contratado pode optar pelo pagamento em produto ou conversão da parcela em moeda corrente.

### **5.2.2 Breve análise do Fundo de Terras**

A meta inicial do Fundo de Terras estadual era assentar 5.600 famílias durante a gestão do governador Esperidião Amim, entre 1983 e 1987. No entanto, somente nos dois primeiros anos, após sua regulamentação, houve um aporte significativo de recursos que permitiu o assentamento de um total de 1.125 famílias. Nos três anos seguintes do mesmo governo os recursos escassearam e as metas não foram cumpridas. Ao todo foram assentadas 1.370 famílias nos cinco anos desse governo, alcançando a média de 274 famílias por ano (SANTA CATARINA, 2003c).

Nos governos seguintes o programa não foi priorizado, razão porque manteve um baixo desempenho se comparado com os primeiros anos de seu funcionamento. No período de 1988 a 2005 foram atendidas 1.220 famílias, com uma média de aproximadamente 68 famílias anuais (SANTA CATARINA, 2005b).

A partir do ano de 2000, com o início da implantação do Banco da Terra no estado de Santa Catarina, esse programa praticamente substituiu o Fundo de Terras estadual. Antes disso, a única explicação fornecida pelos técnicos da SAR para o baixo desempenho do programa, quanto ao número de famílias assentadas, foi a insuficiência de recursos alocados no orçamento estadual para o Fundo de Terras. Nesse período houve fortes pressões dos movimentos sociais para o assentamento de famílias sem terra, porém, o programa não foi implantado de forma acelerada.

Não obstante, referido programa continua em vigor, mas tem pouca significância relativamente ao número de famílias assentadas quando comparado ao Banco da Terra ou ao PNCF, como se analisará nas seções seguintes. Apesar da pouca visibilidade desse programa, o estado de Santa Catarina acumulou experiência institucional na sua aplicação, requisito que o habilitou a aderir aos novos programas do governo federal.

Em relação à situação atual dos contratos do Fundo de Terras no estado de Santa Catarina e no município de Caçador, a Tabela 35, a seguir, mostra que boa parte desses contratos já foi liquidada. É o caso de 59,42% dos contratos em nível estadual e 70,59% dos contratos no município de Caçador. Com efeito, o percentual de contratos liquidados encontrado no referido município está relacionado à antiguidade desses financiamentos.

**Tabela 35** – Situação dos contratos do Fundo de Terras no município de Caçador e em Santa Catarina, número e percentual de contratos, 2005.

Situação dos contratos	Município de Caçador <sup>1</sup>		Santa Catarina <sup>2</sup>	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Liquidado	24	70,59	1.539	59,42
Transferência	7	20,59	377	14,56
Execução judicial	2	5,88	105	4,05
Em vigor	1	2,94	477	18,42
Aguardando assinatura	–	–	15	0,58
Em transferência	–	–	14	0,54
Outros	–	–	63	2,43
<b>Total de contratos</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>	<b>2.590</b>	<b>100,00</b>

Fonte: <sup>1</sup>Dados da pesquisa documental e <sup>2</sup>Santa Catarina (2005b)

Nota-se a pequena percentagem de contratos em vigor, indicativa da antiguidade dos contratos (mais de 10 anos). A situação de transferência de contratos evidencia abandono ou desistência dos mutuários, embora não se tenham os registros em relação aos motivos das mesmas. Observa-se que no município de Caçador existem 7 contratos com transferência de titulares e 2 em execução judicial por falta de pagamento, perfazendo um total de 26,47% de contratos que poderiam ser enquadrados como irregulares. No estado, essa percentagem está um pouco abaixo da encontrada no município, ou seja, 19,15% de irregularidades (contratos transferidos, em transferência e com execução judicial).

A propósito, nesta pesquisa não se encontrou uma explicação para o maior índice de irregularidades no município estudado em relação ao estado. Assim mesmo, as irregularidades ou desistências do programa encontram-se abaixo daquela obtida nos projetos de assentamentos do Incra na região de Caçador<sup>78</sup>. Nesses projetos, criados em 1987 e 1996, o índice de desistência ou evasão dos assentamentos está em torno de 30 a 45%, segundo informações colhidas na Superintendência Regional do Incra. Esses números estão de acordo com os estudos de Bruno e Medeiros (1998), que em suas pesquisas sobre a evasão dos assentamentos do Incra encontraram uma média de 35,2% de evasão para o estado de Santa Catarina.

Em junho de 1995 Cazella (1995) fez uma comparação dessa situação, em razão dos percentuais encontrados: 17% de desistências para o Fundo de Terras no estado, e de 18 a 56% em três projetos de assentamentos do Incra nos municípios de Passos Maia e Ponte Serrada (SC). Nesse caso, o autor afirma que “o programa encontra-se dentro de parâmetros aceitáveis no tocante às trocas de mutuários” (CAZELLA, 1995, p. 41). Observa-se que a situação atual do programa Fundo de Terras estadual não mudou muito em relação à análise do referido autor.

A terra financiada pelo programa foi a primeira propriedade adquirida por todas as pessoas entrevistadas. Essa assertiva foi confirmada com a pesquisa documental que mostra tal condição para todos os contratos do município de Caçador (34 contratos). A área média dos imóveis financiados pelo grupo de entrevistados do Fundo de Terras foi de 11,94 ha. No entanto, a área média das

---

<sup>78</sup> Essa afirmação refere-se a três projetos de assentamentos do governo federal (Incra), sendo que um deles se localiza no próprio município de Caçador, outro se situa parte nesse município e parte no município de Calmon e o terceiro localiza-se integralmente em Calmon.

suas propriedades durante o período da pesquisa foi de 24,86 ha, em razão de 3 entrevistados terem adquirido mais terra após o financiamento. Esse dado é fundamental para confirmar o sucesso do programa entre as pessoas entrevistadas, uma vez que todas elas afirmaram que não teriam condições de adquirir a primeira terra sem o aporte do crédito fundiário.

Analisando a capacidade de pagamento dos entrevistados do Fundo de Terras observa-se que eles apresentam a maior renda entre todos os entrevistados da pesquisa (Tabela 28, Capítulo 3). A renda familiar média mensal desse público é de R\$ 760,00, ou, se transformada em salários mínimos, representa a quantia de 2,53 salários mensais ou 30,40 salários anuais (valores de junho de 2005). Com os dados percentuais de 55% para as despesas com manutenção familiar, calculados por Nunes *et al.* (2005)<sup>79</sup>, pode-se estimar a renda líquida familiar. Segundo esses critérios, a renda líquida no presente caso seria de 13,68 salários anuais, a qual, teoricamente, estaria disponível para o pagamento das prestações anuais do financiamento. Esse valor é mais do que suficiente para quitar a prestação anual do financiamento que, segundo os dados estatísticos do Fundo de Terras, apresenta um valor médio de U\$ 892,43<sup>80</sup>, ou 7,36 salários mínimos (SANTA CATARINA, 2003c).

No entanto, uma análise do valor atualizado das terras no município de Caçador indica que a situação não é tão confortável como a mostrada anteriormente, para o caso de novos financiamentos. Segundo o Instituto Cepa, o valor médio para terras de lavoura<sup>81</sup> no município de Caçador, no mês de março de 2005, é de R\$ 4.246,00 por hectare (SANTA CATARINA, 2005c). Considerando a área média de 11,94 ha para as terras adquiridas no município pelo Fundo de Terras, tem-se um valor total de R\$ 50.697,24 para o imóvel a ser adquirido, no período considerado. Ainda, supondo o valor fixo das prestações em função da não-

---

<sup>79</sup> Esses autores avaliaram a capacidade de pagamento do público do Banco da Terra na região Sul do país, no período de maio a junho de 2005, com uma amostra de 181 entrevistados em 11 municípios dos três estados sulistas. Em Santa Catarina foram colhidas amostras em três municípios (Coronel Freitas, Vitor Meirelles e Witmarsum).

<sup>80</sup> Os dados estatísticos do Fundo de Terras são apresentados em dólar devido à instabilidade da moeda brasileira, à época da maioria dos contratos efetivados. O valor utilizado na conversão para a moeda brasileira é de 2,475, valor de 10/06/2005.

<sup>81</sup> Os valores mais comuns para as terras de lavoura, segundo a fonte consultada, variam de R\$ 4.246,00 a R\$ 5.867,00 por hectare. Essa informação coincide com a pesquisa de campo que encontrou valores entre R\$ 4.132,00 e R\$ 6.198,00 por hectare. Preferiu-se utilizar os valores mais baixos, devido ao fato de que as propriedades adquiridas nem sempre são as melhores terras do município.

incidência de juros nesse programa, obtém-se o montante de 10 prestações anuais de R\$ 5.069,72. Esse valor, que representa 16,90 salários se considerado o salário mínimo de junho de 2005, é superior à renda líquida estimada dos entrevistados (13,68 salários). Portanto, analisando os valores do período pesquisado, pode-se inferir que os entrevistados teriam dificuldades para o pagamento das prestações, caso não houvesse algum rebate nesse valor ou um aumento no número das prestações<sup>82</sup>. A propósito, essa valorização da terra está inviabilizando o crédito fundiário no município, como será visto na seção que trata do PNCF.

Outro tema que interessa ser analisado é o da ocupação anterior à aquisição dos imóveis pelos mutuários do Fundo de Terras. Essa análise comprova a presença majoritária da categoria de arrendatários, como pode ser visto na Tabela 36, a seguir:

**Tabela 36** – Regime de trabalho anterior dos beneficiados do Fundo de Terras no município de Caçador e estado de Santa Catarina, número e percentual de contratos, 2005.

Categoria	Município de Caçador <sup>1</sup>		Santa Catarina <sup>2</sup>	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Arrendatário	28	82,35	2.115	81,66
Filho de peq. Agricultor	5	14,70	301	11,62
Empregado rural	1	2,95	158	6,10
Outros	–	–	16	0,62
Total de Contratos	34	100,00	2.590	100,00

Fonte: <sup>1</sup>Dados da pesquisa documental e <sup>2</sup>Santa Catarina (2005b).

Da tabela anterior infere-se que aproximadamente 82% dos beneficiados pelo Fundo de Terras eram arrendatários antes de contrair o crédito no município de Caçador e no estado de Santa Catarina. Essa situação praticamente não se alterou em relação àquela encontrada por Cazella (1995) e Camargo (2003). Os dados, como demonstrados, comprovam a grande preferência dos arrendatários pelo instrumento de crédito fundiário. Mostram, também, que o Fundo de Terras vem cumprindo o objetivo de assentar famílias de arrendatários, trabalhadores rurais e filhos de pequenos agricultores.

<sup>82</sup> O exemplo utilizado é hipotético, uma vez que o Programa Fundo de Terras de Santa Catarina, praticamente não está financiando novas áreas no estado.

Uma outra finalidade do Fundo de Terras relativa aos preceitos do reordenamento fundiário é a utilização de áreas agrícolas inexploradas, situação que pode ser visualizada na tabela seguinte:

**Tabela 37** – Situação anterior dos imóveis adquiridos pelo Fundo de Terras em relação a sua utilização no município de Caçador e no estado de Santa Catarina, número e percentual de contratos, 2005.

Situação anterior	Município de Caçador <sup>1</sup>		Santa Catarina <sup>2</sup>	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Inexplorado	15	44,12	1.110	42,86
Explorado	9	26,48	695	26,83
Arrendado	5	14,70	394	15,21
Parcialmente explorado	5	14,70	391	15,10
Total de contratos	34	100,00	2.590	100,00

Fonte: <sup>1</sup>Dados da pesquisa documental e <sup>2</sup>Santa Catarina (2005b).

Proporcionalmente, a situação dos imóveis adquiridos pelo Fundo de Terras no município de Caçador e no estado de Santa Catarina é praticamente a mesma. Observa-se um expressivo número de imóveis inexplorados em ambas as situações (mais de 40%), que possivelmente serão incorporados ao processo produtivo do estado. Essa afirmação parte do pressuposto de que o beneficiário do crédito fundiário fará o máximo esforço para honrar o pagamento das prestações anuais, tendo em vista que a inadimplência coloca em risco o próprio patrimônio financiado<sup>83</sup>. Desse modo, supõe-se que haja uma efetiva utilização do imóvel adquirido, situação constatada em todos os imóveis onde foram realizadas as entrevistas.

Além disso, se somadas as áreas parcialmente exploradas e aquelas arrendadas (não utilizadas diretamente pelo proprietário), esse montante sobe para mais de 73% dos imóveis adquiridos, os quais serão utilizados diretamente pelos novos proprietários, tanto no estado, como no município estudado.

Camargo (2003) estima que as áreas incorporadas ao processo produtivo em 2003, por esse instrumento de crédito fundiário, foram de 2,7% do total da área produtiva de Santa Catarina. Outro aspecto positivo levantado pela mesma autora é o fato de que essas áreas, por força das normas legais que regem o Fundo de

<sup>83</sup> Nos programas de crédito fundiário analisados (Fundo de Terras, Banco da Terra e PNCF), o imóvel é a própria garantia do financiamento, sem a necessidade de avalista. No caso da inadimplência, ocorre a retomada do imóvel e o repasse para outro beneficiário.

Terras, obrigatoriamente passam para as mãos de agricultores familiares. Tais informações indicam que o referido programa cumpre com sua função legal de reordenamento fundiário.

Outra informação capaz de complementar os dados anteriores e fornecer algumas indicações para uma avaliação do Fundo de Terras refere-se aos principais motivos da venda das terras pelos antigos proprietários, como demonstrado na Tabela 38, a seguir:

**Tabela 38** – Motivo da venda do imóvel pelo antigo proprietário no município de Caçador e estado de Santa Catarina, número e percentual de contratos do Fundo de Terras, 2005.

Motivo de venda	Município de Caçador <sup>1</sup>		Santa Catarina <sup>2</sup>	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Possui mais terras	13	38,24	730	28,19
Não era agricultor	6	17,65	397	15,33
Transferência mutuários	3	8,82	303	11,70
S/ condição de explorar	5	14,71	268	10,34
Mudança de local	2	5,88	217	8,38
Pessoas idosas	2	5,88	196	7,57
Venda p/ arrendatário	–	–	171	6,60
Terras estaduais	1	2,94	143	5,52
Saiu da agricultura	–	–	118	4,56
Compra de área maior	2	5,88	47	1,81
<b>Total de contratos</b>	<b>34</b>	<b>100,00</b>	<b>2.590</b>	<b>100,00</b>

Fonte: <sup>1</sup>Dados da pesquisa documental e <sup>2</sup>Santa Catarina (2005b).

Aproximadamente 56% dos contratos do município de Caçador enquadram-se nas duas primeiras situações da tabela anterior, em que os antigos proprietários “possuíam mais terra” ou “não eram agricultores”. Isso demonstra que mais da metade dos contratos do município cumpre com a condição de permanência do agricultor na terra. Se somadas as situações de “mudança de local”, “pessoas idosas”, “terras estaduais”<sup>84</sup> e “compra de uma área maior”, esse montante sobe para mais de 76% no município de Caçador.

As situações verificadas, de certo modo, refutam a crítica ao programa de que o crédito fundiário estaria desalojando pequenos agricultores e contribuindo para o êxodo rural.

<sup>84</sup> Segundo o técnico da SAR, essas áreas correspondem às terras incorporadas ao patrimônio do estado por diversos mecanismos (doação, dação em pagamento, arrecadação, ação judicial etc.).

No âmbito estadual o cenário não é muito diferente. Enquanto as duas primeiras situações somam mais de 43% dos contratos, as demais situações consideradas regulares, incluindo a “venda para arrendatários”, perfazem mais de 73% dos mutuários. Portanto, pode-se obter idêntica conclusão em relação àquela encontrada no município estudado.

Por outro lado, as situações que poderiam ser consideradas como sendo de abandono da atividade por parte de agricultores, embora não se tenham informações suficientes para isso, são as seguintes: “transferência de contratos”, proprietários “sem condições de explorar” o imóvel e, principalmente, aqueles que “saíram da agricultura”. Essas situações somam quase 24% de ocorrência no município e 27% no estado. Com efeito, se houvesse informações mais detalhadas na proposta de financiamento, que permitissem esclarecer melhor os motivos da transferência e o abandono da atividade, esses dados poderiam ser analisados de maneira mais precisa.

Com relação aos motivos da venda de pequenas propriedades, Bittencourt e Bianchini (1996), investigando a agricultura familiar na região Sul do Brasil, realizaram um estudo de caso no município de Quilombo, situado na região Oeste de Santa Catarina. Nesse estudo constataram diversos motivos para a venda de imóveis rurais em comunidades com forte presença de agricultores familiares. Entre esses motivos os autores citam:

- famílias de agricultores onde todos os filhos migraram para as cidades, e que devido à idade avançada dos pais, a atividade na agricultura tornou-se limitada;
- agricultores, que por falta de adequadas condições de vida e de trabalho desejam abandonar o meio rural e migrar para as cidades;
- famílias cujos membros conseguiram melhores empregos nas cidades, desejando abandonar a atividade agrícola;
- falência ou débito junto a bancos e outros agentes financeiros, obrigando-os a vender seus estabelecimentos;
- famílias que possuíam mais terras, sendo que estavam vendendo parte delas para ampliar os investimentos na propriedade principal (BITTENCOURT e BIANCHINI, 1996, p.78).

Mesmo se tratando de êxodo rural, na maioria dos casos citados, os anteriormente mencionados chamam a atenção para a importância do aproveitamento da infra-estrutura de produção e moradia existentes nessas propriedades, como residências, galpões, pomares etc. Além disso, existe muita infra-estrutura comunitária, notadamente: rede de energia elétrica, centros



comunitários, armazéns, escolas, igrejas etc. No caso desses imóveis serem destinados para agricultores patronais, comerciantes e outras pessoas que residem nas cidades, essa infra-estrutura, por certo, acabará sendo inviabilizada para aqueles que permanecem na comunidade. É como assinalam Bittencourt e Bianchini (1996, p. 79):

A pecuarização extensiva ou o reflorestamento tem sido uma prática comum entre estes novos agricultores. Pode ainda ser o começo de uma concentração fundiária na comunidade, através da incorporação de mais área, e que por fim, acabará pressionando os outros agricultores familiares próximos, destruindo as relações sociais existentes entre estes agricultores.

O problema levantado pelos autores citados continua ocorrendo com frequência na região estudada. Segundo a pesquisa realizada por Silva *et al.* (2003), 50,6% dos imóveis comercializados na região Oeste de Santa Catarina são comprados por pessoas dos centros urbanos (não-agricultores) e empresas diversas. Ressalta-se que a grande maioria desses imóveis caracteriza-se como pequena propriedade, considerando que a estrutura agrária da região é constituída basicamente por esse estrato.

Como afirma Abramovay (2001, p. 23), com o esvaziamento populacional “a própria paisagem é descaracterizada nesse processo”. No município de Caçador e entorno observam-se extensas áreas de reflorestamentos com pinus, semelhantes a um “deserto verde”, com poucas moradias e ausência de comunidades rurais. Além disso:

O mercado de terras não contabiliza em suas operações o valor do tecido social, da rede de relações existentes no meio rural que se extingue quando agricultores familiares são substituídos por unidades pertencentes a proprietários que ali não residem (ABRAMOVAY, 2001, p. 23).

Desse modo, o crédito fundiário pode atuar como um instrumento de reordenamento fundiário, contribuindo com a permanência da agricultura familiar nas áreas onde prevalece essa categoria de agricultores. Tal afirmação pode ser reforçada quando se leva em consideração a grande demanda por terra existente na região, principalmente por parte dos agricultores com acesso precário à terra e jovens do meio rural, cujas condições econômicas não permitem a compra, em curto prazo, desse ativo. Em sua pesquisa, Abramovay (2001, p. 21) demonstrou que 69% dos rapazes e 32% das moças entrevistadas na região Oeste catarinense

“manifestaram o desejo de organizar suas vidas profissionais em torno da gestão de uma unidade produtiva agropecuária”.

A análise anterior pode ser aplicada aos demais programas de crédito fundiário implantado ou em implantação no estado, como é o caso do Banco da Terra e do PNCF. Essa análise evidencia a importância do instrumento do crédito fundiário dentro de uma política de reordenamento fundiário, cuja proposta faz parte desta investigação.

Outra situação que merece ser mencionada no presente estudo são as áreas de assentamento coletivo do Fundo de Terras, que congregam 5 ou mais famílias. No total são 15 áreas com 221 famílias, sendo que a maior área contém 65 famílias e utiliza 645,0 ha. Embora na totalidade dessas áreas as famílias tenham seus lotes individualizados é provável que muitas delas sejam formadas por parentes e amigos que se juntaram para a compra do imóvel. Essa condição de assentamento, pouco usual nos demais programas de crédito fundiário aplicados no estado, pode potencializar o processo organizacional dessas famílias e dinamizar os seus sistemas produtivos.

O Fundo de Terras, mesmo sendo uma política de alcance bastante limitado, em função do pequeno número de atendimentos realizados, proporcionou o assentamento de 2.590 famílias, tendo uma repercussão importante para aqueles que o receberam, como será analisado no Capítulo 6.

### **5.3 O Banco da Terra**

Como foi visto anteriormente, os fortes argumentos do Banco Mundial para buscar formas alternativas ao processo de reforma agrária tradicional, aliados às pressões dos movimentos sociais para acelerar esse processo e outros fatores, levaram o governo federal a elaborar uma proposta mais abrangente de crédito fundiário no país.

Desse modo, após rápida experiência com o Programa Cédula da Terra, foi apresentada ao Congresso Nacional a proposta de criação do Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra. Essa proposta difere da experiência anterior, pois não se resume a um projeto ou programa.

Como afirma Pereira (2005, p, 109):

Sua natureza institucional é a de um fundo de terras criado pelo Congresso Nacional. Por isso, constitui-se num instrumento de caráter *permanente*. Pode-se mudar regras de funcionamento ou condições de financiamento, mas, enquanto Fundo de Terras, ele persiste, a menos que o próprio Congresso, por maioria absoluta, o extinga [grifo no original].

O Banco da Terra, como ficou conhecido, foi regulamentado inicialmente pelo Decreto nº 2.622, de junho de 1998, o qual definiu em seu artigo 3º apenas dois itens financiáveis: a compra de imóveis rurais e a implantação de infra-estrutura básica. Os principais itens incluídos em relação à infra-estrutura eram a construção ou reforma de residência, disponibilidade de água para consumo humano e animal, rede interna de eletrificação, abertura ou recuperação de acessos internos e construção ou reforma de cercas. Nas suas sucessivas regulamentações<sup>85</sup> esses itens foram mantidos, não permitindo o financiamento de assistência técnica e infra-estrutura produtiva (galpões, currais, aviários etc.). Algumas despesas de operacionalização foram incluídas nos itens financiáveis, tais como: despesas cartoriais referentes à transferência e registro do imóvel, elaboração e o acompanhamento do projeto de financiamento e a demarcação das parcelas (PEREIRA, 2004).

Os financiamentos poderiam ser individuais ou coletivos, com um teto máximo de R\$ 40.000,00 por beneficiário. O prazo para pagamento ficou estipulado em até 20 anos, com 3 anos de carência e, de acordo com a última Resolução do Banco Central sobre essa modalidade de crédito, os juros variavam de 6 a 10% ao ano, conforme o valor financiado. No caso do pagamento das parcelas até a data do vencimento, os mutuários teriam de 30 a 50% de rebate nos juros, dependendo da região. Os repasses dos recursos ficariam a cargo do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste (NUNES *et al.*, 2005).

De acordo com o Decreto nº 3.475, de 19 de maio de 2000, poderiam ser beneficiários do Banco da Terra: a) os trabalhadores rurais não-proprietários, preferencialmente assalariados, parceiros, posseiros e arrendatários que comprovassem cinco ou mais anos de experiência nas atividades rurais; b) os agricultores proprietários de imóveis cuja área fosse comprovadamente insuficiente para garantir o seu sustento e o de suas famílias (BRASIL, 2000).

---

<sup>85</sup> Foram editados mais três decretos de regulamentação do Banco da Terra: Decreto nº 3.027, de 13 de abril de 1999; Decreto nº 3.115, de 9 de julho de 1999; e o Decreto nº 3.475, de 19 de maio de 2000 (BRASIL, 2000).

Para o acesso ao crédito, a renda bruta familiar, originária de qualquer meio ou atividade, não poderia ser superior a R\$ 15.000,00 anuais. Enquanto que o patrimônio, composto de bens de qualquer natureza, não poderia exceder o valor de R\$ 30.000,00.

Os beneficiados com o crédito do Banco da Terra seriam apoiados com recursos de outros programas de fomento à agropecuária, à agroindústria e ao turismo, sendo que o principal apoio recebido foi o Pronaf “A”. Essa linha de financiamento é destinada aos investimentos iniciais para os beneficiários da reforma agrária tradicional e crédito fundiário. Os abatimentos dessa linha de crédito são de até 45% para aqueles que pagam as prestações até a data do financiamento (Anexo D).

Para obter o crédito do Banco da Terra, o agricultor, após encontrar uma área a ser negociada, deveria preencher uma Carta Consulta e enviá-la ao Comitê Municipal. Ato seguinte à aprovação era providenciado um projeto de financiamento, elaborado por profissional cadastrado no Banco da Terra. Esse projeto era então encaminhado à Agência Estadual do programa a quem caberia a aprovação final da proposta de financiamento. Os comitês municipais e as agências estaduais eram formados pelas instâncias municipais e estaduais responsáveis pela operacionalização do crédito.

Para a implantação do Banco da Terra seria necessária a adesão dos estados ou associações de municípios. Foi a possibilidade de celebrar convênios com as associações municipais que viabilizou esse crédito em estados como o Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná (PEREIRA, 2004). Nesses casos, os governos estaduais, por problemas políticos, se recusaram a colaborar com o Banco da Terra e o governo federal conviniu diretamente com os municípios e suas associações.

O Banco da Terra seria gerido pelo Conselho Curador, instância máxima de decisão, constituído por sete ministros de Estado, pelos presidentes do Banco do Nordeste e do INCRA e por dois representantes dos beneficiários, que seriam convidados pelo presidente do Conselho. Essas duas vagas destinadas aos representantes dos beneficiários nunca foram ocupadas pelos representantes dos trabalhadores rurais até a redefinição desse programa no governo Lula (PEREIRA, 2004).

De acordo com o decreto de regulamentação do Banco da Terra, o Conselho Curador responderia pela promoção e formalização de acordos ou convênios com os

estados e municípios. Esses acordos visavam, entre outras ações, à obtenção de serviços técnicos para elaboração das propostas de financiamento e prestação de assistência aos beneficiários do crédito.

Além disso, o Conselho Curador ficaria responsável por estabelecer mecanismos de interação com os entes conveniados para a implementação dos Programas de Reordenação Fundiária previstos no Banco da Terra. Toda a aplicação de recursos estava, teoricamente, vinculada à elaboração desses programas pelos estados ou associações de municípios. Referidos programas seriam compostos de um planejamento com avaliação de diversos indicadores, tais como: metas e resultados alcançados; rede de parcerias prevista; imóveis disponíveis; recursos da contrapartida, entre outros.

### 5.3.1 Breve análise do Banco da Terra

Apesar de regulamentado em junho de 1998, o programa foi lançado somente no final de 1999, quando foi financiado apenas um projeto (único contrato assinado no ato de lançamento, em Seara-SC). A rigor, tal programa só começou a funcionar em 2000. Mesmo suspenso em 2003 liberou recursos até 2004 para contratos aprovados e com recursos empenhados antes da sua substituição pelo PNCF.

Não obstante todas as discussões e debates em torno do Banco da Terra, o programa financiou 16,79 mil famílias na região Sul, sendo que a demanda foi superior a sua capacidade de atendimento (NUNES *et al.*, 2005).

Durante o período de seu funcionamento foram assentadas 34,51 mil famílias em 18 estados brasileiros, conforme pode ser observado na Tabela 39, a seguir:

**Tabela 39** – Operações do Banco da Terra no Brasil e regiões, 2000 a 2004.

País/Região	Valor dos Contratos (R\$)	Nº de Famílias	Nº de Contratos	Área Adquirida (ha)	Área Média por Família (ha)
Brasil	731.996.451	34.512	17.886	1.408.451	40,8
Sul	400.670.157	16.790	16.245	365.524	21,8
Sudeste	138.930.700	5.618	414	192.664	34,3
Centro Oeste	121.674.926	6.695	627	734.504	109,7
Nordeste	65.877.673	5.027	586	106.192	21,1
Norte	4.842.995	382	14	9.567	25,0

Fonte: Adaptado de Nunes *et al.* (2005, p.3)

Analisando a tabela anterior verifica-se que a região Sul foi responsável por 48,6% das famílias beneficiadas, recebendo 54,7% dos recursos disponibilizados, os quais foram aplicados em 26,0% da área total adquirida pelo programa. As regiões Sul e Nordeste apresentaram as menores áreas médias por família beneficiária, sendo que o Centro Oeste ficou com a maior média em termos de área adquirida.

Da Tabela 39 pode-se deduzir que a região Sul apresentou o maior valor médio da terra por unidade de área (R\$ 1.096,00/ha), enquanto que o menor valor está na região Centro Oeste (R\$ 166,00/ha). Esses valores evidenciam uma grande disparidade em relação ao preço das terras para um programa nacional, cujo teto de financiamento é o mesmo para as diversas regiões.

Além do grande volume de aplicação dos recursos na região Sul, chama a atenção a grande quantidade de contratos em relação às famílias beneficiadas. Esse fato evidencia que a grande maioria dos contratos foi formalizada individualmente. Em Santa Catarina, as propostas individuais correspondem à quase totalidade dos contratos efetivados. Apenas dois projetos coletivos foram concretizados, sendo uma cooperativa no litoral sul do estado, com 42 associados (município de Laguna), e um grupo de beneficiários no município de Abelardo Luz (oeste do estado), com 10 famílias. No Rio Grande do Sul, Pereira (2004) afirma que as transações financiadas pelo Banco da Terra foram em sua maior parte de pequenas propriedades. De acordo com Nunes *et al.* (2005), na região Sul, o estado do Paraná foi o único onde houve um grande número de contratos coletivos. Fato que ocorre nas demais regiões do país, evidenciado pelo grande volume de famílias em relação aos contratos efetivados.

Essa constatação, pelo menos nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, refuta a crítica dos movimentos sociais de que o Banco da Terra estaria adquirindo áreas passíveis de desapropriação. Infere-se que nesses dois estados o Banco da Terra financiou um grande volume de pequenas áreas individuais e, portanto, não estaria concorrendo com a reforma agrária tradicional em termos de áreas adquiridas, isto é, a grande propriedade improdutiva. Por outro lado, esse fato evidencia que o crédito fundiário nessas regiões não tem contribuído com a desconcentração fundiária, mas evitado que a concentração se aprofunde.

Quanto à aplicação do crédito do Banco da Terra em Santa Catarina, os principais números são os seguintes:

**Tabela 40** – Número de projetos do Banco da Terra, número de famílias, área e valores contratados no estado de Santa Catarina no período de 1999 a 2003.

<b>Dados</b>	<b>1.999</b>	<b>2.000</b>	<b>2.001</b>	<b>2.002</b>	<b>2.003</b>	<b>Total Global</b>
Nº de projetos	1	763	1.991	1.326	441	4.522
Nº de famílias	1	778	2.032	1.326	441	4.578
Área (ha)	20	12.931	35.175	21.300	7.092	76.518
Valor da terra (R\$ 1.000,00)	38	19.726,2	57.005,5	38.198,3	13.099,1	128.067,1
Infra-estrutura (R\$ 1.000,00)	0,0	876,6	1.614,6	219,4	374,0	3.084,6
Total contratado (R\$ 1.000,00)	38,0	20.602,8	58.620,1	38.417,7	13.473,1	131.151,7

Fonte: Brasil (2004b)

A quantidade de contratos celebrados em Santa Catarina nos quatro anos de efetivo exercício do Banco da Terra aproximou-se do número de famílias que o Inbra assentou nos últimos 20 anos (5.135 famílias). Nesse estado, os valores despendidos com infra-estrutura representaram 2,4% do total financiado, demonstrando uma baixa utilização desse segmento do crédito. A opção dos mutuários provavelmente se deveu à facilidade de acesso ao Pronaf “A”, que financia os investimentos com taxas de juros e subsídios mais atraentes.

Das Tabelas 39 e 40 pode-se inferir que o valor médio financiado foi de R\$ 28.648,25 por família beneficiada no estado de Santa Catarina, enquanto que esse mesmo valor médio para a região Nordeste do país foi de R\$ 13.104,77. O preço da terra é a principal justificativa para explicar a diferença entre os tetos financiados nessa região e no estado de Santa Catarina.

Baseados nos dados da SRA, Nunes *et al.* (2005) também apresentam os números totais de contratos e valores financiados entre os três estados da região Sul, no período de vigência do Banco da Terra. Nesses dados pode-se observar que o estado do Rio Grande do Sul responde pelo maior volume de contratos e de recursos utilizados do que os outros dois estados juntos, isto é, 61,9% e 51,9%, respectivamente. Considerando uma família por contrato, esses valores correspondem a aproximadamente 29,4% das famílias atendidas e 28,6% dos recursos aplicados em todo o país pelo Banco da Terra.

Pereira (2004) busca uma explicação política para o maior desempenho do Banco da Terra no Rio Grande do Sul. No entanto, segundo Nunes *et al.* (2005, p. 5) esse desempenho “deveu-se, em grande parte, à estrutura criada pelas associações

de municípios para operacionalizar o programa”. Essas associações substituíram, *in casu*, a função das instituições estaduais, havendo, portanto maior descentralização e capilaridade no processo de aplicação de referida modalidade de crédito fundiário.

Dentre os fatores políticos apontados por Pereira (2004), pode ser citada a intenção do governo Fernando Henrique Cardoso em enfraquecer o MST, com o atendimento concorrente do crédito fundiário por meio do Banco da Terra. Segundo depoimentos colhidos por Pereira (2004, p. 201): “o Banco da Terra retirou muita gente que iria para os acampamentos” no estado do Rio Grande do Sul.

Como foi visto no capítulo anterior essa hipótese não se comprovou para a totalidade dos agricultores não-proprietários, filhos de agricultores e agricultor com pouca terra entrevistados na presente pesquisa no município de Caçador. Essas pessoas manifestaram a sua indisposição para se mobilizarem na luta pela terra e, portanto, participarem dos acampamentos de Sem Terra.

Muitas dessas pessoas estão dispostas a contrair um financiamento para ter o acesso à terra. Tal assertiva se comprova com a pesquisa realizada por Abramovay (2001), na região Oeste de Santa Catarina, em que 77% dos agricultores familiares entrevistados mencionaram ter interesse em fazer um financiamento para adquirir uma propriedade e instalar seus filhos na agricultura. Quando informados a respeito das condições do Banco da Terra, ainda permaneceram com essa intenção cerca de 58% dos pais entrevistados. Quanto aos filhos, 45% dos entrevistados se disporiam a fazer um financiamento nos moldes do Banco da Terra. A propósito, no Capítulo 6 da presente pesquisa serão discutidos os motivos dessa escolha e outras opiniões dos entrevistados a respeito do crédito fundiário.

Como demonstrado anteriormente, para o público do Fundo de Terras no estado de Santa Catarina, os arrendatários também foram os que mais acessaram o programa Banco da Terra. A pesquisa de Nunes *et al.* (2005) a respeito do Banco da Terra, abrangendo 11 municípios nos três estados da região Sul do país, mostra que 77% dos entrevistados eram arrendatários e agricultores familiares com pouca terra.

Camargo (2003), em sua pesquisa a respeito do Banco da Terra em Santa Catarina, encontrou 60% de arrendatários, 21% de agricultores com pouca terra, 16% de filhos de agricultores familiares e apenas 3% de assalariados.

Na análise documental procedida nesta pesquisa junto ao banco de dados da SAR foram consultados os processos do Banco da Terra referentes aos beneficiados deste programa no município de Caçador. Entre os 25 beneficiados,



foram localizados 18 processos, sendo que os demais estavam em tramitação em outros setores e por isso deixaram de ser considerados na pesquisa. Dos 18 processos examinados, o arrendamento constava como ocupação anterior em 16 deles (88,9%), sendo que os outros dois pertenciam a filhos de pequeno agricultor (11,1%). Observa-se que 100% das pessoas que aderiram ao Banco da Terra no município de Caçador, de algum modo tiveram acesso à terra, mesmo que de forma precária. Na pesquisa de Camargo (2003) esse percentual é de 97% e na pesquisa de Nunes *et al.* (2005) é de 77% para a região Sul. Ressalte-se que nessa última citação, os autores encontraram no estado do Paraná o maior número de trabalhadores eventuais (bóias frias/diaristas) e trabalhadores urbanos que aderiram ao Banco da Terra na região Sul. Portanto, o percentual de agricultores não-proprietários em Santa Catarina e Rio Grande do Sul provavelmente é bem maior do que o apresentado pelos autores mencionados.

Pelo exposto nota-se que a quase totalidade dos contratos do Banco da Terra no estado de Santa Catarina é constituída por agricultores que, de certo modo, já produziam para o mercado. Essa afirmação está baseada no fato de os arrendatários, de alguma forma, terem que dividir ou pagar a renda da terra e, portanto, se relacionarem com o mercado. Embora possam variar a intensidade de integração com o mercado e o nível de renda desses agricultores, o fato de possuírem alguma experiência na gestão da unidade familiar de produção facilita a reinserção na atividade na condição de proprietários rurais. No entanto, essa condição não garante a capacidade de pagamento em relação ao crédito fundiário.

A grande procura pelo programa e a opinião dos demandantes ao afirmarem que conseguem pagar as suas prestações revelam uma boa aceitação dessa linha de financiamento para acesso à terra. Porém, não são suficientes para indicar a adequação à capacidade de pagamento dos beneficiários.

Nunes *et al.* (2005) estudaram detalhadamente a capacidade de pagamento dos mutuários do Banco da Terra a partir de 181 entrevistas realizadas nos estados da região Sul. Em resumo, concluíram que 60% dos beneficiados desse programa não teriam dificuldades de pagar o financiamento da terra e do Pronaf “A” no ano-safra 2004/2005<sup>86</sup>. Além disso, chegaram às seguintes conclusões: 62% dos

---

<sup>86</sup> Vale ressaltar que esses autores trabalharam com a previsão de pagamento em função da renda dos entrevistados, uma vez que a maioria das prestações dos beneficiários do Banco da Terra começou a ser pagas a partir de 2005.

entrevistados possuíam algum tipo de poupança no momento da pesquisa; houve aumento do valor bruto da produção para 63% dos entrevistados; estão se viabilizando quase que somente com a agricultura (91% da renda); e obtiveram uma elevação do valor do patrimônio em todos os municípios pesquisados. Essa elevação do patrimônio é fruto do acesso ao Pronaf “A”.

Consoante a avaliação de Nunes *et al.* (2005) existe grande variação quanto à renda e à capacidade de pagamento do público pesquisado. Foram identificados desde aqueles agricultores em condições precárias de moradia e renda (renda familiar agrícola negativa), até os que têm patrimônio e renda elevados (renda agrícola média anual do conjunto familiar de R\$ 23.599,44). A renda agrícola média encontrada foi de R\$ 10.000,00 anuais (R\$ 864,00/mês).

Desses dados depreende-se que:

A diferenciação entre os agricultores beneficiários do programa pode se dar por diversos motivos: capital e renda inicial (quando do acesso ao programa), oportunidades de mercado dadas pelo entorno sócio-econômico, mudanças na conjuntura de mercado, acesso a políticas, problemas de saúde na família, decisão em investir em outra atividade ou em formação etc. (NUNES *et al.*, 2005, p.63).

As dificuldades apontadas pelos beneficiários do programa que não dispunham de patrimônio inicial, como máquinas, equipamentos ou instalações produtivas foram bem maiores em relação àqueles que possuíam esses bens. Os arrendatários e agricultores integrados à indústria (como a do fumo, por exemplo) tiveram maior facilidade para auferir renda da sua propriedade (NUNES *et al.*, 2005).

Com base nos estudos dos autores mencionados pode-se afirmar que os agricultores com pouca estrutura e os trabalhadores assalariados que não têm o acesso à terra necessitam de mais apoio à produção (infra-estrutura produtiva, capacitação, assistência técnica efetiva, apoio na comercialização, entre outros) a fim de estruturar o início das suas atividades na nova propriedade.

Nesse mesmo sentido, uma liderança da Fetraf-Sul entrevistada comenta o seguinte:

*O agricultor precisa ter uma capacitação, porque obviamente que a grande maioria dos agricultores que não tem terra, já tem um problema também de gerenciamento, de organização. Aí passa por um conjunto de políticas, com certeza. Por exemplo, nós entendemos a questão da casa, da habitação, se não tiver uma casa como é que fica? A questão do crédito agrícola barato, a questão da assistência técnica. Precisa necessariamente conseguir construir uma política mais ampla, de apoio, de fortalecimento dessa família, desse*

*agricultor no processo de crédito fundiário. Só a questão da terra na nossa avaliação o agricultor vai ter muita dificuldade.*

Liderança, Fetraf-Sul.

Observa-se a preocupação dessa liderança com relação ao rol de políticas de apoio para os agricultores como elemento vital para o êxito do programa, principalmente aqueles menos estruturados em termos de renda e patrimônio. No sistema individualista e com pouca assistência técnica é provável que esses agricultores tenham poucas chances de se emanciparem economicamente.

Ao analisar a capacidade de pagamento dos entrevistados verificou-se, na presente pesquisa, uma renda média familiar declarada pelos entrevistados de R\$ 785,00 por mês, ou R\$ 9.420,00 por ano (Tabela 28, Capítulo 3). Considerando o percentual de 55% com despesas de manutenção familiar tem-se uma renda líquida de R\$ 4.239,00 por ano, cujo valor teoricamente estaria disponível para pagamento das parcelas do financiamento.

O valor médio do financiamento contratado no município de Caçador, de acordo com a pesquisa documental, foi de R\$ 28.676,00 por contrato. Utilizando o “simulador de financiamentos”<sup>87</sup> da Secretaria de Reordenamento Agrário, para um valor médio de R\$ 29.000,00 as primeiras prestações ficariam em torno de R\$ 1.705,00 anuais. Esse valor considera o rebate de 50% sobre os juros, no caso do pagamento em dia, para a região considerada. Nessas condições, a renda líquida familiar calculada para esse grupo de entrevistados seria suficiente para pagar as prestações, em junho de 2005. A análise documental das propostas do Banco da Terra para o município de Caçador apontou no mesmo sentido, isto é, uma renda líquida familiar de R\$ 4.779,00 por ano, portanto, bem acima do valor das primeiras prestações do financiamento. Por esses cálculos, os entrevistados e os contratados no município de Caçador, de acordo com a média, teriam condições de pagar as prestações anuais do financiamento do Banco da Terra.

Tomando-se a situação de cada entrevistado nesta pesquisa, somente um deles não teria condições de pagar as prestações. Sua renda líquida estimada é de

---

<sup>87</sup> O “simulador de financiamentos” é um sistema programado em “Excel”, disponível no site do PNCF ([www.creditofundiario.gov.br](http://www.creditofundiario.gov.br)), que calcula o valor de todas as parcelas do crédito fundiário, incluindo os juros e os rebates, de acordo com o valor financiado e a região do país. Atualmente só está disponível a versão do PNCF, sendo que a versão anterior era possível o cálculo também dos valores das prestações do Banco da Terra (BRASIL, 2005f).

R\$ 1.242,00, portanto, abaixo do valor calculado para as prestações no município de Caçador. Verificou-se, ainda, que o referido agricultor não possui veículo de transporte nem máquinas agrícolas, e o único implemento agrícola existente na sua propriedade é um arado de tração animal. Mesmo assim, esse entrevistado declarou ter condições de pagar o crédito. É o que se verifica na sua fala:

*Agora em julho do ano que vem começo a pagar [jul. 2006]. Olha, não é muito alto, se correr um ano bom a gente pode tirar para pagar. Isso aí é lógico, a gente tem que fazer força para pagar.*

E11 – Proprietário, Banco da Terra, 43 anos.

Todos os entrevistados declararam igualmente disposição e capacidade para pagar o financiamento. Importante salientar que um deles já havia pago uma das prestações e os demais aguardavam o vencimento da primeira parcela. Os técnicos entrevistados, da SAR e do MDA, informaram que a taxa de inadimplência do Banco da Terra no estado de Santa Catarina é de cerca de 2%, para o segundo semestre de 2005.

Na presente pesquisa a área média financiada pelos entrevistados do grupo do Banco da Terra foi de 20,90 ha, enquanto que a área média encontrada no momento da pesquisa foi de 24,10 ha. Esse aumento da área após o financiamento demonstra que houve ampliação das áreas adquiridas, o que aconteceu em apenas um imóvel.

Na pesquisa documental a área média encontrada para os contratos do Banco da Terra no município de Caçador foi de 18,44 ha. A área média dos estabelecimentos adquiridos na região Sul ficou em torno de 21,8 ha (Tabela 39, desta seção). De acordo com os dados da SRA/MDA, essa média para o estado de Santa Catarina é de aproximadamente 16,3 ha (BRASIL, 2004c).

Em relação ao Fundo de Terras, a área média das propriedades adquiridas foi de 11,3 ha para o estado de Santa Catarina, enquanto que no PNCF a média encontrada para o município de Caçador foi de 13,38 ha. A informação em nível estadual não está disponibilizada no banco de dados da SRA/MDA. Nota-se que as médias de áreas adquiridas nos programas de crédito fundiário do governo federal foram maiores do que a média do programa estadual, isso em função do limite de área imposto pelo Fundo de Terras estadual.

Uma das críticas ao programa de crédito fundiário, de modo geral, é a possibilidade de fracionamento excessivo da propriedade rural, resultando em áreas que não suportariam a manutenção de uma família de agricultor.

Nesse sentido, Neumann (2003), Camargo (2003) e Pereira (2004) alertam para o “processo de agravamento da minifundização” dos agricultores no estado de Santa Catarina, provocado pelo financiamento do Banco da Terra. Esse processo ocorreria toda vez que uma pequena propriedade fosse desmembrada para a venda de uma ou mais de suas partes. Embora tenha sido observada a ocorrência de desmembramentos na presente pesquisa, nos três programas analisados, cabe esclarecer que em todos esses programas a Epagri é a responsável técnica que emite o parecer de viabilidade para cada proposta de financiamento apresentada. Desse modo, existe uma grande responsabilidade da empresa estatal, não só sobre o parecer técnico, mas, principalmente, sobre a avaliação dos resultados e a fiscalização do cumprimento dos projetos propostos.

Por outro lado, existe a possibilidade de implantação de atividades não agrícolas conforme preconiza Graziano da Silva (1999). Essas atividades quando associadas a um setor agrícola dinâmico, como as agroindústrias por exemplo, são capazes de anular o efeito nocivo do excesso de fracionamento das terras.

Uma outra crítica feita ao Banco da Terra foi a tímida participação das entidades representativas dos trabalhadores rurais desde o início da sua formulação, contrariando, pois, o que estava previsto na regulamentação do próprio programa de financiamento, Decreto nº. 3.475, de 19 de maio de 2000, artigo 17, inciso XIV, a seguir transcrito:

Obter e enfatizar a participação dos poderes públicos estaduais e municipais e das comunidades locais em todas as fases de implementação dos Programas de Reordenação Fundiária, como forma de conferir maior legitimidade aos empreendimentos programados, facilitar a seleção dos beneficiários e evitar a dispersão de recursos (BRASIL, 2000).

Assim como a Contag não foi representada no Conselho Curador no plano nacional, em nível estadual as suas federações tiveram pouca participação. Em Santa Catarina esse financiamento foi concedido de forma individual, funcionando muito mais como uma política de balcão (demanda/atendimento) do que como um instrumento articulado e participativo, conforme a previsão legal. O programa

careceu de controle e participação social para legitimar, acompanhar e ao mesmo tempo fiscalizar a sua aplicação.

Nesse sentido, um relatório da SRA/MDA de 2004 aponta que ao longo da execução do Banco da Terra proliferaram denúncias de desvios de recursos, superfaturamento do valor das áreas adquiridas e atendimento de pessoas sem o perfil determinado pelas normas do programa. Essas responsabilidades estão sendo apuradas por diversas instâncias administrativas e criminais, conforme consta do referido documento (BRASIL, 2004b).

Além das críticas e denúncias ao programa Banco da Terra, as previsões a respeito da sua inviabilidade foram realçadas em vários trabalhos. Como afirma Pereira (2004, p. 202), diversos autores<sup>88</sup> concluíram que “as condições de pagamento do Banco da Terra eram extremamente proibitivas, dado o contexto macroeconômico de queda acentuada da renda agrícola e endividamento crescente do setor”.

Do mesmo modo, em 1999, o Deser, que participou do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, publicou uma análise econômica dos financiamentos do Banco da Terra, elaborada por Bittencourt (1999). Nessa análise, o próprio autor reforça a necessidade do crédito fundiário para o atendimento aos agricultores não-proprietários, sob condições de “acesso à tecnologia, formação profissional, pesquisa, assistência técnica, educação e outros créditos agrícolas”. A respeito dessas condições conclui que “a proposta apresentada pelo Banco da Terra não cumpre nenhum destes pré-requisitos, pelo contrário, poderá levar os agricultores familiares e assalariados rurais já descapitalizados, para uma situação ainda mais crítica” (BITTENCOURT, 1999, p. 19).

No entanto, nem todas as previsões se concretizaram, pelo menos é a conclusão da presente pesquisa. Mesmo existindo algumas famílias beneficiadas em condições precárias de moradia e renda, a maioria do público entrevistado tem conseguido manter-se em suas propriedades. Além disso, nas entrevistas realizadas foram colhidos alguns depoimentos interessantes de pessoas com poucas posses, que no momento da pesquisa de campo estavam em uma condição bem melhor de vida, como será mostrado no Capítulo 6 desta dissertação e também poderá ser analisado no Anexo E.

---

<sup>88</sup> Pereira (2004) cita os seguintes autores que previram a dificuldade de pagamento do financiamento do Banco da Terra: Teixeira (1999, 2000), Vigna e Teixeira (1999), Deser (1999) e Bittencourt (2000).

Com a eleição do Presidente Lula e o surgimento de um novo quadro político-administrativo, o próprio Deser fez uma revisão da sua posição a respeito do financiamento concedido pelo Banco da Terra. Nesse sentido, no relatório de pesquisa de outubro de 2005, seus autores adotaram uma postura mais moderada, como a apontada por Nunes *et al.* (2005), apresentada nesta seção.

Em suma, deduz-se que sob certas condições o Banco da Terra apresentou algumas vantagens para aqueles que o acessaram, por exemplo, os agricultores arrendatários ou proprietários com pouca terra. Foi o que aconteceu especialmente com aqueles que possuíam alguma estrutura para produção e já tinham uma integração com o mercado. Assim, ao deixarem de pagar o arrendamento da terra contavam com condições favoráveis para pagar as prestações anuais e investir em sua unidade produtiva.

#### **5.4 O Programa Nacional de Crédito Fundiário**

No caso dos países em desenvolvimento, sob democracias pouco participativas, é comum as políticas públicas representarem a vontade de quem está no poder. Quando se mudam os governantes cessam também as atividades e os esforços na condução e construção de uma determinada política pública.

Isso posto, tudo levava a crer que seria esse o destino do crédito fundiário quando o PT assumiu o governo federal em 2003, principalmente em razão das críticas dirigidas ao Banco da Terra e à reforma agrária dita de mercado, da parte de integrantes desse partido durante o governo anterior<sup>89</sup>. No entanto, não foi o que aconteceu.

##### **5.4.1 O novo programa de crédito fundiário**

A adesão da Contag e da Fetraf-Sul ao novo programa de crédito fundiário foi decisiva para a sua continuidade. Segundo Nunes *et al.* (2005, p. 57), “a intenção do governo e das organizações sociais era melhorar a eficiência e garantir maior

---

<sup>89</sup> Segundo Medeiros (2002), a Secretaria Agrária do PT pertencia ao Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo e mantinha afinidades com a maioria dos integrantes desse Fórum, que fez severas críticas aos programas de crédito fundiário no governo FHC. Além disso, essa Secretaria publicou um artigo com o título “Crédito Fundiário de Combate à Pobreza: trocando seis por meia dúzia” de autoria de Teixeira (2000), no qual expressa sua posição contrária a esses programas.

controle social ao programa”. Nesse sentido, as ações programadas tendem a ganhar mais legitimidade e a evitar a dispersão dos recursos, conforme estava previsto no regulamento do Banco da Terra. Essa decisão significou uma ruptura em relação ao programa anterior, do qual as organizações sociais pouco participaram.

Desse modo, o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra, previsto na Lei Complementar nº 93/1998, sofreu uma regulamentação no governo Lula, com a edição do Decreto nº. 4.892, de 25 de novembro de 2003. Esse decreto omitiu o termo “Banco da Terra”, constante na referida lei, simbolizando seu rompimento com o programa do governo FHC. Além disso, trouxe algumas alterações em relação aos decretos anteriores, as quais serão explicitadas ao longo desta seção. Tais alterações se referem, principalmente, ao impedimento para adquirir imóveis passíveis de desapropriação e ampliação das linhas de financiamento e dos itens financiáveis.

Com relação aos itens financiados nos programas de crédito fundiário foram incluídos recursos para investimentos iniciais na estruturação da unidade produtiva adquirida, antes limitados à infra-estrutura básica, já citados no caso do Banco da Terra.

Desse modo, a possibilidade de investimentos foi ampliada significativamente, sendo permitido o financiamento dos seguintes itens, dentre outros: a) infra-estrutura produtiva, tais como a formação de pastagens, construção de instalações para criações e produtos agrícolas ou extrativista etc.; b) ações e obras para conservação de solos e correção da sua fertilidade; c) investimentos necessários para convivência com a seca; d) recuperação das áreas de reserva legal, preservação permanente e outros passivos ambientais; e) investimentos comunitários; f) manutenção da família até seis meses iniciais do projeto; g) assistência técnica para implantação do projeto proposto (até 8% dos investimentos); h) apoio à elaboração da proposta de financiamento e da capacitação inicial dos beneficiados (BRASIL, 2003b). Cabe ressaltar que esses itens já faziam parte do Programa de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural (CFCP) do governo Fernando Henrique Cardoso.

O Decreto nº 4.892/2003 trouxe ainda algumas definições, entre elas, a que alude ao programa de reordenação fundiária consoante a Lei Complementar nº 93/1998. O artigo 1º, parágrafo 1º, inciso I, estabelece que referido programa é a “ação do poder público que visa a ampliar a redistribuição de terras, consolidar



regimes de propriedade e uso em bases familiares, visando a sua justa distribuição, por intermédio de mecanismos de crédito fundiário” (BRASIL, 2003b). Essa definição leva em consideração apenas o instrumento tratado na mencionada lei, isto é o crédito fundiário, não excluindo outros mecanismos, tal como a regularização fundiária de pequenas posses.

Somado a isso, o Decreto nº 4.892/2003 condicionou a liberação dos recursos financeiros à observância de novos valores sociais e temas da atualidade como as questões de gênero, etnia e geração, assim como aquelas ligadas à conservação e proteção do meio ambiente. Prevê, ainda, instrumentos permanentes de avaliação de impactos e resultados, que serão disponibilizados à consulta pública.

Os objetivos e diretrizes do Fundo de Terras e Reforma Agrária do governo federal foram revistos e redefinidos pelo Condraf, de acordo com o decreto citado. Como foi discutido no Capítulo 2 deste trabalho, no governo Lula, esse conselho passou a contar com a presença efetiva dos movimentos sociais e instituições representativas dos trabalhadores rurais. Tal participação se reproduziu em todas as instâncias e níveis de decisão no que se refere à aplicação dos recursos desse fundo, bem como alterou significativamente a dinâmica do crédito fundiário, no que diz respeito a debates, adequação e aplicação.

Assim, em março de 2004 o Condraf aprovou o “Regulamento Operativo” do Fundo de Terras e Reforma Agrária, fazendo distinção a dois programas previstos no Decreto nº. 4.892/2003: o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e o Programa de Desenvolvimento e Integração de Assentamentos Rurais. Esse último ficou para ser regulamentado por meio de resolução específica do Conselho Monetário Nacional e de uma revisão pelo Condraf, o qual não faz parte do presente estudo.

Ressalte-se, pois, que os programas de crédito fundiário no governo Lula tiveram continuidade no ano de 2003, apresentando algumas mudanças, mas sem uma orientação definida, a qual foi preenchida por essa resolução do Condraf que reuniu no PNCF as diferentes linhas de crédito fundiário existentes.

De acordo com o Regulamento Operativo o objetivo central do PNCF “é de contribuir para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de vida, mediante o acesso à terra e o aumento de renda dos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra” (BRASIL, 2005g, p. 8).

Esse regulamento reuniu as ações e programas de reordenamento fundiário em três linhas básicas de financiamento. A primeira delas é o programa de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), que substituiu o Banco da Terra. Essa linha de crédito, assim como o Banco da Terra, permite o financiamento individual ou coletivo e não dispõe de aporte de recursos do Banco Mundial, conseqüentemente, não aplica recursos a fundo perdidos para investimentos coletivos. A segunda linha de financiamento refere-se ao Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural ou simplesmente Combate à Pobreza Rural (CPR). Essa linha é a continuidade do CFCP, criado no governo Fernando Henrique Cardoso, que já contava com a participação da Contag e aporte de recursos do Banco Mundial. Para obtenção desse financiamento é obrigatória a formação de associações ou cooperativas, e os investimentos comunitários (produtivos, infra-estrutura e sociais) não são reembolsáveis. A terceira linha foi uma opção criada no governo Lula, em 2003, para atender o público jovem, especialmente filhos de pequenos agricultores da região Sul do país. Essa linha de crédito faz parte das reivindicações da Fetraf-Sul, que se mobilizou junto ao governo federal, apresentando algumas propostas para implementação do Programa Nossa Primeira Terra e uma demanda de mais de 15.000 jovens cadastrados (FETRAF-SUL, 2003). Essa linha de crédito recebe os recursos das outras duas linhas, o CAF e o CPR<sup>90</sup> (BRASIL, 2005e e 2005g).

No estado de Santa Catarina, a demanda de crédito fundiário tem sido basicamente pela linha CAF, no sistema de contrato individual. Por isso, todas as referências ao PNCF neste trabalho serão creditadas a essa linha de financiamento. Quando houver necessidade de referenciar as outras duas linhas de financiamento elas serão devidamente especificadas. A explicação para a utilização prioritária da linha CAF em Santa Catarina será apresentada na próxima seção.

Com relação ao teto máximo do financiamento, perfil do público alvo, condições de elegibilidade, acesso ao Pronaf “A” e área de atuação, a situação do PNCF permanece a mesma do Banco da Terra. As alterações referentes às condições de pagamento na região Sul foram resumidas por Nunes *et al.* (2005, p. 57), da seguinte forma:

- a) redução da taxa de juros de 6 a 10% ao ano para 3 a 6,5% ao ano. Em ambos os casos os juros variam com o valor financiado

---

<sup>90</sup> A descrição detalhada dessas linhas de financiamento está contida nos manuais de operações do programa disponíveis no *site* do PNCF ([www.creditofundiario.org.br](http://www.creditofundiario.org.br)).

(taxas de juros mais baixas aos projetos com valores de financiamentos mais baixos);

b) bônus de adimplência. No BT [Banco da Terra] era de 50% da taxa de juros [para o pagamento até a data do vencimento]. No PNCF é de 15% sobre o valor da parcela. Pode-se acrescentar 5% de bônus adicional caso o beneficiário adquira o imóvel com mais de 10% de desconto em relação ao valor de referência;

c) prazos. Era de até 20 anos, sendo até três anos de carência no BT, dependendo da indicação do projeto técnico. No PNCF é de 17 anos para financiamentos acima de R\$ 15.000,00 e 14 anos para financiamentos de até R\$ 15.000,00, sendo 2 anos de carência.

Os prazos do financiamento foram reduzidos, principalmente em função da diminuição dos juros e do aumento do rebate, que passou a incidir sobre o principal (valor da parcela). Nesse caso, o valor das prestações ficou semelhante ao do programa anterior, mesmo com a diminuição do número de prestações.

No entanto, concordando com Nunes *et al.* (2005), a redução do prazo de carência no PNCF, em relação ao Banco da Terra, pode trazer algumas dificuldades iniciais àquelas famílias mais carentes, que não possuem implementos e outros patrimônios produtivos e estão menos integradas ao mercado. Dois anos é um período curto para se estruturar uma unidade produtiva, principalmente se esta não for dotada de uma infra-estrutura básica.

Todavia, a medida adotada para encurtar o prazo de carência só poderá ser avaliada com o decorrer do programa. Mas, de antemão, pode-se prever que as famílias mais estruturadas em termos de patrimônio e aquelas famílias de arrendatários que de alguma forma estão integradas ao mercado poderão melhor se adequar ao prazo de carência.

Além dos itens citados, a proposta de financiamento pode incluir, ainda, recursos para a manutenção da família durante os seis primeiros meses de implantação do projeto e também recursos para assistência técnica. Esses recursos estão incluídos no teto do financiamento, sendo que para a assistência técnica o limite máximo financiável é de R\$ 720,00, liberado em uma só parcela.

Para ter acesso a esse instrumento de crédito os futuros beneficiários deverão, prioritariamente, inscrever-se nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR) ou em organizações similares de representação dos trabalhadores rurais. Os projetos de financiamento devem ser aprovados nos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e, posteriormente, encaminhados aos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural para aprovação final.

A instância máxima de decisão para os encaminhamentos necessários ao funcionamento do PNCF no estado de Santa Catarina é o Cederural, através da Câmara Setorial Fundiária. Essa câmara sofreu alguns ajustes em sua composição no sentido de garantir a paridade entre os representantes do governo e dos trabalhadores rurais. Entre essas entidades destaca-se a presença da Fetaesc e da Fetraf-Sul, que congregam os Sindicatos de Trabalhadores Rurais em todo o estado. No entanto, ressalta-se a ausência do MST que continua contrário à política de crédito fundiário.

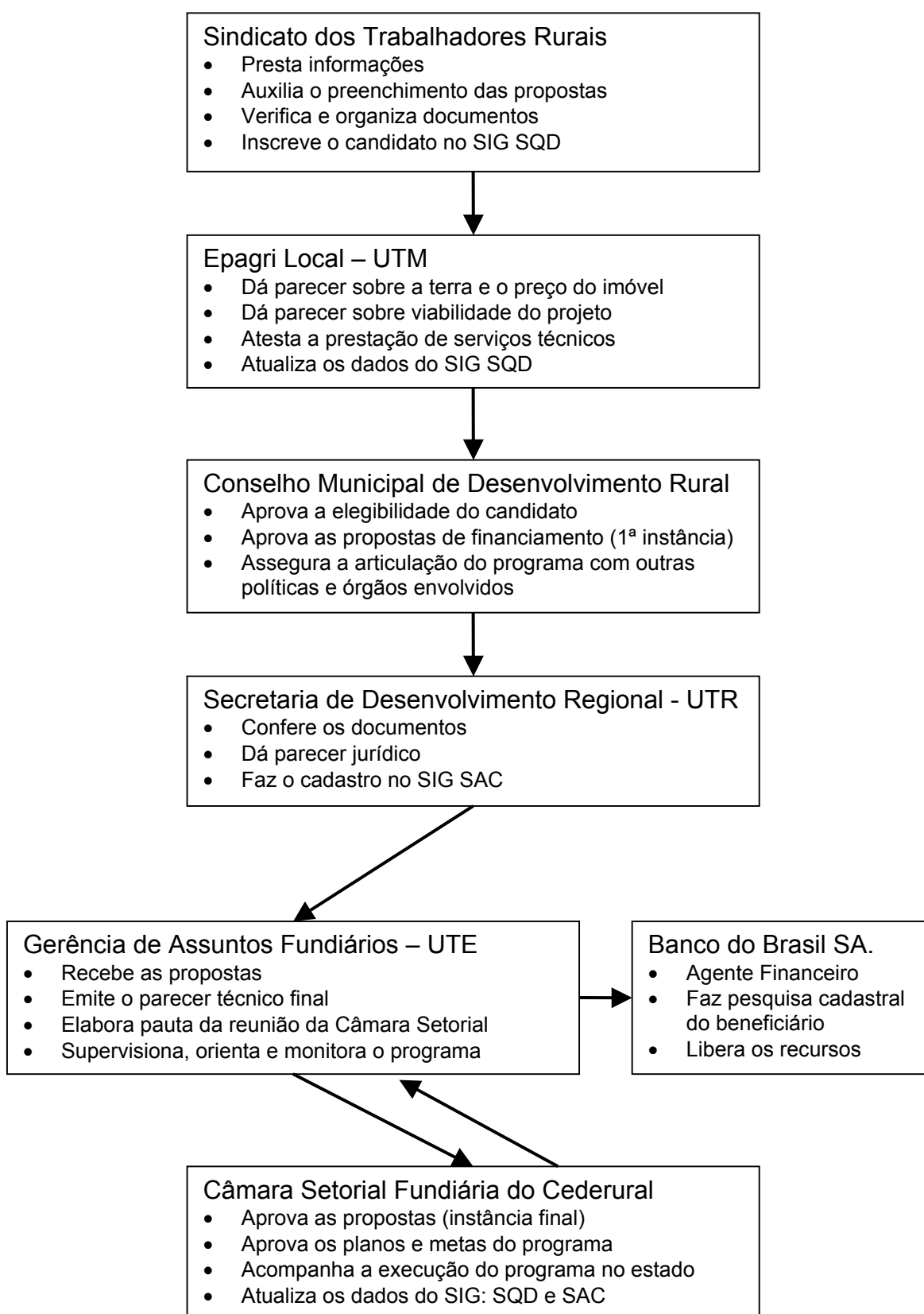
A participação dessas entidades junto à Câmara Setorial tem sido de fundamental importância para a adaptação do programa às condições do estado catarinense. Além disso, a câmara tem sido um espaço de debates e reivindicações onde se processam esses ajustes e mesmo algumas proposições às instâncias superiores para melhoria do programa. A composição da Câmara Setorial Fundiária do Cederural está descrita no Anexo A e o fluxograma com o roteiro do andamento das propostas de financiamento pode ser visualizado na Figura 2.

A Unidade Técnica Estadual (UTE) funciona como uma secretaria executiva do PNCF e é operacionalizada pela Gerência de Assuntos Fundiários da SAR. Essa unidade é representada, em nível regional, pelas Secretarias de Desenvolvimento Regionais do governo do estado (Unidade Técnica Regional – UTR) e, nos municípios, pelos escritórios locais da Epagri (Unidade Técnica Municipal – UTM). A Epagri é uma entidade parceira na implantação do crédito fundiário no estado, que possui, além da competência técnica, a capilaridade necessária à execução do programa.

Todas as propostas devem estar inscritas nos Sistemas de Informações e Gerenciamentos (SIGs) da Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA, os quais estão disponíveis em tempo real na *Internet*, com acesso mediante senha.

No PNCF existem dois subsistemas, o primeiro é denominado de Subsistema de Qualificação de Demanda (SQD), que consiste em um cadastro onde estão registradas as informações preliminares do demandante do crédito ao se inscrever no programa. Logo que sua demanda é aprovada no CMDRS e seus documentos estão de acordo com o exigido, o demandante passa a fazer parte do Subsistema de Análise Cadastral (SAC), como pode ser visto na Figura 2, a seguir:

**Figura 2** – Fluxograma do Programa Nacional de Crédito Fundiário no estado de Santa Catarina – 2005.



Fonte: Instruções gerais aos órgãos de apoio ao PNCF (SANTA CATARINA, [s.d.]).

#### **5.4.2 Breve análise do novo programa de crédito fundiário**

O discurso e os documentos oficiais do governo federal apontam no sentido da complementaridade do PNCF em relação à reforma agrária tradicional ou ao processo de desapropriação por interesse social. No entanto, em algumas unidades da federação, tais como Santa Catarina, o crédito fundiário é de longe a principal política pública utilizada no acesso à terra, como ficou demonstrado nas Tabelas 9 e 10 do Capítulo 2.

Nesta pesquisa constataram-se algumas dificuldades iniciais para implantação do PNCF em Santa Catarina, principalmente em função das diversas mudanças e ajustes das normas de execução do programa. Nos dois primeiros anos do seu funcionamento (2003 e 2004), as constantes mudanças nas diretrizes e normas do programa atrapalharam o fluxo normal das propostas de crédito, emperrando o andamento das mesmas. Esses ajustes foram necessários em razão das novas diretrizes emanadas do MDA, principalmente no que se refere à participação das entidades representativas dos trabalhadores rurais e a almejada transparência do programa.

Os dados apresentados a seguir foram levantados na análise documental realizada a partir dos sistemas de informações (SQD e SAC) e disponibilizados para fins desta pesquisa (BRASIL, 2005c e 2006).

Em Santa Catarina, até o final de 2005, constavam no sistema de informação do PNCF apenas 1.059 beneficiários com propostas em carteira, isto é, devidamente aprovadas e encaminhadas ao agente financeiro para liberação do recurso. Nota-se que esses números estão muito aquém das metas estabelecidas para o programa no estado, que objetivavam assentar 17.500 famílias até 2006 (Tabela 10, Capítulo 2). Dificilmente essa meta será alcançada, mesmo com a tendência de agilização no fluxo dos processos e do esperado aumento de contratos no ano de 2006.

A opção por contratos individuais no estado de Santa Catarina continua praticamente inalterada em relação ao ex-programa Banco da Terra. De acordo com os dados do SQD do PNCF, em dezembro de 2005 existiam 3.174 propostas de financiamento que totalizavam 3.324 demandantes inscritos no programa. No plano nacional esses números perfaziam 17.537 contratos para 74.339 demandantes. A região Sul continua com o maior volume de contratos, mas não mais com o maior número de beneficiários, como pode ser verificado na Tabela 41, a seguir:

**Tabela 41** – Demanda do PNCF no Brasil e regiões e relação entre número de demandantes (ND) e número de contratos (NC), 2005.

<b>Região/País</b>	<b>Valores demandados (R\$ 1.000,00)</b>	<b>Nº de demandantes (A)</b>	<b>Nº de Contratos (B)</b>	<b>ND/NC (A/B)</b>
Nordeste	735.880,6	48.135	2.633	18,28
Centro Oeste	293.440,8	7.337	4.481	1,64
Sudeste	91.165,3	3.745	790	4,74
Norte	187.480,0	4.687	166	28,23
Sul	415.350,8	10.435	9.467	1,10
<b>Brasil</b>	<b>1.723.317,5</b>	<b>74.339</b>	<b>17.537</b>	<b>4,24</b>

Fonte: Brasil (2005c)

Vale ressaltar que a demanda apresentada refere-se às três linhas de financiamento do PNCF, no período de 2003 a 2005, incluindo o Combate à Pobreza Rural, que já funcionava no Nordeste desde 2002. Por esse motivo a região Nordeste tem a maior demanda por recursos e número de pessoas inscritas no programa, perfazendo 42,7% dos recursos e 64,7% dos beneficiários do total demandado. A região Sul ocupa o segundo lugar, apresentando 24,1% e 14,0% da mesma demanda.

Na Tabela 41 observa-se ainda que o número de contratos propostos na região Sul é significativamente maior que as demais regiões, representando um percentual de 54,0%, apesar de demandar apenas 14,0% dos proponentes. Esses dados podem ser facilmente visualizados na relação entre a quantidade de demandantes e o número de contratos, que exprime o número médio de pessoas por cada proposta inscrita no programa. Assim, na região Sul, para cada contrato protocolado tem-se em média 1,1 demandantes do crédito. No Nordeste essa relação é de 18,28 pessoas para cada contrato ou projeto protocolado.

Essa diferença se deve à opção pelas linhas de créditos que nas regiões Norte e Nordeste são preferencialmente de Combate à Pobreza Rural. Essa linha de crédito só é acessível por intermédio das associações ou cooperativas e oferece os investimentos coletivos a fundo perdidos.

Apesar de a aplicação dessa linha de financiamento ter sido liberada nos estados da região Sul, alguns motivos impedem sua execução nesta região. O primeiro é que não existe a predisposição das pessoas para se agruparem com o intuito de reivindicar o crédito na forma coletiva, conforme ficou demonstrado na discussão do programa Banco da Terra. O segundo é o alto valor da terra que

consome praticamente o teto máximo do crédito, impedindo o aporte de recursos em infra-estrutura. O terceiro é que apenas a linha destinada aos jovens (NPT-CPR) atende a todos os municípios dos estados. A linha de crédito CPR para adultos, no caso de Santa Catarina, só se aplica aos municípios com IDH-M menor que 0,650, que somam 59. Em razão disso o PNCF tem sua aplicação no estado quase que exclusivamente consubstanciada na linha Consolidação da Agricultura Familiar de forma individualizada.

A propósito, existiam apenas duas propostas de financiamento pelo PNCF em fase de contratação por associações em Santa Catarina até o final de 2005. Uma delas no município de Macieira, vizinho ao município de Caçador, com 29 associados. Outra no município de Anita Garibaldi (Planalto Sul catarinense) com 8 associados. Essa última proposta foi a única realizada através do Programa de Combate à Pobreza Rural no estado e, também, a única associação da linha Nossa Primeira Terra até aquele momento.

No que diz respeito à distribuição da demanda financeira do crédito fundiário na região Sul, é possível visualizar na Tabela 42, a seguir:

**Tabela 42** – Demanda do PNCF, relação entre número de demandantes (ND) e número de contratos (NC) e valor médio por demandante na região Sul e respectivos estados, 2005.

<b>Estado e região</b>	<b>Valores demandados (R\$ 1.000,00)</b>	<b>ND (A)</b>	<b>NC (B)</b>	<b>ND/NC (A/B)</b>	<b>Valor médio / demandante (R\$ 1,00)</b>
Paraná	83.828,3	2.112	1.778	1,19	39.691,43
Rio Grande do Sul	199.051,2	4.999	4.515	1,12	39.818,20
Santa Catarina	132.471,3	3.324	3.174	1,05	39.852,98
<b>Região Sul</b>	<b>415.350,8</b>	<b>10.435</b>	<b>9.467</b>	<b>1,10</b>	<b>39.803,62</b>

Fonte: Brasil (2005c).

Observa-se que o estado do Rio Grande do Sul continua sendo o recordista na demanda do crédito fundiário na região Sul, através do PNCF. Assim como no Banco da Terra, esse estado sozinho é responsável por quase a metade do crédito na região Sul (47,9% dos demandantes). Outra observação pertinente é que o estado de Santa Catarina apresenta a menor relação entre número de demandantes e número de contratos, significando que é o estado no qual essa demanda é mais individualizada.



De acordo com a Tabela 42, o valor médio do financiamento por demandante na região Sul é muito próximo ao teto máximo do PNCF, com uma ligeira superioridade em Santa Catarina. O aumento foi significativo quando comparado com os valores médios por demandante do Banco da Terra. No estado de Santa Catarina apuraram-se os valores de R\$ 28.648,25 no Banco da Terra e de R\$ 39.852,98 no PNCF, subindo 39,1% no período. Na região Sul, esses valores subiram 66,8% e no Brasil apenas 9,3%. O incremento do valor financiado em relação ao programa anterior está relacionado principalmente com a valorização das terras, demonstrando, ainda, que na região Sul esse fenômeno é bem mais acelerado do que no restante do Brasil. Nota-se que nessa região os valores financiados praticamente se igualaram ao teto máximo do programa.

Segundo a pesquisa de Nunes *et al.* (2005), a valorização das terras é um problema encontrado em muitos municípios da região Sul. Esse fenômeno está acontecendo em quase todo o estado, segundo relato das lideranças (Fetaesc e Fetraf-Sul) e dos técnicos entrevistados (SAR, MDA e INCRA), conforme segue:

*Nós temos regiões onde o crédito fundiário praticamente não funciona por isso, onde as terras são muito caras. Então se você aumentar muito o valor por propriedade, você acaba endividando mais ainda o agricultor. Muitos já têm um certo recurso, têm uma certa estrutura, mesmo não tendo terra, às vezes, têm um dinheirinho no banco ou alguém da família que ajuda. Então, na verdade, o que a gente tem visto é muitas famílias que têm o acesso ao programa e buscam outras formas de complementar para adquirir essa propriedade. São duas coisas, uma a opção do governo de beneficiar um maior número de famílias e outra as condições de pagamento do próprio agricultor. Agora a questão da terra é um problema seríssimo, quanto mais recursos o programa tiver para o crédito fundiário, com certeza mais vai aumentar o preço das áreas.*

E37 – Liderança, Fetraf-Sul.

Nota-se a preocupação dessa liderança com o alto valor das terras e a percepção quanto à influência do crédito nessa valorização. A apreensão também se repetiu na fala dos técnicos e lideranças citados anteriormente. Outra observação feita pela liderança entrevistada foi a existência de poupança e o aporte financeiro de parentes para complementar o crédito, situação também constatada nas entrevistas com o público beneficiário.

As famílias menos estruturadas em termos de patrimônio inicial e com pouca inserção no mercado, mais uma vez ficam prejudicadas quando se obrigam a

adquirir terras de baixa qualidade, por não terem recursos próprios para complementar o valor do imóvel desejado. Além disso, fica mais difícil utilizar o financiamento para aplicação em investimentos, manutenção inicial da família ou mesmo assistência técnica.

A valorização das terras tem sido um complicador para aplicação do crédito fundiário no município de Caçador no período pesquisado. Durante a pesquisa de campo, o teto máximo do financiamento (R\$ 40.000,00), na maioria das vezes, não é suficiente para comprar 10 ha de terras no município, ao preço médio corrente na região (R\$ 4.246,00/ha), e isso sem considerar as melhores terras. Quando há alguma infra-estrutura a valorizar o imóvel, a situação fica ainda mais difícil. Assim, se as terras continuarem em ritmo de valorização no município, a tendência é que o tamanho das áreas financiadas seja reduzido para permitir a compra do imóvel. Essa afirmação é feita pelo técnico da SAR como pode ser observado a seguir:

*Sempre que a gente vai numa comunidade há uma reclamação. Com esse dinheiro de 40 mil não compra mais terra em parte nenhuma. Mas a resposta do MDA, e eu entendo que é plausível, é que o PNCF é um programa de combate à pobreza rural, ele não é um programa, basicamente, voltado para os estados do Sul, ele é para o Brasil, eventualmente, ele atende partes do estado. Ele vai atender regiões do estado onde essa pobreza se caracterize mais [...]. Agora o que isso trouxe de prejudicial para Santa Catarina, como os recursos ficaram limitados em 40 mil reais, há uma tendência de reduzir a parcela e hoje, principalmente, nas regiões de plantação de fumo, de arroz, da cebola, de olericultura, onde se admitem áreas menores por causa do tipo de cultivo. Então a gente observa que está havendo uma pulverização maior da nossa estrutura fundiária no estado de Santa Catarina com o lançamento do PNCF. Mas nós temos tomado alguns cuidados, que nos casos em que os imóveis estão abaixo de 10 ha ou em determinadas regiões abaixo de 7 ha, esses imóveis sofram uma análise mais profunda por parte do técnico, quanto à capacidade de pagamento, o tipo de atividade que ele vai desenvolver, procurando cercar de alguns cuidados para evitar o desperdício de recursos públicos. A Epagri, principalmente, tem um sistema de análise do imóvel, com relação à capacidade de pagamento. Um programa bastante antigo, que já funcionava desde o Banco da Terra, onde o técnico joga ali as variáveis e tem uma ficha completa daquele imóvel, o rendimento anual, quanto ele vai despendar com sustento próprio, quanto que ele pode despendar com o pagamento da terra e assim por diante [...]. Mas, existe para o ano que vem uma proposta de aumentar esse teto. Mas, mesmo aumentando para 50 ou 60 mil reais, ainda vai ser um recurso, assim mesmo, ele não vai suprir as necessidades de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. A grande preocupação é que, aumentando esse teto, haja também um aumento do preço da terra.*

Outro aspecto observado foi a preocupação do técnico com a possibilidade do fracionamento excessivo das propriedades e a responsabilidade da Epagri ao analisar as propostas. O técnico entrevistado receava a possibilidade de o aumento de teto promover uma valorização das terras.

Mesmo assim, existe por parte das entidades estaduais de representação dos trabalhadores rurais (Fetaesc e Fetraf-Sul) uma proposta de aumento do teto do financiamento para o estado de Santa Catarina (até R\$ 60.000,00). A contradição existente é que aumentando o valor financiado, aumentam-se também os valores das prestações e conseqüentemente a dificuldade do pagamento do crédito. Essa situação pode mais uma vez excluir do acesso ao programa aquelas famílias com baixa capacidade de gestão da sua propriedade e com pouco ou nenhum patrimônio inicial (inclusive poupança de qualquer tipo) e recursos tecnológicos disponíveis.

Com base nas observações de campo (entrevistas com lideranças e técnicos ligados à implantação do programa de crédito fundiário) e com o suporte de autores como Nunes *et al.* (2005), é possível citar alguns fatores que direta ou indiretamente influenciaram e influenciam a valorização das terras no município de Caçador, tais como: a) a valorização dos grãos impulsionada pela demanda internacional e pelas condições de câmbio favoráveis para exportação de produtos primários no país a partir do ano 2000, principalmente a soja; b) a procura de áreas para reflorestamento de pinus que vem se expandindo no estado de Santa Catarina e principalmente na região de Caçador e entorno; c) a procura de áreas para arrendamento de lavouras temporárias relacionadas principalmente com a olericultura (tomate, pimentão, repolho etc.); d) a grande demanda do crédito fundiário que aconteceu com o Banco da Terra e novamente está acontecendo com o PNCF, cujos programas têm garantia de financiamento oficial, com pagamento garantido e valores a vista.

Caso não haja algum mecanismo de controle de preços das terras é possível que o programa se torne inviável em algumas regiões do estado. Além disso, com o aumento do teto financiável, a política de crédito fundiário atingirá apenas aquele público que tem uma forte integração com o mercado, como já citado neste trabalho. É interessante notar que nem os técnicos, nem as lideranças mencionaram os mecanismos de controle do preço da terra, como por exemplo, a utilização do valor histórico da propriedade, o direito de preempção (preferência na compra do imóvel) e as Sociedades de Ordenamento Fundiário (SOFs) sugeridas pela FAO.

Em relação à capacidade de pagamento dos beneficiários do PNCF, só foi possível analisar as propostas dos entrevistados, uma vez que não existem dados disponíveis para esse cálculo nos sistemas de informações da SRA/MDA (SQD e SAC). Assim, a renda média familiar encontrada para esse grupo de entrevistados foi de R\$ 575,00 mensais ou R\$ 6.900,00 anuais, valores de maio/junho de 2005 (Tabela 28, Capítulo 3). Como foi procedido na avaliação da capacidade dos programas anteriores, estimam-se em 55% desse valor as despesas com manutenção familiar, tais como: alimentação, vestuário, materiais de higiene etc. Desse modo, a média da renda líquida familiar para esse grupo de entrevistados, no período de maio/junho de 2005, gira em torno de R\$ 3.105,00 anuais, disponíveis para investimentos e outros gastos eventuais.

Como a maioria dos contratos de financiamento no estado apresenta o teto máximo do programa, que na linha CAF é de R\$ 40.000,00, esse valor será usado para uma simulação de empréstimo e da capacidade de pagamento do público entrevistado. Assim, utilizando o “simulador” da SRA, que calcula automaticamente os valores das prestações e o montante a ser pago até o final do contrato de empréstimo, encontram-se valores do PNCF sempre inferiores aos do Banco da Terra. Por exemplo, para um empréstimo de R\$ 40.000,00, sem considerar o bônus adicional de 5%, o beneficiário começaria a pagar uma prestação anual de R\$ 2.390,00 no terceiro ano após a assinatura do contrato (carência de 2 anos). O valor total pago até o final do financiamento (15 prestações anuais) seria de R\$ 42.035,00, cujo montante é 16,5% menor do que aquele calculado nas condições do Banco da Terra.

A prestação anual de R\$ 2.390,00 é muito próxima da renda líquida de R\$ 3.105,00 anuais, isto é, além das despesas de manutenção a família teria apenas R\$ 715,00 anuais para gastos eventuais, emergências e outros investimentos. Mesmo considerando que ao ingressar na nova unidade produtiva o beneficiário teria condições de auferir uma renda melhor, se todo o contexto assim o permitir, essa renda pode ser considerada muito pequena para garantir os compromissos desse grupo de entrevistados. Pelo menos é o que poderia acontecer com a média do grupo. Mesmo assim, todos os entrevistados afirmam que conseguem pagar o financiamento.

Pode-se inferir, pois, que o contexto para aplicação do crédito fundiário no estado de Santa Catarina piorou em relação ao contexto da aplicação do Fundo de

Terras e do Banco da Terra. Essa constatação é válida mesmo considerando a melhoria das condições de financiamento oferecidas pelo PNCF em relação ao programa anterior (Banco da Terra). Um dos principais fatores que está dificultando a implantação do crédito fundiário é o aumento no valor das terras. Pode-se dizer que o problema afeta praticamente todo o estado e também a região Sul de maneira geral.

Apesar da grande demanda pelo crédito fundiário no estado, não se sabe ao certo qual será o rumo que essa política pública tomará nos próximos anos. De todo modo, alguns autores que atacavam frontalmente o crédito fundiário (reforma agrária de mercado) atualmente estão optando por uma atitude mais moderada em relação ao modelo adotado. É o caso de Sauer e Pereira (2006, não paginado), que assim escreveram:

Possivelmente, o desdobramento da experiência brasileira jogará papel central no futuro da reforma agrária de mercado como proposta aplicável aos países do Sul [África e América Latina]. De todo modo, ainda é cedo para afirmar se esses programas vão ser plenamente executados no Brasil - dando origem a um novo arranjo de políticas agrárias de caráter 'misto' (desapropriação e compra e venda) -, ou se vão redundar em fracasso e desmoralização desse tipo de proposta.

A própria Fetraf-Sul, que era contrária ao Banco da Terra, atualmente é forte aliada ao PNCF, como pode ser verificado na fala de uma de suas lideranças:

*A Fetraf entende muito claro de que a política do crédito fundiário é uma das políticas na questão da reorganização, do reordenamento fundiário do país, da democratização do acesso à terra, a principal, sem dúvida nenhuma. O Brasil, para democratizar esse país, para democratizar o acesso à terra tem que construir um processo arrojado de reforma agrária, quando eu falo da reforma agrária eu falo do mais amplo, mas principalmente essa questão da redistribuição da terra no país, do acesso à terra.*

E37 – Liderança, Fetraf-Sul.

Tal mudança de posição pode ser explicada pelas alianças políticas dessa Federação com o governo Lula e também pela abertura dada às entidades representativas dos trabalhadores rurais para participarem mais ativamente do programa. Vale lembrar que o programa de crédito fundiário para os jovens rurais teve uma forte participação dessa entidade na sua formatação. Por isso mesmo, referido programa está merecendo dessa entidade uma atenção maior, a qual tem

trabalhado no sentido de organizar principalmente os grupos de jovens candidatos ao recebimento do crédito fundiário (Nossa Primeira Terra).

### **5.5 Algumas considerações a respeito do crédito fundiário**

Mesmo reconhecendo que a caracterização do perfil atual dos demandantes da reforma agrária tradicional, que estão mobilizados nos acampamentos e ocupações de terra, carece de melhores estudos, é possível tirar algumas conclusões. Uma delas é que esse público teria dificuldade para se viabilizar no sistema de crédito fundiário implantado em Santa Catarina, e mais especificamente no município de Caçador, pelo menos no período de realização desta pesquisa. Os motivos que conduzem a essa conclusão são os seguintes: a) o crédito utilizado é aquele relativo à linha CAF, portanto, sem o componente de infra-estrutura do Combate à Pobreza Rural, não reembolsável; b) na maioria das vezes o crédito é concedido individualmente sem apoio na organização da produção e da comercialização; c) na prática não há garantias de assistência técnica gratuita, como será explicitado no próximo capítulo; d) no momento da realização desta pesquisa os valores financiáveis eram insuficientes para a compra da terra em quantidade e qualidade adequadas à sobrevivência e inclusão econômica de um agricultor familiar; e) o trabalhador assalariado, sem um patrimônio inicial e sem uma experiência com as regras de mercado, dificilmente supera individualmente as dificuldades iniciais para gerir todas as atividades que envolvem a produção e a comercialização na nova unidade produtiva; f) além da gestão da propriedade e da sua sobrevivência seria necessária uma reserva de renda para o pagamento dos créditos produtivo e fundiário, que dificultaria novos investimentos na propriedade.

Além dos motivos apresentados, ressalta-se que no estado de Santa Catarina o público acampado é ligado exclusivamente ao MST. Esse movimento continua contrário à política de crédito fundiário, conforme declaração de um dos seus líderes no estado. Ainda que houvesse disponibilidade do crédito fundiário em quantidade suficiente para atender a esse público, merece novos estudos a disposição dos mesmos em aderir ao programa e a viabilidade dessas famílias no sistema proposto.

Porém, existem situações em que esse público é atendido indiferentemente pelos dois instrumentos de acesso à terra, disponíveis na forma de políticas públicas. É o caso do Nordeste brasileiro, principalmente quando é utilizada a linha

de financiamento de Combate à Pobreza Rural. Assim, Buainain *et al.* (1999)<sup>91</sup> citado por Medeiros (2003, p. 60), em uma avaliação preliminar do Programa Cédula da Terra no Nordeste, faz a seguinte afirmação: “o público que buscou essa alternativa tinha os mesmos traços daquele que engrossava os movimentos de ocupação”<sup>92</sup>.

No entanto, Medeiros (2002, p. 111) colheu depoimento do presidente da Contag, em novembro de 2001, que faz uma distinção do público de cada programa e reafirma a posição específica de um segmento de demandantes por terra que não deseja ir para os acampamentos. Sua fala diz o seguinte:

*Os grupos que são mais organizados, mais conscientes do processo de luta pela terra, esses não procuram nem Banco da Terra, nem Cédula da Terra e muitas vezes contestam inclusive a proposta do Crédito Fundiário. Isso um grupo mais restrito, porém aqueles que, sobretudo os que têm um pedaço de terra que querem aumentar, os que ainda estão produzindo como meeiro, parceiro etc., não querem ir e nem vão para uma frente de ocupação, para ficarem debaixo de um barraco. Esse público é o outro público, que vai ao sindicato, que exige o acompanhamento dos sindicatos na elaboração de outros projetos, desde o Cédula da Terra. E quando o sindicato não quer, eles passam por cima e fazem. Então nós temos muita gente, muitos sindicatos que estão participando desde o Banco da Terra. Sobretudo Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul são os estados em que o processo do Banco da Terra avançou mais em termos de contratos e pessoas envolvidas e com apoio dos sindicatos. A federação tem conflito interno no tocante ao Banco da Terra. Tem um grupo que não quer saber se é Crédito Fundiário ou não, quer ter acesso ao dinheiro para comprar terra.*

Nota-se que a pressão para adesão ao crédito fundiário vem das bases do sindicalismo e não da decisão exclusiva de suas lideranças, como fica evidenciado na expressão “quando o sindicato não quer, eles passam por cima e fazem”. De acordo com a percepção do presidente da Contag, aqueles que, de alguma forma, têm acesso à terra não estão dispostos à mobilização nos acampamentos. Da mesma forma, é a fala de uma liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador.

*A diferença é a seguinte, tem um pessoal mais conservador, que não se sujeita a ir para um assentamento por uma invasão. Então, o que vem na conversa deles, é comprar o pedacinho de terra dele e pagar.*

<sup>91</sup> BUAINAIN, Antonio Márcio et al. Relatório preliminar de avaliação do Projeto Cédula da Terra. Brasília, 1999, (não publicado).

<sup>92</sup> Os traços referidos pelo autor são aqueles inerentes à baixa renda, aos trabalhos eventuais, disposição em montar acampamentos e ocupações de terra etc.

*É uma questão de opinião. [...] Porque a pessoa que está com arrendamento ele já tem uma melhora, já tem um lugar para morar, trabalho. Então ele já não vai lá para um assentamento, ele já procura dentro desse crédito fundiário, que é mais facilitado.*

E33 – Liderança, Sitruc.

As questões relacionadas aos motivos que levam essas pessoas a escolherem o crédito fundiário serão discutidas no próximo capítulo. No entanto, as declarações do presidente da Contag e da liderança do Sitruc, citadas anteriormente, confirmam os resultados apontados no Capítulo 4 da presente dissertação. Ou seja, muitas famílias de arrendatários, filhos de agricultores familiares e agricultores com pouca terra não se dispõem à mobilização em acampamentos para acessar a terra pela via da reforma agrária tradicional.

Nesse sentido, os programas de crédito fundiário não concorreriam com o mesmo público alvo da reforma agrária tradicional. Anteriormente foi refutada a crítica ao programa de crédito fundiário como sendo um programa concorrente às mesmas áreas da desapropriação por interesse social. A caracterização do público estudado e os argumentos até aqui apresentados mostram que, de certo modo, existe também um público diferenciado em cada um dos instrumentos de acesso à terra.

Com base na visão do público estudado pode-se concluir que, no caso em estudo, não existe uma competição dos dois instrumentos de acesso à terra pelo mesmo público alvo, pelo menos enquanto o MST não aderir ao crédito fundiário.

Assim, os programas de crédito fundiário e desapropriação por interesse social precisam coexistir na construção de uma política mais ampla de planejamento e ordenamento do espaço e das atividades adequadas a cada público e regiões específicas. Essa posição pode ser reforçada com os argumentos de Buainain e Silveira (2003, não paginado), que afirmam o seguinte:

Não se trata, portanto, de escolher um ou outro instrumento, mas de aprimorar e utilizar os dois. Ambos são úteis e necessários e provavelmente atingirão, dentro da população pobre, famílias com perfil diferente. O crédito fundiário, instrumento de balcão, poderia ser mais intensamente utilizado em zonas com menor presença de grandes fazendas, inclusive como instrumento de reestruturação dos minifúndios - um problema grave em geral negligenciado pela política fundiária -, e seria mais procurado por grupos mais organizados para a produção, com fortes raízes locais, com algum patrimônio prévio etc. A desapropriação, instrumento de fomento e indução que deveria ser usado em articulação a outras medidas, seria mais apropriado



para montar grandes projetos, que exigem mais investimentos em infra-estrutura e promoção de desenvolvimento, dirigido à parte mais pobre e vulnerável do público-meta. Contrapor um ao outro só contribui para desfocar o debate das questões centrais que precisam ser equacionadas para viabilizar a reforma agrária no país.

Buainain e Silveira (2003) manifestam-se a respeito de uma possível diferenciação no perfil do público alvo das políticas de acesso à terra do governo federal. Essa visão condiz com os estudos realizados neste trabalho. No entanto, cabe aqui discordar quanto à política de balcão referida pelos autores. Uma política pública, no mínimo, precisa de algum planejamento e direcionamento quanto às questões sociais e ambientais. Por isso, o presente estudo enfoca a questão do reordenamento fundiário, dentro de uma concepção de desenvolvimento sustentável. Essas políticas estão presentes no MDA e precisam ser articuladas para um maior impacto do crédito fundiário nas regiões de sua implementação.

Para tanto, é necessário um novo arranjo institucional dentro do próprio MDA, no qual o Incra e a Secretaria de Reordenamento Agrário estivessem mais afinados com os mesmos objetivos. A integração dos instrumentos e ferramentas disponíveis nos órgãos do Ministério é uma necessidade para minimizar os recursos e os esforços despendidos, bem como melhorar a eficácia dos mesmos. Entre os instrumentos concebidos estão as duas principais políticas públicas de acesso à terra: a reforma agrária tradicional (realizada pelo Incra) e o crédito fundiário (coordenado pela SRA). Esses instrumentos de acesso à terra devem integrar uma só política de planejamento e desenvolvimento dos territórios, que englobaria todas as ações do MDA.

Além dessa integração de políticas dentro do MDA existe a necessidade de buscar o apoio e a convergência de ações com outros ministérios, governos de estado e municípios. O ordenamento territorial faz parte da agenda de diversos ministérios e órgãos de governo com competências específicas e responsabilidades concretas, embora, na maioria das vezes, com ações autônomas e desarticuladas. Como exemplo, pode-se citar o caso do Ministério da Integração Nacional que possui a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Uma das atribuições dessa Secretaria é justamente a integração com outros órgãos federais e a ordenação dos territórios, visando à convergência de interesses e definição de uma trajetória em consonância com os objetivos do desenvolvimento sustentável almejado pelo país.

## **6 O ACESSO AO CRÉDITO FUNDIÁRIO E AS PERSPECTIVAS DE FUTURO**

Este capítulo está dividido em duas seções. Na primeira será analisada a opinião dos entrevistados a respeito do crédito fundiário, cujos programas foram descritos no capítulo anterior (Fundo de Terras, Banco da Terra e PNCF). Na segunda seção será apresentada a perspectiva de futuro das famílias pesquisadas, inicialmente pela ótica do público beneficiário do crédito fundiário e, em seguida, as perspectivas de acesso à terra da categoria de agricultores denominada neste estudo de Sem Sem.

### **6.1 A opinião dos entrevistados a respeito do crédito fundiário**

Para facilitar a exposição do assunto buscou-se subdividir a presente seção em quatro temas principais. O primeiro diz respeito aos motivos da escolha do crédito fundiário para o financiamento da terra própria e o que pensam os respectivos usuários dessa linha de crédito fundiário. O segundo tema trata do acesso ao crédito propriamente dito, o acesso às informações e o processo de inscrição e negociação da terra. O terceiro relata o pagamento do crédito, a utilização de poupança própria e a quem recorrem quando precisam de auxílio financeiro para pagar a terra. O quarto tema aborda os apoios recebidos e a integração das políticas públicas em relação ao crédito fundiário.

A pesquisa consistiu em buscar a opinião daqueles que já foram beneficiados com o crédito fundiário ou estão na iminência de recebê-lo. Para cumprir a tarefa foram entrevistados 5 beneficiários do Fundo de Terras, 5 do Banco da Terra e 6 que estão com suas propostas aprovadas pelo atual PNCF (16 entrevistados). De forma complementar serão utilizadas as opiniões das lideranças e dos técnicos entrevistados para melhor compreender a visão do público estudado quanto ao tema abordado.

### 6.1.1 A escolha do crédito fundiário

A esperança de obter um pedaço de terra está presente no imaginário não só do público excluído do acesso à terra, mas também daqueles trabalhadores integrados, muitas vezes precariamente, ao mercado de trabalho tanto rural quanto urbano. É esse mesmo desejo que impulsiona a busca, “por parte de segmentos de trabalhadores do campo”, do crédito fundiário como alternativa para a reprodução familiar, “sem vivenciar situações de conflito e risco” (MEDEIROS, 2002, p. 10).

No Capítulo 4 foi demonstrado que além das situações de riscos e conflitos, existem outros motivos que levam os agricultores não-proprietários ou com pouca terra a não procurarem o acesso à terra pela via tradicional da reforma agrária. Com efeito, a presente subseção buscará compreender, então, que fatores influenciam essas famílias a contraírem o financiamento da terra na modalidade de crédito fundiário.

A Tabela 43 apresentada a seguir resume a opinião dos entrevistados relativamente ao que mais os influenciou na escolha do crédito fundiário como forma de acessar a propriedade da terra. O número de respostas ultrapassa a quantidade de entrevistados em função da possibilidade de mais de uma resposta dada à questão colocada.

**Tabela 43** – Motivos apresentados pelos beneficiários do crédito fundiário (16 entrevistados) para escolherem essa modalidade de acesso à terra, Caçador (SC), 2005.

Motivos da escolha	Nº de beneficiários	%
Única opção possível	12	75,0
Facilidade de reembolso	4	25,0
Pode escolher a terra	1	6,3
Facilidade de legalizar a terra	1	6,3
Encontrar uma colocação fixa	1	6,3

Fonte: Dados da pesquisa de campo, maio/jun. 2005

A maioria dos beneficiários entrevistados (75%) declarou o crédito fundiário como a única forma possível de aquisição da propriedade da terra. Entre esses, 2 eram do grupo do Fundo de Terras, 4 eram do Banco da Terra e 6 do Crédito Fundiário. A declaração a seguir ilustra a falta de opção do público pesquisado para adquirir a terra própria:

*Porque na época foi uma das únicas alternativas que tinha pra gente comprar terra, né? A gente tinha vontade de comprar, dinheiro pra botar não tinha, aí surgiu essa oportunidade e nós resolvemos aproveitar, não havia outra, né?*

E03 – Proprietário, Banco da Terra, 32 anos.

Um outro entrevistado, na iminência de ser beneficiado com o financiamento do PNCF, também dá uma declaração semelhante. Quando indagado sobre o motivo de ter escolhido o crédito fundiário, mencionou que:

*É a esperança de conseguir comprar, adquirir um pedaço de terra próprio. Ser o dono da terra. Porque se não for através disso, nunca, nunca.*

E10 – Arrendatário, Crédito Fundiário, 31 anos.

Essas declarações se repetiram nas respostas de praticamente todos os entrevistados, que não vêem outra opção para adquirir a propriedade da terra. Outro motivo apontado foi a forma facilitada de reembolso para a quitação do crédito fundiário. Em rigor, 4 beneficiários do crédito fundiário fizeram essa declaração (25%), sendo 2 do grupo do Fundo de Terras, 1 do Banco da Terra e 1 do Crédito Fundiário. Ressalta-se que esses entrevistados também declararam não ter apresentado condições financeiras de comprar a terra à época do financiamento.

As declarações a seguir revelam a opinião dos entrevistados relativamente à opção pelo crédito:

*O motivo foi a boa forma de pagamento, era pouco por ano, três anos de carência, a facilidade de pagamento. Daí a gente não tinha muito dinheiro para investir, daí surgiu esse terreno, deu pra comprar mais fácil.*

E15 – Proprietário, Fundo de Terras, 32 anos.

Outros entrevistados indicaram o prazo de pagamento, a carência oferecida e os juros cobrados pelo Banco da Terra, como facilidades para o pagamento. Entre os três programas de financiamento discutidos nesta pesquisa, o Banco da Terra é o que apresenta a maior taxa de juros, conforme os dados apresentados no Capítulo 5. Mesmo assim, um dos entrevistados justifica:

*Pela facilidade de pagar, né? Tem três anos de carência e mais 17 anos para pagar. Então, um negócio fácil de pagar e os juros são baratos. Então se paga fácil. O que produzir com a família se paga,*

*mesmo com uma cultura barata, ela se paga. Então, é um negócio fácil de pagar.*

E07 – Proprietário, Banco da Terra, 42 anos.

Importante destacar que esse entrevistado já quitou a primeira prestação do crédito, montou um comércio com plantas ornamentais e já conseguiu comprar mais uma área de terra de 16 ha, no curto espaço de tempo de 5 anos. Antes do financiamento era um agricultor com pouca terra (3 ha) e pagava o arrendamento de pequenas áreas para o plantio de cebola, alho e tomate.

Tendo em vista o valor comercial dessas culturas, trata-se, pois, de um agricultor familiar já integrado ao mercado. A possibilidade de não pagar o arrendamento da terra e de ter o acesso ao Pronaf “A” facilitou a ampliação do patrimônio da família. Essa mesma circunstância foi observada nas pesquisas de Nunes *et al.* (2005) para agricultores integrados à indústria do fumo, conforme relatado anteriormente. Importante observar que qualquer outra negociação particular de compra e venda exigiria prazos e condições bem mais exíguos para aquelas famílias que sonham em ter sua terra própria.

Um filho de agricultor e ao mesmo tempo agricultor nas terras do pai relata sobre a dificuldade de comprar uma terra própria e as condições facilitadas pelo financiamento do crédito fundiário:

*Para falar bem a verdade, pra comprar uma área de terra, que nem lá [nas terras do seu pai], a gente está plantando e cultiva pouca coisa [tomate, pimentão, uva e milho], pra sobrar dinheiro para comprar uma área de terra não é fácil. Assim, financiado ali com muitos anos para pagar e juros baixos, a gente consegue.*

E26 – Filho de Agricultor, Crédito Fundiário, 27 anos.

Os entrevistados, mesmo com menor freqüência, citaram outros motivos para a escolha do crédito, tais como: “*tem como escolher a terra*”, “*legaliza logo a terra*” e; “*ter uma colocação fixa*”. Essas expressões receberam apenas uma citação de diferentes entrevistados. Um deles, ao responder sobre o motivo de ter contraído o financiamento da terra, faz menção à necessidade de ter uma colocação fixa como condição de sobrevivência na agricultura.

*É uma colocação [o motivo de ter financiado a terra]. Porque a gente hoje estava num lugar, às vezes ficava dois anos naquele lugar, aí*

*terminava o contrato, de repente não dava certo, tinha que se mudar, por isso que incentivou mais a ter um pedacinho de terra.*

E12 – Proprietário, Fundo de Terras, 44 anos.

Observa-se na fala do entrevistado a sua insegurança sobre a condição de arrendatário (estatuto precário de acesso à terra). Como foi mencionado no Capítulo 3 desta pesquisa (trajetória de vida dos entrevistados), o acesso à propriedade da terra é visto pelos agricultores como uma condição de ascensão profissional (ABRAMOVAY, 2001). Além disso, o autor cita as dificuldades dos agricultores não-proprietários de se inserirem no mercado, apontando como algumas das causas: a precariedade do acesso ao crédito agrícola e as demais políticas de apoio ao produtor. Esclarece ainda que “existe também certo constrangimento de origem cultural que coloca a família de agricultores não-proprietários em posição social inferior dentro da comunidade”. Afirma também que o arrendamento não é considerado entre os agricultores familiares como um “horizonte” para se chegar à propriedade da terra (ABRAMOVAY, 2001, p.88).

Desse modo, concordando com Medeiros (2002), pode-se inferir que o sonho de ter uma terra própria é um dos principais motivos que levam esses agricultores sem terra a contraírem o crédito fundiário. A condição de arrendatário proporciona algumas facilidades para essa opção. Entre elas podem-se citar a experiência profissional, a posse de alguns implementos agrícolas e principalmente o valor pago ao arrendamento que, muitas vezes, é proporcional ou até superior ao valor das prestações do financiamento. Não só pagam o crédito, como é possível comprar novas áreas de terras, conforme se percebe na fala, a seguir:

*Nós antes de ter essa terra, pagávamos a renda da terra dos outros, esse valor que nós pagávamos, podia pagar a terra [financiada]. Antes que não tínhamos a terra, nós arrendávamos a terra, daí com essa proposta que saiu ali [Fundo de Terras], foi pago as terras e comprado mais uns pedaços.*

E15 – Proprietário, Fundo de Terras, 32 anos.

Nesse mesmo sentido um dos entrevistados informa que o valor do arrendamento daria para pagar as prestações e ainda sobraria algum recurso, como pode ser percebido em sua fala:

*O valor das parcelas eu tiro aqui [na propriedade arrendada]. Na verdade aqui eu tiro só da parreira [viticultura], fora o que eu planto pra mim. O dinheiro que ela leva da parreira [o dinheiro que a*

proprietária da terra recebe do arrendamento], *que eu dou limpo pra ela, sobraría para as parcelas que eu tenho de pagar.*

E10 – Arrendatário, Crédito Fundiário, 31 anos.

Nesse caso, o entrevistado financiaria a compra da propriedade arrendada de uma viúva que reside na cidade e não explora o imóvel pessoalmente. Sem o referido financiamento o entrevistado declara que não teria condições para comprar o imóvel.

Outro entrevistado faz semelhante comentário:

*Mas, assim as coisas mudam, né? Porque daí, além de eu ser o proprietário, não precisa eu repartir [a renda da terra]. Em vez de pagar a renda eu pagaria o financiamento.*

E06 – Parceiro, Crédito Fundiário, 52 anos.

No grupo do Fundo de Terras todos os entrevistados mencionaram que houve significativa melhora das condições de vida após a aquisição da terra própria. Ainda, destacaram a vantagem de deixar de pagar o arrendamento da terra para o proprietário desta. Um dos entrevistados, mesmo encontrando algumas dificuldades para o pagamento do Fundo de Terras, comenta:

*Ah! Melhorou [as condições de vida], daí você tem seu pedaço de terra, tem o seu açude pra você ter um peixe [...] é bem melhor você ter sua terra. Você arrendar a terra [...], você faz tudo pro cara [proprietário da terra], você limpa a terra, você paga a renda da terra, quando termina o fim do ano você tem que entregar a terra pro cara.*

E04 – Proprietário, Fundo de Terras, 49 anos.

Paulilo (1998, p.125) afirma que a condição de arrendatário é vista como muito penosa pelos agricultores e cita como motivos as seguintes situações:

a) o patrão cede-lhes a pior terra e quando esta apresenta-se boa para novo plantio, são transferidos para outra pior; b) o pagamento do aluguel varia de 25% a 50% [em função da renda obtida na produção da terra] e diminui em muito a renda auferida; c) a falta de dinheiro faz com que tenham que se assalariar grande parte do tempo; d) quando vendem a força de trabalho para o patrão, ele paga menos que a diária usual; e) a terra para arrendamento está diminuindo, então o parceiro, para conseguir um pedaço, submete-se a condições bastante penosas e; f) quando só se conseguem pequenos pedaços, a família tem que trabalhar em mais de uma propriedade, gastando tempo e esforço em deslocamentos

E segundo o cônjuge de uma das entrevistadas:

*Eu pra mim foi... eu acho que se estivesse trabalhando do jeito que estava, eu já era morto, de tanto trabalhar para os outros. Melhorou cem por cento, porque é da gente, a gente trabalha pra gente, sabe que tem de cuidar, faz aquele esforço, mas é da gente. E de primeiro a gente tinha de cuidar dos outros, se chovesse ou acontecesse o que acontecesse era dos outros. Só tinha aquele lucro ali, quando eles pagavam a gente. Tem gente que paga certo, tem gente que não. E aqui se der bem ou mal a gente sabe que é da gente agora. Valeu o esforço.*

E23 – Cônjuge Proprietário, Banco da Terra, 50 anos.

No mesmo sentido é a fala seguinte:

*Ah! Depois que consegui o terreno foi só melhorando. Conseguimos essa [outra terra] através do terreno [financiado], já fomos para outras culturas. Evitamos de pagar renda.*

E09 – Proprietário, Fundo de Terras, 40 anos.

Um outro entrevistado declara insegurança quanto ao seu destino caso não tivesse sido contemplado com o crédito fundiário. É o que se depreende:

*Ah! Sem dúvida [que melhorou], porque se eu não tivesse isso aqui [a terra financiada] eu não ia saber onde estaria rolando hoje no mundo, podia estar empregado rolando pra lá e pra cá de novo.*

E12 – Proprietário, Fundo de Terras, 44 anos.

Salienta-se que os três entrevistados do Fundo de Terras citados anteriormente, quando perguntados se “melhoraram de vida” após o financiamento, utilizaram uma expressão de exclamação, evidenciando um sentimento de contentamento com essa opção. Com relação ao Banco da Terra, 2 entrevistados disseram ter melhorado muito de vida, 2 melhoraram, mas reclamaram das intempéries e das condições de venda dos produtos agrícolas.

Dentre os entrevistados proprietários, apenas um se declarou insatisfeito com o programa (Banco da Terra), alegando falta de apoio, principalmente em relação à assistência técnica, que no caso ficou a cargo da Epagri. Entretanto, esse mesmo entrevistado comentou que a sua vida estava mais sossegada, como pode ser observado no seguinte trecho da sua entrevista:



[Como está sua vida depois que pegou o crédito?]

*Fiquei com mais dívida, mais dívida... Melhorou porque você não está pulando pra lá e pra cá, pelo menos você está em cima do que é seu. Não é meu porque eu não paguei, mas você está sossegado.*

E11 – Proprietário, Banco da Terra, 43 anos.

Provavelmente esse entrevistado do grupo do Banco da Terra terá dificuldades de pagar o crédito. Como foi visto no capítulo anterior ele foi o único do seu grupo que não apresentou condições suficientes para o pagamento do crédito (renda insuficiente para cobrir os custos das prestações). No entanto, deixou evidenciada a sua condição precária como arrendatário quando utilizou a expressão “*pulando pra lá e pra cá*”.

Pesquisadores do Deser, ao realizarem uma avaliação a respeito da capacidade de pagamento dos mutuários do Banco da Terra, fizeram a seguinte afirmação:

Como é no estabelecimento rural que a maioria dos agricultores reside ou gostaria de residir, a propriedade da terra dá mais segurança quanto aos investimentos em infra-estrutura produtiva ou de moradia. Durante a realização da pesquisa, apareceu com muita frequência a declaração de que ‘hoje estou investindo no que é meu’ (NUNES *et al*, 2005, p. 55).

As mesmas expressões “*trabalhar no que é meu*” e “*morar no que é meu*”, com algumas variações, foram repetidas durante toda a pesquisa de campo e em todos os grupos pesquisados. Tal manifestação evidencia uma relação direta com a terra e com um projeto de vida, o que facilita a compreensão dos motivos da adesão ao crédito fundiário.

### **6.1.2 A obtenção do crédito fundiário**

As informações relativas ao acesso aos programas de crédito fundiário terão como foco principal o PNCF. Eventualmente serão buscadas declarações dos entrevistados dos outros dois programas para subsidiar e possibilitar a comparação com o atual crédito fundiário do governo federal.

De maneira geral, as informações a respeito do crédito fundiário, que são repassadas principalmente pelo escritório local da Epagri e pelo STR de Caçador,

estão acessíveis a todos os interessados em ingressar no programa. O Sitruc tem promovido reuniões esporádicas com seus associados para esclarecer sobre as condições de financiamento do crédito fundiário. Além disso, os programas locais de rádio, destinados ao meio rural, veiculam as notícias repassadas pela Epagri e/ou pelo STR. Essas notícias, muitas vezes, são compartilhadas entre os membros das comunidades que as divulgam pessoalmente aos agricultores.

Os programas Fundo de Terras do estado de Santa Catarina e Banco da Terra foram assegurados pela Epagri, enquanto que o PNCF procura, além disso, o envolvimento efetivo dos STRs. Entre os 10 beneficiários entrevistados nos dois primeiros programas citados, 6 receberam as informações iniciais da Epagri, 3 pela rádio local e 1 pelo Sitruc. No atual PNCF, 3 entrevistados receberam as informações iniciais do Sitruc, 2 foram informados por parentes e amigos e 1 foi informado pelo rádio. Nota-se, neste aspecto, um maior envolvimento do Sitruc no PNCF, que segundo informações do próprio sindicato, outrora fora bastante omissivo.

As informações do crédito fundiário são mais acessíveis do que as referentes à reforma agrária tradicional, pelo menos no município de Caçador. Além da divulgação feita pela Epagri e pelo Sitruc, não existe escritório do Incra ou de outro órgão que possa prestar alguma informação a respeito dos projetos de assentamento. Ressalta-se que o Incra mantém seus escritórios apenas na capital do estado e na cidade de Chapecó (região Oeste catarinense). Desse modo, observa-se uma maior capilaridade das informações a respeito do crédito fundiário no estado, disponibilizadas principalmente pelos STRs e pela Epagri.

Um aspecto a destacar com relação às informações repassadas aos entrevistados refere-se ao valor das prestações anuais e dos juros cobrados em cada um dos programas. Em relação ao Banco da Terra e ao Crédito Fundiário os entrevistados só souberam precisar o valor aproximado das primeiras prestações. Mesmo conhecendo o rebate no valor das prestações quando pagas até a data do vencimento não tinham idéia do acréscimo em relação aos juros cobrados<sup>93</sup>. Essa constatação evidencia um distanciamento dos entrevistados em relação à participação ativa na elaboração das propostas de financiamento feitas pela Epagri.

No caso do Fundo de Terras, as informações com relação ao valor e à forma de pagamento das parcelas eram de fácil assimilação por se tratarem de parcelas

---

<sup>93</sup> Em relação aos juros cobrados pelo Banco da Terra e pelo PNCF, verificar no Capítulo 5 a descrição dos respectivos programas.

anuais convertidas em produtos agrícolas, geralmente em sacas de milho. Essa forma de pagamento é mais assimilada pelos pequenos agricultores, nem sempre acostumados ao cálculo de juros e correções monetárias. Talvez, um sistema nesses moldes devesse ser estudado e proposto pelas entidades representativas dos trabalhadores rurais (Fetaesc e Fetraf-Sul) para utilização nos programas federais.

Em relação à inscrição e ao processo de obtenção do financiamento, todos os entrevistados dos grupos Banco da Terra e Crédito Fundiário fizeram algum tipo de reclamação, principalmente com relação à burocracia e à demora na liberação do crédito. Apenas um entrevistado do grupo do Fundo de Terras reclamou da demora para liberação do crédito, os demais mencionaram que a inscrição e a liberação não foram muito difíceis. Um técnico da Epagri que trabalhou com o Banco da Terra declara sua impressão a respeito do assunto:

*Pelos comentários que eu tenho o Fundo de Terras era mais ágil antigamente. O Banco da Terra já ficou burocrático e esse crédito fundiário [PNCF] mais burocrático ainda.*

E32 – Técnico, Epagri.

Como citada no capítulo anterior, essa dificuldade inicial na tramitação das propostas do PNCF ocorreu em razão dos ajustes necessários para a sua implantação, considerando, principalmente, a participação efetiva das organizações dos trabalhadores rurais.

Quanto à escolha e aprovação dos candidatos por parte do CMDRS de Caçador, além das normas existentes e do perfil exigido no programa, é possível perceber que obedece a critérios subjetivos de seleção e algum protecionismo. Embora tais aspectos não tenham sido declarados por todos os membros do Conselho entrevistados, três deles deixaram patente que existiam preferências nos critérios de escolha. Sobre essa questão um dos membros profere as seguintes palavras:

*Hoje, a própria seleção do pessoal tem muito direcionamento político. Isso aí acaba contemplando pessoas, você sabe como são as reuniões de Conselho, [...] às vezes um membro do conselho não se manifesta contra para não atritar com esse ou aquele, ou aquele outro, depois vai saber que foi contra. [...] Mesmo assim, dos sessenta e poucos projetos dentro do novo programa do crédito fundiário [PNCF], a gente viu que houve direcionamento, [...]. Isso daí, eu jamais ia levantar lá na reunião, contra por isso, por isso, por*

*aquilo, porque ia criar uma polêmica. [...] Então, deixa que vá. Deixa que vá o crédito.*

E28 – Liderança, Sicoob.

Nota-se uma postura de acomodação por parte do depoente, que não se posiciona perante o CMDRS. Essas atitudes acabam desgastando o Conselho, tornando-o desacreditado perante a sociedade em geral e inoperante em relação à participação no desenvolvimento rural sustentável, objetivo último da sua existência. Vale ressaltar, no entanto, que essa postura, privilegiando certos candidatos em detrimento de outros, sempre esteve presente nos demais programas, conforme declaração dos técnicos e lideranças entrevistadas.

Mesmo nas declarações mais moderadas denotam-se critérios de escolhas que privilegiam certos candidatos em função da experiência e capacidade de pagamento. É o que se extrai do relato de um ex-membro do Conselho:

*Um exemplo: tem 15 vagas e 300 inscritos, que é o que geralmente acontece. Nesse caso, o Conselho seleciona pelas condições, se ele é trabalhador ou não, se ele vai dar conta de pagar esse terreno, pelo próprio histórico, o passado, isso tudo é levado em conta. [...] Depende muito, se tem menos condições, se tem mais. É o histórico, o passado dele [do candidato ao crédito], a intenção é chegar daqui a dez anos e ver aquela pessoa bem colocada. Se você vê que aquela pessoa tem um passado que não para em lugar algum, não produz o necessário, não adianta. Você tem que dar [o crédito], na minha opinião, aquele que vai produzir.*

E32 – Técnico, Epagri.

Da mesma forma se manifesta uma liderança do Sitruc e membro do CMDRS em relação à escolha dos candidatos ao crédito fundiário:

*Estamos olhando a pessoa, o histórico da pessoa, sua trajetória que vem dentro da agricultura, como que ele vem vindo [...].*

E33 – Liderança, Sitruc.

Observa-se que a expressão “o histórico da pessoa” aparece na fala dessa liderança e do técnico da Epagri. Pelo exposto, as pessoas que apresentam maior capacidade de pagamento, na visão desses entrevistados, seriam as escolhidas, desde que cumpridos os critérios de seleção exigidos. Nesse caso, explica-se um dos motivos por que os arrendatários, parceiros e filhos de agricultores têm

preferência no deferimento do crédito fundiário. Explica, ainda, a dificuldade de recebimento do crédito da categoria Sem Sem definida neste trabalho, como será visto na seção seguinte.

Infere-se ainda que o mesmo critério tenha sido adotado em relação ao Fundo de Terras do estado de Santa Catarina e ao Banco da Terra, haja vista as declarações de outro técnico que atua no programa. Conforme o seu relato:

*O programa do Fundo de Terras, acho que foi um programa que veio a calhar, a contento da necessidade do agricultor. Todos os municípios tinham os comitês do Fundo de Terras e esses comitês escolhiam os agricultores. Eram selecionados os agricultores e os arrendatários. Eram escolhidos a dedo aquela pessoa, preferencialmente que tivesse já uma pequena estrutura, um tratorzinho, esse tipo de implementos. Esse pessoal que comprou as suas terras, eles se deram bem. [...] depois do Fundo de terras, os próprios mentores do Fundo de Terras foram para Brasília e resolveram estender isso a nível nacional, o próprio Esperidião [Senador Esperidião Amim, à época] foi envolvido nessa peça. [...] O objetivo era ter duas formas de fazer a reforma agrária. Tanto é que têm aquelas pessoas pela índole, que não querem invadir terra, querem comprar sua terra. [...] Na cidade você vai à Caixa Econômica e financia sua casa, financia pra 20 anos. Filho de agricultor que quisesse comprar terra não podia, tinha que se submeter à invasão. Mas ele quer comprar sua terra e não tinha esse programa. Acho que o Banco da Terra veio pra suprir essa lacuna. [...] Qual era a ordem do Secretário na época [Secretário de Estado da Agricultura], vamos lá, ninguém sai das bases do Banco da Terra, escolham os agricultores. Enquadraram-se os agricultores, onde tinha uma cota por município, aqui em Caçador tinha 10 cotas. Tinham 100 inscritos, dos 100 todos mereceriam a terra em iguais condições. Claro, tinha que escolher 10, claro que sempre tem uma pincelada política; [...] mas todos mereciam. Não quer dizer que se foi incluído alguém que não mereceria a terra. Então esse foi o mecanismo e que o pessoal achava que foi um direcionamento. Pode até ser que foi, mas aqueles que receberam foram dentro das normas, tudo direitinho. Como tinha 100 que precisavam de terra, escolheram 10 dos mais conhecidos. Mas na regra geral todos são merecedores, mas teve que selecionar, que a necessidade é tão grande e a terra é tão pouca que, claro [...].*

E29 – Técnico, Epagri.

Os aspectos citados pelo entrevistado explicam, em parte, os critérios subjetivos de escolha, que muitas vezes estão presentes no CMDRS. A procura pelo crédito fundiário é sempre maior do que a sua capacidade de atendimento, conforme já foi demonstrado neste trabalho. Nesse caso, escolhem-se os “melhores”, os que têm mais tradição na agricultura, geralmente excluindo aqueles mais isolados e mais

desestruturados em termos de patrimônio inicial, experiência na atividade etc. Essa condição ficará mais evidente quando for analisada a perspectiva de futuro dos Sem Sem.

Um aspecto a destacar relativamente ao acesso ao crédito fundiário é a escolha e a negociação da terra feitas diretamente pelos beneficiários do programa. Uma das críticas dos movimentos sociais e autores contrários ao programa de crédito fundiário refere-se à desvantagem na negociação da terra entre os demandantes e os proprietários (PEREIRA, 2004). No entanto, segundo as declarações dos entrevistados, não é o que aconteceu em relação aos beneficiados dessa modalidade de acesso à terra no município de Caçador.

Em relação à escolha da área, considerando os 3 grupos de beneficiários entrevistados, os fatores que mais influenciaram foram a qualidade dos solos, com sete declarações (44%) e a proximidade com os parentes mais próximos, com cinco declarações (31%). Outros fatores considerados foram a compra da própria área arrendada, com três citações (19%) e a facilidade de acesso, com uma citação (6%). Destaca-se, também, a questão do preço da terra, citada secundariamente como aspecto que limita a negociação. No entanto, o principal fator apontado pela maioria dos entrevistados diz respeito às características da área, que deveria ser adequada aos seus propósitos, isto é, presença de aguadas, solo propício para culturas, declividade etc.

Em relação à qualidade da terra, um dos entrevistados comentou o seguinte:

*[...] não adianta você comprar um negócio qualquer, tem que ser adequada ao que nós queremos plantar, daí dá para maquinariar e tudo. Não adianta comprar um pedaço de terra que não tenha futuro nenhum. Então esse terreno que nós pegamos é um terreno bom para plantar. Era o que nós precisávamos. Foi pego o que nós precisávamos mesmo.*

E07 – Proprietário, Banco da Terra, 42 anos.

Todos os entrevistados manifestaram segurança com relação à definição da qualidade das terras (mesmo que de forma empírica). Como a quase totalidade dos beneficiários era de agricultores não-proprietários, dificilmente adquiririam uma área de terra que não lhes fosse apropriada. Mesmo assim, um dos entrevistados comprou uma propriedade que ele mesmo avaliou como de “*terras fracas*”, isto é,

com solo de baixa fertilidade. A razão para essa compra foi o fato de que o imóvel fazia divisa com o terreno de seus pais, conforme se observa no relato abaixo:

*E daí essa terra que ele ia ceder [o proprietário iria vender] pra outro, era vizinha do pai, então, facilitava pra nós pegar, por isso que eu fui atrás dele.*

E04 – Proprietário, Fundo de Terras, 49 anos.

Como resultado da referida escolha o entrevistado encontrou dificuldades para quitar as prestações do financiamento, haja vista a baixa produtividade das terras adquiridas.

Outro entrevistado declarou que a condição de vizinhança com o pai foi o fator preponderante na aquisição da propriedade, pois havia a possibilidade de transformá-la em uma área única.

*Essa terra faz divisa com o terreno do meu pai, aí foi uma proposta boa porque era vizinho e aí ficou uma área só, no caso.*

E15 – Proprietário, Fundo de Terras, 32 anos.

Esse relato é do único entrevistado solteiro, o qual reside com a mãe e administra os dois terrenos, já que seu pai faleceu recentemente. Em situações como essas é avaliada a possibilidade de o beneficiário do crédito fundiário continuar residindo próximo dos familiares e, ao mesmo tempo, ampliar a propriedade e geri-la em conjunto.

Segundo informação unânime dos entrevistados, não houve problemas na negociação da terra. Todos, igualmente, demonstraram conhecer o valor da terra na região. Nesse sentido, Buainain e Silveira (2003, não paginado), referindo-se ao crédito fundiário do governo federal afirmam que tal programa “rompe com esta visão de que o pobre, por ser pobre, seja um incompetente e incapaz, e trata de empoderar os próprios interessados para escolher, negociar e adquirir suas terras”. Também, durante as entrevistas realizadas com integrantes do grupo dos Sem Sem constatou-se que estes conheciam o preço das terras e sentiam-se capazes de fazer a negociação.

### 6.1.3 O pagamento do crédito fundiário

O pagamento do crédito fundiário foi discutido no capítulo anterior utilizando-se para tal a técnica da análise documental. Desse modo, as informações aqui apresentadas se limitarão às opiniões dos respectivos beneficiários entrevistados. Essas opiniões dos entrevistados podem ser visualizadas nas tabelas a seguir, as quais serão discutidas na seqüência.

**Tabela 44** – Opinião dos beneficiários do crédito fundiário em relação à facilidade em pagar o financiamento, por grupo de entrevistados, número de opiniões e percentagem total, Caçador (SC), 2005.

<b>Tipo de opinião</b>	<b>FT</b>	<b>BT</b>	<b>CF</b>	<b>Total</b>	<b>% total</b>
Pagamento sem dificuldade	4	3	6	13	81,3
Pagamento com dificuldade	1	2	–	3	18,7
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo – maio/jun. 2005

Legenda: FT – Fundo de Terras; BT – Banco da Terra; CF – Crédito Fundiário.

Considerando as informações prestadas pelos três grupos pesquisados observou-se que a maioria dos entrevistados declarou não ter dificuldades para pagar o financiamento contraído a título de crédito fundiário (81,3%).

Em relação à possibilidade de auxílio financeiro externo ou à condição de poupança própria para complementar os valores pagos ao financiamento, a situação é a seguinte:

**Tabela 45** – Possibilidade de auxílio financeiro e poupança própria dos beneficiários do crédito fundiário, por número de opiniões e percentagem total de entrevistados, Caçador (SC), 2005.

<b>Condição do entrevistado</b>	<b>FT</b>	<b>BT</b>	<b>CF</b>	<b>Total</b>	<b>% total</b>
Possui poupança própria	1	1	1	3	18,7
Recorre a parentes próximos	2	1	3	6	37,5
Não tem a quem recorrer	2	3	2	7	43,8
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa de campo – maio/jun. 2005

Legenda: FT – Fundo de Terras; BT – Banco da Terra; CF – Crédito Fundiário.

De acordo com a tabela anterior 56,3% dos entrevistados declararam que utilizariam recursos próprios, caso necessário, ou mesmo solicitariam auxílio financeiro aos pais ou filhos emancipados. Tendo em vista a condição de



demandantes de terra, pode-se dizer que essa percentagem encontrada é alta. O grupo do Crédito Fundiário foi o que apresentou o maior número de entrevistados que contam com o auxílio de parentes. Foi o caso de três entrevistados, filhos de agricultores, que contam com o auxílio dos pais.

A respeito do pagamento das parcelas do crédito fundiário constatou-se que todos os entrevistados do grupo do Fundo de Terras completaram o pagamento do financiamento. Nesse grupo, apenas um entrevistado declarou ter encontrado dificuldades para quitar as parcelas anuais, justificando que tal situação deveu-se à baixa qualidade das terras adquiridas. Segundo esse entrevistado, a baixa fertilidade da terra exigiu grandes inversões de calcário e esforços na condução das lavouras anuais. Em rigor, a decisão de compra da área levou em conta a propriedade vizinha, que era do pai do entrevistado, como comentado anteriormente. Três beneficiários do Fundo de Terras (60% dos entrevistados desse grupo), além de se gerirem a terra e pagar o crédito, conseguiram adquirir novas áreas.

Um dos entrevistados do Fundo de Terras cita a facilidade de pagamento do crédito e a prorrogação de uma das prestações, no caso de frustração de colheita, como pode ser observado a seguir;

*Não foi tão difícil [o pagamento], teve uma prestação que tivemos de atrasar, a última. Não deu muito bem a safra, aí foi prorrogado para o outro ano. Teve frustração na colheita. Nos outros anos foi pago tudo certo, só o último ano que não deu.*

E15 – Proprietário, Fundo de Terras, 32 anos.

Ainda, com relação ao grupo do Fundo de Terras, quase todos pagaram suas prestações com a atividade agrícola. Um dos entrevistados utilizou recursos próprios de poupança para completar os valores do financiamento da terra. Esses recursos foram originados do seu trabalho desenvolvido em parceria, especificamente na produção de uva. Dois outros entrevistados foram auxiliados pelos pais no início das atividades na nova propriedade. Os demais não receberam qualquer aporte financeiro de parentes ou amigos.

O entrevistado desistente do programa Fundo de Terras justifica sua saída da terra devido ao calote recebido quando da comercialização de uma safra de tomate (duas mil caixas de tomates). Desse modo, foi obrigado a vender seu trator e outros implementos, e isso dificultou sua permanência na atividade agrícola.

Em relação aos entrevistados do Banco da Terra, apenas um pagou uma das prestações. Os demais pagariam a primeira prestação após a realização dos trabalhos de campo desta pesquisa. Dois entrevistados alegaram que teriam dificuldades de quitar as parcelas anuais e os demais alegaram que pagariam sem dificuldades. Dentre os que teriam dificuldades, um deles alega como principal causa as intempéries (seca e granizo) e outro a deficiência no sistema de assistência técnica gratuito que seria prestado pela Epagri, cujo tema será tratado na próxima seção.

Um entrevistado do Banco da Terra relatou ter recorrido à poupança própria para complementar o valor financiado. Outro declarou que o filho o auxiliaria em caso de não ter condições de saldar as prestações. Os demais disseram que pagariam o financiamento somente com o trabalho na agricultura. Um deles conseguiu comprar outra área após o financiamento, evidenciando nesse caso a eficácia do programa.

Na entrevista com um dos desistentes do programa Banco da Terra, o mesmo alegou dificuldades com o valor pago à produção agrícola. Segundo ele, quando chega ao final da safra o saldo é negativo e não sobra dinheiro para o pagamento do financiamento. Reclamou dos altos preços dos insumos (adubos, sementes e defensivos) e do baixo valor dos produtos agrícolas na época da safra, apontando essa condição como uma das principais dificuldades para a permanência dos agricultores no campo, principalmente dos jovens.

Com referência aos entrevistados do grupo do Crédito Fundiário, todos declararam que não teriam dificuldades em pagar as prestações anuais do financiamento. Um deles terá de recorrer à poupança particular para pagar parte do imóvel financiado, tendo em vista que o valor da terra é maior do que o financiamento proposto. Essa situação também ocorreu com um dos beneficiários do Banco da Terra, fato que, segundo a liderança da Fetraf-Sul, não raro, acontece nas propostas de crédito, principalmente em função do alto valor das terras na região. Muitas vezes, o técnico que elabora a proposta de financiamento (projeto técnico) não toma conhecimento do acerto entre o vendedor e o proponente do crédito.

Ainda, com relação ao grupo do Crédito Fundiário, três entrevistados contam com o auxílio do pai para quitar as prestações, sempre que precisam. Aqueles que não dispõem de recursos próprios ou a quem recorrer, nesses casos, terão maior dificuldade para acessar o crédito, como será demonstrado quando da análise do

grupo dos Sem Sem. Essa é uma das distorções do programa, tendo em vista que o mesmo é destinado ao combate à pobreza rural e nessas condições, não atinge aquelas famílias mais pobres.

#### **6.1.4 Os apoios recebidos em relação às demais políticas públicas**

Esta seção visa cumprir um dos objetivos específicos propostos no presente estudo, qual seja, a verificação dos principais apoios recebidos pelo público pesquisado em relação às demais políticas públicas que estão ou não articuladas com o crédito fundiário.

As principais políticas públicas tratadas nesta subseção referem-se à assistência técnica e ao crédito Pronaf, previstas na aplicação do crédito fundiário, mas nem sempre acessadas pelos beneficiários do programa, como mencionado anteriormente. Além disso, serão citadas algumas políticas de desenvolvimento em execução no estado de Santa Catarina, que podem influenciar na eficácia do programa de crédito, em termos de impacto socioeconômico e ambiental.

Para cumprir esse objetivo foram analisados os relatos dos entrevistados dos grupos do Fundo de Terras, Banco da Terra e do Crédito Fundiário. Embora nem todos os integrantes desse último grupo estejam na posse efetiva de seus futuros imóveis, a sua inclusão nesta seção se justifica em razão de estarem na condição de arrendatários e filhos de agricultores. Ambos os segmentos cultivam lavouras próprias e/ou conjunta com os pais e têm possibilidades de acesso aos serviços de assistência técnica pública e/ou privada, bem como aos créditos do Pronaf.

Salienta-se que a pesquisa não tem o objetivo de fazer uma avaliação dos serviços de assistência técnica e do Pronaf no município de Caçador, mas tão-somente registrar a sua existência e a sua disponibilidade junto ao público pesquisado. Também, conhecer a visão desse público em relação aos apoios prestados, bem como discutir os aspectos mais importantes para o programa de crédito fundiário.

A Epagri é a principal empresa responsável pelo assessoramento técnico ao programa de crédito fundiário no estado de Santa Catarina, desde o Fundo de Terras, que foi inicialmente assistido pela ex-Acaresc, atualmente Epagri, o Banco da Terra e, a partir de 2003, o PNCF. A Epagri vem atuando nesse último programa como Unidade Técnica municipal, regional e estadual, em conjunto com outras

Secretarias do governo do estado (Figura 2, Capítulo 5). Além da análise e parecer técnico sobre as propostas de financiamento da terra, a empresa presta serviços de assistência técnica e extensão rural aos beneficiários do programa. Nesse sentido, tem limitações quanto ao número de técnicos e recursos materiais e financeiros para o atendimento em todo o município pesquisado. Na maioria das vezes, a empresa se encarrega de elaborar projetos individuais, em razão da ausência de técnicos para elaboração das propostas técnicas de financiamento aos demandantes do crédito fundiário. Além da elaboração, a empresa analisa as propostas e fiscaliza a sua correta aplicação.

O escritório local da Epagri no município de Caçador conta com apenas dois técnicos de extensão rural para assistir ao PNCF<sup>94</sup>. Ressalta-se que tal atendimento não é exclusivo ao programa de crédito fundiário. Além disso, existe apenas um veículo para atender aos deslocamentos da equipe técnica. Essas limitações comprometem a efetividade do trabalho da empresa junto aos beneficiários do programa. A propósito, um desses técnicos participa do CMDRS prestando-lhe assessoria técnica no que tange, sobretudo, ao PNCF.

Dos beneficiários entrevistados, nos três grupos considerados nesta pesquisa, apenas um deles (Fundo de Terras) afirmou ter recebido assistência técnica com maior freqüência, isto é, na elaboração de projetos de financiamento, na orientação técnica das lavouras, na implantação de infra-estrutura produtiva etc. Essa assistência seria o mínimo necessário a todos os beneficiários do programa, principalmente nos primeiros anos de atividades na propriedade adquirida. Esse entrevistado declarou que sempre que precisou pôde contar com os serviços da Epagri, ou seja, recebeu orientação e apoio técnico para os projetos de piscicultura e fruticultura. É o que se depreende da sua fala:

*Sempre eles me atenderam. Chega lá, eu estou com um problema lá, não sei, não conheço, então, de repente até uma análise, alguma coisa foi feita pela Epagri.*

E12 – Proprietário, Fundo de Terras, 44 anos.

Outros entrevistados declararam que receberam visitas esporádicas, sem uma freqüência definida e contaram com a elaboração de projetos técnicos para

---

<sup>94</sup> Informações colhidas junto ao escritório local da Epagri durante os trabalhos de campo e confirmadas pelo Setor de Recursos Humanos na sede da empresa em Florianópolis (SC), em dezembro de 2005.

financiamento agrícola. Dentre esses, 1 era do grupo do Fundo de Terras, 2 do Banco da Terra e 2 do Crédito Fundiário. No total foram 6 entrevistados que receberam assistência técnica pública e gratuita por parte do governo estadual, perfazendo 37,5% dos beneficiários dos grupos estudados.

Para facilitar a visualização do atendimento em relação à assistência técnica aos beneficiários do crédito fundiário é apresentada a Tabela 46, a seguir. Nota-se que a soma dos percentuais é maior do que 100% em razão da possibilidade de ocorrer mais de um tipo de assistência, por entrevistado.

**Tabela 46** – Acesso à assistência técnica por grupo de entrevistados, número de beneficiários atendidos e percentagem de atendimento, Caçador (SC), 2005.

<b>Tipo de Assistência</b>	<b>FT</b>	<b>BT</b>	<b>CF</b>	<b>Total</b>	<b>% total</b>
Epagri	3	1	2	6	37,5
Assistência privada	2	3	2	7	43,8
Nenhuma	1	2	2	5	31,3

Fonte: Dados da pesquisa de campo – maio/jun. 2005

Legenda: FT – Fundo de Terras; BT – Banco da Terra; CF – Crédito Fundiário.

Sete entrevistados receberam algum tipo de assistência técnica por agentes particulares (43,8%). Dentre esses, dois eram do grupo do Fundo de Terras, três do Banco da Terra e dois do Crédito Fundiário. Essa assistência consistiu, principalmente, na elaboração de projetos técnicos para financiamento e orientações para aplicação de adubos e defensivos agrícolas, muitas vezes, prestada diretamente pelas empresas revendedoras dos produtos. Em outros casos, verificou-se a participação de agentes particulares, os quais elaboram projetos técnicos para financiamento e prestam assessoria, principalmente nas lavouras de tomate e pimentão. Constatou-se, ainda, a declaração de cinco entrevistados que não receberam assistência técnica (31,3%).

Os dados apontam uma insuficiência no atendimento desse serviço aos beneficiários do crédito fundiário no município de Caçador. Não foram relatados casos de reuniões técnicas, cursos e outros eventos técnicos entre as famílias entrevistadas. No entanto, os técnicos da Epagri declararam que é comum esse tipo de evento no município. Essa contradição não foi possível de ser dirimida na presente pesquisa, necessitando de estudos mais aprofundados.

Uma liderança da Fetraf-Sul comenta a respeito da deficiência de assistência técnica para o programa de crédito fundiário, assim como o isolamento de alguns agricultores mais pobres.

*Aqui o que a gente tem visto é que está muito aquém da necessidade [a assistência técnica no estado]. Inclusive nós tivemos uma informação semana passada que o próprio Ministério Público chama a atenção do governo estadual e da Epagri, que lá atrás no Banco da Terra eles se comprometeram com o governo federal de dar assistência aos agricultores. Isso na grande maioria não está acontecendo.[...] Primeiro você tem uma desestruturação da empresa estatal. Segundo uma visão de que o técnico gosta mais de ir numa propriedade que está bem encaminhada, que o agricultor tem mais capacidade de absorção do que o técnico vai lá discutir com o agricultor [mais descapitalizado]. Então o agricultor, principalmente o agricultor mais descapitalizado, mais pobre, o técnico já nem vai lá, que primeiro não tem condições de investimento, recursos para investir e segundo é novamente uma pessoa mais difícil para você conseguir engrenar uma estratégia que o técnico vai dar.*

E37 – Liderança, Fetraf-Sul.

Vale ressaltar que, de acordo com a Portaria Conjunta SAF/SRA/INCRA nº 44, de 17 de agosto de 2004, ao beneficiário do Pronaf, grupo “A”, são assegurados recursos para assistência técnica. Na prática, isso nem sempre acontece, como é o caso de dois beneficiários do Banco da Terra que tiveram acesso ao crédito e não contrataram ou receberam assistência técnica. Além da insuficiência da assistência técnica prestada pela empresa estatal, foi constatado um caso em que o beneficiário do Banco da Terra desviou os recursos destinados à assistência técnica para outros fins.

Um outro tipo de apoio que merece destaque é o crédito agrícola. No caso do Fundo de Terras de Santa Catarina e do Banco da Terra, os créditos iniciais para custeio e investimentos em infra-estrutura básica e produtiva foram apontados pelos entrevistados como um fator de grande importância no início das atividades na propriedade. Um dos entrevistados do grupo do Fundo de Terras, quando indagado se ao utilizar o financiamento estava seguro de que conseguiria saldá-lo, cita, além da forma de pagamento, os outros créditos e apoios recebidos como os fatores que contribuíram para a liquidação total do financiamento. Conforme o seu relato:

*Não foi difícil de pagar, os dois primeiros anos até que foi difícil, porque a gente não tinha maquinário não tinha nada. Daí até que foi saindo, saiu um programa para gente comprar um arado, comprar*

*uma junta de boi e coisa, foi aí que a gente conseguiu comprar um tobatinha e a gente foi indo. [...] Além do financiamento da terra teve mais o auxílio de calcário também, era só pagar o frete, o calcário era dado de graça.*

E12 – Proprietário, Fundo de Terras, 44 anos.

Observa-se que o entrevistado começou o trabalho em sua propriedade com poucos recursos e progrediu com o tempo. Os recursos recebidos foram, entre outros, do programa “troca-troca” do governo do estado de Santa Catarina<sup>95</sup>. Atualmente o entrevistado possui diversos implementos agrícolas, veículo utilitário, tanques para piscicultura, entre outros bens. Ele afirma que se não tivesse recebido os outros incentivos, além do financiamento da terra, não teria condições de pagar as prestações. Mas, critica as condições atuais e a burocracia bancária exigida para novos financiamentos, como se verifica:

*Só que a gente precisaria, que nem diz o outro, que ele [o governo] apoiasse mais esse troço de financiamento para o pequeno produtor, né? Os bancos aí estão judiando muito da gente. Chega lá, além da gente estar financiando, eles querem avalista daqui, avalista dali, eles judiam da gente, muitas coisas eles não estão ajudando a gente. É muito burocrático o negócio, tem que esperar, entrar na fila. Às vezes eles ficam, vem hoje, vem amanhã, perde-se muito tempo pra correr atrás de empréstimo ali, porque não está fácil para o pequeno produtor.*

E12 – Proprietário, Fundo de Terras, 44 anos

Essa dificuldade de financiamento foi apontada por oito entrevistados (50%) dos três grupos beneficiados pelo crédito fundiário. As principais críticas registradas foram relativas à burocracia bancária, ao excesso de documentação, ao tempo perdido na espera de atendimento e à demora na liberação dos recursos. Ressalta-se que, nos últimos anos (governo Lula), houve uma sensível flexibilização nas normas do programa para atendimento dos agricultores mais necessitados. Mesmo assim, as reclamações continuam como pode ser observado no seguinte trecho da entrevista:

[Como foi para pegar o crédito?]  
*Foi difícil. Olha, até assim, a gente vê na televisão é fácil, né? Só que no banco é complicado, não é fácil.*  
 [O que é mais complicado no banco?]

<sup>95</sup> Vale ressaltar que os beneficiários do Fundo de Terras do estado de Santa Catarina não receberam o crédito Pronaf “A”.

*No banco precisa de fiador, precisa levar todos os documentos, tem que levar tudo que é coisa que precisa, não é fácil. É corrido. Eu levei uns três meses para conseguir. Demorou a sair, foi muito demorado.*

[Saiu na época certa?]

*Saiu bem atrasado já. Até o [fulano do sindicato] questionou bastante sobre isso, porque até o ano passado [2004], teve gente que pegou [o crédito] já estava dando tomate. Por mais que o [fulano do sindicato] organiza, não sai para as pessoas que é para sair. Sempre sai para uns que não precisa, pros grandes. Pra quem tem é mais fácil; agora para quem não tem é complicado.*

E23 – Proprietário, Banco da Terra, 50 anos.

A mesma dificuldade percebida nos serviços de assistência técnica também se repete no caso do acesso ao crédito. Percebe-se que existe uma preferência no atendimento aos mais estruturados economicamente em relação àquelas famílias mais pobres e com pouca estrutura em termos de patrimônio e informação. Como na declaração citada anteriormente, essa percepção é compartilhada pelos próprios entrevistados, consoante a declaração de que “*sempre sai pra quem não precisa, pros grandes*”.

Algumas lideranças, como é o caso da Fetraf-Sul, também mencionaram que aqueles que estão mais organizados e estruturados do ponto de vista econômico têm maior possibilidade de acessar o crédito. Essa mesma situação de dificuldade se aprofunda no grupo dos Sem Sem e será analisada na próxima seção. A cooperativa de crédito pode ser uma solução para facilitar o acesso ao crédito por parte do pequeno agricultor.

Em que pesem essas reclamações, no Sul do Brasil o Pronaf Custeio está bem difundido entre os agricultores familiares e é de fácil acesso na maioria das regiões, como comprovam recentes estudos<sup>96</sup>. No entanto, quatro entrevistados (25%) não tiveram acesso ao crédito Pronaf “C”, apesar da tentativa de consegui-lo. Entre esses, três eram do grupo do Crédito Fundiário e um do Fundo de Terras. No trecho da entrevista, a seguir, um dos entrevistados explica por que não conseguiu o crédito:

[Já ouviu falar do Pronaf?]

*Já, mas nunca peguei. Foi tentado na safra passada, mas não consegui.*

[Explicaram por que não saiu?]

<sup>96</sup> Para maiores informações consultar Sacco dos Anjos *et al.* (2004).



*Não. O banco mandava ir no Sindicato e o Sindicato no Banco. Daí eu recusei. Demorou a sair e daí eu recusei, pra colher nós não precisávamos de pegar dinheiro, pegar dinheiro é pra plantar e não para colher.*

E06 – Parceiro, Crédito Fundiário, 53 anos.

A propósito, nem sempre os motivos alegados são as dificuldades de acesso. Um filho de agricultor explica suas razões para não contrair o crédito Pronaf:

*Nunca peguei [o Pronaf]. Os vizinhos aqui quase tudo já pegaram. Eu nunca fiz porque nós aqui temos muito pouca terra, daí não dá quase, a renda é muito baixa. Não tem muito que investir, daí o terreno é do pai, tem que obedecer. Planta só o que ele quer. [Depois que você adquirir a sua terra, acha que é possível pegar um financiamento desse?] Daí pode até pegar para fazer uma safra.*

E08 – Filho de Agricultor, Crédito Fundiário, 33 anos.

Conforme a fala do referido entrevistado, observa-se que quase todos os vizinhos já tinham conseguido o crédito por meio do Pronaf, demonstrando que o crédito não é tão difícil de ser acessado, como comentaram alguns entrevistados. Entre os entrevistados, oito acessaram o Pronaf “C”, sendo quatro do grupo do Fundo de Terras, um do Banco da Terra e três do Crédito Fundiário. Em relação ao Pronaf “A”, dos cinco beneficiários do Banco da Terra, apenas um não recebeu esse crédito por estar com débito em outra linha de financiamento do Pronaf.

A Tabela 47 resume o acesso do público entrevistado aos créditos agrícolas disponibilizados. O somatório do número de entrevistados e do percentual apontado na referida tabela é superior a 100% devido à possibilidade de acesso a mais de uma modalidade de crédito.

**Tabela 47** – Acesso às linhas de crédito agrícola disponíveis por grupo de entrevistados, número de beneficiários atendidos e percentagem total de atendimento, Caçador (SC), 2005.

Linha de crédito	FT	BT	CF	Total	%
Troca-troca	4	–	–	4	25
Pronaf “C”	4	1	3	8	50
Pronaf “A”	–	4	–	4	25
Nenhuma	1	–	3	4	25

Fonte: Dados da pesquisa de campo – maio/jun. 2005

Legenda: FT – Fundo de Terras; BT – Banco da Terra; CF – Crédito Fundiário.

Dos entrevistados, observa-se que 75% tiveram acesso ao Pronaf e 25% não foram contemplados com nenhuma linha desse crédito. Entre os que não acessaram, dois eram filhos de agricultores e dois não tiveram acesso devido a dificuldades encontradas durante o processo. Vale ressaltar que o grupo do Crédito Fundiário ainda não acessou ao Pronaf “A” por não estar na posse da terra financiada, essa condição explica a baixa percentagem de acesso ao Pronaf “A” na amostragem apresentada.

Na tabela apresentada anteriormente (Tabela 47) verifica-se que entre os proprietários de terra (Fundo de Terras e Banco da Terra) apenas uma família não acessou o crédito Pronaf, mesmo assim, por opção própria desse entrevistado em não financiar suas lavouras. Desse modo, o Pronaf é responsável pelo atendimento de 90% das famílias beneficiárias do crédito fundiário, as quais já se encontram em suas propriedades.

Pode-se dizer que o Pronaf é uma das políticas mais integradas ao crédito fundiário. Igualmente, os recursos desse programa impulsionam as atividades iniciais dessas famílias tão logo adquirem a propriedade da terra. O Pronaf “A” se constitui, inclusive, em um fator de atração para o acesso ao crédito fundiário. Suas condições facilitadas é o resultado de políticas públicas para as famílias que acessam à terra através de programas de reforma agrária e ordenamento fundiário.

A comercialização foi um aspecto bastante citado pelos entrevistados em termos de necessidade de apoio aos agricultores do município de Caçador. Dentre os dezesseis entrevistados beneficiados com o crédito fundiário, nove (56,3%) reclamaram da falta de apoio de estruturas de comercialização, tais como, agroindústrias, central de vendas e de informação de preços, câmaras frias para armazenamento da produção, entre outros. O mesmo ocorreu com a maioria das lideranças e alguns técnicos entrevistados. No entanto, a falta de organização dos produtores é percebida pelos entrevistados como um dos fatores dessa deficiência. Doze entrevistados beneficiários do crédito fundiário (75%) apontaram a falta de organização dos produtores e o alto custo dos insumos agrícolas como as principais causas do baixo desempenho da agricultura no município. Nesse mesmo sentido foi a observação de três lideranças (42,9%) e de três técnicos (50,0%). Outros tipos de apoios citados, porém com menor frequência, foram: ausência de transporte coletivos nas comunidades do município, ausência do controle no preço das terras

no momento da compra pelo crédito fundiário e ausência de agroindústrias no município para processamento da produção agrícola<sup>97</sup>.

## **6.2 A perspectiva de futuro do público pesquisado**

A percepção do público pesquisado a respeito de suas próprias condições de vida e perspectivas de continuar na atividade agrícola pode contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas de acesso à terra.

Para facilitar a compreensão deste tema dividiu-se o texto em duas partes, cada uma contemplando um segmento do público pesquisado. A primeira parte procura mostrar as perspectivas de futuro do público beneficiado com o crédito fundiário. A segunda parte apresenta uma síntese das principais características do público denominado neste trabalho de Sem Sem, elaborada com o intuito de revelar as suas perspectivas em relação ao acesso à terra.

### **6.2.1 Os beneficiados**

Como foi visto anteriormente, a maioria dos entrevistados beneficiados com os programas de crédito fundiário declarou que não teve ou não teria dificuldade para saldar o financiamento. Todos declararam também a intenção de permanecer no campo e na atividade agrícola. Por outro lado, quando se indagou sobre as condições de vida do agricultor, a maioria citou o sofrimento e a luta para permanecer na terra. Somente uma família não fez referência às dificuldades atuais da agricultura no município. Com efeito, foram citadas diversas dificuldades para enfrentar essa luta e também a necessidade de apoio ao agricultor por parte do Poder Público.

Em relação às dificuldades enfrentadas pelos agricultores foram citadas: a questão das intempéries (secas e granizo); a dificuldade na comercialização da produção (desorganização dos produtores; calotes e baixos preços dos produtos), e o alto preço dos insumos.

---

<sup>97</sup> O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), importante programa do governo federal, que visa a compra da produção agrícola dos agricultores familiares enquadrados no Pronaf, não foi acessado pelos entrevistados, nem mencionado pelos técnicos e lideranças entrevistadas. Vale ressaltar que a pequena abrangência do programa, no momento da pesquisa, em termos de público atingido e recursos financeiros disponíveis, provavelmente seja a razão da sua omissão durante a pesquisa de campo. Desse modo, o programa não foi analisado no presente trabalho.

Em relação ao apoio governamental, as principais críticas foram: carência de assistência técnica; falta de preços mínimos; ausência de seguro agrícola; dificuldade na obtenção do crédito agrícola (burocracia e demora no atendimento); ausência de transportes coletivos nas comunidades; dificuldades na continuidade do estudo dos filhos, e pouca disponibilidade do crédito fundiário para os filhos dos agricultores e outros demandantes do próprio município.

Em relação à permanência na terra, o relato de um dos entrevistados assim resume as demais declarações registradas.

*Ah! Eu fico aqui na terra, porque aqui ou mal ou bem o Sr. passa, né? E aqui o Sr. se governa um pouco também e lá [na cidade] você está mandado, porque sócio o Sr. vai ver não tem, não adianta. Então, eu acho que o melhor ainda está aqui, com toda a dificuldade, sem apoio, sem nada, ainda acho que está melhor aqui do que sair para a cidade e empregar.*

E11 – Proprietário, Banco da Terra, 43 anos.

Com algumas variações essas declarações se repetiram em quase todas as falas dos entrevistados. Em resumo, a maioria menciona que a situação no campo está difícil, a vida é sofrida, o trabalho é duro e que quase não recebe apoio do Estado, todavia, não abandona a atividade.

As razões apontadas pelos entrevistados para permanecer no campo e na atividade agrícola são diversas, entre as quais se destacam as seguintes: suas raízes estão no campo; a agricultura é a única atividade que conhecem; o grau de escolaridade não permite a procura de outras atividades na cidade; não existem vagas para bons empregos na cidade; falta de liberdade nos trabalhos assalariados; dificuldade de subsistência na cidade, “*não tem onde plantar para comer*”.

As declarações a seguir ilustram os argumentos usados para a permanência no campo.

*Olha! Eu nasci no mato, me criei no mato, então, eu quero viver no mato.*

E06 – Parceiro, Crédito Fundiário, 52 anos.

Outro entrevistado complementa:

*Eu preferia a terra porque a única coisa que eu sei mexer é na terra. A gente tem pouco estudo, não tem curso de nada. Pra ir em outro serviço, não arruma emprego fácil.*

E08 – Filho de Agricultor, Crédito Fundiário, 33 anos.

A falta de adaptação é uma das razões para não procurarem outro meio de vida.

*Lá na cidade você tem horário para chegar, para sair, para almoçar. Você não pode faltar, vamos supor se estiver doente, às vezes, não justifica, você perde o emprego. Aqui não, se estiver chovendo você fica mais em casa, se você quer levantar mais tarde você levanta, se você não está bem pode ficar [em casa]. No campo não tem aquele horário, aquele alguém que está lhe marcando, faz isso, faz aquilo. Na cidade já é diferente.*

E17 – Filha de Agricultor, Crédito Fundiário, 23 anos.

Essa última entrevistada tentou empregar-se na cidade, mas não conseguiu ficar por muito tempo devido à falta de adaptação ao trabalho urbano. A mesma afirmação foi feita por oito entrevistados (50%).

Desse modo, além dos entrevistados desejarem permanecer na agricultura, eles consideram a propriedade da terra como um lugar de moradia e de bem viver, onde é possível obter o sustento da família, alguma renda e certa liberdade no modo de vida, como pode ser percebido nas falas anteriores e ratificado com a seguinte:

*Prefiro ficar na roça, é bem melhor. Aqui pelo menos a gente está em cima do que é da gente e trabalhando no que é da gente. A gente é que faz o horário. O pequeno agricultor sempre tem aquilo, o ano que vem vai dar, então ele sempre vai continuando, não desiste muito fácil.*

E12 – Proprietário, Fundo de Terras, 44 anos.

Todos os entrevistados declararam que o crédito fundiário seria uma boa opção para os filhos dos agricultores permanecerem na terra. Além disso, a maioria (68,8%) prefere que os filhos continuem na agricultura.

Foi constatado também na pesquisa, nas declarações de sete entrevistados (43,8%), que o nível escolar é um fator que limita a procura de trabalho fora do meio rural. Desse modo, o planejamento de políticas públicas voltadas para a manutenção do homem no campo, como é o caso do crédito fundiário, necessita preocupar-se tanto com o ensino formal quanto com a profissionalização, principalmente em relação aos jovens rurais.

Nesse sentido, o próprio II PNRA traz algumas propostas<sup>98</sup> nessa direção como a ampliação e o fortalecimento do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea); a implantação do Projeto Arca das Letras e; uma proposta de Política Nacional de Educação do Campo. No caso específico da aplicação do crédito fundiário na região estudada, até o momento da pesquisa de campo, nenhuma medida nesse sentido foi implementada.

Além dos aspectos relacionados à educação, algumas dificuldades apontadas pelos entrevistados podem também comprometer o desempenho do crédito fundiário no município estudado, caso não sejam sanadas. Essas dificuldades não estão exclusivamente relacionadas com as famílias beneficiadas pelo crédito fundiário, mas envolvem a agricultura familiar de modo geral, como apontado anteriormente.

Nesse sentido, um dos beneficiários do Banco da Terra fez a seguinte crítica:

*Dez anos atrás a gente vendia tomate a 14 reais a caixa, agora a gente está pegando de 9 até 2 reais a caixa. O adubo estava 6, 7 reais, agora está 50, 61 reais. [...] Para os pequenos está difícil. Aqui nessa região está todo mundo apertado. Meu irmão tem 10 alqueires de terra. Lá está quase tudo limpo, só tem uns pedaços de lavoura. Trabalha todo ano e nunca sobra para pagar as dívidas, sempre dívida rolando. É pequeno também, então para os pequenos está difícil. Os grandes têm capital, mas estão sofrendo também.*

E25 – Proprietário, Banco da Terra, 50 anos.

Essa condição apontada pelo entrevistado, a respeito da queda no preço do tomate, é uma reclamação geral entre os tomaticultores da região. Desde o início até meados da década de 1990, o tomate alcançou preços elevados na região, atraindo muitos agricultores para o município. Durante os trabalhos da pesquisa de campo as condições eram precárias, não só para essa cultura, mas também para outras como o pimentão, a cebola etc. Destaque-se que na época da safra há uma grande oscilação de preços, os quais são, geralmente, empurrados para baixo (lei da oferta e da procura), diminuindo os lucros dos pequenos produtores que não dispõem de estrutura de armazenamento e comercialização que os proteja dos atravessadores.

Silva *et al.* (2003, p. 63) encontraram condições semelhantes entre os agricultores da região Oeste de Santa Catarina. Esses autores afirmam que “o baixo nível de renda obtido nos estabelecimentos agrícolas se deve, por um lado, aos

---

<sup>98</sup> Para maiores informações a respeito dessas propostas ver Brasil (2003a) ou acessar o *site* do MDA ([www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)).

baixos preços recebidos pelos produtos aí gerados e, por outro, ao alto custo dos insumos utilizados”.

Molina (1996), comentando a respeito da reforma agrária nos países da América Central, assevera que os principais problemas enfrentados pelos agricultores das áreas reformadas são os mesmos dos pequenos agricultores: baixos preços dos produtos agrícolas; aumento constante nos preços dos insumos; falta de capacitação, e problemas de mercado. Segundo o autor, tais dificuldades geram um círculo de pobreza que precisamente a reforma agrária pretende aliviar.

A dificuldade na comercialização foi apontada por dez entrevistados (62,5%) como uma das principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores da região. Em geral, a culpa recai nos atravessadores e na falta de organização dos produtores, como se pode verificar na declaração a seguir:

*Está difícil, não está muito boa a coisa. Porque, hoje em dia, tem muito atravessador de mercadorias, que a gente planta e vende, como diz o outro, vende pra um porque não tem uma associação aqui. Vende pra um, o outro já quer ganhar mais em cima daquilo que era pra ser. Então, bem dizer, o atravessador é o que mais ganha do que o produtor. O nosso produto hoje sai da roça, vamos supor, tomate a oito, dez reais a caixa, vai sair lá na frente a vinte e cinco reais.*

E12 – Proprietário, Fundo de Terras, 44 anos.

Todos os entrevistados beneficiários dos programas de crédito fundiário utilizam intensivamente os insumos modernos, com forte presença de agrotóxicos. Além do tomate e pimentão, que são as duas culturas comerciais de maior destaque entre os entrevistados (Tabela 29, Capítulo 3), aparece também a cultura do fumo. Essas culturas normalmente utilizam elevadas doses de produtos químicos, cujos lucros, em última análise, se destinam às empresas multinacionais produtoras desses insumos. Mesmo assim, as famílias estão conseguindo subsistir e pagar o financiamento da terra, não obstante todas as dificuldades apontadas.

No entanto, a liderança da Fetraf-Sul manifesta sua preocupação com relação à situação, como pode ser observado na seguinte declaração:

*Agora, o que nós temos preocupação e discutimos muito é que ainda o dinheiro público está sendo repassado diretamente para as empresas, infelizmente hoje para as multinacionais, de sementes, de venenos, de adubos químicos e tal. Essa é uma preocupação nossa, talvez nós teríamos que repensar isso. Então o que nós dialogamos é que não podemos continuar simplesmente assinando contratos no banco e repassando esse dinheiro. Inclusive o dinheiro público que*

*sai do país. Isto é um problema sério e, às vezes, o próprio governo tem dificuldade de captar esse tipo de questão.*

E37 – Liderança, Fetraf-Sul.

No caso da fumicultura, o crédito Pronaf deixou de financiar esse tipo de lavoura por ser altamente integrada às empresas processadoras desse produto. Aos fumicultores são asseguradas outras linhas de crédito garantidas pelas próprias empresas integradoras.

Na presente pesquisa foram encontrados dois entrevistados do grupo do Banco da Terra, representando 40% desse público, que implantaram a lavoura de fumo nas suas propriedades.

Nunes *et al.* (2005) também apontam o fumo como o principal produto em 36% do total de estabelecimentos pesquisados para o Banco da Terra na região Sul. Ressalta-se que esse público, além do crédito fundiário, recebe o Pronaf “A”, que constitui uma modalidade de crédito altamente subsidiado.

Até a realização da presente pesquisa de campo os entrevistados não haviam participado de qualquer atividade que envolvesse alguma alternativa a esse modelo convencional de produção. Mesmo com os esforços do Cepagri, Epagri e Sitruc, expressos no dossiê Sitruc (2004), as alternativas agroecológicas ainda não são praticadas pelos beneficiários do crédito fundiário no município de Caçador. Tal afirmação encontra respaldo na análise documental procedida nas propostas técnicas dos beneficiários do Banco da Terra e do PNCF. Foi encontrado somente um beneficiário que pratica atividade comercial, parte da qual pode ser considerada não-agrícola, como a venda de vasos, artesanatos e outros enfeites próprios de floricultura.

Um dos fatores que podem influenciar o distanciamento dessas alternativas é a forma como o crédito fundiário tem sido aplicado no estado, isto é, com propostas individuais e com atendimento de “balcão” ou de “guichê aberto”. Essa forma de atendimento permite os projetos aleatórios, em função meramente da demanda, sem um planejamento adequado e direcionados a programas mais amplos de desenvolvimento sustentável. Essa pulverização no atendimento também dispersa a aplicação dos recursos públicos, dificulta a prestação de serviços de assistência técnica e a integração com outras políticas públicas nos âmbitos estadual e federal.



Caso não haja um controle e uma seleção de projetos adequados às finalidades pretendidas, a tendência é que essas famílias mais dinâmicas, sob o ponto de vista de integração com o mercado, se beneficiem preferencialmente do crédito fundiário em detrimento daquelas mais pobres e excluídas, geralmente as que vivem mais isoladas e têm maior dificuldade de acesso às políticas de crédito e assistência técnica, como foi visto nas análises do público beneficiado pelo crédito fundiário e, principalmente, o Sem Sem, demonstrado na próxima seção.

Nessa esteira surgem algumas novas perguntas para as quais ainda não foram encontradas respostas definitivas neste trabalho, tais como: a) aquelas famílias mais pobres estariam em condições de se viabilizar nessa modalidade de crédito implantada no estado? b) haveria alguma lógica nos critérios subjetivos de escolha dos candidatos, apontada por três membros do CMDRS de Caçador, selecionando os mais “aptos” a essa modalidade de crédito? c) essa modalidade de crédito está em sintonia com enfoque de ordenamento fundiário e desenvolvimento territorial sustentável do MDA?

A realização de um programa de ordenamento fundiário pressupõe a integração de diversos fatores, aliando o acesso à terra, ao crédito agrícola, à infraestrutura produtiva e social, investimentos em pesquisa, educação formal e capacitação profissional, planejamento adequado do uso do espaço rural, apoio à comercialização, moradias adequadas e acesso ao lazer.

Além disso, um programa dessa natureza deve estar obrigatoriamente envolvido com a participação efetiva das comunidades. Por esse razão existe a necessidade de o instrumento de crédito fundiário fazer parte de programas estaduais e federais de desenvolvimento, tais como o Microbacias 2<sup>99</sup> e o Desenvolvimento Territorial do MDA<sup>100</sup>. Ambas as políticas citadas possuem um forte componente participativo e os pressupostos do desenvolvimento sustentável.

---

<sup>99</sup> Trata-se do “Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural” do Governo do estado de Santa Catarina em convênio com o Banco Mundial, visando o desenvolvimento rural sustentável. Durante os trabalhos de campo desta pesquisa o referido projeto encontrava-se em fase inicial de implantação no município de Caçador e, por isso, não foi abordado neste trabalho.

<sup>100</sup> Trata-se do programa coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do MDA, que objetiva desenvolver estratégias de integração de instrumentos complementares à função produtiva, para estimular o dinamismo entre a base social e as diversas esferas de governos. O enfoque territorial adotado é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas de intervenção.

### 6.2.2 Os não-beneficiados (Sem Sem)

A presente seção contempla uma síntese da caracterização dos entrevistados que constituem o grupo dos Sem Sem e suas perspectivas de acesso à terra. No entanto, é preciso ressaltar que os critérios para classificá-los nessa categoria, de cunho subjetivo, foram criados unicamente para facilitar a sua apresentação neste estudo, não garantindo sua existência plena, mas sim uma possibilidade concreta.

Como foi visto no Capítulo 3 deste trabalho, o público do grupo Sem Sem apresenta as seguintes características em relação aos demais grupos estudados: a) maior média de pessoas por família (Tabela 21); b) maior incidência de pessoas de origem brasileira (tabela 22); c) maior número de não-alfabetizados na família (Subseção 3.2.2); d) único grupo com pessoas semi-analfabetas entre os filhos dos entrevistados (Subseção 3.2.2); e) mais destituído em termos de posse de bens e serviços (Tabelas 25, 26 e 27); f) maior percentagem de entrevistados sem meios de transporte (Subseção 3.2.2); g) menor número de cômodos por moradia (Tabela 27); h) menor renda familiar (Tabela 28); i) preferência pelas culturas de subsistência (Tabela 29) e; j) único com pessoas em atividades eventuais fora do estabelecimento rural (Subseção 3.2.2).

Além disso, a Epagri e o Sitruc tiveram dificuldades em indicar essas pessoas para as entrevistas nesta pesquisa (possíveis demandantes de terra). Tal indicação foi procedida pelos próprios beneficiários do crédito fundiário durante os trabalhos de campo, sendo que apenas um entrevistado foi indicado pelo sindicato. Esse fato denota certo isolamento e/ou distanciamento desse público em relação ao órgão de assistência técnica e ao próprio STR, além de outros fatores de exclusão que serão demonstrados.

Nota-se que os entrevistados desse grupo têm as piores condições de vida em relação aos demais grupos estudados, embora não se trate de um segmento homogêneo como pode parecer. Entre seus integrantes encontram-se desde famílias de arrendatários com alguma integração ao mercado (tomaticultores), até famílias com trabalhos em parceria e que eventualmente oferecem sua força de trabalho para complementação de renda (trabalhos eventuais). As principais características que os agrupam nessa categoria de análise são a sua condição de

demandantes por terra, a falta de disposição para mobilização na luta pela terra e, também, ausência de perspectiva para conseguí-la em curto prazo de tempo<sup>101</sup>.

A propósito, os indivíduos foram reunidos nesse grupo para efeito de estudos e demonstração de algumas de suas percepções. Não se trata da construção de uma categoria teórica, mas da tentativa de apresentar algumas características próprias dos indivíduos que lutam pela vida, sonham e declaram sua própria opinião a respeito dos temas abordados neste trabalho.

A história de cada um tende a convergir para alguns pontos comuns, embora com características próprias e por caminhos distintos. Tais convergências não são exclusivas desse grupo estudado, mas merecem ser destacadas para a compreensão dos propósitos da presente pesquisa. Para facilitar a explanação do tema e a abordagem das questões levantadas, o texto foi dividido em tópicos, como apresentados a seguir.

a) O sonho da terra própria

Todos os entrevistados desse grupo, sem exceção, declararam que desejam o acesso à propriedade da terra e sonham em ter um lugar próprio para trabalhar e viver. Alguns dos entrevistados passaram pela experiência de trabalhos assalariados urbanos (dois entrevistados), mas voltaram para a zona rural, local onde desejam permanecer. Todos fizeram “*de tudo um pouco*” no campo, como relataram nas entrevistas, desde trabalhos eventuais e assalariados permanentes, até parcerias e arrendamentos.

Na expressão de Moraes Silva (2004), o ponto “brilhante” em suas narrativas é o sonho da terra própria. Na linguagem dos entrevistados é “*ter o que é meu*” ou “*plantar no que é meu*”. Mesmo assim, a maioria dessas famílias não se dispõe à mobilização na luta pela terra e sem a qual não será possível realizar seus projetos de vida. É o que revela a seguinte declaração:

*É o que a gente pensa [...] ter um pedacinho de terra, pelo menos pra ter onde morar, mais tranquilo. Aqui está bom também, mas não é da gente, fica ruim pra mexer.*

E16 – Parceiro, Sem Sem, 29 anos.

---

<sup>101</sup> Destaca-se que um dos entrevistados apresentou disposição em se mobilizar na luta pela terra, mas foi mantido no referido grupo em função da riqueza de informações por ele fornecidas, como explicado nos procedimentos metodológicos deste trabalho (Subseção 1.4.2).

A terra, nesse caso, além do local de trabalho é também o local para morar e viver “*mais tranqüilo*”. Na terra arrendada é mais difícil trabalhar, investir, “*fica ruim pra mexer*”. Um dos entrevistados declarou que sempre morou na roça e vive há mais de 22 anos cuidando de lavoura na terra alheia. Quando perguntado se queria ter uma terra própria respondeu da seguinte maneira:

*Mas olha, é o sonho que a gente tem, os bugrinhos que gostariam de ficar [os filhos querem ficar na terra]. A raiz da gente é na roça, se a gente for para a cidade eu não me adapto naquilo. Sempre lidei no campo e gosto de ter uma galinha, um porco. Daqui sai o sustento da gente. Podemos dar alguma coisa para a cidade, para o povo de lá comer, se cada um que fica sem-terra for pra lá, do jeito que está, cada vez está pior. Lá a gente vai passar fome, aqui não, aqui a gente tem bastante, a gente consegue se manter. A gente trabalhando vai longe. [...] Imagina, se tivesse uma terrinha minha mesmo, é a coisa que mais eu sonho, né? Que nem você ganhar na esportiva, pudesse ter a terrinha da gente para trabalhar em cima do que é da gente, plantar um pé de árvore, bom isso aqui é meu. Um dia se eu não comer [...] meus filhos vão aproveitar isso aí. Seria o ideal pra eles.*

E27 – Parceiro, Sem Sem, 45 anos.

Com efeito, o sonho desse entrevistado é adquirir uma terra, mas a dificuldade para realizá-lo está estampada nas expressões “*que nem ganhar na loteria*” e “*não tem condições*”. Essa fala revela alguns pontos que estão presentes, com maior ou menor intensidade, nas declarações dos demais entrevistados, como por exemplo, o sentimento de fixação no meio rural e de falta de adaptação no meio urbano, a noção de subsistência presente no campo e o trabalho pela família, para dar “algo” aos filhos. Nota-se também que esse sonho foi o motivo da escolha do crédito fundiário abordado na seção anterior.

A perspectiva de realização do sonho da terra própria também se manifesta, com maior ou menor distanciamento, em todos os entrevistados. Para alguns esse sonho é algo quase impossível, irreal, é como se fosse “a esperança mágica” apontada por Bourdieu (1979), como se existisse um milagre capaz de arrancá-los de sua condição atual<sup>102</sup>. Dois desses entrevistados ouviram falar do crédito fundiário, mas não crêem que os atinja. É o que se depreende:

<sup>102</sup> Conforme Bourdieu (1979, p. 102): “a esperança mágica é a mira do futuro próprio daqueles que não têm futuro”. O autor se refere a toda sorte de excluídos, inclusive os “camponeses sem terra” e os “trabalhadores agrícolas”.

*Nunca procurei [o financiamento da terra], via falar, mas não sabia como era que vinha o tema ali, de que jeito que era. Via eles conversarem entre eles [as pessoas no sindicato] e eu não ia perguntar como era, eu ficava quieto.*

E18 – Parceiro, Sem Sem, 58 anos.

Esse agricultor é o mais pobre dos entrevistados; vive isolado a 42 km da sede do município de Caçador e quando necessita ir até a cidade anda a pé ou de carona. Apesar de ter procurado o STR algumas vezes, não é sócio do Sindicato, nunca ouviu falar do MST, tampouco do Pronaf. Também não procurou informar-se sobre o financiamento da terra. O agricultor que indicou esse entrevistado declarou que existem muitas pessoas nessas mesmas condições na região. Para essas pessoas o sonho da terra própria pode ser considerado uma utopia ou uma “esperança mágica”. A declaração, a seguir, expressa essa dificuldade em adquirir a terra.

*Eu queria ter um terreno, já lutei [com seu trabalho], mas não pude. Já estive em reunião com o sindicato e tudo, sobre esse negócio do terreno até hoje não clareou nada e acho difícil [a respeito do financiamento da terra].*

E14 – Arrendatário, Sem Sem, 53 anos.

Esse arrendatário (olericultor), com certa integração ao mercado, não possui conta em banco, nunca pegou o Pronaf e não é sócio do STR, apesar de frequentá-lo. Também sonha com uma terra própria, mas declara que com seu trabalho não é possível conseguí-la. Do mesmo modo, todos os outros entrevistados desse grupo têm a consciência da dificuldade para adquirir uma terra com seus próprios recursos. Essa condição demonstra uma ausência de “horizontes”, própria do agricultor familiar não-proprietário, como afirma Abramovay (2001).

#### b) A penosidade do trabalho rural

Todos os entrevistados desse grupo apontaram a dificuldade do trabalho na agricultura e principalmente sua condição de arrendatário ou parceiro. O trabalho duro do campo, o pagamento da renda da terra e o alto custo dos insumos são as principais reclamações apresentadas. A situação “penosa” citada por Paulilo (1998) e vivenciada por muitos desses parceiros pode ser percebida nos seus relatos.

*Esse trabalho meu, eu digo sempre, o patrão fica com o dinheiro e você fica com o veneno no pulmão, o cara que trabalha desse tipo, que nem nós trabalhamos aqui. É difícil você trabalhar para os outros, é muito ruim a proposta que a gente trabalha. Não sou só eu, todos os pequenininhos arrendatários estão nessa situação. Está desse jeito aí, só sobra o veneno pra ele.*

E27 – Parceiro, Sem Sem, 45 anos.

O entrevistado tem consciência de sua situação relativamente ao trabalho realizado em parceria. Apesar de administrar as lavouras e cuidar da propriedade com certa independência, o entrevistado analisa que sua condição é injusta nas perspectivas econômica e humana. Essa condição é revelada quando utiliza as expressões: “o patrão fica com o dinheiro e você com o veneno no pulmão” e “é muito ruim a proposta que a gente trabalha”. Ainda, manifesta uma insegurança em relação à precariedade dos contratos de parceria e à impossibilidade de aquisição da terra.

*Hoje eu vivo rolando [de uma propriedade para outra, trabalhando de parceria] e eles com certeza vão ficar rolando também [os filhos]. Cada vez mais difícil, vai comprar como? Terreno do jeito que está aí. Não tem condições.*

E27 – Parceiro, Sem Sem, 45 anos.

Outro entrevistado reforça a idéia de preparar a terra para o dono da propriedade e ter de abandoná-la quando está adequada para o cultivo.

*“Ponhar” calcário, que nem eu estou pondo dentro da terra arrendada... mas ali eu ia usar aquela terra [no caso de uma terra própria]. Aqui eu estou pagando e vou arrumando o terreno, deixo calcariado e adubado, se vence o contrato o proprietário diz, eu não vou mais arrendar. Eu vou ter que ir para outro lugar, é o que está acontecendo.*

E14 – Arrendatário, Sem Sem, 53 anos.

Muitas das dificuldades apontadas pelos agricultores não-proprietários também foram declaradas pelos proprietários beneficiados com o crédito fundiário. No entanto, a situação dos arrendatários e parceiros parece mais crítica devido ao valor do aluguel da terra e outras condições desfavoráveis já citadas e também apontadas por Abramovay (2001) e Paulilo (1998).

c) O acesso à terra

Sobre o acesso à terra, uma entrevistada que já participou de acampamentos junto com sua família declarou que não está disposta a “arriscar-se” novamente nessas mobilizações. Prefere o instrumento de crédito fundiário no qual se encontra inscrita, mas com dificuldades para aprovação da sua proposta. Além do sindicato ela já procurou a Epagri e no ano de 2001 também fez a inscrição pelos Correios para adquirir terra pelo Incra. Foi a única, entre os entrevistados desse grupo, que procurou as principais políticas públicas de acesso à terra no município, a saber: o Incra (inscrição nos Correios); a Epagri (crédito fundiário); os acampamentos (movimento social); o STR (crédito fundiário, principalmente).

Outro entrevistado também já participou de acampamentos e encontra-se atualmente inscrito no crédito fundiário e aguardando uma mobilização para ocupação de uma área de terra, conforme já foi relatado.

Dois entrevistados não têm qualquer perspectiva de acesso à propriedade da terra, conforme declararam. Outros dois deixaram o nome inscrito no sindicato para uma possível vaga no crédito fundiário, mas não depositam confiança no processo de escolha devido ao longo tempo de espera, como ficará demonstrado nos depoimentos que se seguem. Dentre esses quatro entrevistados, nenhum deles procurou as demais instituições ligadas às políticas de acesso à propriedade da terra no município, ou seja, o Incra, a Epagri e o MST. Mesmo assim, dois deles foram procurados por integrantes do MST para fazerem parte de um acampamento que estava sendo formado na região. O convite foi rejeitado por ambos, pelos motivos já expostos no Capítulo 4.

Todos os entrevistados, de algum modo, já tinham ouvido falar a respeito do crédito fundiário. Um deles, por exemplo, demonstrou possuir algumas informações do Fundo de Terras estadual e do Banco da Terra, embora não soubesse o nome dos respectivos créditos. Sua declaração foi a seguinte:

*Isso começou na época que eu vim aqui em 80 [quando estive em Caçador na década de 1980 ouviu falar do Fundo de Terras], acho que deve ter sido, eu já me inscrevi. Era diferente, eu já me inscrevi ali, faz mais de 20 anos que eu estou lutando com isso aí, esperando. Saiu para um monte de gente, pra mim não. É através do banco. Até hoje [...]. Do jeito que é aquele programa que eles têm lá é difícil [Banco da Terra]. Você tem que levar o dono da terra lá, praticamente tem que desistir porque não sabe se vem ou não vem. Então, é meio complicado aquilo. Ele falou [alguém do sindicato] que era para eu levar o cara lá, mas eu não fui muito atrás daquilo. A*

*maioria dá pra trás, é difícil aquilo dá certo desse jeito [reclama da demora no atendimento].*

E27 – Parceiro, Sem Sem, 45 anos.

Observa-se o longo período de tempo que o entrevistado está aguardando uma oportunidade para obter o financiamento da terra. Na sua percepção é uma transação muito complicada, demorada, com poucas chances de dar certo. Sua perspectiva, nesse caso, é muito pequena, como se fosse “*ganhar na loteria*”, de acordo com sua fala.

A grande procura do crédito e a sua baixa capacidade de atendimento, faz com que as pessoas se dirijam seguidamente ao STR ou à Epagri. Essa demora tem desestimulado, principalmente, aquelas pessoas mais pobres, com dificuldade de deslocamento e com poucas chances de influenciar a tramitação das suas propostas. Essa afirmação é baseada nas declarações de alguns membros do CMDRS e dos próprios demandantes do crédito.

Dois entrevistados aguardam uma oportunidade, uma vaga no crédito fundiário ou a chegada dos recursos, como se pode perceber em um trecho da seguinte entrevista:

[Em qual programa você se inscreveu?]

*Era o Banco da Terra.*

[Você procurou o Sindicato ou a Epagri?]

*O Sindicato.*

[O que aconteceu?]

*Mas, disseram que não veio o dinheiro, não veio a verba. Até uma parte já mandaram os papéis para Florianópolis [algumas propostas foram encaminhadas para Florianópolis], mas que nem eu aqui, eles nem decidiram ainda, daí fica meio parado agora [...]. Quando eu vou para a cidade, vou lá e vejo, mas disseram que está tudo parado. Aí não adianta nem insistir muito também. Eu acho que faz uns dois ou três anos. O pai faz muito mais, o pai faz 20 anos que está inscrito lá [no Fundo de Terras do estado]. Até me falaram no sindicato que tinha de levar o dono da terra, os documentos e fazer a inscrição lá, que daí eles mandavam pra lá [para a SAR, em Florianópolis]. Só que agora, nesse momento, não estão fazendo.*

E16 – Parceiro, Sem Sem, 29 anos.

O período ao qual se refere o entrevistado que não estava havendo atendimento é aquele que o programa Banco da Terra foi substituído pelo PNCF, no governo Lula. Durante as entrevistas no campo, em meados de 2005, o programa de



crédito fundiário estava funcionando normalmente. As propostas eram analisadas à medida que eram encaminhadas ao CMDRS, sendo que a limitação à época era muito mais operacional do que propriamente de recursos financeiros, embora, também, limitados. Observou-se que entre as famílias desse grupo de entrevistados não existia uma informação precisa a respeito do crédito e suas condições de financiamento. Sabem apenas que o financiamento é de longo prazo, mas não têm noção dos juros, do rebate, do valor exato das prestações e da tramitação das propostas.

Na declaração citada anteriormente percebe-se uma descrença na possibilidade de acesso ao financiamento, revelada pela expressão “*não adianta nem insistir muito também*”. Outra observação interessante é a condição do pai do entrevistado que está aguardando há cerca de 20 anos uma oportunidade para acessar o financiamento da terra. Nesse período, segundo o declarante, nunca pensou em entrar nos movimentos de luta pela terra.

Todos os entrevistados desse grupo responderam que teriam como pagar o financiamento da terra nas atuais condições do PNCF, sendo que a maioria, principalmente, pelo fato de deixarem de pagar a renda da terra. Esses entrevistados afirmaram que os recursos da renda da terra poderiam ser revertidos nas prestações do financiamento. Outra afirmação freqüente foi a disposição em realizar um maior esforço para honrar com o pagamento do crédito, no caso da compra da terra própria. As declarações a seguir revelam essa predisposição dos entrevistados:

*Que daí meu filho vai me ajudar, daí vamos se dedicar só ao trabalho da terra. Daí, nós sabemos que é da gente. Quanto mais a gente fazer mais melhora. Não tem que empatar uma percentagem “fazendo a meia”<sup>103</sup>.*

E18 – Parceiro, Sem Sem, 58 anos.

Outro entrevistado reforça essa condição do “maior esforço” no caso do financiamento da terra:

*Eu acho que daria certo. Porque daí a gente pode plantar mais também. Agora eu planto pouco porque, para mim é só a metade. Mas a vontade é, sendo meu, trabalhar mais.*

E16 – Parceiro, Sem Sem, 29 anos.

<sup>103</sup> O termo “fazendo a meia” significa trabalhar sob o regime de “meação”. Esse regime é uma “forma de parceria em que metade da produção é entregue pelo produtor direto, dito meeiro, ao proprietário da terra” (AURÉLIO, 1999).

A mesma situação é apontada por Bari (1998) ao fazer uma análise econômico-financeira do crédito fundiário no Brasil. O autor, baseado em estudos de Newbery e Stiglitz (1985)<sup>104</sup>, afirma que ao contrair o crédito fundiário o beneficiário desprende maior esforço para não perder o patrimônio adquirido, diminuindo assim a situação de risco do empreendimento. Ainda, de acordo com o mesmo autor, além da diversificação da produção, os beneficiados do crédito multiplicam seus esforços para aumentar a renda agrícola que lhes possibilitem honrar o compromisso financeiro assumido.

Mesmo com o sonho e a esperança em adquirir a terra, evidenciada nesse grupo de entrevistados, percebe-se que a realização desse desejo está bem mais distante no caso das famílias mais pobres do campo.

#### d) Os apoios recebidos

Entre os entrevistados desse grupo observou-se uma dificuldade de acesso ao crédito agrícola (apenas uma família teve acesso ao Pronaf) e à assistência técnica (apenas um entrevistado recebeu esse serviço de forma gratuita). Um desses entrevistados, que nunca utilizou o crédito agrícola, também não possui veículo, maquinário ou implementos agrícolas. Sua percepção a respeito do crédito agrícola é característica das pessoas excluídas desse serviço, sem garantias para oferecer ao banco, como ele mesmo explica:

*O pequeno que vai lá não consegue nada [no banco]. O grande vai lá e na hora consegue. O pequenininho, ele fica dois a três dias sentado lá e não adianta [esperando para ser atendido]. É muito difícil que ele consiga alguma coisa, porque, praticamente, a turma tem medo de perder [os agentes bancários com medo de não receber o crédito], porque não tem isso, não tem aquilo [as garantias do crédito].*

E27 – Parceiro, Sem Sem, 45 anos.

Nota-se a mesma reclamação feita pelos beneficiários do crédito fundiário e apresentada anteriormente, destacando-se que proporcionalmente o número de entrevistados do grupo dos Sem Sem com acesso ao Pronaf é bem menor.

A tendência do banco em atender preferencialmente às famílias mais dinâmicas sob o ponto de vista do mercado é percebida pelos agricultores mais

<sup>104</sup> NEWBERY, D.M.G., STIGLITZ, J.E. *The theory of commodity price stabilization: a study in the economics of risk*. Oxford: Clarendon Press, 1985.

pobres, conforme a declaração anterior. Leite *et al.* (2004) mencionam essa preferência dos agentes intermediadores dos recursos do Pronaf em relação aos agricultores integrados com empresas agroindustriais. Nesse caso, a preferência está relacionada às facilidades em oferecer garantias na obtenção do crédito, como é o exemplo do aval da própria empresa integradora. A única pessoa que recebeu o Pronaf-custeio explica que teve problemas para a renovação do contrato.

*Eu fiz ano retrasado [custeio, em 2003], deu problema daí, pra pagar era o Pronaf, porque era feito em 5 anos e ele renovava automaticamente, pagava, dali 2 a 3 dias voltava o dinheiro na conta, não precisava fazer toda papelada de novo. Só que o meu deu errado, que um ano não voltou, paguei não voltou mais, tive que fazer a... não sei se era a carta de aptidão ou era a carta de anuência que valia só por um ano e foi feita errado na época. Daí eu desisti de ir atrás.*

E02 – Parceira, Sem Sem, 30 anos.

Nota-se a dificuldade da entrevistada para renovar o crédito, no caso o Pronaf-custeio, liberado em até seis operações anuais, no caso do pagamento em dia. A carta de aptidão é fornecida pelo STR e no caso não foi renovada em tempo hábil.

Todos os entrevistados reclamaram que não têm apoio do Estado, sendo que o único benefício recebido por uma das famílias é do programa Bolsa-escola. Alguns relatam que apesar de não desejarem sair da roça, às vezes, “dá vontade de desistir”.

*Isso aqui é uma vida muito sofrida, é sofrida. Porque você precisa de uma coisa, tem que sair e colocar uma bolsa, tudo, nas costas. Trabalhar e, às vezes, não dá bem. No fim fica na mesma, isso aí quando não empata, às vezes. Não tem apoio do governo, nada, nada.*

E18 – Parceiro, Sem Sem, 58 anos.

Uma outra situação percebida pelos entrevistados é a dificuldade no momento de comercialização da produção e a necessidade de organização dos agricultores. Essa percepção também é idêntica àquela declarada pelos beneficiários do crédito fundiário, conforme segue:

*Porque o agricultor hoje está numa situação [...], quando você começa a colher sua produção, ao invés de você ficar faceiro, você fica triste, por insegurança. Porque é um desastre, para você vender*

*é 30, 60 dias para receber, quando não vem o golpe do cheque frio, o caloteiro, é uma coisa séria. Então é esse o ponto que precisaria de uma cooperativa que funcionasse certinho pro agricultor.*

E27 – Parceiro, Sem Sem, 45 anos.

A questão do baixo nível educacional também é percebida por todos os entrevistados como um limitador da ocupação do agricultor no meio urbano. Essa dificuldade é colocada por um dos entrevistados que reclama da falta de apoio para a educação dos filhos.

*No mato o cara produz, e outra, se não tiver o segundo grau completo, não arranja nada [na cidade], não tem mais condições. Qual é o pequeno pai, coitado que nem eu, que consegue formar um filho na faculdade, do tipo que está? Eu não consigo uma bolsa escola, nada, estou por conta, nem essa ajuda ali, não tem nada.*

E16 – Parceiro, Sem Sem, 29 anos.

De forma geral, o grupo dos Sem Sem apresentou as maiores limitações quanto ao acesso às políticas públicas de apoio à agricultura familiar e, em especial, à assistência técnica e ao Pronaf. No caso do acesso ao financiamento da terra, tão importante como o apoio dessas políticas é o suporte de capacitação para a gestão da propriedade e o apoio à comercialização da produção. Além disso, o crédito fundiário deve estar integrado a uma política mais ampla de desenvolvimento sustentável, objetivando oferecer alternativas viáveis para o longo prazo e com menor impacto ao meio ambiente.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

Este trabalho é uma tentativa de análise do acesso à terra por meio de políticas públicas e da visão do público não mobilizado na luta pela terra. A análise mais aprofundada foi restrita aos programas de crédito fundiário que, no estado de Santa Catarina, atendeu 5.637 famílias no período de cinco anos, enquanto o Incra, através da reforma agrária tradicional, assentou 5.537 famílias no período de vinte e dois anos. Somando-se ao programa estadual de crédito fundiário (Fundo de Terras), o número de famílias assentadas por esse instrumento sobe para 8.227, número este bem maior do que o conseguido pelo Incra. Desse modo, o crédito fundiário é a principal política pública de acesso à terra no estado, fato que justificou a presente pesquisa.

Ao final do trabalho investigativo empreendido foi possível fazer algumas comparações e traçar alguns paralelos e mesmo tecer generalizações para regiões semelhantes no estado de Santa Catarina e no Sul do país. Além do estudo de caso no município de Caçador essas conclusões se basearam na análise documental procedida, a qual contribuiu para ampliar a compreensão do tema.

### **7.1 Considerações finais**

Essas considerações foram divididas em duas partes para facilitar a compreensão do trabalho. Na primeira parte consideram-se os aspectos positivos da aplicação do crédito fundiário. Na segunda ressaltam-se as dificuldades e os aspectos “negativos” na sua implantação, necessitando de estudos e debates para o aperfeiçoamento desse processo na área em estudo.

Os resultados obtidos permitem concluir que no município de Caçador e também no estado de Santa Catarina o público que acessa o crédito fundiário é constituído, preferencialmente, de agricultores não-proprietários e minifundiários, tais como arrendatários, parceiros e filhos de agricultores familiares. Esse público, devidamente caracterizado no Capítulo 3 deste trabalho, declarou que não se dispõe a participar da mobilização de luta pela terra, mesmo não havendo outra opção de acesso à propriedade da terra. Nesse caso, o crédito fundiário se apresenta como a única opção para muitos desses agricultores não-proprietários ou que dispõem de

pouca terra para sua manutenção. Além disso, as propostas de financiamento têm sido efetivadas de forma individual, com a compra de pequenos imóveis. Nesse sistema, o crédito fundiário no estado de Santa Catarina não exerce concorrência com os instrumentos utilizados na reforma agrária tradicional, nem em termos de público atendido, nem em termos de áreas adquiridas. Desse modo, é desejável a integração de ambos os instrumentos de acesso à terra sob uma política mais ampla de ordenamento dos territórios, embora isso ainda não ocorra na prática.

Apesar das críticas pessimistas a respeito dessa forma de acesso à terra, que se explicam mais pelo seu cunho ideológico do que pela realidade dos fatos, o crédito fundiário não só foi adotado pelo governo Lula, como também suas linhas de financiamento foram ampliadas e aperfeiçoadas. Além disso, as instituições representativas da agricultura familiar, como é o caso da Fetraf Sul, passaram a participar mais ativamente da implementação desse programa do governo federal, imprimindo-lhe mais transparência e credibilidade.

### **7.1.1 Aspectos positivos do crédito fundiário**

Um dos aspectos mais relevantes do crédito fundiário é assegurar a permanência de agricultores na área rural, até então não-proprietários, principalmente nas áreas de forte concentração de agricultura familiar. Esses trabalhadores vêem na terra o lugar ideal para morar e viver; ao mesmo tempo dispõem de conhecimento suficiente para a gestão da atividade rural, que os credencia ao benefício dessa modalidade de política pública.

Igualmente, o crédito fundiário se apresenta como uma solução para a questão da sucessão hereditária, permitindo aos filhos de agricultores satisfazer o desejo de permanecer na atividade. Além disso, essa política facilita a compra de áreas próximas a pessoas com quem mantêm laços de amizade e parentesco. Essas relações sociais são fatores positivos no processo de organização da agricultura familiar.

O acesso às informações a respeito do crédito fundiário está disponível nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e nos escritórios da Epagri, cujas representações estão presentes em todos os municípios catarinenses. Com a capilaridade dessa política pública é possível atender todo o estado, apesar de a

capacidade operacional e os recursos financeiros nem sempre estarem disponíveis na quantidade desejada.

O crédito fundiário é um instrumento de ordenamento fundiário nas seguintes questões: ampliação das áreas insuficientes à reprodução familiar de agricultores minifundiários (reestruturação dos minifúndios ou fusão de parcelas); aproveitamento de áreas inexploradas ou semi-exploradas; não permite a reconcentração fundiária ou usos inadequados dos imóveis em áreas de concentração de agricultura familiar.

Os beneficiados sabem que podem perder a sua terra caso não paguem as prestações. Por isso, além de se empenharem para honrar os compromissos assumidos, desenvolvem um maior esforço na gestão da propriedade, o que contribui sobremaneira para diminuir os riscos de insucesso do empreendimento.

Na análise do Fundo de Terras do estado de Santa Catarina foi constatado que os entrevistados beneficiários deste programa, não só se viabilizaram na terra adquirida, como também conseguiram liquidar o crédito. Vale dizer, a maioria deles (60%) conseguiu inclusive adquirir novas áreas.

Para aquelas pessoas, tais como os arrendatários e os parceiros, o crédito fundiário é um instrumento capaz de melhorar a sua qualidade de vida. Todavia, relativamente ao contexto e à forma que está sendo implantando no estado de Santa Catarina esse instrumento creditício é mais viável para aqueles que estão integrados ao mercado e dispõem de algum patrimônio e uma poupança inicial para dar início à suas atividades.

Em resumo, o crédito fundiário apresenta diversas vantagens, que o qualifica como uma política pública de caráter permanente e necessária ao reordenamento fundiário, mesmo consideradas as suas limitações, as quais serão relacionadas a seguir.

### **7.1.2 Aspectos que necessitam de aperfeiçoamentos**

Uma das maiores ameaças à implantação do crédito fundiário na região estudada é a valorização das terras. No caso de aumento do teto do financiamento, essa situação pode até piorar devido a dois motivos. O primeiro refere-se à pressão que tal aumento exerce sobre o preço das terras, ampliando ainda mais o seu valor. O segundo motivo caracteriza a maior dificuldade de pagamento do crédito em razão

da elevação do valor das prestações anuais. Mesmo com essas dificuldades, o crédito não tem atendido à demanda existente no estado de Santa Catarina; a procura é sempre maior do que a disponibilidade do crédito.

Uma das características do crédito fundiário implantado no estado de Santa Catarina é sua forma individualizada de contratos. Essa forma tem se mostrado viável para os agricultores não-proprietários integrados ao mercado. Os trabalhadores rurais sem terra que não possuem uma poupança inicial, implementos agrícolas e experiência gerencial para produção e comercialização têm dificuldade de acesso e também de tornar viável o pagamento do crédito no formato que está sendo implantado (Sem Sem).

A dificuldade de acesso ao crédito por parte dos demandantes mais pobres é causada, sobretudo, pela restrição da oferta em relação à procura. Nesse caso, além dos critérios de elegibilidade ao programa, os membros do CMDRS escolhem os “mais aptos”, ou seja, aqueles que apresentam melhores condições para o pagamento do crédito. Além disso, os agricultores mais pobres têm mais dificuldade de acesso não só ao crédito fundiário, mas também ao crédito agrícola e à assistência técnica. Por tal razão esse público (Sem Sem) continua excluído do acesso à propriedade da terra, uma vez que a maioria não se dispõe à mobilização nos acampamentos e ocupações para acessar a propriedade por meio da reforma agrária tradicional.

Constatou-se durante a pesquisa certa deficiência na prestação de assistência técnica pública e no apoio à comercialização aos beneficiários do crédito fundiário. Não obstante, os agricultores estão sujeitos às flutuações do mercado, principalmente quando sua renda é baseada na opção de poucos produtos. É o caso de inúmeros agricultores familiares no município estudado, dedicados ao cultivo de tomate e pimentão. Além disso, essas culturas estão sujeitas às condições adversas de clima (seca e granizo). Segundo declarações colhidas, na época das safras o aumento da oferta diminuiu consideravelmente os preços desses produtos, reduzindo os lucros dos agricultores. Assim, sem uma organização que os proteja dos atravessadores ficam expostos aos calotes e aos baixos preços ofertados.

As propostas técnicas de crédito fundiário analisadas foram todas centradas na produção agrícola convencional, não sendo observada qualquer alternativa agroecológica. Nesse sentido, existe a ameaça inerente ao modelo produtivista que,



além de ferir o meio ambiente, muitas vezes leva o pequeno produtor a engrossar as favelas urbanas.

O PNCF implantado em convênio com os governos estaduais e participação das centrais sindicais é totalmente dissociado da reforma agrária tradicional coordenada pelo Incra. Ademais, esses programas pontuais de ordenamento fundiário não são suficientes para o fortalecimento da agricultura familiar. Desse modo, para que cumpram com o seu papel de combate à pobreza e fortalecimento da agricultura familiar devem figurar como instrumentos integrantes de políticas mais amplas que contemplem o desenvolvimento sustentável, conforme as recomendações que se seguem.

## **7.2 Recomendações**

Em função dos resultados desta pesquisa e das considerações apresentadas, recomendam-se para a continuidade do crédito fundiário as seguintes medidas:

- apoio à diversificação da renda dos novos proprietários com implantação de agroindústrias, mesmo artesanais, e outras atividades não-agrícolas. Essas atividades podem apoiar o público caracterizado neste estudo como o grupo Sem Sem, de maneira a complementar-lhe a renda e facilitar a sua permanência no meio rural;
- introdução de mecanismos de controle do preço das terras em regiões prioritárias, mediante uma legislação que estabeleça alguns critérios como o direito de preempção e o valor histórico da terra. A preferência de compra por parte dos demandantes de terra ou suas instituições, que se enquadrem dentro do perfil do crédito fundiário, anula os efeitos inflacionários que elevam o preço da terra no caso da aplicação intensiva do crédito fundiário. A criação das SOFs, sugeridas no estudo FAO/Incra (1994), pode auxiliar a regular e ordenar o processo de aplicação desse programa;
- introdução de modalidades de seguro para o pagamento das prestações em caso de perda de safras por intempéries, principalmente aquelas que se configurem em calamidade pública;
- necessidade de maior apoio (assistência técnica e comercialização) e capacitação das pessoas mais pobres e com menor patrimônio inicial

no caso de financiamento individual ou não. Referido apoio amplia as chances de viabilidade do público Sem Sem no caso de acesso ao crédito fundiário;

- apoio na organização dos beneficiários, principalmente no que alude à produção e à comercialização. A organização dos produtores pode minimizar a evasão ou desistência dos beneficiários do crédito fundiário nas áreas incorporadas ao processo de ordenação agrária;
- ampliação da oferta do crédito para atender, sobretudo, as famílias mais pobres do meio rural (Sem Sem);
- maior agilização na tramitação dos processos de concessão do crédito fundiário, desburocratizando e descentralizando os procedimentos adotados no estado;
- discussão entre as organizações sociais e as instituições governamentais, no sentido de implantar um sistema semelhante ao programa “troca-troca” do governo do estado de Santa Catarina, com reversão dos valores das prestações em produtos agrícolas;
- disponibilização de dados dos sistemas de informações gerenciais do PNCF (SQD e SAC), além daqueles já existentes, a saber: motivo da venda das propriedades; uso anterior do imóvel; área total do imóvel original; área proposta para aquisição; ocupação anterior e renda declarada pelo proponente, entre outros. Essas informações permitem uma avaliação periódica mais profunda em relação ao impacto de implantação do referido programa, possibilitando a correção de possíveis falhas, bem como das políticas de apoio aos beneficiários;
- integração das políticas públicas de reforma agrária tradicional e crédito fundiário, utilizando-as como instrumentos complementares, como está explícito no II PNRA;
- criação de novas linhas de crédito fundiário com a introdução de subsídios às alternativas de produção agroecológicas;
- realização de pesquisas mais aprofundadas a respeito dos impactos do crédito fundiário em relação ao processo de ordenamento fundiário e desenvolvimento sustentável nas regiões onde está sendo implantado;

- utilização do crédito fundiário como instrumento de ordenamento fundiário dentro de uma concepção mais ampla de desenvolvimento sustentável, cujos preceitos estão presentes nas políticas públicas existentes no MDA e no governo do estado de Santa Catarina. Essa condição pode facilitar o acesso ao crédito fundiário por parte do público mais pobre do campo (Sem Sem) e amenizar efeitos nocivos causados por práticas agrícolas que agredem o meio ambiente;
- incentivo ao aprofundamento de estudos e debates a respeito de uma política de ordenamento territorial, integrando todas as políticas e ferramentas já existentes, inclusive o crédito fundiário, na linha adotada na recomendação anterior. Uma política dessa natureza pode evitar a política de “balcão” ou “guichê aberto” adotada, de certa forma, no caso do crédito fundiário no estado de Santa Catarina.

A implantação de uma política mais ampla como a recomendada neste trabalho exigiria uma articulação entre as diversas esferas do Poder Público e a sociedade civil organizada. Essa articulação é essencial para mobilizar os recursos e os instrumentos essenciais para o atendimento das necessidades dos agricultores familiares no processo de acesso à terra, desde a educação até o apoio à comercialização. Trata-se de integrar, articular e buscar a sinergia de tudo o que, de alguma forma, já é feito, com o objetivo de emancipar e fortalecer os agricultores familiares e os trabalhadores rurais sem terra.

A mudança desse quadro exige um novo arranjo institucional e a construção de um respaldo sociopolítico dentro de consensos mínimos, mobilizando a capacidade técnica e operacional e os recursos materiais e financeiros dispersos, nem sempre utilizados de forma eficaz.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Anpocs; Campinas: Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo (coord.). *Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios*. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo (coord.). *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: Epagri; Brasília: Nead/MDA, 2001.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba (RS): Agropecuária, 2002.

AURAS, Marli. *Guerra do Contestado: a organização da Irmandade Cabocla*. Florianópolis: Ed. UFSC; São Paulo: Cortez, 1984.

AURÉLIO (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira). *Dicionário Aurélio Eletrônico – Século XXI*. Versão 3.0. São Paulo: Nova Fronteira, nov. 1999.

BANCO MUNDIAL. *Combate à pobreza rural no Brasil: uma estratégia integrada*. Departamento do Brasil, Região da América Latina e do Caribe, Relatório n. 21.790-BR, v. I, dez. 2001.

BARI, Mamadu Lamarana. *Análise econômico-financeira do crédito fundiário no Brasil*. Viçosa (MG), 1998. Tese (Doutorado em Economia Rural) – Departamento de Economia Rural, Universidade Federal de Viçosa.

BAYER, Andréa Tozzo Marafon. *Avaliação do cumprimento da legislação ambiental nas propriedades rurais: estudo de caso do município de Caçador*. Blumenau (SC), 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Centro de Ciências Tecnológicas, Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB.

BERGAMASCO, Sonia M. P. P. *et al. Estudo prospectivo da demanda por terra: cenários possíveis para a reforma agrária*. Brasília: MDA, 2000.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. *Banco da Terra: análise econômica e exemplos de financiamentos*. (Boletim Deser – Edição especial). Curitiba: Deser, jun. 1999.

\_\_\_\_\_. *Pacote agrícola safra 2000/2001: os financiamentos através do Banco da Terra*. Brasília, 2000. Mimeo

\_\_\_\_\_; BIANCHINI, Valter. *A agricultura familiar na Região Sul do Brasil*. (Relatório de pesquisa convênio Incra/FAO). Curitiba: Deser, 1996.

BITTENCOURT, Gilson Alceu et al. *Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil*. (Relatório de pesquisa). Brasília: Incra/FAO, 1998.

BORCHARDT, Ilmar; SILVA, César Augusto Freyesleben; FELICIANO, Antônio Marcos. *Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome*. Florianópolis: SDS/Instituto Cepa (SC), 2003.

BORGERT, Altair. O programa troca-troca e a política de assistência e incentivo ao pequeno produtor rural do estado de Santa Catarina no período 1983-1987. Florianópolis, 1991. Dissertação (Mestrado em Administração), Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

BRANDÃO, Wilson. A Reforma Agrária Solidária no Ceará. In: SISNANDO LEITE, Pedro (org.) *Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: Nead/MDA, 2000.

BRASIL. Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Estatuto da Terra. Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. Brasília: MIRAD, 1985.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei 8.629, de 25 fev. 1993. Brasília: DOU, 1993.

\_\_\_\_\_. Ministério Extraordinário de Política Fundiária. I Censo da Reforma Agrária do Brasil. Brasília: MEPF, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério Extraordinário de Política Fundiária/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Mudanças legais que melhoraram e apressaram as ações da reforma agrária. Brasília: MEPF, 1998.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto nº 3.475, de 19 maio 2000. Brasília: DOU, 2000.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Lei nº 10.267, de 28 ago. 2001. Brasília: DOU, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: Incra/MDA, 2003a.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto nº 4.892, de 25 nov. 2003. Brasília: DOU, 2003b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. Fundo de Terras e da Reforma Agrária: Regulamento operativo. Brasília: DOU, 14 abr. 2004a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Recuperação e Regularização dos Projetos financiados pelo Fundo de Terras (Programas Banco da Terra e Cédula da Terra): Princípios e diretrizes. Brasília: SRA/MDA, 2004b. Disponível em: <[www.creditofundiario.org.br](http://www.creditofundiario.org.br)>. Acesso em: 21 nov. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Dados unificados do Banco da Terra – ago. 2004. Brasília: SRA/MDA, 2004c. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto nº 5.033, de 5 abr. 2004. Brasília: DOU, 2004d.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório da Ouvidoria Agrária 09/2005. Brasília: OAN/MDA, 2005a. Disponível em: <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)>. Acesso em: 25 out. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relação de acampamentos por estado e número de famílias acampadas. Brasília: OAN/MDA, nov. 2005b. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sistema de Pré-cadastro para Qualificação da Demanda – SQD. Brasília: PNCF/MDA, dez. 2005c. Disponível em: <[www.creditofundiario.org.br/principal/index](http://www.creditofundiario.org.br/principal/index)>. Acesso em: 11 dez. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório de Gestão MDA – 2004. Brasília: MDA, 2005d. Disponível em: <[www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)>. Acesso em: 22 set. 2005.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário: Consolidação da Agricultura Familiar. (Manual de Operações). Brasília: SRA/MDA, 2005e.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário: Simulador de Financiamentos. Brasília: SRA/MDA, 2005f. Disponível em: <[www.creditofundiario.org.br](http://www.creditofundiario.org.br)>. Acesso em: 16 jan. 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. (Manual de Operações). Brasília: SRA/MDA, 2005g.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial. Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, Brasília, 13 a 14 nov. 2003. *Anais...*, Brasília: MI, 2005h.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Sistema de Análise e Contratação – SAC. Brasília: PNCF/MDA, jan. 2006. Disponível em: <[www.creditofundiario.org.br](http://www.creditofundiario.org.br)>. Acesso em: 16 jan. 2006.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Crédito rural do Pronaf. Brasília: SAF/MDA, 2006b. Disponível em <[www.profaf.gov.br](http://www.profaf.gov.br)>. Acesso em 16 jan.2006.

BRUMER, Anita. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, Hugues (coord.) *A agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Unicamp, 1993, p. 179-234.

BRUNO, Jean. Reforma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. *Cadernos de Sociologia*. Porto Alegre: UFRGS, v.6, p. 51-75, 1994.

BRUNO, Regina Ângela Landim. Nova República: A violência patronal rural como prática de classe. *Revista Sociologia*. Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 284-310, jul./dez. 2003.

\_\_\_\_\_; MEDEIROS, Leonilde Sérvulo. Percentuais e causas das evasões nos assentamentos rurais. (Relatório de pesquisa). Brasília: Convênio Incra/FAO, 1998.

BUAINAIN, Antonio Márcio *et al.* Programa Cédula da Terra: resultados preliminares, desafios e obstáculos – Relatório de avaliação. Brasília: Nead, 1999.

\_\_\_\_\_. Estudo de avaliação de impactos do Programa Cédula da Terra 2001 – Relatório síntese. Brasília: Nead/MDA; Campinas: NEA/Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. Estudo de avaliação de impactos do Programa Cédula da Terra 2003 – Relatório final. Brasília: Nead/MDA, 2003.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, José Maria. *Reforma agrária: mercado versus desapropriação ou mercado e desapropriação?* São Paulo: SBPC, 2003. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>> . Acesso em: 09 jun. 2004.

\_\_\_\_\_; PIRES, Daniela. *Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil*. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003. Disponível em: <[www.abda.com.br/texto/AntonioBuainain.pdf](http://www.abda.com.br/texto/AntonioBuainain.pdf)>. Acesso em: 04 nov. 2005.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola*. Petrópolis: Vozes, 2000.

CAMARGO, Lidiane. *O Banco da Terra em Santa Catarina: da crítica às possibilidades*. Florianópolis, 2003. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas). Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas – Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina.

CANUTO, Antônio; SILVA LUZ, Cássia Regina da (coords.). *Conflitos no campo – Brasil 2002*. Goiânia: CPT, 2002.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Tradução pela equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUC-Campinas. 10. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004.

CAZELLA, Ademir Antonio. *Assentamentos rurais e cooperação agrícola: políticas conflitantes. O caso do Assentamento 30 de Outubro – SC*. Rio de Janeiro, 1992. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. *Ações fundiárias em Santa Catarina. Agropecuária Catarinense*, Florianópolis, SC, v.8, n.4, p. 40-42, dez. 1995.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

DELGADO, Guilherme. *Capital financeiro e agricultura*. São Paulo: Ícone/Unicamp, 1985.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo *et al.* Estimativas das famílias potenciais beneficiárias de programas de assentamentos rurais no Brasil. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. (orgs.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2001, p. 457-478.

DESER. Banco da Terra: *uma análise econômica*. Curitiba: Deser, boletim nº 102, 1999.

EPAGRI. Zoneamento agroecológico e socioeconômico do estado de Santa Catarina – 1999. Florianópolis: Epagri, 1999.

\_\_\_\_\_. Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural. Plano de Desenvolvimento Rural do Município de Caçador para o ano de 2004. Florianópolis, 2004. Mimeo.

ESTERCI, Neide; TELLES DO VALLE, Raul Silva (Orgs.). Reforma agrária e meio ambiente. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2003.

FAO/INCRA. Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica UTF/BRA/036, 1994.

FERNANDES, Bernardo M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. *Cultura Vozes*. Presidente Prudente, SP, v. 93, n. 2, p. 11-31, 1999.

\_\_\_\_\_. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001a. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 92).

\_\_\_\_\_. A ocupação como forma de acesso à terra. *XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos*. Washington – DC, 6 a 8 de set. 2001b. Disponível em: <[www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/publicacoes.html](http://www2.prudente.unesp.br/dgeo/nera/publicacoes.html)>. Acesso em: 02 abr. 2005.

\_\_\_\_\_. Entrevistas série reforma agrária. São Paulo: *Fazendeiro*, 2004. Disponível em: <[www.fazendeiro.com.br/noticias/Entrevista\\_agra.asp](http://www.fazendeiro.com.br/noticias/Entrevista_agra.asp)>. Acesso em: 12 nov. 2005.

FETRAF-SUL. *Mobilizações da juventude da agricultura familiar da região Sul*. Propostas da Fetraf-Sul/CUT para negociação com os governos federal e estaduais sobre o programa Nossa Primeira Terra. Chapecó, SC, nov. 2003.

FREI BETTO (Carlos Alberto Libânio Chisto). Rumo à terra prometida. *Foro Mundial sobre la Reforma Agrária*. Valencia/Espanha: 2005. Disponível em: <<http://www.fmra.org/>>. Acesso em: 19 set. 2005.

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.



GASQUES, José G; CONCEIÇÃO, Júnia C. P. R. da. A demanda de terra para a reforma agrária no Brasil. In: SISNANDO LEITE, Pedro *et al.* (orgs.). *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Brasília: Nead, 2000, p. 85-109.

GIEHL, Alexandre Luis. Entre o extraordinário e o cotidiano: os processos decisórios dos agricultores assentados – um estudo de caso do assentamento Domingos Carvalho (Rio Negrinho/SC). Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

GOMES DA SILVA, José. *Buraco negro: a reforma agrária na constituinte*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_. A reforma agrária no Brasil. In: STÉDILE, João P. *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, p. 165-190, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural Brasileiro*. Campinas, SP: Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

\_\_\_\_\_; José; BELIK, Walter; TAKAGI, Maya (orgs.). *Projeto Fome Zero: uma proposta de segurança alimentar para o Brasil*. São Paulo: Instituto Cidadania, out. 2001.

GUIMARÃES, Alberto P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GUZELLA, Janes Carmen Brandalero. *A inserção dos assistentes sociais no Conselho Municipal de Assistência Social em Caçador (SC): competência e contribuições*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

HAGUETTE, Teresa Maria F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HEREDIA, Beatriz *et al.* *Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil*. Brasília: Nead/MDA, 2004.

HOFFMANN, Rodolfo. A distribuição da posse da terra no Brasil de acordo com as PNAD de 1992 a 1999. In: GASQUES, José Garcia; CONCEIÇÃO, Júnia Cristina P. R. da. (orgs.). *Transformações da agricultura e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2001, p. 441-455.

\_\_\_\_\_. *Distribuição da renda e da terra no Brasil*. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 2004.

IBGE. Censo Demográfico de 2000. Brasília, 2001. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 1º nov. 2005.

\_\_\_\_\_. O Brasil município por município – Cidades@. Brasília, 2004. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 16 jan. 2006.

INCRA. Relatório de Atividades – Inbra 30 anos. Brasília: 2000. Disponível em: <www.inbra.gov.br>. Acesso em: 20 nov. 2004.

\_\_\_\_\_. Balanço Global de Gestão – Relatório Final. Brasília: dez. 2002. Disponível em: <www.inbra.gov.br>. Acesso em: 12 jul. 2003.

\_\_\_\_\_. Relatório SIPRA nº 227/2003. Brasília, 2004a. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Plano Regional de Reforma Agrária. Florianópolis: Superintendência Regional do Inbra/SC, 2004b. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Relatório de Gestão Exercício 2004. Brasília, fev. 2005a. Disponível em: <www.inbra.gov.br>. Acesso em: 15 jul. 2005.

\_\_\_\_\_. Relatório SIPRA nº 229/2004. Brasília, 2005b. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Instrução Normativa Inbra/SD nº 19, de 6 set. 2005. Brasília: Inbra, 2005c.

\_\_\_\_\_. Superintendência Regional do INCRA/SC. Reforma agrária em Santa Catarina 2003/2004. (Balanço de Gestão). Florianópolis: SR-10/SC, 2005d. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Relação de beneficiários assentados no ano de 2005. Relatório SIPRA/Inbra/SD. Brasília, 2006. Disponível em: <www.inbra.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2006.

IPEA. O mapa da fome I – Documentos de política n. 14. Rio de Janeiro, mar. 1993.

LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: comparação internacional*. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Unicamp, 1993.

LEITE, Sérgio *et al.* *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: IICA/Nead; São Paulo: Unesp, 2004. (Estudos Nead, n. 6).

LISBOA, Teresa Kleba. *A luta dos sem terra no oeste catarinense*. Florianópolis: UFSC, 1988.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. (Temas Básicos de Educação e Ensino).

MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas, SP: Unicamp, 2004.

MARÉS, Carlos Frederico. *A função social da terra*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo Coutinho. *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo: Caetés, 1987.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1983.

\_\_\_\_\_. *Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a história possível*. Brasília: MDA, 2000.

\_\_\_\_\_. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003a.

\_\_\_\_\_. *Exclusão social e a nova desigualdade*. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003b. (Coleção temas de atualidade).

\_\_\_\_\_. *O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária*. Porto Alegre: UFRGS, 2003c.

MARTINS, José de Souza *et al.* *Travessias: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MATTEI, Lauro. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: concepção, abrangência e limites observados. *IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. Belém: 19 a 23 mar. 2001. Disponível em: <<http://gipaf.cnptia.embrapa.br/itens/publ/lauromattei/trabalhosbsp.doc>>. Acesso em: 26 nov. 2005.

MAY, Tim. *Pesquisa social: questões, métodos e processos*. 3. ed. Trad. Carlos Alberto S. N. Soares. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, Leonilde S. *História dos movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

\_\_\_\_\_. “Sem Terra”, “Assentados”, “Agricultores Familiares”: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. In: GIARRCCA, Norma (Org.). *Una nueva ruralidad en América Latina?*. Buenos Aires: CLACSO, 2001, p. 103-128.

\_\_\_\_\_. *Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil*. Rio de Janeiro: Edur; Unrisd, 2002.

\_\_\_\_\_. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de S. (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

MELLO, Osni Ribeiro. Suposta tentativa de invasão é frustrada pela polícia. *Folha da Cidade*. Caçador (SC), 7 jun. 2005, p.6.

MOLINA, Javier. Tierra y nada más: la reforma agrária en Nicaragua y El Salvador. In: REYDON, Bastiaan Philip; RAMOS, Pedro (orgs.). *Mercado y políticas de tierras*. Campinas: IE/Unicamp, 1996, p. 251-283.

MORAES SILVA, Maria Aparecida. *A luta pela terra: experiência e memória*. São Paulo: Unesp, 2004. (Coleção Paradidáticos; Série Poder).

NAVARRO, Zander. *O projeto-piloto "Cédula da Terra" – comentário sobre as condições sociais e político-institucionais de seu desenvolvimento recente*. Relatório de avaliação. Brasília: Banco Mundial, 1998.

NEUMANN, Pedro Selvino. *O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção*. Florianópolis, 2003. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

NEY, Marlon Gomes; HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de renda na agricultura: o efeito da posse da terra. *Revista Econômica/UFRJ*. Niterói, RJ, v. 4, n. 1, p. 113-152, jan./jun. 2003.

NEWBERRY, D.M.G., STIGLITZ, J.E. *The theory of commodity price stabilization: a study in the economics of risk*. Oxford: Clarendon Press, 1985.

NUNES, Sidemar Presotto *et al.* (coord.). *Capacidade de pagamento do crédito fundiário no Sul do Brasil: análise a partir do Banco da Terra*. (Relatório de pesquisa). Curitiba: Deser, 2005. Disponível em: <[www.deser.org.br](http://www.deser.org.br)>. Acesso em: 18 nov. 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A "não reforma agrária" do MDA/INCRA no governo Lula. (Reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO), Porto Alegre-RS, 7 a 10 mar. 2006. Disponível em: <[www.mst.org.br](http://www.mst.org.br)> Acesso em: 5 abr. 2006.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. *Terra à vista e ao longe*. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 1998.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão: o debate internacional e o caso brasileiro*. Teoria, luta política e balanços de resultados. Rio de Janeiro, 2004. Mestrado (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Agricultura da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

PINTO JUNIOR, Joaquim Modesto; FARIAS, Valdez Adriani. *Função social da propriedade: dimensões ambiental e trabalhista*. Brasília: Nead, 2005. (Série Debate Nead, 2).

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Relatório do Desenvolvimento Humano. Lisboa: Pnud, 2002.

QUATRO RODAS. *Guia Quatro Rodas Rodoviário 2005*. São Paulo: Abril, 2005.

RADIOBRAS. *Nada justifica a violência*. Disponível em: <[www.radiobras.gov.br](http://www.radiobras.gov.br)>. Acesso em: 29 jan. 2005.

REYDON, Bastian Philip; PLATA, Ludwig Agurto. La intervención en el mercado de tierras: posibilidades y limitaciones. In: \_\_\_\_\_; RAMOS, Pedro (org.). *Mercado y políticas de tierras*. Campinas: IE/Unicamp, 1996, p. 25-72.

\_\_\_\_\_. *Intervenção estatal no mercado de terras: a experiência recente no Brasil*. Brasília: Nead, 2000. (Estudos Nead, n. 3).

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. Agricultura familiar e políticas públicas: o impacto do Pronaf no Rio Grande do Sul. *RER*. Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, p. 529-548, jul./set. 2004.

SAMPAIO, Plínio Arruda. Brasil: índices de productividad de la tierra y reforma agraria. Foro Mundial sobre la Reforma Agrária. Valencia, Espanha, 5 a 8 dez. 2004. Disponível em: <www.fmra.org> Acesso em: 19 set. 2005.

SAMPAIO, Plínio Arruda; GARCIA FILHO, Danilo Prado. *Reforma agrária e projeto de construção nacional*. Rio de Janeiro: Ibase. 2004. Disponível em: <www.ibase.org.br/semterra>. Acesso em: 1º dez. 2004.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina. Programa de Implantação de Infra Estrutura Agrícola – Proinfra. Florianópolis: 1979. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura/Diretoria de Assuntos Fundiários. *Legislação Fundiária do Estado de Santa Catarina*. Florianópolis: GED/Epagri, 1996.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Mapa Político de Santa Catarina – Escala 1.000.000*. Florianópolis, 2002.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Caracterização regional – SDR Caçador*. Florianópolis, maio 2003a. Disponível em: <www.icepa.com.br>. Acesso em: 1º nov. 2005.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2002 – 2003*. Florianópolis: Instituto Cepa, 2003b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural – Gerência de Assuntos Fundiários. *Fundo de Terras: Estatística do período de lançamento em 1983 até 2003*. Florianópolis: Geafu, nov. 2003c. Mimeo.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Plano de Implementação do Programa Nacional de Crédito Fundiário*. Florianópolis: Geafu, 2004. Mimeo.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Ata da reunião da Câmara Setorial Fundiária do Cederural, de 26 maio 2004*. Florianópolis, 2004b.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural – Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. Valor adicionado total e por setor de atividade econômica, segundo os municípios – 2002. Florianópolis: Instituto Cepa, 2005a. Disponível em: <[www.icepa.com.br](http://www.icepa.com.br)>. Acesso em: 12 nov. 2005.

\_\_\_\_\_. Gerência de Assuntos Fundiários. Fundo de Terras: Estatística Sócio-Econômica Geral. Florianópolis: Geafu/SAR, dez. 2005b. Mimeo.

\_\_\_\_\_. Agroindicador – Indicadores para a agricultura catarinense. v. 6, n. 1, mar. 2005. Florianópolis: Instituto Cepa, 2005c.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Agricultura e Política Agrícola – Gerências de Assuntos Fundiários. Instruções gerais sobre a proposta individual de crédito fundiário. Florianópolis: Geafu/SAR, [s.d.]. Mimeo.

SAUER, Sérgio. *A luta pela terra e a reinvenção do rural. XI Congresso Brasileiro de Sociologia*, Campinas: Unicamp, 2003.

\_\_\_\_\_; PEREIRA, João Márcio Mendes. A reforma agrária de mercado do Banco Mundial no Brasil. *Revista Proposta*. N. 107, ano 30, fev. 2006. Disponível em: <[www.fase.org.br](http://www.fase.org.br)>. Acesso em: 8 mar. 2006.

SILVA, César Augusto Freyesleben *et al.* *Migração rural e estrutura agrária no oeste catarinense*. 2. ed. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CAÇADOR E MACIEIRA. Dossiê sobre as atividades desenvolvidas em Caçador e Região. Programa de Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar. Caçador (SC): Sitruc, 2004. Mimeo.

SOUZA, Ivan Sérgio Freire; TRIGUEIRO, Michelangelo Giotto. A luta pela terra: considerações preliminares sobre suas características no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia – CC&T/Embrapa*. Brasília, v. 3, n. 1., p. 133-154, jan./abr 1986.

SPAROVEK, Gerd. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas e Letras, 2003.

\_\_\_\_\_ (coord.). Diagnóstico dos projetos de crédito fundiário e combate a pobreza rural – 2003. Brasília: SRA/MDA; São Paulo: USP/Esalq, 2004.

STEDILE, João Pedro. *Não podemos jamais esquecer*. Rio de Janeiro: Ibase, abr. 2005. Disponível em: <[www.ibase.br](http://www.ibase.br)>. Acesso em: 11 dez. 2005.

\_\_\_\_\_; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente *et al.* Conflitos sociais agrários. (Relatório pesquisa). Brasília: Convênio Incra/FAO, 1998. Disponível em: <www.nead.org.br> Acesso em: 21 nov. 2005.

TEIXEIRA, Gerson. Um novo modelo de desenvolvimento rural sob a perspectiva do governo FHC. Brasília: Secretaria Nacional do PT, 1999.

\_\_\_\_\_. Crédito Fundiário de Combate à Pobreza: trocando seis por meia dúzia. Brasília: Secretaria Nacional do PT, 2000.

TEÓFILO, Edson. *A necessidade de uma reforma agrária, ampla e participativa para o Brasil*. Brasília: Nead/MDA; Abaré, 2002. (Série Debates e Ação).

TESTA, Vilson M. *et al.* *O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense*. (Proposta para discussão). Florianópolis: Epagri, 1996.

THOMÉ, Nilson. *Guerra civil em Caçador*. 2. ed. Caçador, SC: Fearpe – Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, 1986.

\_\_\_\_\_. *Sangue suor e lágrimas no chão contestado*. Caçador, SC: Incon – UnC, 1992.

\_\_\_\_\_. *História da imigração italiana em Caçador*. 2. ed. Caçador, SC: Incon – UnC, 1993.

\_\_\_\_\_. *Ciclo da Madeira*. Caçador, SC: Universal, 1995.

VEGRO, Celso Luiz Rodrigues; GARCIA FILHO, Danilo Prado. *Cédula da Terra e Projeto São José: Estudos preliminares sobre a renda familiar e da capacidade de pagamento dos financiamentos*. Brasília: Nead/MDA – Banco Mundial, 1999.

VEIGA, José E. *O que é reforma agrária*. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. Pobreza rural, distribuição da riqueza e crescimento: a experiência brasileira. In: TEÓFILO, Edson (org.) *et al.* *Distribuição de riqueza e crescimento econômico*. Brasília: Nead, 2000. (Estudos Nead, n. 2).

VIGNA, Edécio e TEIXEIRA, Gerson. Banco da Terra. Brasília: IES, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 21. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, p. 42-61, out. 2003.

XAVIER, Uribam. *Desenvolvimento rural no Ceará e o Projeto Cédula da Terra: inclusão social ou um cavalo de Tróia?* Brasília: Nead/MDA, 1999.

## ANEXO A

### ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O PÚBLICO PESQUISADO

#### A – Trajetória de vida

1. Existe na família alguma história de luta pela terra?
2. Os pais eram ou são proprietários?
3. Como chegou à região?
4. Já possuiu terra?
5. Como perdeu a terra?
6. Quais as formas de acesso à terra que recorre? (arrendamento, parceria...)
7. Quais as principais dificuldades no acesso à terra?
8. Quais atividades já desenvolveu na agricultura?
9. Já morou/trabalhou na cidade? (quanto tempo, quais atividades)
10. Deseja ter mais terra? (no caso de minifundiário)
11. Deseja ser proprietário da terra? (no caso de arrendatário e assalariado)
12. Qual o tipo de agricultura desenvolve? (tradicional, agroecológica, orgânica).

#### B – Crédito fundiário (CF): Banco da Terra, Fundo de Terras, PNCF

1. Com que nome conhece o CF?
2. Como soube a respeito do CF?
3. Como é o acesso às informações do CF? São de fácil acesso?
4. Recebeu todos os esclarecimentos a respeito do CF?
5. Qual o motivo para escolher o CF?
6. Houve alguma influência de alguém ou de alguma organização social?
7. Houve alguma discussão em grupo?
8. Como fez o cadastro no programa de CF?
9. Como é o processo para obter o CF? É demorado? Quem auxiliou?
10. Como foi a negociação da terra e quem auxiliou?
11. Qual o principal critério na escolha da terra? (preço, qualidade, distância do centro urbano, beleza, oportunidade de oferta...).
12. É possível pagar o CF?
13. Quais as estratégias utilizadas para o pagamento? (ajuda de parentes, poupança, outras rendas...).
14. Melhorou de vida ou acha que é capaz de melhorar?
15. Quais os benefícios estão chegando junto com o CF? (crédito agrícola, Ater, agroindústrias, cooperativas, associações, infra-estrutura...).
16. O que precisa ser melhorado?

#### C – Reforma agrária tradicional (INCRA)

1. Já procurou o Incra alguma vez?
2. O que pensa a respeito da reforma agrária?
3. Já foi beneficiado pela reforma agrária alguma vez?
4. E Alguém da família ou conhecido?



5. Conhece algum assentamento do Incra?
6. O que pensa a respeito?
7. Gostaria de ser beneficiado pela reforma agrária do Incra?
8. Se pudesse optar entre a reforma agrária e o CF qual escolheria?

#### **D – Mobilização na luta pela terra**

1. Já ouviu falar do MST?
2. O que pensa a respeito do movimento?
3. E suas ações?
4. Já acampou ou pensou em participar de acampamentos?
5. É possível participar algum dia?
6. O que pensa a respeito?
7. O que pensa a respeito das ocupações de terra?
8. Se não fosse o CF iria para os acampamentos?
9. Qual o motivo para não se mobilizar na luta pela terra?

#### **E – Programas de governo: municipal, estadual e federal (ATER, PRONAF, aposentadorias/pensões e bolsa família, CMDRS).**

1. Quais políticas públicas têm atendido à família?
2. Quais os benefícios?
3. Estão presentes, disponíveis, fáceis de acessar?
4. Desde quando?
5. Estão trazendo algum benefício para a região?
6. Estas políticas têm alguma ligação com o CF? (Como?).
7. O que acha do atendimento?
8. Já teve acesso a algum tipo de crédito? E conta em banco? Foi fácil para pagar?.
9. A prefeitura participa da implantação do CF? (Como?).

#### **F – Sociabilidade local**

1. Participa ou já participou de alguma organização local? (Sindicatos, cooperativas, grupo de jovens, de mães, da Igreja, da escola, de lazer, conselhos comunitários).
2. Onde acontecem as reuniões?
3. Sua comunidade tem representação nas organizações? Como é sua atuação?
4. Essas organizações auxiliam a vida dos associados? E da comunidade?
5. Quais os principais benefícios têm conseguido?
6. Como são tomadas as decisões?
7. Participa das decisões? E das reuniões/assembleias?
8. É informado a respeito das ações da organização? Como?
9. A quem recorre quando precisa de informações sobre as políticas públicas em questão?

**G – Perspectiva de futuro e satisfação dos entrevistados**

1. Como está sua vida atualmente?
2. Deseja mudar de vida?
3. Como espera conseguir?
4. Algum dia pensa em sair do campo? (Por quê?).
5. Qual a importância de ser o proprietário da terra? É possível viver sem a terra?
6. Prefere um emprego na cidade ou a terra?
7. Quais os planos para o futuro?
8. Gostaria que todos os filhos permanecessem na terra? Na agricultura?
9. Qual a solução para a permanência dos filhos na agricultura? (verificar se há alguma conexão com o CF)
10. Algum outro comentário?

## **ANEXO B**

### **ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA LIDERANÇAS E TÉCNICOS**

#### **A – Dados do Entrevistado**

1. Nome?
2. Função?
3. Entidade que representa ou trabalha?
4. Tempo de permanência na função?
5. Formação?
6. Outras experiências profissionais?
7. Qual a ligação com o público que demanda acesso à terra?

#### **B – Crédito fundiário (CF) – Banco da Terra, Fundo de Terras e PNCF**

1. Qual sua opinião a respeito do CF?
2. Tem alguma importância para o município ou região?
3. Conhece alguma experiência prática de sua aplicação (FT, BT ou CF)?
4. As informações a respeito do CF são acessíveis aos beneficiários?
5. Como é o processo para acessar ao crédito? (há discussões em grupo?)
6. Além dos critérios oficiais há algum outro critério para a escolha dos beneficiários?
7. O que é mais importante na seleção dos beneficiários? (verificar a questão de gênero, etnia, experiência do demandante).
8. As famílias mais pobres têm condição de acesso? (verificar se há influência das condições de renda e posse do demandante).
9. Acha que é possível o agricultor pagar o financiamento da terra?
10. Quais as estratégias que os beneficiários lançam mão para o pagamento do crédito?
11. Como é a oferta de terras para o CF?
12. O CF influencia o preço das terras na região?
13. Há competição entre o CF e a reforma agrária tradicional?
14. Existe alguma diferença entre o público do CF e dos acampamentos?
15. O CF está integrado com outras políticas públicas? (Ater, crédito, microbacias)
16. O que precisa ser melhorado?

#### **C – Reforma agrária tradicional (INCRA)**

1. O que pensa a respeito da reforma agrária?
2. Qual sua importância?
3. Atende a demanda existente na região?
4. O que pensa a respeito dos assentamentos do INCRA?
5. E quanto à satisfação dos assentados?
6. Conhece alguma iniciativa de planejamento da estrutura fundiária?

## **D – Mobilização e luta pela terra**

1. Qual sua opinião a respeito dos movimentos sociais de luta pela terra (MST)?
2. E a respeito dos acampamentos de sem-terra?
3. E das ocupações de terra? (É necessária?)
4. Por que muitos demandantes de terra não participam da luta pela terra?
5. Existe um público que demanda terra e que não está acampado e nem está inscrito no CF?
6. Em caso positivo quem atende este público?
7. Na sua opinião qual o motivo de não participarem das políticas de acesso à terra?

## **E – Participação social e institucional**

1. Como é a organização dos agricultores no município?
2. Quais as organizações auxiliam os beneficiários do crédito fundiário? (Sindicatos, cooperativas, Associações, ONGs, Igreja, conselhos).
3. Esse público participa das reuniões e assembléias, quando é chamado?
4. O que precisa melhorar quanto à organização e participação dos beneficiários?
5. As decisões do CMDR têm auxiliado aos beneficiários do CF?
6. Qual é a participação do governo do estado na política de CF?
7. E a participação da Prefeitura?

## **F – Programas de governo: municipal, estadual e federal (ATER, PRONAF, Microbacias, aposentadorias/pensões e bolsa família)**

1. Quais as políticas públicas têm atendido aos trabalhadores sem-terra?
2. Existe integração entre estas políticas públicas?
3. Estão presentes, disponíveis, fáceis de acessar?
4. Estão trazendo benefícios para o município/região?
5. O que precisa melhorar para o controle e a integração dessas políticas?
6. Quem executa a ATER e qual a finalidade e abrangência da mesma?
7. Existe alguma iniciativa local de desenvolvimento sustentável?

## **G – Satisfação e perspectiva do público não mobilizado na luta pela terra**

1. Qual a perspectiva dos beneficiários do CF?
2. As atuais políticas públicas são capazes de atender aos trabalhadores sem-terra?
3. Em sua opinião este público está satisfeito com as atuais políticas públicas?
4. Alguma outra sugestão para melhorar o acesso à terra?

## ANEXO C

### QUESTIONÁRIO DOS DADOS SOCIOECONÔMICOS

N° da entrevista: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Local da Entrevista: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Cônjuge: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Distância da sede do município: \_\_\_\_\_

Contato: \_\_\_\_\_

Local de nascimento: \_\_\_\_\_

Local de moradia anterior: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_

Área da propriedade: \_\_\_\_\_

#### A – Composição familiar

N° ordem	Nome	Parentesco	Etnia*	Sexo	Idade	Escolaridade
<b>1</b>	<b>Entrevistado</b>					
<b>2</b>	<b>Cônjuge</b>					

Legenda:

- ✓ Parentesco: 1 – cônjuge, 2 – filho(a), 3 – irmão(ã), 4 – Tio(a), 5 – Pai/mãe, 6 – outro:
- ✓ Etnia: A – alemã, I – italiana, P – polonesa, J – japonesa, B – brasileira, C – cabocla, O – outro:
- ✓ Sexo: M – masculino, F – feminino.
- ✓ Escolaridade: A – analfabeto, 1F a 8F – 1ª a 8ª séries do ensino fundamental, 1M a 3M – 1ª a 3ª séries do ensino médio, GI – graduação incompleta, GC – graduação completa.
- \* Opção do entrevistado.

**B – Atividades Econômicas**

Nº de ordem	Ocupação principal	Renda	Outras atividades*	Renda	Renda total

\* Inclusive venda da força de trabalho, verbas públicas, aposentadorias e pensões

**C – Produção agropecuária (Comercializada e autoconsumo)**

Produtos	Área plantada	Produção	Valor unitário	Valor total	Observação*

\*Verificar o padrão tecnológico empregado, tipo de exploração (tradicional, produtivista, agroecológica, orgânica). Mesmo os assalariados verificar se há algum cultivo para o autoconsumo.

**D – Acesso a serviços e bens****1 – Serviços (Breves comentários: quando, quanto, quem, é bom ou não)**

Energia elétrica: \_\_\_\_\_

Água: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Educação: \_\_\_\_\_

Saúde: \_\_\_\_\_

Lazer: \_\_\_\_\_

Transporte: \_\_\_\_\_

Bolsa-família: \_\_\_\_\_

**2 – Eletrodomésticos**

Televisão: \_\_\_\_; geladeira: \_\_\_\_; fogão a gás: \_\_\_\_; som: \_\_\_\_; outros: \_\_\_\_\_

Estado de conservação: ótimo, bom, regular, precário.



## ANEXO D

## LINHAS DE CRÉDITOS DO PRONAF

GRUPO	BENEFICIÁRIOS	MODALIDADE	FINALIDADE	TETO (R\$)	JUROS	REBATE	PRAZOS	CARÊNCIA
						(Bônus de Adimplência)		
A	Assentados da Reforma Agrária ou Beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal	Investimento	Estruturação das unidades produtivas	Até 18.000	1,15 % ao ano	Até 45% para pagamento em dia	Até 10 anos	Até 5 anos
A	Agricultores adimplentes, participantes do Programa de Recuperação de Crédito Fundiário da Secretaria de Reordenamento Agrário do MDA ou do programa de Recuperação de Assentados do INCRA, que não tomaram financiamento de Investimento nos Grupos "C", "D" ou "E"	Investimento	Estruturação das unidades produtivas	Até 6.000	1 % ao ano	Não tem	Até 10 anos	Até 3 anos
A/C	Assentados da Reforma Agrária que já contrataram financiamentos do Grupo "A"	Custeio	Agricultura e Pecuária	De 500,00 até 3.000,00	2 % ao ano	De R\$ 200,00 por mutuário	Até 2 anos	Não tem
B	Agricultores com renda bruta anual até R\$2.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes da atividade rural)	Investimento	Agricultura e Pecuária	Até 1.000,00	1% ao ano	25% sobre cada parcela paga até o vencimento.	Até 2 anos	Não tem



**Continuação**

<b>C</b>	Agricultores com renda bruta anual acima de R\$ 2.000,00 e até R\$ 14.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes da atividade rural)	Investimento	Agricultura e Pecuária	De 1.500,00 até 6.000,00	3% ao ano	Desconto de R\$ 700,00 por beneficiário / operação	Até 8 anos	Até 5 anos
		Custeio	Agricultura e Pecuária	De 500,00 até 3.000,00	4% ao ano	De R\$ 200,00, por ano	Até 2 anos	Não tem
<b>D</b>	Agricultores com renda bruta anual acima de R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes da atividade rural)	Investimento	Agricultura e Pecuária	Até 18.000,00	3% ao ano	Não tem	Até 8 anos	Até 5 anos
		Custeio	Agricultura e Pecuária	Até 6.000,00	4% ao ano	Não tem	Até 2 anos	Não tem
<b>E</b>	Agricultores com renda bruta anual acima de R\$ 40.000,00 e até R\$ 60.000,00 (excluídos os benefícios sociais e aposentadoria decorrentes da atividade rural)	Investimento	Agricultura e Pecuária	Até 36.000,00	7,25% ao ano	Não tem	Até 8 anos	Até 5 anos
		Custeio	Agricultura e Pecuária	Até 28.000,00	7,25% ao ano	Não tem	Até 2 anos	Não tem

Fonte: Adaptado do site do Pronaf <[www.pronaf.gov.br](http://www.pronaf.gov.br)> (BRASIL, 2006b)

## ANEXO E

### COMPOSIÇÃO DA CÂMARA SETORIAL FUNDIÁRIA DO CEDERURAL, 2005

Entidades governamentais	Nº de representantes
Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina – SAR/SC	2
Empresa de Pesquisa e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina S.A. – Epagri	2
Delegacia Estadual do Desenvolvimento Agrário – DEDA/SC/MDA	1
Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – SR-10/SC/INCRA	1
Secretaria Executiva do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf “A”	1
Federação Catarinense das Associações de Municípios	1
<b>Total de representantes governamentais</b>	<b>8</b>

Entidades representativas da sociedade civil organizada	Nº de representantes
Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado de Santa Catarina – Fetaesc	3
Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – Fetraf-Sul/CUT	3
Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina – Ocesc	1
Federação na Agricultura no Estado de Santa Catarina - Faesc	1
<b>Total de representantes da sociedade civil organizada</b>	<b>8</b>

Fonte: Ata de reunião da Câmara Setorial Fundiária do Cederural (SANTA CATARINA, 2004b)

## ANEXO F

### DEPOIMENTO DE ENTREVISTA – E23

[Quando o Sr. teve notícia do Banco da Terra?]

**Entrevistado:** *Até vou lhe contar uma história o Sr. vai dizer que eu estou mentindo, mas isso aí é verdade. Eu estava com 12 mil pés de tomate plantando de meia, eu e ela [a mulher]. Ela disse assim pra mim, eu vou fazer [inscrição no Banco da Terra]. Eu digo, não, não vai porque isso não vai adiantar, isso aí sai pra rico, pra pobre não sai. Estou lhe contando bem? O tomate estava meia estaca já, daí eu tinha 1 real e 50 centavos, dava somente para a passagem da lotação. Daí ela disse eu vou. Eu digo, mas você vai gastar esse dinheiro daí ficamos sem? Daí ela disse, mas eu vou. Então vai, Deus que te olhe e Nossa Senhora que lhe acompanhe, pode ser que caia [que consiga o terreno financiado]. Quando ela foi e fez, chegou em casa e disse, fiz. Só falta levar os seus documentos agora, leva, leva. Pra mim, nada disso aí adiantava, agente não tinha esperança de nada. Quando foi certo dia, no que eu olhei, eu estava colhendo o tomate, um carro chegou lá. Os caras da Epagri, chegaram lá com aquele carro branco, daí até meu patrão disse assim, oh Fulano a polícia ali. Então vai me levar assim, mas nós estávamos olhando o tomate, eu disse, só o manda abrir a porta, eu vou entrar desse tipo que estou aqui. O cara chegou e perguntou se eu era o Fulano, digo sou eu mesmo e a dona Fulana, está ali. Disse, eu vim pegar vocês para receber a carta de crédito, que era o Governador Esperidião Amim que ia entregar ai no parque, às 6 horas. Eu disse para o cara você está mentindo, daí eu olhei bem pra ela e o cara eu venho lhe pegar aqui, só vim marcar a hora, o Sr., assina esse papel, mas eu não sei ler. E o patrão debochando de mim, pensando que era mentira. Ele disse assim, Fulano o negócio é bobeira, esse cara está te passando a conversa. O rapaz disse, não as 5 e 30 eu venho pegar vocês. Aprontamos, dito e feito o cara veio e nos pegou e recebemos a carta. Naquele tempo não era que nem hoje, se inscrever hoje e ser premiado amanhã. Era 67 pessoas, quando passou os 67 é que caiu nós [chegou a vez de receber].*

E23 – Agricultor, Banco da Terra, 50 anos.